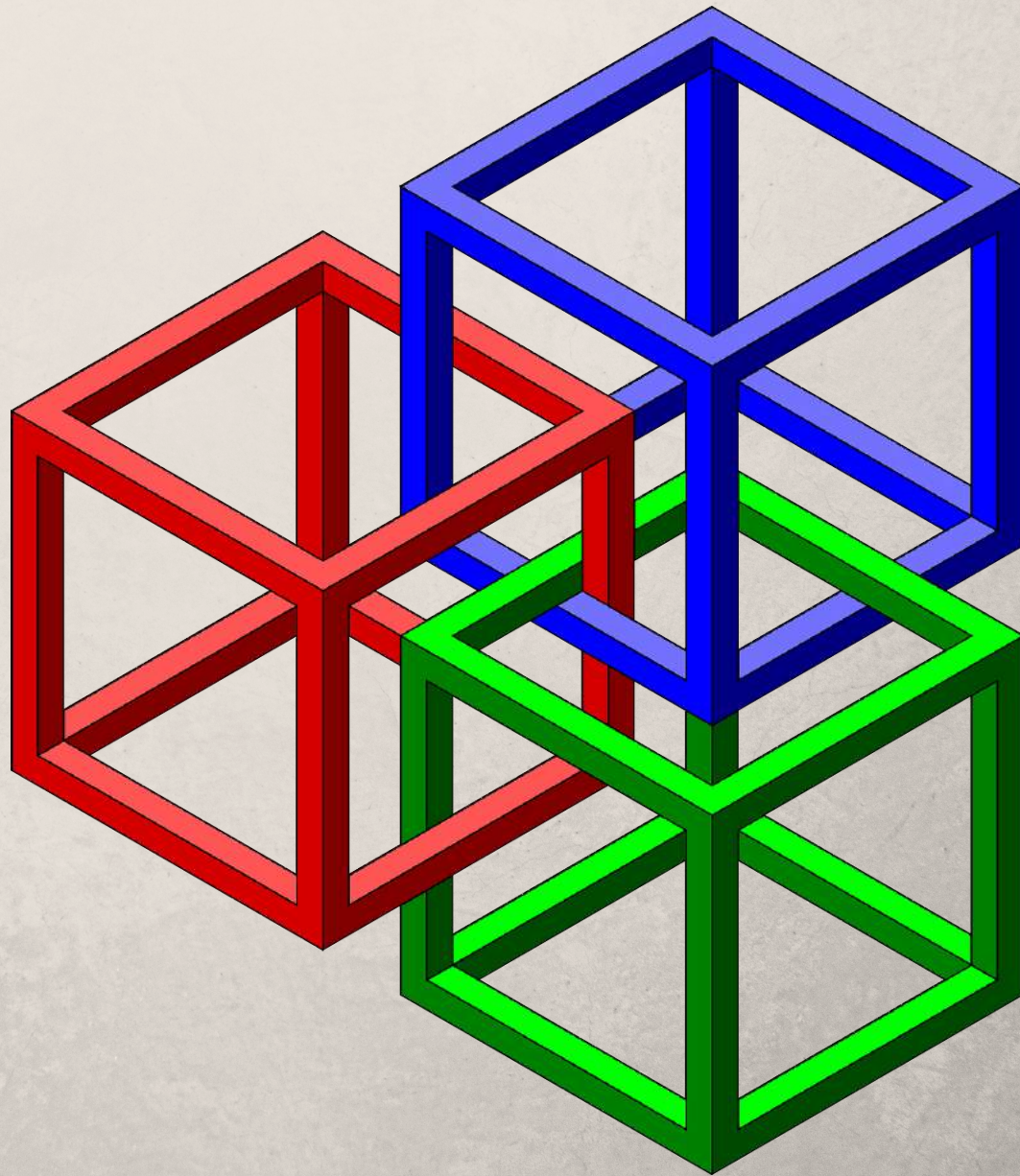


# MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS DO TRABALHO DE FACE NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

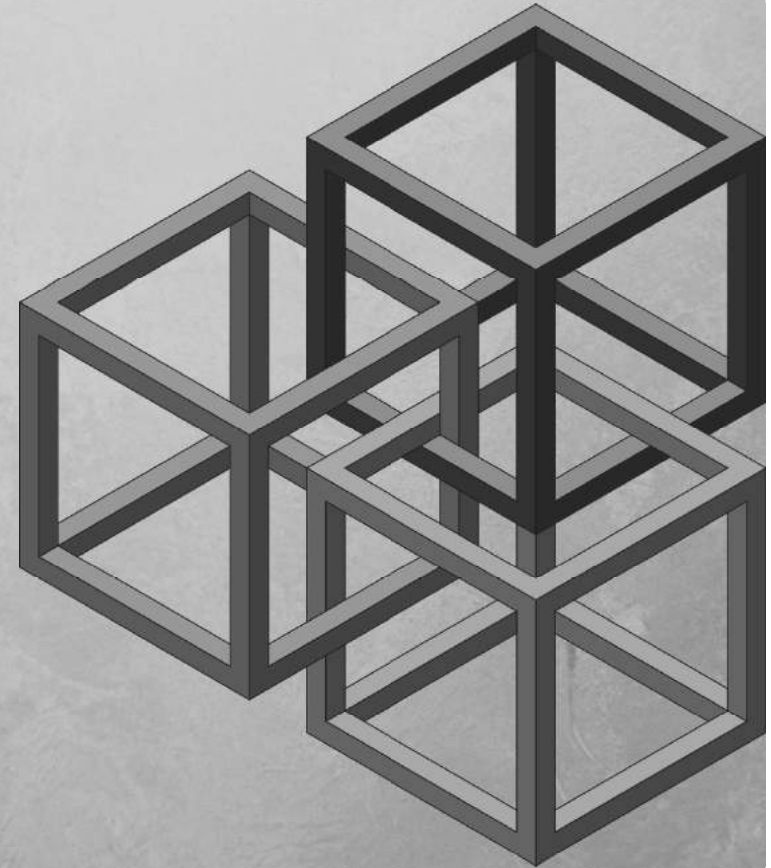


ORGANIZADORES

**GUSTAVO XIMENES CUNHA**  
**ANA LARISSA A. MARCIOTTO OLIVEIRA**

**GUSTAVO XIMENES CUNHA  
ANA LARISSA ADORNO MARCIOTTO OLIVEIRA  
ORGANIZADORES**

# **MÚTIPLAS PERSPECTIVAS DO TRABALHO DE FACE NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM**



Belo Horizonte  
FALE/UFMG  
2018



## MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS DO TRABALHO DE FACE NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG  
DIRETORA: GRACIELA INES RAVETTI DE GÓMEZ  
VICE-DIRETOR: RUI ROTHE-NEVES

**Organizadores:** Gustavo Ximenes Cunha e Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

M961

Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem [livro eletrônico] / Organizadores: Gustavo Ximenes Cunha, Ana Larissa A. Marciotto Oliveira. – Belo Horizonte : Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2018. 290 p. : il., color.

Vários autores.

Inclui referências.

Modo de acesso: <<http://www.letras.ufmg.br/nucleos/nelu/>>

ISBN: 978-85-7758-338-6

1. Análise do discurso. 2. Estratégia discursiva. 3. Retórica. I. Cunha, Gustavo Ximenes. II. Oliveira, Ana Larissa Adorno Marciotto. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD : 418

### Conselho Editorial:

Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNICSUL, PUC-SP)

Elisabetta Santoro (USP)

Juliano Desiderato Antonio (UEM)

Luiz Francisco Dias (UFMG)

Neuza Zattar (UNEMAT)

Violeta Virgínia Rodrigues (UFRJ)

**Revisor:** Rafael Picinin

**Diagramador:** Daniel Amaral

## Apresentação

Desenvolvida no quadro da microssociologia de Goffman (1967[1955]), a noção de trabalho de face (*face-work*) tem constituído um ponto de partida importante para os estudiosos da linguagem que concebem a língua como um fenómeno constituído no uso e especialmente também para aqueles que identificam a representação de si ou a construção de imagens identitárias como questões centrais nas pesquisas com a linguagem. Segundo Goffman, a noção de trabalho de face (*face-work*) diz respeito às

ações tomadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a face. O trabalho de face [*face-work*] serve para neutralizar 'incidentes' – isto é, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a face (GOFFMAN, 1967[1955], p. 12).

Ao lado de outras noções propostas por Goffman ou desenvolvidas por ele a partir de outros autores, como as de enquadre, ordem da interação, estigma, território e *footing*, a noção de trabalho de face tem possibilitado o alcance de uma compreensão mais detalhada da maneira como a ordem da interação se estrutura, bem como do papel da linguagem na interação. Isso porque esse conceito possibilita compreender, em detalhe, as estratégias de que os participantes da interação se valem para reivindicar valores sociais positivos para si, tendo em vista a situação em que se encontram.

Nesse sentido, ao lado figuras seminais para o desenvolvimento dos estudos da linguagem centrados na língua em uso, na comunicação, no texto e no discurso, como Jakobson, Benveniste e Bakhtin, Goffman, com seu quadro teórico, tem desencadeado um interesse sempre renovado pela interação, enriquecendo diferentes vertentes dos estudos da linguagem e também favorecendo o surgimento de novas vertentes. Por meio de sua concepção dramática da interação, Goffman contribuiu para que os estudos da linguagem pudessem ultrapassar uma noção de comunicação centrada no código linguístico e no processo de transmissão (codificação e decodificação) de mensagens. Nessa concepção, a personalidade corresponde a uma imagem que o sujeito encena ou representa e que constitui uma espécie de efeito decorrente da linha de conduta desempenhada na interação. Ao final de "A representação do eu na vida cotidiana", Goffman (2009[1959], p. 229) explicita sua concepção:

Neste trabalho, o indivíduo foi implicitamente dividido em dois papéis fundamentais: foi considerado como *ator*, um atormentado fabricante de impressões envolvido na tarefa demasiado humana de encenar uma representação; e foi considerado como *personagem*, como figura, tipicamente uma

figura admirável, cujo espírito, força e outras excelentes qualidades a representação tinha por finalidade evocar.

Seguindo uma perspectiva que explora a natureza dramaturgica da interação, a pesquisa pode se centrar nos aspectos ligados à encenação: a projeção de uma personalidade, a preservação dos bastidores ou do território, as impressões causadas pelo figurino e pelo cenário, as consequências ou os efeitos provocados pela postura, pelo tom de voz, pelas expressões faciais e pelos gestos. Em outros termos, a deriva dramaturgica de Goffman permitiu à pesquisa linguística explorar as múltiplas implicações para a construção de sentidos de uma série de aspectos tradicionalmente negligenciados pela linguística centrada no código. Por isso mesmo, permitiu chamar a atenção para o papel da linguagem (verbal e não-verbal) na definição da situação ou, mais especificamente, na negociação do eu e do(s) outro(s), de quem somos um para o outro, de como as ações verbais e não-verbais revelam e afetam mutuamente nossas impressões sobre o que passa na interação.

É nessa perspectiva dinâmica da construção da situação, entendida como “o lugar do posicionamento recíproco e da construção das relações sociais” (VION, 1992, p. 103) e não como um dado anterior à interação, que a noção de trabalho de face se insere e ganha importância. É por meio dela que o pesquisador pode revelar o papel da linguagem na definição, pelos interlocutores, de seus papéis, das relações sociais que os ligam, dos status que reivindicam, dos lugares (altos ou baixos, próximos ou distantes) que ocupam, dos enquadres que organizam seu encontro etc. É com o fim de evidenciar a importância desses elementos para a compreensão da língua em uso que, em diferentes domínios, tais como a Sociolinguística Interacional, a Análise do Discurso, o Funcionalismo, a Análise da Conversa, a Linguística do Texto, a Linguística Aplicada, a Pragmática, estudiosos se apropriaram e se apropriam da noção de trabalho de face, seja para utilizá-la na compreensão de *corpora* diversos, mas, sobretudo, de língua falada, seja para desenvolvê-la, revelando suas potencialidades, suas semelhanças com conceitos aproximados e outras possibilidades de utilização, seja para criticá-la, apontando suas limitações.

Nessa perspectiva, esta obra, que constitui uma iniciativa do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEAD/UFG) e que também reflete uma parceria entre dois núcleos de pesquisa sediados na Faculdade de Letras da UFG, o Núcleo de Análise do Discurso (NAD) e o Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU), constitui o esforço coletivo de pesquisadores de diferentes instituições do país e do exterior no

sentido de promover, em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, um diálogo com a noção de trabalho de face, tal como proposta por Goffman (1967[1955]). Nesse sentido, este livro oferece um panorama bastante rico de como essa noção foi e vem sendo empregada, desenvolvida, repensada e questionada em diferentes vertentes dos estudos da linguagem e de como essa noção se materializa na linguagem, constituindo, por isso mesmo, um aparato conceitual importante para linguistas.

Esta obra está dividida em duas partes. Os capítulos componentes da parte intitulada “O trabalho de face no diálogo entre diferentes recortes teóricos compatíveis” fornecem indicações preciosas para a compreensão da maneira como a noção de trabalho de face foi incorporada e, mais do que isso, repensada no interior de diferentes vertentes e modelos teóricos dos Estudos da Linguagem e, ao mesmo tempo, apontam suas afinidades e diferenças conceituais em relação a noções aproximadas, como a noção retórica de *ethos*.

Em “A questão do lócus da face e seu impacto conversacional e cultural”, Ulrike Agathe Schröder propõe um debate sobre o lócus da face e seu impacto cultural, baseando-se na Teoria da Constituição de Face (*Face Constituting Theory*), de Arundale, que propõe uma mudança paradigmática na conceitualização da face e da (im)polidez em termos individualísticos para uma visão não somativa de comunicação. A autora busca ainda contribuições metodológicas na Análise da Conversa e na Linguística Interacional. Com base nesse arcabouço teórico e metodológico, a autora estuda, a partir da análise de uma discussão entre quatro intercambistas brasileiros na Universidade de Münster, Alemanha, até que ponto a face se localiza e emerge no curso da interação como epifenômeno, sendo um construto coordenado e negociado entre os coparticipantes.

Nessa análise, a autora concede atenção especial aos fenômenos de (des)afiliação e (des)alinhamento, dois conceitos da Análise da Conversa, que, assim como os conceitos de conectividade e separatividade, redirecionam o foco de uma abordagem intencionalista para uma abordagem interacional. Nessa perspectiva, partindo de uma microanálise refinada, revela a autora que uma visão centrada apenas nos próprios participantes é excessivamente reducionista, já que não permite levar em consideração de forma apropriada todos os aspectos que marcam as dinâmicas da fala situacional e culturalmente ancoradas.

Em “Dos processos de figuração às configurações de participação na interação: reflexões relacionais para a formação profissional”, Laurent Filliettaz, Isabelle Durand e Dominique Trébert abordam as dimensões relacionais do discurso em interação, bem

como suas implicações para o estudo dos processos de aprendizagem em situação de trabalho, no contexto da formação profissional. Partindo de uma ampliação dos trabalhos de Goffman sobre a noção de trabalho de face, propõem os autores tomar as “configurações interações de participação” como categorias analíticas capazes de evidenciar as dificuldades e as questões de posicionamento enfrentadas pelos participantes nas interações verbais.

No capítulo, os autores propõem uma definição da noção de “configurações interações de participação”, que se baseia em trabalhos do campo da Sociolinguística Interacional. Em seguida, utilizam essas proposições teóricas na análise de um *corpus* de interações do domínio da formação profissional de educadoras da infância. A análise de interações entre estudantes estagiárias, formadoras profissionais e crianças permite aos autores evidenciar as dificuldades que podem encontrar os trabalhadores novatos para “tomar seu lugar” e endossar de forma plena as posições de participação exigidas pelas situações de trabalho.

Em “Face, imagens de si e posturas enunciativas”, Wander Emediato aproxima o arcabouço teórico desenvolvido por Goffman de diferentes abordagens da Análise do Discurso, revelando as relações de influência direta ou as divergências entre as diferentes perspectivas. Ao longo do capítulo, o autor revela em que medida a perspectiva goffmaniana se aproxima ou se distancia dos conceitos de *formações imaginárias*, de Michel Pêcheux; de *ethos*, da retórica clássica, retomado recentemente pelos estudos discursivos (Amossy, Maingueneau, Eggs, Charaudeau, entre outros); de *papéis sociais* e *papéis linguageiros*, *identidade social* e *identidade discursiva*, noções desenvolvidas por Charaudeau; de *postura enunciativa*, proposta por Rabatel numa renovação das teorias enunciativas sobre polifonia e dialogismo.

O percurso teórico delineado pelo autor permite perceber de que maneira a problemática das representações de si, diretamente alimentada ou não pela teorização de Goffman, constitui um problema central para a Análise do Discurso. Valendo-se desse arcabouço teórico e, em especial, da abordagem enunciativa de Rabatel, o autor analisa a forma como o pedido de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foi abordado por duas revistas brasileiras de circulação nacional, consideradas concorrentes em suas posições dóxicas: Carta Capital e Veja. Com a análise de reportagens e artigos de opinião publicados nas revistas, o autor revela, de forma detalhada, como os diferentes posicionamentos enunciativos são empregados para gerir o dialogismo interno e produzir diferentes efeitos no tratamento da informação e, também, na imagem que deseja

construir de si para seus leitores “ideais”. Nessa perspectiva, o autor mostra a imbricação profunda que há entre o funcionamento enunciativo e a construção da imagem de si.

Em “Emoções e representações de si: a propósito da *indignação* e do *embaraço*”, Helcira Lima, focalizando o papel das emoções no discurso, considera que, assim como não se pode compreender um item lexical isolado de seu uso, não se pode apreender a natureza da emoção sem inseri-la na perspectiva de uma situação concreta. Nessa perspectiva, a autora, articulando contribuições de estudiosos da Retórica e noções próprias do quadro goffmaniano, tais como trabalho de face, enquadre e *footing*, reflete sobre o papel das emoções na representação de si, focalizando a *indignação* e o *embaraço* e tendo como apoio fragmentos de um episódio do programa televisivo *Sem censura* em que um convidado, o ator Pedro Cardoso, se recusou a continuar participando da entrevista e deixa o programa.

A partir da análise dos excertos, a autora evidencia, de forma pormenorizada, o papel de diferentes recursos argumentativos, tais como negação, justificativa, refutação, operadores, marcadores de atenuação, na expressão da indignação e do embaraço. Consequentemente, a análise proposta pela autora revela como a expressão dessas emoções é essencialmente ligada à construção do *ethos* e à definição da situação (do enquadre) de que participam os interlocutores. Por meio da análise, constata a autora que *indignação* e *embaraço* são emoções que colocam em jogo a imagem do sujeito e, portanto, estão ligadas ao modo com o sujeito se representa e como supõe que o outro o enxerga também.

Em “Inter(faces): uma releitura retórico-problematológica da relação entre *ethos* e face em um discurso político”, Rodrigo Seixas Pereira Barbosa propõe uma aproximação entre a noção de *face*, de Goffman, e a noção retórica de *ethos*, através de uma releitura *problematológica*, na perspectiva de Meyer, a fim de identificar a possibilidade de analisar uma eventual transferência de *ethos* entre os presidentes Lula e Dilma, a partir da reconstrução da face de um pelo outro. Para realizar esse estudo, o autor analisa trechos do discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Fórum Mundial de Direitos Humanos, ocorrido em Brasília, no ano de 2013, a fim de perceber a ocorrência de algumas estratégias de *ethos* e de preservação de face no discurso em questão. Por meio dessa análise, evidencia o autor que o *ethos* construído por Lula, proveniente de sua alta perceptividade e habilidade no trato social, consegue não apenas dar conta da pessoa do próprio ex-presidente, mas também funciona como suporte a uma possível reconstrução de *ethos* e também de face da então presidente Dilma Rousseff.

Em “Violência de gênero e polarização discursiva”, Micheline Mattedi Tomazi e Raquelli Natale abordam o tema da violência contra a mulher, articulando noções extraídas do arcabouço teórico desenvolvido por Goffman e as noções de polarização discursiva, autoapresentação positiva e outroapresentação negativa, noções desenvolvidas no quadro da abordagem sociocognitiva dos estudos críticos do discurso de van Dijk. A partir dessas contribuições teóricas, as autoras estudam a carta aberta escrita pelo ator José Mayer em resposta ao relato publicado no blog “Agora é que são elas”, do jornal Folha de São Paulo, em que Susllem Meneguzzi Tonani, figurinista da Rede Globo, narrou assédios morais e sexuais cometidos por esse ator.

A análise realizada pelas autoras revela que, apesar de construir o texto com enunciados que parecem simbolizar um pedido de desculpa, o ator não assume sua culpa. A análise revela, assim, que, por meio do trabalho de face realizado na escrita da carta, o ator enfatiza as crenças machistas das gerações anteriores, colocando-se como pertencente a essas ideologias, mas, sobretudo, como vítima desse pensamento, ao dizer que só com a denúncia da colega de trabalho é que passou a ter consciência disso. Nesse sentido, mostram as autoras que a vitimização é utilizada por ele como estratégia para aproximar-se da ofendida, colocando-se também como vítima, a fim de recuperar sua imagem perante a sociedade, transmitindo uma falsa impressão de que houve uma redenção e um reconhecimento da culpa.

Em “Pesquisa emancipatória: realismo crítico e análise crítica do discurso”, Solange Maria de Barros se vale do arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso e do Realismo Crítico, dando enfoque à pesquisa emancipatória. Em seu estudo, a autora expõe o modelo de análise desenvolvido por Chouliaraki e Fairclough, acerca dos cinco estágios enumerados por esses dois estudiosos, e sugere a inclusão de um sexto estágio. Com base nesse arcabouço teórico, a autora apresenta alguns projetos de pesquisa que desenvolveu na Escola Estadual Meninos do Futuro, localizada no Centro Socioeducativo Pomeri, Cuiabá/MT, buscando algum tipo de mudança. A escola atende jovens e adolescentes de 12 a 18 anos, privados de liberdade, encaminhados pela delegacia especializada de adolescentes ou juizado. Em seu trabalho, a autora procura lançar o olhar sobre os obstáculos enfrentados pelos professores e, a partir desses obstáculos, propor mecanismos de superação. Nessa perspectiva, sua proposta tem como foco desvelar as injustiças sociais, bem como propor mudanças nas estruturas de poder existentes no Centro Socioeducativo Pomeri.

Os capítulos da parte intitulada “O trabalho de face e sua materialidade linguística em variados planos de organização discursiva”, por sua vez, se dedicam a investigar de maneira detalhada como recursos linguísticos, textuais e semióticos específicos, tais como relações de discurso, conectores, marcadores digressivos, nominalizações, *hashtags*, minimizadores, formas de tratamento etc., exercem papel de primeira importância no trabalho de face, auxiliando na reivindicação de valores sociais e na apresentação ou representação de si.

Em “Relações de discurso e conectores: o trabalho de face em textos de falantes de português como língua adicional”, Valéria Schmid Queiroz e Janice Helena Chaves Marinho investigam como os estudantes de Português como Língua Adicional (PLA) estabelecem as relações de discurso e empregam conectores como estratégias do trabalho de face. Adotando o Modelo de Análise Modular do Discurso como instrumento teórico-metodológico para a interpretação do desempenho discursivo de falantes de Língua Portuguesa como uma língua adicional na escrita, as autoras analisam textos de participantes que fizeram a prova do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa do Brasil (Celpe-Bras). Focalizando o plano da articulação textual (a forma de organização relacional), as autoras evidenciam em suas análises que a proficiência linguística exerce um papel importante no trabalho de face desenvolvido pelos autores.

Assim, enquanto estudantes avaliados no nível Avançado Superior dispõem de um vocabulário que lhes permite fazer escolhas estilísticas mais precisas em seu texto e empregar estratégias do trabalho de face, estudantes que não receberam certificação, embora utilizem marcadores discursivos e modalizadores, não costumam ser bem-sucedidos na articulação das relações entre atos e intervenções no seu texto, o que acaba por constituir ameaça à sua face. Nesse sentido, as autoras demonstram que as relações de discurso e sua marcação por conectores são elementos que exercem papel central na maneira como os estudantes de PLA estabelecem o trabalho de face e constroem imagens de si.

Em “Marcadores digressivos do espanhol e a preservação da face na interação oral”, Daniel Mazzaro e Paula da Costa Souza estudam os marcadores de digressão de língua espanhola tais como *a propósito*, *por cierto*, entre outros, como estratégias que possibilitam ao falante realizar sua representação e definir sua situação de interação. Tomando como base empírica dois *corpora* de conversação em língua espanhola (*Corpus Val.Es.Co* e *Corpus de Conversaciones Coloquiales*), concluem os autores que os digressores constituem uma importante estratégia para evitar a exposição de faces

negativas, principalmente a de si, pois sinalizam lexicalmente a descontinuidade do tópico e minimizam a construção de imagens de moralista, mal-educado(a), impertinente, não cooperativo com a conversação etc. Nessa perspectiva, as descontinuidades tópicas, tanto as marcadas como as não marcadas, funcionam como possibilidades na construção de sentidos na interação linguageira.

Em “Sobre o potencial semântico-pragmático das *hashtags*”, Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira e Marisa Mendonça Carneiro partem da constatação de que o hibridismo entre a fala e a escrita é exponencialmente elevado na comunicação digital, havendo um acúmulo de representações semióticas. Diante disso, propõem um estudo que identifica o potencial semântico e pragmático de um dos elementos constitutivos do texto virtual, as *hashtags*. Para consubstanciar a análise, as autoras fazem um panorama geral das características semântico-pragmáticas do texto digital, para, com base nele, apresentar um estudo das *hashtags*, baseado no grau de contribuição destas para a formulação do conteúdo proposicional dos textos digitais.

Nessa perspectiva, revelam que o uso desses ícones não é redutível a aspectos extralinguísticos e, tampouco, à simples manifestação das emoções dos interactantes. Os resultados de sua análise sugerem que as *hashtags* podem contribuir para a construção dos sentidos comunicados, indicando a intencionalidade das trocas comunicativas nas quais estão presentes, sendo, nesse sentido, elementos importantes para o trabalho de face. Nesse sentido, o estudo evidencia que, em interações mediadas pelo ambiente digital, as *hashtags* são usadas de modo múltiplo, ora para atenuar, ora para intensificar os sentidos propostos, havendo, quase sempre, forte elemento intersubjetivo.

Em “O uso de minimizadores nos diálogos do seriado *Friends*: um estudo à luz da Teoria da Polidez”, Bárbara Malveira Orfanò e Leonardo Pereira Nunes investigam como o trabalho de face pode ser observado linguisticamente através do uso de elementos de polidez (minimizadores) em *corpus* oral composto por diálogos em língua inglesa da série de comédia para televisão *Friends*. Comparando os diálogos do seriado *Friends* com o *Santa Barbara Corpus of Spoken English* (SBCSE) (variante dialetal norte-americana) e o *Limerick Corpus of Irish English* (L-CIE) (variante dialetal irlandesa), constatam os autores que o *corpus* do seriado *Friends* apresenta um número considerável de minimizadores, se comparado aos *corpora* SBCSE e L-CIE. Para os autores, essa é uma evidencia de que os falantes do seriado estão tão atentos às questões de face quanto os falantes dos *corpora* de referência, o que atende às expectativas da audiência ao conferir ao programa um senso de realidade e naturalidade.

Em “Estratégias discursivas de preservação de face em ofícios expedidos em ambiente militar”, Edelvais Brígida Caldeira, Fernanda Avelar e Raquel Rossini partem do pressuposto de que os conceitos de polidez e de preservação de face são importantes para uma análise das estratégias discursivas utilizadas em ofícios em ambiente militar. Baseando-se em *corpus* formado por 22 ofícios expedidos em organização militar (ofícios para civis, para militares de patente inferior e para militares de patente superior), investigam as autoras quais estratégias linguísticas relativas à preservação das faces positiva e negativa são utilizadas nesses documentos.

Como resultado, identificaram uma correlação entre os tipos de estratégias utilizadas, negativas ou positivas, e a posição do militar que expediu o documento, na hierarquia da organização militar. Assim, no primeiro tipo de ofício (para civis), foram utilizados em quantidade equivalente tanto os recursos de independência (face negativa) quanto os de envolvimento (face positiva). No segundo tipo de ofício (para militares de patente inferior), constatou-se o pouco uso de estratégias de preservação de face positiva, havendo, portanto, uma minimização da ameaça de face por meio de estratégias linguísticas de independência (face negativa). No terceiro tipo de ofício (para oficiais de patente superior), identificou-se um número maior de estratégias discursivas de preservação de face negativa.

Em “A nominalização deverbal como estratégia complexa de polidez em artigos científicos brasileiros”, Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira, Gustavo Ximenes Cunha e Monique Vieira Miranda partem da hipótese de que o trabalho de face é uma dimensão essencial da construção do discurso, independentemente da modalidade oral ou escrita. Por isso, sustentam que a nominalização empregada na escrita de textos do domínio acadêmico, especificamente artigos científicos, pode funcionar como estratégia complexa de polidez. Com base em extenso *corpus*, formado por artigos científicos escritos em português, observam os autores que a nominalização, por permitir a omissão do agente responsável pelo processo verbal nominalizado, pode exercer diversas funções em artigos científicos, tais como impor ao leitor, de modo menos direto e, portanto, menos agressivo, a veracidade dos resultados da pesquisa, ocultar o autor e colocar a pesquisa em primeiro plano, sugerindo que o foco deve estar na pesquisa ou no desenvolvimento da área dos conhecimentos em que o artigo se insere, e condensar processos complexos, poupando dispêndio de esforço cognitivo e tempo pelo leitor.

Como se pode perceber por essa sucinta apresentação da obra e dos capítulos que a compõem, “Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem”



*Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem*

constitui obra essencial para todos os estudiosos que se interessam pela maneira como a problemática do trabalho de face vem sendo tratada e debatida em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e se concretiza na forma como utilizamos a linguagem nas mais diversas situações do cotidiano.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

*Os organizadores.*

### **Referências**

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009[1959].

GOFFMAN, E. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In:

GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books, 1967[1955], p. 5-45.

VION, R. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hachette, 1992.

# Sumário

## PARTE I: O trabalho de face no diálogo entre diferentes recortes teóricos compatíveis

21

ULRIKE AGATHE SCHRÖDER

*1. A questão do lócus da face e seu impacto conversacional e cultural*

71

WANDER EMEDIATO

*3. Face, imagens de si e posturas enunciativas*

109

RODRIGO SEIXAS PEREIRA BARBOSA

*5. Inter(faces): uma releitura retórico-problematológica da relação entre ethos e face em um discurso político*

147

SOLANGE MARIA DE BARROS

*7. Pesquisa emancipatória: realismo crítico e análise crítica do discurso*

43

LAURENT FILLIETTAZ, ISABELLE DURAND E DOMINIQUE TRÉBERT

*2. Dos processos de figuração às configurações de participação na interação: reflexões relacionais para a formação profissional*

93

HELDIRA LIMA

*4. Emoções e representações de si: a propósito da indignação e do embaraço*

129

MICHELINE MATTEDI TOMAZI E RAQUELLI NATALE

*6. Violência de gênero e polarização discursiva*

# Sumário

## PARTE II - O trabalho de face e sua materialidade linguística em variados planos de organização discursiva

163

VALÉRIA SCHMID QUEIROZ E JANICE HELENA CHAVES MARINHO

*8. Relações de discurso e conectores: o trabalho de face em textos de falantes de português como língua adicional*

207

ANA LARISSA ADORNO MARCIOTTO OLIVEIRA E MARISA MENDONÇA CARNEIRO

*10. Sobre o potencial semântico-pragmático das hashtags*

243

EDELVAIS BRÍGIDA CALDEIRA, FERNANDA TEIXEIRA AVELAR E RAQUEL ROSSINI

*12. Estratégias discursivas de preservação de face em ofícios expedidos em ambiente militar*

283

AUTORES

185

DANIEL MAZZARO E PAULA DA COSTA SOUZA

*9. Marcadores digressivos do espanhol e a preservação da face na interação oral*

227

BÁRBARA MALVEIRA ORFANÒ E LEONARDO PEREIRA NUNES

*11. O uso de minimizadores nos diálogos do seriado Friends: um estudo à luz da Teoria da Polidez*

261

ANA LARISSA ADORNO MARCIOTTO OLIVEIRA, GUSTAVO XIMENES CUNHA E MONIQUE VIEIRA MIRANDA

*13. A nominalização deverbal como estratégia complexa de polidez em artigos científicos brasileiros*

## 1. A questão do lócus da face e seu impacto conversacional e cultural<sup>1</sup>

Ulrike Agathe Schröder

### 0 Introdução

Em seus trabalhos recentes, Arundale (2009, 2010, 2013) tem desenvolvido sua Teoria da Constituição de Face (*Face Constituting Theory*), que se baseia em um Modelo de Comunicação Coconstituída em Conjunto. O ponto decisivo desta proposta é uma mudança paradigmática na conceitualização da face (GOFFMAN, 1967 [1955]) e da (im)polidez (BROWN; LEVINSON, 1987 [1978]; CULPEPER, 1996, 2005) em termos individualísticos para uma visão não somativa de comunicação, fundamentada nos *insights* da Análise da Conversa (ARUNDALE, 2010). Além disso, ele enfoca a relação dialética de reciprocidade entre conectividade e separatividade como sendo uma categoria básica da interação humana, conforme destacam Baxter e Montgomery (1996). Por fim, um terceiro alicerce de seu arcabouço teórico é a alegação de que há expressões culturalmente específicas para essa relação dialética, que são os ingredientes básicos para *construals* êmicos da primeira ordem da face. Esses *construals* precisam ser diferenciados de *construals* da segunda ordem, construtos teóricos, não da face, mas sobre a face, elaborados pelo pesquisador (ARUNDALE, 2013).

O objetivo deste capítulo é traçar a proposta principal da Teoria da Constituição de Face (TCF) de acordo com Arundale a partir de uma perspectiva culturalmente entrincheirada. Averiguaremos, a partir de um exemplo específico cunhado culturalmente, até que ponto a face de fato se localiza e emerge no curso da interação como epifenômeno, sendo um construto cocoordenado e negociado *entre* os coparticipantes. Direcionaremos uma atenção especial aos fenômenos de (des)afiliação e

---

<sup>1</sup> Em primeiro lugar, apresento meus sinceros agradecimentos a Robert B. Arundale pelo interesse no meu trabalho e pelos comentários extensos e aprofundados que me ajudaram a aperfeiçoar substancialmente este artigo. Adicionalmente, gostaria de agradecer ao CNPq pelo apoio pela Bolsa de Produtividade (2015-2018), à FAPEMIG pelo apoio recebido pelo Programa Pesquisador Mineiro (2015-2017 e 2017-2019) e à CAPES juntamente à Fundação Alexander von Humboldt pelo apoio que recebi pelo programa *Capes-Humboldt Research Fellowship for experienced researchers* para a realização do meu pós-doutorado na Universidade de Münster na Alemanha (2013-2014). Finalmente, agradeço cordialmente a Profa. Dra. Susanne Günthner que me convidou para realizar minha pesquisa na WWU em Münster, no Instituto de Estudos Germânicos, a Martina Hofer da *International Office*, a Susanne Filler do programa intercambista ERASMUS e a Ricardo Schuch e Luciano Januário de Sales do Centro Brasileiro da WWU, bem como a Thomas Böcker e Indra Sülzer pela ajuda nas filmagens e transcrições.

(des)alinhamento, dois conceitos-chave provindos da Análise da Conversa, que, igualmente como os conceitos de conectividade e separatividade, redirecionam o foco de uma abordagem intencionalista para uma abordagem interacional. Com isso, especialmente quando entram em cena conceitos culturais, supõe-se que a face precise ir muito além de uma questão tão isolada quanto, por exemplo, as Teorias da (Im)Polidez.

Após uma breve apresentação do debate atual voltado para o lócus da face e seu impacto cultural, introduziremos um exemplo do *corpus* do Núcleo de Estudos de Comunicação (Inter)Cultural em Interação (NUCOI) (disponível em: <[www.letras.ufmg.br/nucleos/nucoi/](http://www.letras.ufmg.br/nucleos/nucoi/)>), que provém de uma discussão entre quatro intercambistas brasileiros na Universidade de Münster, Alemanha, no final da estadia de um ano fora do país de origem, em que falam sobre as experiências interculturais. Com base em uma análise que parte de uma metodologia fundada na Análise da Conversa e na Linguística Interacional, mas que, além disso, integra elementos da Pragmática Intercultural e da Linguística Cultural, também mostraremos como a “face” é destacada à luz das relações de conectividade e separatividade, visíveis no plano interativo por pistas de (des)alinhamento e (des)afiliação.

## 1 O debate atual sobre o lócus da face

Durante a última década, iniciou-se um debate teórico com a retomada da noção de “face”<sup>2</sup>. Pesquisadores do campo da Pragmática Interacional e Intercultural buscaram restabelecer o conceito de face perante o reconhecimento crescente dos limites das Teorias da (Im)Polidez quando se trata de explicar fenômenos de escopo maior, sejam eles ligados a momentos mais complexos da conversa, da situação comunicativa na qual esta se encaixa, do enquadre dos participantes, dos meios verbais, vocais e visual-corporais envolvidos, caso estejam relacionados ao pano de fundo cultural e à sua diversidade. Bargiela-Chiappini (2003) lembra da origem sociorritualística da ideia da ‘face’ inerente ao conceito de Goffman e seu estreitamento pós-goffmaniano, o que, segundo ela, foi erroneamente atribuído ao próprio Goffman. Se dermos uma olhada no

<sup>2</sup>Ver os números especiais do *Journal of Pragmatics*: “Face in Interaction” (vol. 42, nº 8, 2010); “Identity Perspectives on Face and (Im)Politeness” (vol. 39, nº 4, 2007); “About Face” (vol. 35, nº 10-11, 2003), bem como o número especial no periódico *Pragmatics*: “Relational work in Facebook and discussion boards/fora” (vol. 25, nº 1, 2015). Ver também a coletânea organizada por Francesca Bargiela-Chiappini e Michael Haugh: *Face, Communication and Social Interaction* (2009).

ensaio original dele (GOFFMAN, 1967 [1955]) a partir de um ponto de vista atual, de fato, fica a impressão de que Goffman estivesse oscilando entre uma perspectiva essencialista-egológica e uma perspectiva sociointeracional, sem se preocupar com as contradições inerentes a tais ângulos opostos. Sendo assim, por um lado, ele metaforicamente tornou o conceito de face em um objeto ao dizer que podemos “ter”, “manter”, “perder”, “dar”, “preservar”, “estar em uma face errada”, ou “fora dela”<sup>3</sup> (GOFFMAN, 1967 [1955], p. 6-9). Por outro lado, ele localiza a face explicitamente não no corpo, mas “no fluxo de eventos no encontro”<sup>4</sup> (*ibid.*, 7), uma vez que a face constitui as “regras de trânsito da interação social”<sup>5</sup> (*ibid.*, 12), enfatizando que a face é algo apenas “emprestado a ele [o indivíduo, US] pela sociedade”<sup>6</sup> (*ibid.*, 10).

Foram Brown e Levinson que não apenas tornaram o conceito popular na pragmática, mas também o transformaram, de acordo com vários críticos, “em um modelo cognitivo baseado em pressupostos ocidentais etnocêntricos tais como a existência de um ator predominantemente racional e uma natureza estratégica e lucrativa do ‘trabalho de face’ e da interação social”<sup>7</sup> (BARGIELA-CHIAPPINI, 2003, p. 1454). No entanto, já há outras vozes que assinalam que tais críticas, por sua vez, não veem a conceitualização mais abrangente que também se encontra no esboço de Brown e Levinson (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 31-40).

Seja como for, Arundale (1999, 2008, 2009, 2010, 2013) vai além de uma mera crítica no que diz respeito a questões que talvez tenham sido negligenciadas em outros momentos ao mostrar, por fim, que o problema crucial seria que todas as abordagens voltadas para (im)polidez deixam intacto o modelo transmissor da comunicação, em que a face é concebida em termos de “atributos centrados na pessoa”<sup>8</sup> (ARUNDALE, 2010, p. 2086). Neste ponto, Arundale retoma um ponto importante já abordado pelo comunicólogo Gerold Ungeheuer (2010 [1083], 1987) nos anos 1970 e 1980. Naquela época, Ungeheuer advogou por uma Ciência de Comunicação própria, em seus próprios termos. Influenciado pela definição de “ação de fala” (*Sprachhandlung*) como “o guiar recíproco do comportamento” (*gegenseitige Verhaltenssteuerung*; BÜHLER, 1982 [1934]), pelo

<sup>3</sup>*having, maintaining, losing, giving, saving, being in wrong, ou out of it*

<sup>4</sup>“in the flow of events in the encounter”

<sup>5</sup>“traffic rules of social interaction”

<sup>6</sup>“loan to him [the individual, US] from society”

<sup>7</sup>“into a cognitive model based on Western ethnocentric assumptions such as the existence of a predominantly rational actor and strategic, goal-oriented nature of ‘facework’ and of social interaction.”

<sup>8</sup>“person-centered attributes”

postulado da emergência da mente e do *self* como epifenômenos que surgem no processo social da comunicação por meio de signos simbólicos, de acordo com a Teoria Social de George H. Mead (1967 [1932]), e pelos estudos de Philipp Wegener (1991 [1885]) sobre a pervasividade bidirecional da ação coordenativa, a questão crucial para Ungeheuer foi a estrutura particular da interação comunicativa, por sua vez, vista como ação social. Ao elaborar esta teoria em seus próprios termos, Ungeheuer se tornou consciente dos reducionismos que havia no campo da pragmática do seu tempo e questionou a noção psicológica ubíqua de intenções. Segundo Ungeheuer, este termo foi adotado desatentadamente pelo campo da comunicação na Teoria das Máximas Conversacionais, bem como na Teoria dos Atos da Fala, sem que se perguntassem se “aquilo” que é comunicado de fato representaria nossas “intenções” e o que o interlocutor exatamente está fazendo com elas (UNGEHEUER, 2010 [1983], p. 56-62).

De modo similar, o Modelo de Comunicação Coconstituída em Conjunto busca superar conceitos já errôneos na raiz, ao defender que a face não deveria ser concebida como “um construto psicológico exógeno ao uso da língua, mas como uma realização diádica endógena ao uso da língua, pois é alcançada como parte integral da interação entre os coparticipantes”<sup>9</sup> (ARUNDALE, 2010, p. 2079).

É por isso que Arundale vê um potencial tão alto na Análise da Conversa, que oferece uma fundamentação metodológica apropriada para a Teoria da Constituição de Face (TCF), que, por sua vez, passaria de uma perspectiva individualista para o plano interacional da ação coordenada. Destarte, ele ressalta alguns princípios-chave para a ancoragem da face, a saber:

- (i) a ‘Interpretação’ (*Interpreting*) como uma atividade que se desenvolve continuamente;
- (ii) o ‘Princípio da Colocação Adjacente’ (*Adjacent Placement Principle*), que conecta a interpretação de um enunciado de uma pessoa à interpretação de um enunciado anterior ou posterior;
- (iii) o ‘Princípio da Interpretação Sequencial’ (*Sequential Interpreting Principle*), que se refere à interpretação do enunciado atualmente produzido com base no conhecimento e nas expectativas que surgem na adequação e interpretação dos enunciados anteriores; e
- (iv) o ‘Princípio da Adequação ao Receptor’ (*Recipient Design Principle*), acerca das múltiplas possibilidades a partir das quais os falantes formam seus enunciados voltando-os para os outros, ao levarem em consideração a perspectiva do participante.

Porém, deveríamos nos lembrar também de que pesquisadores do campo da Análise da Conversa são frequentemente confrontados com as implicações críticas da metáfora da “máquina” (SACKS, 1995, p. 169), que aponta seu interesse exclusivo em

<sup>9</sup> “a psychological construct that is exogenous to language use, but a dyadic accomplishment that is endogenous to using language because it is achieved as an integral part of the interaction among participants.”

regularidades da conversa, tornando-os cegos para os desdobramentos idiossincráticos de eventos conversacionais ou, com as palavras de Goffman (1981, p. 14), transformando-os em “engenheiros da comunicação”<sup>10</sup>. Adicionalmente, para analistas conversacionais, o problema da relatividade cultural muitas vezes fica em segundo plano. Sendo assim, Schmitz (2014) questiona a afirmação da universalidade implícita da AC, quando esta constata suas regularidades para “cada conversa” sem problematizar se “conversa” de fato poderia ser entendida de forma igual em cada cultura. Finalmente, Haugh (2009, p. 10) frisa o fato de que teremos que ir além da mera análise situacional para compreender a relação particular existente entre os participantes no momento anterior à conversa, bem como as dimensões sociocognitivas e histórico-culturais da face e do trabalho da face, geralmente renegadas pela AC. Retomaremos estes pontos nas conclusões finais.

Ao levarmos em consideração também as pistas prosódicas e não verbais, atenção especial será dada à relação dialética entre conectividade e separatividade de acordo com Arundale, operacionalizando estes conceitos por meio de uma análise de *tokens* (ou de sua ausência) de (des)alinhamento e (des)afiliação. Por enquanto, estes conceitos receberam bastante atenção nos estudos da AC, por exemplo, nas análises da organização das preferências (ATIKINSON; HERITAGE, 1984, p. 53-56), da organização sequencial (STIVERS, 2008, 2013), da alocação de turnos e da divisão de turnos em momentos de “narrativa assistida” (HAYASHI, 2013; LERNER, 1992, 2002; STIVERS, 2013), bem como no caso de análises estruturais de gêneros especiais tais como zombaria jocosa (*jocular mockery*; HAUGH, 2010, 2017) e queixas (DREW; WALKER, 2009), mas não muita atenção que focalizasse principalmente a coconstrução da face.

Veremos que a presença de *tokens* de (des)alinhamento e (des)afiliação, bem como a ausência deles, podem ser diretamente interligadas à teoria de Baxter e Montgomery (1996), adotada por Arundale (2010), sobre a conceitualização dialética da interação humana. Baxter e Montgomery frisam que relacionamentos sempre são caracterizados pela interação simultânea de se abrir (*openness*) e se fechar (*closedness*) para o outro, de certeza e incerteza quanto ao relacionamento, bem como de conectividade e separatividade. Arundale (2010, 2013) dá destaque especial à face conectada (*connection face*) e à face separada (*separation face*), e sua interligação dialética em oposição à dicotomia da face positiva e negativa, isto é, os participantes

<sup>10</sup> “communication engineers”

estão constantemente oscilando entre unidade e diferenciação, “entre serem uma unidade social e serem entidades individuais”<sup>11</sup> (ARUNDALE, 2009, p. 42). Ora, vale ressaltar que, por um lado, esta conceitualização aproxima-se de conceitos do campo da Comunicação Intercultural, como os de “associação” e “dissociação” (TRIANDIS, 1984), bem como o de “*self-face*”, expresso por meio de um “estilo de autoelevação” (*self-enhancement style*), e “*other-face*”, expresso por meio de um “estilo de autossupressão” (*self-effacement style*) (TING-TOOMEY; OETZEL, 2007), embora, nesta área, sua aplicação frequentemente se dê a partir de uma macroperspectiva dualista que se opõe à visão de Arundale. Por outro lado, encontram-se os estudos de cortesia segundo Bravo, que introduzem os conceitos de “afiliação” e “autonomia” de forma semelhante à proposta de Arundale, como categorias vazias de valores socioculturais, que apenas recebem seu conteúdo específico com base em análises empíricas concretas (BRAVO, 2008). Fant (2006), por exemplo, conduz um estudo no qual mostra que, em negociações, suecos conversam predominantemente fazendo uso de um modelo voltado para autonomia, ao passo que espanhóis se orientam mais para valores relacionados à afiliação.

## 2 Análise de uma sequência de fala entre quatro intercambistas brasileiros

### 2.1 Introdução à sequência

A seguinte sequência provém de uma discussão entre quatro intercambistas brasileiros na Universidade de Münster ao final da estadia deles por dois semestres na Alemanha, em julho de 2014. A filmagem e a transcrição fazem parte do NUCOI, núcleo de estudos cujo objetivo principal é a criação de um *corpus* de filmagens e respectivas transcrições de interações entre participantes de culturas diferentes, bem como entre participantes que compartilhem o mesmo pano de fundo linguístico e cultural, para fins de comparação. No centro dessas interações, de maioria eliciadas, estão tópicos interculturais. Dessa forma, buscamos revelar como se constituem processos (auto)reflexivos em dependência da língua e cultura, e como aparecem nas interações *in situ* sendo coconstruídos pelos participantes de forma recíproca e multimodal no nível verbal, vocal e visual. Depois das filmagens, as interações são transcritas no programa

<sup>11</sup> “*between being a social entity and being individual entities*”

EXMARLDA (SCHMIDT; WÖRNER, 2009), seguindo as convenções de GAT 2 (SELTING *et al.*, 2016).

No caso apresentado a seguir, os intercambistas já estão realizando a segunda filmagem. A primeira foi realizada no início do período de intercâmbio deles, em agosto de 2013, e as perguntas feitas então foram voltadas para as expectativas com relação a diferenças culturais quanto à vida universitária, à sociedade, à família, às relações amorosas, às amizades e à comunicação. Posteriormente, a filmagem foi repetida ao final da estadia e, dessa vez, os cartões que eliciaram a discussão continham as mesmas perguntas, ajustados para eliciar comentários em relação às experiências reais.

Na sequência abaixo, B3 começa a ler a próxima questão a ser tratada na interação, que contém uma pergunta sobre situações interculturais que os participantes experimentaram na Alemanha e que envolveram mal-entendidos.

O trecho (1), em que há duas ocorrências da nominalização *avaliação*, ilustra nossas observações:

2014MuBr02p3((28:58-31:06))<sup>12</sup>

01 B3: eu lembro de uma de um mal-entendido de AU:la assim;=  
 02 =mas isso já faz bastante TEMpo também;  
 03 (.) que hm (.) ah DUas colegas minhas,  
 04 o trabalho <<all> a gente tava fazendo> o trabalho em TRllo?  
 05 e elas (.) tinham uma saída de CAMpo,  
 06 → (-) e elas me disseram que por exemplo;=AH;  
 07 → va\_vamos salR: bá (.) por dois dlas;  
 08 → a gente não vai (.) não vai (.) enFIM.  
 09 → (-) conseguir TÁ na n:: no laboratÓrio;=enFIM,  
 10 para conduzir experiMENTo?=e TAL;  
 11 a gente começa na\_na seGUNda.  
 12 B4: ((começa a olhar as mensagens no seu celular))  
 13 B3: °hh ao menos foi isso que\_eu tinha entenDido.=°h;  
 14 °h (.) quando\_eu cheguei na seGUNda,=  
 15 =eu descobri que elas foram na SEXta.

<sup>12</sup> A sequência pode ser assistida no seguinte link:  
<https://drive.google.com/file/d/0B4065pqma9RCOUJWcGZzYS0yMzA/view?usp=sharing>.

16 (.) e não tinham me avISAdo.  
 17 (.) e daí elas falaram que passaram MUI:to trabalho;  
 18 e na sexta fazendo MUIta de coisa;  
 19 → monte de\_de\_d:\_de: (.) ativiDAdes e tal,  
 20 (.) e DESde da do;  
 21 isso foi tipo na no fiNAL do de um mÓdulo-  
 22 da\_dessa de\_do final dessa terceira semana para QUARta semana,  
 23 era o ÚLtimo última semAna,=  
 24 =°h elas ficaram MUIto ah: (-) de mA:l assim;=SAbe;  
 25 tipo ficou um clima muito ru↑IM entre nós assim.>  
 26 e tipo (-) °h e mais <<movendo suas mãos, f> porque eu realmEnte  
 não não tinha sido avi'SAdo direto.>  
 27 tipo do do que tava aconteCENdo.  
 28 (-) e: não foi por falta de busCAR;:=  
 29 =porque mandei eMAIL e tudo mais?>  
 30 → (.) e (.) NOSsa. ((bate com as mãos nas coxas))  
 31 ficou um clima muito ruIM assim tipo entre nÓ:s assim.  
 32 até o trabalho fiNAL assim: bE:m;  
 33 → nOssa (.) eu me senti MUIto: (-) <<p> sei lá.>  
 34 (--) retrá:do assim pra pra poder ajudAr e tudo mais,  
 35 assim tipo Elas me botavam numa situação tipo ah-  
 36 (.) faz isso aQUI.  
 37 e daí\_daí é um negócio sUperdiFícil assim?  
 38 °h e (.) tipo (.) uma\_uma coisa que poderia ter sido (.)  
 <<olhando para B2 e movendo as mãos em círculos fei\_feito em três  
 pessoas> discu[TINdo, ]  
 39 B2: [hm aHã:;  
 40 B3: [seria !FÁcil de fazer rÁpido;>]  
 41 B2: [((incompreensível, 1.4)) ]  
 42 B3: [de fazer elas\_fazer <<alcançando mão para frente> FAZ tudo>]  
 43 B2: [((incompreensível, 2.0)) ]  
 44 B1: [((incompreensível, 2.0)) ]  
 45 B3: aquí e daí a gente disCUte.  
 46 → e [aí tipo ↑PÔ.]  
 47 B2: [aHAM, ]  
 48 (--)  
 49 B3: → ↑TÁ ↓be'IEza FAço `flz,

50 daí: (cê) chegava para discutlr elas (falavam) tá TUdo errado.  
 51 (.) vamo fazer aGOra.  
 52 → daí tipo (.) ↑POxa-  
 53 B2: → <<p>NOSsa.>  
 54 B3: (--) foi tipo a 'piOR experi'Ência que\_eu tive aqui.  
 55 e isso é mas tiPO:;  
 56 (-) talVEZ;  
 57 eu não sei se isso foi (.) por mal-entenDIdo;  
 58 sei LÁ mas;  
 59 °hhh (.) é:;  
 60 só não foi uma situação agraDÁvel.  
 61 (3.3)  
 62 B2: hm.  
 63 B3: não me recordo de mais NAdA.  
 64 → (8.3)  
 65 B3: <<olha para B4, voz tensa> alguém mAis (.) para contar alguma  
 COIsa?  
 66 → estamos FEItos.>  
 67 [°hhh hh°; ]  
 68 B4: [<<rindo, p>esta:mos (.) É:;]  
 69 acho que é [ISso.> ]  
 70 B3: [<<olhando para B1>enTÃO.>]

## 2.2 Microanálise a partir da perspectiva da Análise da Conversa

Como já demonstrado por Stivers (2013, p. 203), narrações são geralmente organizadas em torno de posturas (*stances*), em oposição a pares adjacentes, que são organizados ao redor de tipos de ações. A seguir, mostraremos que falta neste trecho algum tipo de *uptake* pelo lado dos coparticipantes, ou seja, nenhum alinhamento e nenhuma afiliação são realizados de forma esperada. Rigorosamente falando, nenhum dos interlocutores adota uma postura avaliativa, o que é tratado cada vez mais por todos os participantes como ausência notada, menos por B4, que já adotou um tipo especial de “jogo cruzado” (*crossplay*, GOFFMAN, 1981, p. 134), ao enviar mensagens no seu celular desde o início da narrativa (L12).

Direcionemos nossa atenção, primeiramente, a possíveis pontos de completude nos quais continuadores geralmente ocorrem, sinalizando “a postura segundo a qual o

falante desta unidade estendida deve continuar falando”<sup>13</sup> (SCHEGLOFF, 1982, p. 81), ou nos quais transições de turno aludem ao engajamento dos coparticipantes. Como corroborado por Brazil (1997, p. 93), quando uma narração continua, o sinal típico pelo qual o narrador indica que quer continuar sem ser interrompido é uma entonação ascendente no final do turno. Curiosamente, em nossa sequência, há apenas poucos procedimentos, tais como entonação ascendente ou fala encaixada (L23 ou L28), que indicam a pretensão do falante de manter o turno. Ao invés disso, observa-se um número crescente de possíveis pontos sintáticos de completude, junto a pistas prosódicas e paraverbais, tais como pausas (L34, L36, L51, L54, L56, L61, L64), entonação descendente (L33, L34, L34, L50, L51), acento final (L36, L54), alongamento combinado com entonação descendente (L55, L59), e também meios verbais como preenchedores lexicais, tais como “sei lá” (L33, L58) ou “tipo” (L35, L38, L46, L52, L54, L55). Esses preenchedores tendem a ocorrer quando é esperada uma reação do ouvinte.

Com base na classificação de marcadores conversacionais em PB e suas funções de acordo com Marcuschi (1989), Galembeck (2008) ilustra como marcadores de atenuação são utilizados para preservação da face em conversas reais, e introduz os “marcadores *hedges*” como aqueles que minimizam a força assertiva dos enunciados, tais como “assim”, “vamos dizer assim” ou “não sei”, expressões que introduzem um grau de incerteza e imprecisão e, sendo assim, “evidenciam as oscilações entre a imagem da própria pessoa e a voz do grupo” (GALEMBECK, 2008, p. 341). De fato, na fala de B3, no total, observam-se seis ocorrências de “tipo” (L35, L38, L46, L52, L54, L55), duas ocorrências de “assim” (L34, L37), uma ocorrência de “assim tipo” (L35), duas ocorrências de “sei lá” (L33, L58), uma ocorrência de “não sei” (L57) e uma ocorrência de “talvez” (L56), que mascaram o dilema no qual B3 se encontra: Perante a ausência de retornos, o falante continua construindo seu turno de modo incremental, especialmente a partir do momento no qual o clímax da narração foi atingido, na linha 19, marcado pelo movimento entonacional final ascendente, bem como pela micropausa na próxima linha. Não obstante, os outros continuam a se absterem de qualquer engajamento na interação. O próximo possível ponto de completude segue na linha 23, quando B3 até explicitamente usa uma entonação ascendente<sup>14</sup>, mas não recebe nenhum continuador (SCHEGLOFF, 1982, p. 81) e também ninguém pega o turno. Concomitantemente, no plano visual, B3 constantemente altera seu olhar entre os dois coparticipantes restantes, enquanto estes

<sup>13</sup> “the stance that the speaker of that extended unit should continue talking”

<sup>14</sup> É por isso que Sacks, Schegloff e Jefferson (1974, p. 718) nomeiam estas ocorrências de *recompleters*.

nem respondem ao olhar e nem fazem algum movimento corporal; os acenos de cabeça são igualmente infrequentes. Em contraposição a isto, B3 torna-se cada vez mais animado, em sintonia com seu crescente envolvimento emocional na narração.

Em seu trabalho sobre “monitoramento mútuo”, Goodwin (1980) evidencia a importância de pistas não verbais como acenos, movimentos de sobrancelhas, sorrisos, viradas de olhos e outros movimentos para indicar vários tipos de compreensão e reconhecimento como retorno do interlocutor para o falante. Porém, aqui, embora o falante “convide o ouvinte para entrar no domínio que consiste nas emoções do falante”<sup>15</sup> (GOODWIN, 1980, p. 309), a “queixa” (DREW; WALKER, 2009), ou seja, a “indignação moral” (GÜNTNER, 1999) não se desenvolve de modo prototípico através de uma construção de “simpatia afetiva”, uma vez que ninguém colaborativamente coconstrói a narração com B3, e ele tem que prosseguir com a expansão sozinho. Para isso, a partir da linha 24, B3 aprofunda seu “estilo de fala enfático” (*emphatic speech style*; SELTING, 1994), que se reflete em um uso mais expressivo de pulos entonacionais e movimentos entonacionais mais fortes (L25, L46, L49, L52), bem como na coocorrência de meios não verbais exibidos no plano gestual pelo movimento da mão para frente e para trás, e também para cima e para baixo. Adicionalmente, ele mesmo apresenta as reações esperadas dos demais, por meio de “exclamações responsivas” (*response cries*; GOFFMAN, 1981, p. 100), como se vê nas linhas 30 e 33, quando ele metacomunicativamente comenta a narração em andamento pela interjeição “NOSsa/nOssa”, e, nas linhas 46 e 52 por “↑PÔ” e “↑Poxa”, ambas expressões descritas por Marcuschi (2006, p. 41) como interjeições que representam marcadores conversacionais com função exclamativa e enfática na fala brasileira, geralmente utilizadas por ouvintes para incentivarem o falante a continuar com sua fala, podendo ser vistas como sinal de sintonia entre falante e ouvinte com respeito ao engajamento entre eles. Na linha 38, ele finalmente se dirige de forma exclusiva a B2, ao direcionar seu olhar persistentemente para ele e ao manter um contato visual longo até receber pelo menos um *token* de reconhecimento mínimo (L39)<sup>16</sup>.

Embora B2 tenha finalmente contribuído com a interjeição emotiva “NOSsa” (L53) no nível verbal, não há nenhum sinal de um “monitoramento mútuo” (GOODWIN, 1980) no plano prosódico ou não verbal, uma vez que a interjeição não é acentuada nem

<sup>15</sup> “invites the hearer to enter into a realm consisting of the speaker’s feelings”

<sup>16</sup> Cf. Goodwin (1980) e Ruusuvuori (2013) sobre a importância do olhar para assegurar a atenção do participante e preservar afiliação mútua.



alongada, mas apenas sussurrada. O plano não verbal continua igualmente silencioso, isto é, não há nem movimento corporal nem algum aceno, descritos por Stivers (2008) como pistas cruciais do acesso do interlocutor à postura do falante.

No final da sequência, na linha 56, o próprio B3 inicia um posicionamento final, por meio de uma perspectiva retrospectiva e resumida, ao utilizar um ato metacomunicativo por meio do qual ele volta à questão que está no cartão e questiona se a narração dele de fato representa um mal-entendido típico ou não.

Após ninguém tomar o turno no ponto de completude na linha 60, “só não foi uma situação agradável”, algo reforçado por uma pausa de 3.3 segundos na unidade entonacional seguinte, B3 conclui novamente, agora de um metanível, ao se referir à pergunta do cartão: “não me recordo de mais Nada”, comentário seguido por uma pausa significativa de 8.3 segundos. Os coparticipantes olham para baixo e B4 para de enviar mensagens no celular, de tal modo que B3 capta o olhar de B4 e pergunta a ela se existe mais algum tópico para conversarem ou se eles devem encerrar a conversa, comentário sublinhado por uma voz salientemente tensa (L65-66).

### 2.3 O impacto contextual e cultural da interação

O episódio todo pode ser visto como um “caso desviante” de uma conversa brasileira deste gênero (mesmo eliciada). É por isso que a calibração da face de B3 em interação com a dos coparticipantes está em jogo, e concomitantemente é manejada da forma como pode ser observada na sequência, o que revela como a face está interconectada aos conceitos e valores culturais que os interlocutores levam para o plano da comunicação. As expansões incrementais são marcantes e vêm em consequência de uma ausência constante de *tokens* de alinhamento de afiliação por lado dos coparticipantes no plano verbal, vocal e visual. Levando em consideração o entrelaçamento de conectividade e separatividade na coconstrução da face e recorrendo a Goffman (1967 [1955], p. 15-16), podemos descrever este comportamento dos interlocutores como “processo de evitação” (*avoidance process*), uma vez que ninguém prevê que B3 vá continuar com sua narração, mas simplesmente atenuam sua reação por não demonstrarem nenhum suporte para que ele continue. Contudo, como reação a isto, B3 não busca encerrar sua narração, pelo contrário, a aprofunda, demonstrando um envolvimento emocional, sua indignação com relação à situação reportada. Destarte, o silêncio prolongado no final do episódio não pode ser analisado simplesmente em termos

de uma estratégia de “polidez recusada” (*withheld politeness*, CULPEPER, 2005, p. 42), mas mais como um “silêncio esmagador” (MARLANGEON, 2017, p. 99). Enquanto o narrador busca superar o abismo ao tornar as ações narradas explicáveis, justificando sua postura (L12, L16, L26-29, L38, L40), B1 e B2 parecem simplesmente esperar o encerramento da narração. Mas por que o silêncio é escolhido para calibrar face? B1 e B2 não mostram nenhum dissenso aberto acerca da postura de B3. Embora sejam minimalistas, eles contribuem para manter a conversa, como se reflete no modo como B2 exhibe a interjeição “NOSsa” na linha 53, que lexicalmente articula conectividade, mas, no plano prosódico, exhibe separatividade. Da mesma forma, os turnos de B3 oscilam entre articulação de conexão e de separação: a conexão se torna evidente pela oferta constante de pontos de completude nos quais a conexão da face poderia ser criada por *tokens* de afiliação. A despeito disso, a persistência desse procedimento, bem como o envolvimento emocional incluído, articulam concomitantemente a separação, pois refletem a falta de suporte por parte dos coparticipantes, demonstrando que conexão e separação da face têm que ser concebidas como fenômenos relacionados, e não como necessidades pessoais.

As ferramentas aplicadas até agora por meio da Análise da Conversa representam um primeiro passo necessário em razão de sua documentação microanalítica, no entanto, são limitadas à própria sequência. Para aludir à riqueza do construto “face” como constituído na interação social teremos que encaixá-lo contextual e culturalmente. A história da interação dos participantes anterior à fala atual poderia ser instrutiva, bem como o papel do entorno por trás da câmera: já na primeira filmagem, B3 apresenta mais opiniões polêmicas<sup>17</sup> e discute questões que são codificadas de modo mais sério em comparação com as opiniões dos outros participantes. Quando os outros três participantes (B1, B2, B4) falam sobre primeiras impressões ou expectativas negativas baseados em algo que ouviram de outros ou leram em algum lugar, eles contam estas historinhas de modo brincalhão. Tal modo pode ser visto como parte de um modelo cultural. Em PB, há dois termos para o que em inglês é chamado de *to play*: *jogar* e *brincar*. Enquanto *jogar* pode ser traduzido literalmente por *toplay*, *brincar* já vai muito além do significado do *to tease sb.*:

Os termos ‘brincar’ e ‘brincadeira’ são de difícil captação para quem não fala o português, já que não significam apenas ‘fazer graça’, mas, também, ‘agir com facilidade’. Este profundo significado do verbo aparece na expressão ‘o brasileiro

<sup>17</sup> Um exemplo disso encontra-se em Schröder (2017).

trabalha brincando e brinca trabalhando' [...] um desprendimento quase alegre, espontâneo, e quase sacro. Significa o *homo ludens*. (FLUSSER, 1998, p. 170).

Adicionalmente, é saliente que B3, nas duas filmagens, tenha se revelado como o participante que mais olhou para a câmera, significativamente mais do que os outros, que parecem evitar fazê-lo. O silêncio, a ausência de uma manifestação aberta e a preferência por um estilo mais brincalhão do que sério nos traz para o pano de fundo cultural: há um número vultoso de estudos de cunho antropológico, histórico e sociológico que mostram uma tendência de se ocultar a crítica aberta na cultura brasileira ou de a embrulhar em formas lúdicas, o que poderia estar conectado a um estilo mais barroco disseminado na conversa cotidiana, bem como a uma preferência por uma visão às vezes mais mágica do que racional do mundo (BASTIDE, 1971, p. 60; IANNI, 1993, p. 120; DAMATTA, 1984). Esta tendência para o indireto e a dissimulação de posturas críticas estão ligadas também à mistura entre as esferas pública e privada, como já assinalado por Sorj (2000):

É uma cultura pouco propensa à confrontação ou à crítica aberta, já que a pessoa nunca sabe quando poderá 'precisar' da outra num sistema cuja base de funcionamento é o favor e a boa vontade. (SORJ, 2000, p. 31)

Fortemente entrelaçados a esta predominância de relações pessoais estão, por um lado, o conceito da “bondade” com sua figura do “homem cordial” (HOLANDA, 1995 [1936], p. 553-556), e por outro lado, o conceito do “jeitinho”, a estratégia e solução “criativa” sob a forma de conciliação, esperteza ou habilidade, com sua oscilação entre o público e o privado, entre o favor e a corrupção (BARBOSA, 2006; DAMATTA, 1997 [1979]). Como consequência deste pano de fundo cultural, a manifestação de dissenso direto, bem como de argumentos radicais ou opiniões muito “destrutivas” são geralmente evitadas (MEIRELES, 2001, 2016). Ao invés de apresentarem posicionamentos inequívocos no plano assertivo, são mais utilizadas as funções fáticas, poéticas e apelativas da fala (SCHRÖDER, 2010) e, em termos da face, observa-se uma tendência para a demonstração de afiliação e relações harmoniosas, como revelaram não apenas estudos que contrastam brasileiros com alemães (SCHRÖDER, 2014<sup>a</sup>, 2014b; SCHRÖDER; VITERBO LAGE, 2014; VITERBO LAGE, 2013), mas também culturas aparentemente “mais próximas”, como brasileiros e argentinos (BARBOSA DE LIMA, 2012).

### 3 Considerações finais

Ilustramos que a TCF funciona como abordagem apropriada para o entendimento do fenômeno da face a partir de uma perspectiva baseada em uma análise comunicativa, cultural e contextual da interação multimodal. Uma vez que integra princípios fundamentados na Análise da Conversa pelo ângulo dos participantes, a TCF representa um modelo epistemológico e holístico para superar as falhas nas noções de (im)polidez, que ainda carregam a ideia da intenção. Partindo de uma microanálise refinada, foi revelado que uma visão centrada meramente nos próprios participantes é reducionista demais para considerarmos de forma apropriada todos os aspectos que marcam as dinâmicas da fala situacional e culturalmente ancoradas. De acordo com Arundale, a TCF oferece uma conceitualização da face como conexão e separação relacional, como mais endógenas do que exógenas à fala-em-interação, o que já consta de muitas teorias existentes. Não obstante, o encaixamento da análise no contexto integral da história da interação, levando em consideração a primeira interação e o pano de fundo cultural dos participantes, deixa claro que excluir este *background* e o respectivo conhecimento teórico de outras áreas do nosso procedimento analítico nos faria incorrer em reducionismo.

### 4 Convenções de transcrição GAT 2<sup>18</sup>

[ ]	sobreposição e fala simultânea
[ ]	
°h/h°; °hh/hh°	ins-/expiração em dependência da duração
(.)	micro pausa estimada em até 0,2 seg de duração aprox.
(-)	pausa curta estimada em aprox. 0,2 – 0,5 seg de duração
(--)	pausa intermediária estimada em aprox. 0,5 – 0,8 seg de duração
(---)	pausa longa estimada em aprox. 0,8 – 1,0 seg de duração
(0.5)/(2.0)	pausa mensurada em aprox. 0,5/2,0 seg de duração (até o décimo de segundo)
e_ah	cliticizações dentro de unidades
((ri))	descrição de atividades não verbais
<<rindo>>	descrição de atividades acompanhando a fala com indicação de escopo

<sup>18</sup> Versão resumida, adaptada de Selting et al. (2016).

(xxx xxx)	duas sílabas incompreensíveis
(posso)	termo presumido
=	continuação rápida e imediata com um novo turno ou segmento ( <i>latching</i> )
:	alongamento, de aprox. 0,2-0,5 seg.
::	alongamento, de aprox. 0,5-0,8 seg.
:::	alongamento, de aprox. 0,8-1,0 seg.
?	ruptura ( <i>cut-off</i> ) por fechamento glotal
Sílaba	acento focal
sílaba	acento secundário
!Sílaba	acento focal extra forte
?	movimento entonacional final alto ascendente
,	movimento entonacional final ascendente
–	movimento entonacional final nivelado
;	movimento entonacional final descendente
.	movimento entonacional final baixo descendente
↑	pulo entonacional para cima
↓	pulo entonacional para baixo
<<l>>	frequência mais baixa
<<h>>	frequência mais alta
en`TÃO	movimento entonacional descendente
en`TÃO	movimento entonacional ascendente
en`TÃO	movimento entonacional nivelado
en^TÃO	movimento entonacional ascendente-descendente
en`TÃO	movimento entonacional descendente-ascendente
<<f>>	forte, alto
<<all>>	allegro, rápido
<<len>>	lento, devagar
<<cresc>>	crescendo, aumentando o volume
<<dim>>	diminuendo, diminuindo o volume
<<acc>>	acelerando, aumentando a velocidade
<<rall>>	rallentando, diminuindo a velocidade

## Referências

- ARUNDALE, Robert B. Relating Japanese emic face concepts and face constituting theory. University of Alaska Fairbanks, manuscrito não publicado, 2008.
- ARUNDALE, Robert B. Face as emergent in interpersonal communication: an alternative to Goffman. In: BARGIELA-CHIAPPINI, Francesca; HAUGH, Michael (Org.). *Face, Communication, and Social Interaction*. London: Equinox, 2009. p. 33-54.
- ARUNDALE, Robert B. Constituting face in conversation: Face, facework, and interactional achievement. *Journal of Pragmatics* 42, p. 2078-2105, 2010.
- ARUNDALE, Robert B. Face as a research focus in interpersonal pragmatics: Relational and emic perspectives. *Journal of Pragmatics* 58, p. 108-120, 2013.
- ATKINSON, Maxwell; HERITAGE, John. Preference Organization. In: ATKINSON, Maxwell; HERITAGE, John (Org.). *Structures of Social Action*. Studies in Conversation Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 53-56.
- BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro*. A arte de ser mais igual do que os outros. Rio de Janeiro: Elsevier; Editora Campus, 2006.
- BARBOSA DE LIMA, Fábio. *Parecer bom x parecer justo – o pedido de desculpas na gestão da imagem nas interações mediáticas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- BARGIELA-CHIAPPINI, Francesca. Face and politeness: new (insights) for old (concepts). *Journal of Pragmatics* 35, p. 1453-1469, 2003.
- BASTIDE, Roger. *Brasil*. Terra de Contrastes. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- BAXTER, Leslie A.; MONTGOMERY, Barbara M. *Relating: Dialogues and Dialectics*. New York: Guilford, 1996.
- BRAVO, Diana. (Im)Politeness in Spanish-speaking socio-cultural contexts: Introduction. *Pragmatics* 28(4), p. 563-576, 2008.
- BRAZIL, David. *The Communicative Value of Intonation in English*. Cambridge: CUP, 1997.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1978].
- BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie: die Darstellungsfunktion der Sprache*. Stuttgart: Fischer, 1982 [1934].

- CULPEPER, Jonathan. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics* 25, p. 349-367, 1996.
- CULPEPER, Jonathan. Impoliteness and the weakest link. *Journal of Politeness Research* 1 (1), p. 35-72, 2005.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 [1979].
- DREW, Paul; WALKER, Traci. Going too far: Complaining, escalating and disaffiliation. *Journal of Pragmatics* 41, p. 2400-2414, 2009.
- FANT, Lars. National cultural norms or activity type conventions? Negotiation talk and informal conversation among Swedes and Spaniards. *SYNAPS* 19, p. 1-22, 2006.
- FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do Brasileiro*. Em Busca de um Novo Homem. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso. Polidez e preservação da face na fala de universitários. In: PRETI, Dino (Org.). *Cortesía verbal*. São Paulo: Humanitas, p. 323-353, 2008.
- GOFFMAN, Erving. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: GOFFMAN, Erving (Org.). *Interaction Ritual*. Essays on Face-to-Face Behavior. New York: Pantheon Books, 1967 [1955], p. 5-45.
- GOFFMAN, Erving. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- GOODWIN, Marjorie Harness. Processes of mutual monitoring implicated in the production of description sequences. *Sociological Inquiry* 50, p. 303-317, 1980.
- GÜNTNER, Susanne. Thematisierung moralischer Normen in der interkulturellen Kommunikation. In: BERGMANN, Jörg; LUCKMANN, Thomas (Org.). *Kommunikative Konstruktion von Moral*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1999, p. 325-351.
- HAUGH, Michael. Face and interaction. In: BARGIELA-CHIAPPINI, Francesca; HAUGH, Michael (Org.). *Face, Communication and Social Interaction*. London: Equinox, 2009, p. 1-30.
- HAUGH, Michael. Jocular mockery, (dis)affiliation, and face. *Journal of Pragmatics* 42, p. 2106-2119, 2010.

- HAUGH, Michael. Jocular language play, social action and (dis)affiliation in conversational interaction. In: BELL, Nancy (Org.). *Multiple perspectives on language play*. Boston, MA: De Gruyter Mouton, 2017, p. 143-168.
- HAYASHI, Makoto. Turn Allocation and Turn Sharing. In: SIDNELL, Jack; STIVERS, Tanya (Org.). *The Handbook of Conversation Analysis*. Malden, Oxford, West Sussex: Wiley-Blackwell, 2013, p. 167-190.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Homem Cordial. In: SCHWARTZ, Jorge (Org.). *Vanguardas Latino-Americanas*. Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995 [1936], p. 553-556.
- IANNI, Octavio. *O Labirinto Latino-Americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricas e estudo de caso. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco (Org.). *Descortesía e Cortesía*: Expressões de Culturas. São Paulo: Cortez, 2017, p. 17-55.
- LERNER, Gene H. Assisted storytelling: Deploying shared knowledge as a practical matter. *Qualitative Sociology* 15(3), p. 247-271, 1992.
- LERNER, Gene H. Turn-sharing: The choral co-production of talk-in-interaction. In: FORD, Cecilia; FOX, Barbara A.; THOMPSON, Sandra A. (Org.). *The Language of Turn and Sequence*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 225-256.
- MARCUSCHI, Luiz A. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 281-319.
- MARCUSCHI, Luiz A. Atividades de compreensão na interação verbal. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudos de Língua Falada. Variações e Confrontos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 15-45.
- MARLANGEON, Silvia Kaul de. Contribuições para o estudo da descortesía verbal. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco (Org.). *Descortesía e Cortesía*: Expressões de Cultura. São Paulo: Cortez, 2007, p. 93-108.
- MEAD, George H. *Mind, Self, & Society from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Works of George Herbert Mead. Volume 1, ed. by Charles W. Morris. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1967 [1932].
- MEIRELES, Selma Martins. A negação sintática em diálogos do alemão e do português do Brasil. *Pandaemonium Germanicum* 5, p. 139-168, 2001.

MEIRELES, Selma M. Uso de verbos com valor epistêmico no Trabalho da Face por falantes alemães e brasileiros. In: GALLE, Helmut T. E.; PEREIRA, Valéria S. (Org.). *Anais do I Congresso da ABEG*. São Paulo: ABEG Editora Associação Brasileira de Estudos Germanísticos (ABEG), 2016, p. 395-401.

RUUSUVUORI, Johanna. Emotion, affect, and conversation. In: SIDNELL, Jack; STIVERS, Tanya (Org.). *The Handbook of Conversation Analysis*. Malden, Oxford, West Sussex: Wiley-Blackwell, 2013, p. 330-349.

SACKS, Harvey *Lectures on Conversation*. Volume 2. Oxford: Basil Blackwell, 1995.  
SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON Gail. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language* 50, p. 696-735, 1974.

SCHEGLOFF, Emanuel. Discourse as an interactional achievement: Some uses of 'uh huh' and other things that come between sentences. In: TANNEN, Deborah (Org.). *Analyzing Discourse: Text and Talk*. Washington: Georgetown University Press, 1982, p. 71-93.

SCHMIDT, Thomas; WÖRNER, Kai. EXMARALDA – Creating, analysing and sharing spoken language corpora for pragmatic research. *Pragmatics* 19, p. 565-582, 2009.

SCHMITZ, H. Walter. 'In any conversation...' Zum Anspruch der Konversationsanalyse auf Universalität des Redeaustauschsystems 'conversation'. In: MEIER, Simon; RELLSTAB, Daniel H.; SCHIEWER, Gesine L. (Org.). *Dialog und (Inter-) Kulturalität*. Theorien, Konzepte, empirische Befunde. Tübingen: Narr Verlag, 2014, p. 137-154.

SCHRÖDER, Ulrike. Speech styles and functions of speech from a cross-cultural perspective. *Journal of Pragmatics* 42 (2), p. 466-476, 2010.

SCHRÖDER, Ulrike. The interplay of politeness, conflict styles, rapport management and metacommunication in Brazilian-German interaction. *Intercultural Pragmatics* 11, 57-82, 2014a.

SCHRÖDER, Ulrike. Interkulturelle Kommunikation zwischen Deutschen und Brasilianern im Lichte von Strategien der (Un-)höflichkeit, divergierenden Konfliktstilen und Formen des Beziehungsmanagements. In: FÖLDES, Csaba (Org.). *Interkulturalität unter dem Blickwinkel von Semantik und Pragmatik*. Tübingen: Narr, Francke Attempto, 2014b, p. 207-224.

SCHRÖDER, Ulrike. The interactive (self-)reflexive construction of culture-related key words. In: KECSKES, Istvan; ASSIMAKOPOULOS, Stavros (Org.). *Current Issues in Intercultural Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 182-205, 2017.

SCHRÖDER, Ulrike; VITERBO LAGE, Carolina de. Estratégias de polidez em momentos de dissensão: análise de uma interação entre estudantes brasileiros e alemães. *Revista de Estudos da Linguagem* 22 (1), p. 153-179, 2014.

SELTING, Margret. Emphatic speech style – with special focus on the prosodic signaling of heightened emotive involvement in conversation. *Journal of Pragmatics* 22, 375-408, 1994.

SELTING, Margret *et al.* Um sistema para transcrever a fala-em-interação: GAT 2. Traduzido e adaptado por Ulrike Schröder, Mariana Carneiro Mendes, Caroline Caputo Pires, Diogo Henrique Alves da Silva, Thiago da Cunha Nascimento e Flavia Fidelis de Paula, com revisão técnica de Paulo Cortes Gago (UFJF/UFRJ). *Veredas* 20(2), p. 6-61, 2016.

SORJ, Bernardo. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2000.

STIVERS, Tanya. When nodding is a token of affiliation. *Research on Language & Social Interaction* 41(1), p. 31-57, 2008.

STIVERS, Tanya. Sequence Organization. In: SIDNELL, Jack; STIVERS, Tanya (Org.). *The Handbook of Conversation Analysis*. Malden, Oxford, West Sussex: Wiley-Blackwell, 2013, p. 191-209.

TING-TOOMEY, Stella; OETZEL, John. Intercultural conflict: A culture-based situational model. In: COOPER, Pamela J.; CALLOWAY-THOMAS, Carolyn; SIMONDS, Cheri. *Intercultural Communication. A Text with Readings*. Boston: Pearson Education, 2007, p. 121-130.

TRIANDIS, Harry C. A theoretical framework for the more efficient construction of culture assimilators. *International Journal of Intercultural Relations* 8, 301-330, 1984.

UNGEHEUER, Gerold. *Einführung in die Kommunikationstheorie*; org. por Karin Kolb, Jens Loenhoff, and H. Walter Schmitz. Münster: Nodus Publikationen, 2010 [1983].

UNGEHEUER, Gerold. Vor-Urteile über Sprechen, Mitteilen, Verstehen. In: JUCHEM, Johann G. (Org.). *Kommunikationstheoretische Schriften I: Sprechen, Mitteilen, Verstehen*. Aachen: Rader Publikationen, 1987, p. 290-338.

VITERBO LAGE, Caroline de. *Comunicação Interpessoal e Intercultural entre Brasileiros e Alemães: Análise dos Momentos de Conflito*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de Mestrado, 2013.

WEGENER, Philipp. *Untersuchungen über die Grundfragen des Sprachlebens*; org. por Konrad Koerner. Amsterdam: John Benjamins, 1991 [1885].

## 2. Dos processos de figuração às configurações de participação na interação: reflexões relacionais para a formação profissional

Laurent Fillietaz  
Isabelle Durand  
Dominique Trébert

### 1 Os processos de figuração na formação profissional inicial

Ao longo das duas últimas décadas, os domínios de aplicação da linguística do discurso e da interação conheceram importantes modificações e uma diversificação crescente (BOUTET, 2017). A partir de um olhar centralizado nas práticas educativas escolares e em questões de aquisição de línguas, um interesse progressivo se expressou em direção de uma linguística do trabalho e do que convém doravante, com Boutet (2008), designar como “a parte linguageira do trabalho”. Recentemente, um campo de aplicação também se estruturou progressivamente em torno de práticas da formação profissional e se interessou pelo papel e pelo lugar da linguagem na aprendizagem e no desenvolvimento profissional (CLOT, 2008; FILLIETTAZ, 2012; LAFOREST, 2009; MAYEN, 2002; VANHULLE, 2009; VINATIER, 2009). Se a linguística da formação profissional constituiu, por muito tempo, um objeto distante da linguagem aplicada, ocultado pelas práticas da educação e do trabalho, ela é, contudo, portadora de problemáticas que lhe são próprias e que merecem ser investigadas com atenção.

A problemática dos processos de figuração e, mais geralmente, das relações interpessoais tais como se tecem e se negociam nos discursos e nas interações verbais constitui precisamente um objeto de encontro frutífero entre o território das ciências da linguagem e aquele das ciências do trabalho e da formação. Essa é a ideia principal que desejamos desenvolver no presente capítulo. No campo das teorias da aprendizagem, uma atenção particular é dada, a partir dos trabalhos pioneiros de Lave e Wenger (1991), aos componentes identitários e relacionais do trabalho e da formação. Com efeito, no modelo das “comunidades de prática”, a construção das competências profissionais não é concebida somente como um processo de aquisição de saberes, mas também como uma questão de posicionamento relacional e de reconhecimento de um estatuto legítimo no seio de grupos sociais. Tornar-se competente, nesse modelo, é ser progressivamente

reconhecido como um membro de uma comunidade de prática e é ter acesso às práticas de uma comunidade segundo um percurso informal, mas ordenado (BILLETT, 2001; FULLER, UNWIN, 2003). Nessa lógica, os “tutores” ou os trabalhadores experientes desempenham um papel decisivo. São eles que organizam para os novatos espaços de participação e que modelam as condições de uma participação legítima para os aprendizes (KUNÉGEL, 2011; TRÉBERT, 2016; SAVOYANT, 1995). Evidentemente, esses processos de reconhecimento e de legitimação não se estabelecem fora da linguagem e de seu uso em contexto. Ao contrário, é pela produção de discursos e de interações que os tutores se relacionam com os aprendizes e agem sobre as condições da participação desses aprendizes nas atividades de trabalho (LOSA, FILLIETTAZ, 2017). Todo o interesse de uma linguística da relação interpessoal reside em permitir estudar de forma detalhada mecanismos postulados pelas teorias da aprendizagem, mas frequentemente abordados de maneira abstrata e insuficientemente contextualizada.

Neste capítulo, buscamos mostrar que conceitos provenientes da micro-sociologia goffmaniana e desenvolvidos no campo das teorias do discurso e da interação podem constituir ferramentas frutíferas para apreender conceitual e empiricamente as questões relacionais que subjazem às aprendizagens em situação de trabalho e às relações que se estabelecem entre experts e novatos no campo da formação profissional inicial. A partir de uma ampliação dos trabalhos goffmanianos acerca da noção de “figuração” (*face work*), consideraremos as “configurações de participação na interação” como categorias analíticas pertinentes, capazes de apreender os desafios de posicionamento dos participantes nas interações verbais. O capítulo propõe uma definição dessa noção, com base em trabalhos do campo da sociolinguística interacional. Em seguida, uma ilustração dessas proposições teóricas é desenvolvida por meio do exame de um *corpus* de interações no campo da formação profissional de educadores da infância. Uma análise de interações entre estudantes estagiários, formadoras profissionais e crianças evidencia as dificuldades que podem encontrar os trabalhadores novatos para “tomar seu lugar” e endossar plenamente as posições de participação exigidas pelas situações de trabalho.

## 2 Descrever a organização do discurso sob o prisma do conceito de figuração

Os modelos da organização do discurso se interessaram, há muito tempo, pelos aspectos relacionais das interações verbais. Quer se trate de abordagens do discurso em

interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992) ou da abordagem modular da organização do discurso (ROULET *et al.*, 2001), o posicionamento situacional e, mais especificamente, as relações de faces mantidas entre os participantes na interação têm sido objeto de uma atenção crescente, no prolongamento da teoria dramaturgica fundada por Erving Goffman.

Na teoria modular do discurso desenvolvida pela Escola de Genebra, os processos de figuração dizem respeito inteiramente à dimensão referencial da organização do discurso (ROULET *et al.*, 2001). Eles são abordados igualmente em sua organização estratégica. Com base em Goffman (1973, p. 9), pode-se definir o conceito de face “como sendo o valor social positivo que uma pessoa reivindica efetivamente por meio da linha de ação que os outros supõem que ela adotou ao longo de um contato particular”. Distinguem-se geralmente, com Brown e Levinson (1987), uma aceção *positiva* e uma aceção *negativa* do conceito de face. A face positiva corresponde à imagem, positiva ou negativa, que um indivíduo busca atribuir a si, quando entra na cena do espaço público. A face negativa corresponde ao território, material ou simbólico, reservado a cada um, território que se busca preservar e fazer preservar. Goffman e os proponentes da teoria da polidez postulam que toda interação é potencialmente ameaçadora para as faces positivas e negativas dos participantes e que processos de *figuração* (*face work*) são de fato realizados para reduzir esse potencial ameaçador. Por exemplo, a produção de um ato diretivo de pedido pode ameaçar as faces negativas e positivas do locutário, na medida em que projeta a imagem de um ator ao qual um tal ato pode ser legitimamente endereçado. A produção desse mesmo ato pode igualmente pôr em jogo a face positiva do locutor, na medida em que ela pode constituir uma confissão de impossibilidade de agir ou projetar uma imagem autoritária. Essa é a razão pela qual, em muitos contextos, os pedidos são produzidos com rituais de atenuação, que reduzem seus efeitos potencialmente ameaçadores para as faces dos participantes.

Em seu desenvolvimento e em sua recepção, a teoria da figuração tem sido alvo de numerosas críticas, que apontaram seus limites. O caráter culturalmente centrado dessa teoria foi frequentemente lembrado, assim como sua aplicação a contextos particulares, que especificam necessariamente suas condições de utilização. A natureza dinâmica e recíproca dos processos de figuração foi também abundantemente apontada como um ingrediente necessário a uma análise dos processos de figuração. Desse modo, não é o potencial intrinsecamente ameaçador dos atos de linguagem que se deve analisar, mas a

maneira como esse potencial pode, segundo os encadeamentos sequenciais em que ocorrem, ser atualizado pelos participantes como uma ameaça ou não. Enfim, pode-se ressaltar que uma concepção frequentemente verbocêntrica do discurso e da interação comanda as teorias da polidez. Estas atribuem uma atenção preponderante aos marcadores linguísticos da polidez e, por isso, nem sempre levam em consideração os outros modos de significação que podem agir sobre a negociação das faces.

Do nosso ponto de vista, consideramos que os mecanismos de negociação de faces e os processos de figuração não constituem realidades primeiras e imediatas, mas realidades que são elas mesmas profundamente mediadas por situações de ação e lógicas de posicionamento acional que caracterizam as relações recíprocas mantidas pelos participantes ao longo de seu encontro. Aprender essas questões acionais e relacionais se mostra essencial para caracterizar as relações de faces e sua significação na interação. No trabalho de teorização que empreendemos recentemente, no prolongamento de nossos trabalhos sobre a organização situacional do discurso (FILLIETTAZ, 2002), propusemos cercar essa ideia por meio da noção de “configuração de participação na interação”. Nessa perspectiva, diremos que as questões de faces e os processos de figuração podem ser plenamente estudados somente em referência às “configurações de participação” em que se desenvolvem as interações verbais. É essa ideia que desenvolvemos nos itens seguintes.

### **3 Repensar uma teoria da figuração com o auxílio da noção de configuração de participação na interação**

As configurações de participação na interação designam para nós direitos e obrigações que contraem os participantes da interação, segundo as modalidades por que se engajam nas atividades conjuntas que os reúnem. Conforme os trabalhos anteriores que conduzimos sobre essa problemática (FILLIETTAZ, RÉMERY, TRÉBERT, 2014; LOSA, DUC, FILLIETTAZ, 2014; DURAND, 2017; DURAND, TRÉBERT, FILLIETTAZ, 2015), as configurações de participação na interação resultam de uma pluralidade de componentes. Elas resultam, primeiro, das posições específicas ocupadas pelos participantes em relação aos mecanismos de tomada de fala tais como eles foram apreendidos especialmente pelo conceito goffmaniano de “quadro participativo” (GOFFMAN, 1987). Elas resultam, em seguida, da natureza da atividade em curso e dos quadros da experiência a que essa atividade pertence, no sentido de Goffman (1991).

Elas resultam, enfim, das identidades situadas atribuídas aos participantes, em referência ao(s) quadro(s) da atividade realizada. Esses elementos são especificados abaixo.

O primeiro ingrediente das “configurações de participação na interação” diz respeito aos formatos de participação na interação, que, com base em Goffman, denominamos “posicionamento” (*footing*). Um dos méritos dos trabalhos de Goffman (1981, 1987) é ter mostrado que as interações verbais não correspondem somente a uma relação diádica entre “locutores” e “receptores”, mas consistem em “encontros sociais” em que muitos participantes podem estar engajados, segundo posições de participação diversificadas. Nas situações da vida cotidiana, os “receptores” de um ato de comunicação podem, por exemplo, ser identificados como destinatários ratificados ou, ao contrário, como simples testemunhas, percebidas ou não pelos participantes na interação. Os destinatários ratificados podem igualmente ser designados como tais pelo locutor ou não, conforme a abordagem seja realizada de maneira direta ou indireta. Para Goffman, esses processos de posicionamento são do domínio do “quadro participativo” da interação e apresentam a característica de serem negociados e renegociados, turno de fala após turno de fala, pelos próprios participantes (GOODWIN, GOODWIN, 2004). No quadro das interações tutoriais, esses mecanismos são relevantes, na medida em que indicam a quais atores os participantes (re)orientam sua atenção e em qual posição de participação eles colocam seus parceiros em dado momento do encontro.

Um segundo ingrediente das configurações de participação corresponde aos processos de “enquadramento da atividade” e às premissas organizacionais que os participantes da interação reconhecem como exercendo um papel configurante na situação. Sempre em uma perspectiva goffmaniana, os “quadros da experiência” (GOFFMAN, 1991) permitem aos indivíduos responderem a uma questão que eles se colocam, explícita ou implicitamente, a cada instante de sua presença na cena que constitui a esfera pública: *o que se passa aqui?* Esses quadros da experiência não preexistem ao encontro e não constituem reificações tangíveis e dadas uma vez por todas. Eles tornam-se visíveis por meio dos comportamentos dos participantes e da significação que estes lhes atribuem no processo intersubjetivo de seu encontro. “A partir do momento em que compreendemos o que se passa”, diz Goffman (1991, p. 242), “adaptamos nossas ações e podemos constatar, em geral, que o curso das coisas confirma essa adaptação. São essas premissas organizacionais – que confirmamos ao mesmo tempo mentalmente e por nossa atividade – que eu denomino o quadro da



atividade". É nesse sentido que os quadros são entendidos como "vulneráveis". Eles podem ser desconstruídos e reconstruídos em proveito de uma outra interpretação da situação. E podem igualmente ser modalizados ou fabricados em lógicas de hibridização, transposição ou mesmo manipulação. Os fenômenos de enquadramento da atividade têm interesse para o estudo de situações de aprendizagem pelo trabalho, na medida em que podem servir de indicador da maneira como os participantes se orientam para aspectos construtivos e/ou produtivos em momentos particulares de seu encontro (FILLIETTAZ, DURAND, 2016).

Enfim, as modalidades por que os participantes da interação entram em relação uns com os outros são fortemente mediadas pelos traços identitários que eles mesmos endossam e que atribuem a seus parceiros. Esse aspecto da organização das interações remete ao que, com base em outros autores, propusemos designar como a problemática das "identidades situadas" (BURGER, 1999; FILLIETTAZ, 2006; ZIMMERMAN, 1998). Essas remetem a uma situação de ação específica e definem as modalidades de participação dos indivíduos nas ações conjuntas em que se encontram engajados. Como mostraram especialmente os trabalhos de Flahault (1978, p. 58), "não há fala que não seja emitida de um lugar e que não coloque o interlocutor em um lugar correlativo". É no interior desse sistema de lugares e de posicionamentos recíprocos que os participantes acessam os traços identitários que endossam e se reconhecem na interação. Quer se trate de "sistema de lugar" (FLAHAULT, 1978), de "quadro interativo" (VION, 2000) ou de "identidades situadas" (ZIMMERMAN, 1998), essas questões de posicionamento na interação merecem ser detalhadamente estudadas com o auxílio de um quadro conceitual explícito, o que implica, de um lado, identificar ingredientes distintos e, de outro lado, reconhecer propriedades comuns às diferentes situações. É esse duplo procedimento que seguiremos abaixo.

### 3.1 Os ingredientes conceituais da posição de participação

Mesmo sem uma definição unívoca dos ingredientes conceituais que intervêm na composição das posições que os participantes ocupam na interação, existe um largo consenso no que se refere à necessidade de distinguir diferentes facetas dessa problemática. Na perspectiva que adotamos, consideramos que as identidades situadas que os participantes endossam na interação e com base nas quais se posicionam resultam de três ingredientes conceituais: os status, os papéis e os lugares. Propomos

ainda considerar que esses ingredientes de posições de participação exercem um poder configurante sobre a maneira como as relações de face são estabelecidas e sobre os mecanismos de figuração nas interações.

O conceito de *status* remete a atributos relativamente estáveis que pré-existem ao engajamento dos participantes e fundam sua legitimidade em tomar parte nas interações. É, com efeito, porque os participantes gozam de status particulares que eles podem (ou não) ter acesso a certos encontros sociais e se engajar nas interações. Os status são fundados sobre atributos biológicos, tais como o sexo ou a idade, e sobre construções sociais ligadas aos percursos dos indivíduos, como qualificações, profissões, posições hierárquicas etc. (FLAHAULT, 1978, VION, 2000). Os indivíduos são, em geral, membros de muitas formações sociais e dispõem de uma pluralidade de status. Vion (2000) observa a esse propósito que "parece mais correto falar dos status de uma pessoa do que de seu status, tendo em vista o número de posições que cada um é levado a ocupar". Por outro lado, são sempre subconjuntos desses status que se encontram efetivamente atualizados, em função das situações em que os indivíduos estão engajados.

O conceito de status merece ser distinguido daquele de *papel*. Os papéis remetem menos a atributos sociais estabilizados do que à organização local das atividades em desenvolvimento nas situações particulares. De fato, em um dado espaço social, pode ser realizada uma multiplicidade de atividades, que produzem direitos e obrigações distintos e específicos para os participantes. Nessa perspectiva, os papéis remetem às parcelas de responsabilidade que cabem aos participantes nas atividades locais de uma situação de interação particular. Para Linton (1977), o papel engloba "as atitudes, os valores e os comportamentos que a sociedade associa a uma pessoa e a todas as pessoas que ocupam esse status. (...) O papel é o aspecto dinâmico do status: o que o indivíduo deve fazer para validar sua presença nesse status" (LINTON, 1977, *apud* VION, 2000). Desse ponto de vista, os papéis de ação mantêm uma relação, ao mesmo tempo, de distinção e de interdependência com os status sociais. Com efeito, os status sociais podem se atualizar em uma pluralidade de papéis e, reciprocamente, alguns papéis de ação podem ser endossados por indivíduos gozando status variados. Por outro lado, vale também reconhecer as influências recíprocas que podem exercer essas noções. É especialmente pelo endosso de papéis de ação específicos que os participantes atualizam status, e são precisamente os status de que eles gozam que comandam suas condições de acesso a certas atividades e aos papéis que são ligados a eles. Desse ponto de vista, os

participantes não são todos “iguais”, mas são capazes de endossar certos papéis em função da legitimidade que lhes atribui seu status.

Essa problemática da igualdade ou da assimetria pode ser precisada e aprofundada pelo conceito de *lugar*, que remete à relação de poder ou de hierarquia que pode se manifestar entre os participantes, segundo a maneira como eles se posicionam mutuamente. Para Kerbrat-Orecchioni (1992),

no curso do desenvolvimento de uma interação, os diferentes parceiros da troca podem se encontrar ‘posicionados’ em um lugar diferente sobre esse eixo vertical invisível que estrutura sua relação interpessoal. Diz-se, então, que um deles ocupa uma posição “alta” de dominante, enquanto o outro se encontra em posição “baixa” de dominado.

Segundo as esferas sociais consideradas e as atividades que nelas são realizadas, essas relações de lugares podem ser mais ou menos igualitárias e assimétricas. Seja como for, os lugares não podem ser concebidos como condições prévias, mas resultam de uma construção local e interna da própria interação. É nisso que reside a importância de distinguir a noção de lugar especialmente daquela de status.

### 3.2 As propriedades da posição de participação

Quer se trate de status, papéis ou lugares, os ingredientes conceituais das identidades situadas merecem ser especificados conforme a perspectiva interacional que privilegiamos aqui. Em elo especialmente com os trabalhos de Buchholz e Hall (2005), parece-nos útil insistir sobre quatro propriedades principais que apresentam os ingredientes da posição de participação, a saber, seu caráter de realização prática, de realidade recíproca, de construção dinâmica e negociada e de mobilização de recursos linguageiros e mais geralmente multimodais.

Em primeiro lugar, vale considerar que os ingredientes da participação não devem ser concebidos como categorias reificadas, mas como realizações práticas, realidades situadas e que se tornam significativas no movimento mesmo de sua atualização. “Os lugares devem ser ocupados”, lembra-nos Flahault (1978). Isso vale tanto para os status quanto para os papéis e os lugares. Como esboçamos acima, as situações de interação procedem à atualização de um subconjunto de status, entre a multiplicidade de propriedades sociais que caracterizam os indivíduos. Portanto, é a atualização desses status em contextos particulares, em vez de sua atribuição aos indivíduos, que devemos considerar. Também os papéis tomam forma nas ações pelas quais são manifestados.

Esse é um aspecto que permitem apreender de modo particularmente adequado os trabalhos de Harvey Sacks (1992), para quem a questão das propriedades identitárias (*being X*) merece ser reformulada em sua manifestação prática (*doing being X*). É agindo de acordo com as expectativas sociais ligadas aos papéis específicos que os participantes da interação “endossam” esses papéis, que existem somente por seu endosso na interação.

Em segundo lugar, é preciso considerar que os ingredientes da participação não constituem categorias isoladas, mas se estabelecem de maneira recíproca no interior do coletivo dos participantes reunidos na interação. Flahault (1978) observa a esse propósito que, “dado o lugar de onde falo, atribuo um lugar complementar ao outro e lhe demando, tendo ele aceitado essa atribuição, que reconheça que sou aquele que fala do meu lugar (e, evidentemente, o mesmo vale para ele)”. Desse ponto de vista, os ingredientes da participação formam um “sistema” e funcionam em lógicas de relações mútuas. Esse aspecto é apreendido de maneira particularmente adequada pelos trabalhos de Losa (LOSA, 2011; LOSA, DUC, FILLIETTAZ, 2014) e, mais particularmente, pelo conceito de “interdependência relacional”, originário da sociologia de Norbert Elias. Reconhecer o caráter recíproco e correlativo dos ingredientes da participação é também admitir que esses ingredientes podem, conforme os casos, manter relações de simetria ou, ao contrário, de assimetria, quer se trate de status, de papéis ou de lugares. A esse propósito, Vion (2000) distingue quadros interativos conforme sejam simétricos ou complementares. Os quadros são simétricos quando a relação de lugares não é pré-definida pelos status sociais dos interactantes e quando estes não se encontram posicionados em níveis diferentes sobre o eixo vertical de lugares relativos. Ao contrário, os quadros são complementares quando os status dos participantes pré-definem seus posicionamentos relativos em níveis diferentes sobre o eixo vertical da relação de lugares.

Em terceiro lugar, vale lembrar que os ingredientes da participação não são estabelecidos de uma vez por todas, mas podem se reconfigurar de maneira permanente. Eles apresentam, assim, um caráter inerentemente dinâmico. Os status, ainda que, como mostramos, gozem de uma relativa estabilidade, podem se adquirir, se perder ou se transformar no curso da existência. Mas, sobretudo, as propriedades de papéis ou de lugares são objeto de negociações que emergem e se desenvolvem ao longo da interação e se manifestam pelas modalidades de participação realizadas pelos parceiros. Os participantes podem endossar sucessivamente ou simultaneamente uma pluralidade de

papéis de ação na situação; eles podem também ser bem sucedidos ou fracassar na tarefa de convocar seu(s) parceiro(s) a assumir os papéis correlativos correspondentes. Essa é uma questão maior ligada à realização em situação dos sistemas relacionais. Enfim, as relações de lugares também podem se transformar ao longo da interação, conforme a natureza dos papéis endossados e a maneira como esses papéis são endossados.

Por fim, lembramos que, nesses processos de negociação e realização dinâmicas dos ingredientes da participação, os recursos linguageiros e, mais geralmente, multimodais desempenham um papel maior. De fato, é pelo emprego de recursos como o acesso à tomada de fala, os conteúdos trocados, as formas verbais utilizadas etc. que os participantes se posicionam reciprocamente e manifestam as diferentes facetas das identidades que endossam e fazem endossar na interação. Endossar um papel de condutor de uma atividade educacional implica, por exemplo, produzir ações linguageiras específicas. De forma mais ampla, a configuração das relações no espaço material, as dimensões proxêmicas e gestuais, o acesso à manipulação de certos objetos etc. se relacionam com essas questões de posicionamento (FILLIETTAZ, de SAINT-GEORGES, DUC, 2009; de SAINT-GEORGES, 2008). Esses ingredientes de caráter semiótico agem, portanto, como indicadores do posicionamento ou como “taxemas”, para retomar uma noção proposta por Kerbrat-Orecchioni (1992). Nessa perspectiva, a interação, em suas dimensões verbais e não verbais, não constitui o produto do posicionamento relacional, mas o meio pelo qual esse posicionamento se realiza em situação.

#### 4 Situar configurações de participação na formação dos educadores da infância

A fim de poder estudar a maneira como se atualiza a relação tutorial nas diferentes situações em que ela se manifesta no cotidiano do trabalho, utilizou-se um dispositivo empírico de coleta de dados no quadro de um programa de pesquisa relativo à construção de competências no domínio da formação profissional da educadora e do educador infantil<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Esse programa de pesquisa foi financiado pelo Fundo Nacional Suíço para a pesquisa científica (*Fond National Suisse pour la recherche scientifique*) (No CRSII1-136291) no período de 2012-2014. Ele se insere no quadro do programa Sinergia “Young people’s interactional competences in institutional practices: between school and the workplace” (IC-You) e do subprojeto intitulado “Building interactional competences in Vocational Education and Training (VET) programs: the case of early childhood educators”. Participam

Os dados que alimentam essa pesquisa empírica são oriundos de observações etnográficas realizadas entre 2011 e 2013, em quatro instituições da pequena infância<sup>20</sup> do cantão de Genebra. Essas observações têm como alvo seis duplas formadas por responsáveis profissionais e estudantes em estágios. Três estagiárias foram observadas em primeiro e terceiro ano de formação tanto na condução de atividades educativas junto de grupos de crianças com idade entre 0 e 5 anos (registro por vídeo) quanto em entrevistas pedagógicas semanais (registro em áudio). Entrevistas finais foram também realizadas em presença das estagiárias e de sua responsável profissional, conforme um procedimento de autoconfrontação.

Por meio de um trabalho empírico minucioso, formas ao mesmo tempo recorrentes e distintas de configurações da participação foram identificadas e evidenciadas no *corpus* (FILLIETTAZ, RÉMERY, TRÉBERT, 2014). Nós as designamos como a) observação (*observation*), b) co-animação (*co-animation*) e c) mostração (*monstration*)<sup>21</sup>. Cada uma dessas configurações permite verificar os tipos de interações que ocorrem e a natureza da relação que se instaura entre uma responsável e uma estagiária. Essas configurações dão informações ainda sobre a maneira como as estagiárias se alinham ou não às formas de participação que lhes são propostas.

Uma primeira configuração observada nesse estudo pode ser designada como uma *configuração de observação*. Nessa configuração, a responsável profissional confia à estagiária a responsabilidade da realização da atividade educacional e se mantém ostensivamente fora da condução, endossando uma postura de observação externa (vinheta 1). A responsável atualiza aqui um status de responsável profissional e um papel de observadora, ao passo que a estagiária atualiza um status de educadora e assegura o papel de condução de uma atividade educacional. Uma relação de lugares relativamente simétrica caracteriza essa configuração de observação, não estando as duas profissionais engajadas em uma só e mesma atividade. Essa observação apresenta, assim, um caráter avaliativo, a atividade realizada pela estagiária possibilitando diversas apreciações consecutivas formuladas pela tutora, quando das entrevistas pedagógicas. A vinheta 1 ilustra, sobre o plano proxêmico, a posição externa à atividade que a responsável (REF) adota no momento em que a estagiária (STA) conduz uma atividade de pintura.

desse subprojeto, além dos três autores deste capítulo, Stefano Losa, Vassiliki Markaki, Vanessa Rémy e Marianne Zogmal.

<sup>20</sup> N. dos T.: Essas instituições correspondem aos jardins de infância no Brasil.

<sup>21</sup> N. dos T.: Agradecemos a Isabelle Durand e a Antônio Cláudio de Araújo Júnior a sugestão de traduzir *monstration* por *mostração* para manter o sentido original do conceito, tal como será definido adiante.

Algumas configurações de participação na interação tomam uma outra forma e podem ser designadas como *co-animação*. Nesse formato de participação, a responsável profissional e a estagiária distribuem entre si tarefas distintas e complementares em uma atividade educacional que elas realizam conjuntamente. Elas endossam papéis complementares de condutora e de co-condutora, em referência aos status, respectivamente, de educadora e de estudante que fundam a legitimidade social desses papéis. A vinheta 2 mostra como a estagiária (STA) conduz uma atividade de mini-boliche com um grupo de crianças, enquanto a responsável (REF) se dedica a reintegrar uma menina no espaço coletivo do jogo. Observemos também que a ação complementar da responsável visa igualmente a atenuar a complexidade da atividade conduzida pela estagiária.

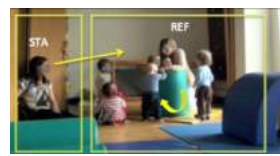
Na terceira configuração de participação, a oferta de recursos toma formas mais explícitas. Trata-se do formato *mostração*, já observado por Kunégel (2011) em um contexto diferente de formação. A configuração de mostração designa, para nós, situações próximas da co-condução, mas nas quais a atividade educacional conduzida pela responsável junto das crianças apresenta, em graus diversos, um caráter ostensivo voltado para a atenção da estagiária. A estagiária é, então, colocada em uma posição de observadora e convidada a observar traços significativos e reproduzíveis de uma atividade exemplar realizada pela tutora. Assim como as outras configurações de participação mencionadas acima, a mostração corresponde a um engajamento recíproco e complementar da tutora e da estagiária. A questão que se coloca é, então, a de saber como a estagiária identifica esses traços ostensivos da atividade da responsável e, sobretudo, quais usos ela faz desses traços em sua própria atividade. Na vinheta 3, a responsável (REF) mostra à estagiária (STA) uma maneira lúdica de utilizar cilindros em uma atividade de psicomotricidade com crianças.



Vinheta 1 : Observação  
A responsável observa a atividade  
conduzida pela estagiária



Vinheta 2 : Co-animação  
A responsável e a estagiária estão  
engajadas conjuntamente na condução



Vinheta 3 : Mostração  
A responsável mostra à estagiária  
como utilizar o material na condução

Se a análise preliminar dos dados empíricos tende a mostrar que os participantes tomam lugares específicos e endossam papéis variados em função das configurações de participação estabelecidas na interação, parece-nos, no entanto, importante precisar que esses papéis flutuam permanentemente e de maneira dinâmica no interior de cada situação observada. Assim, uma responsável pode endossar uma postura de observadora durante alguns segundos e modificar sua postura alguns instantes mais tarde, interagindo de maneira mais ou menos explícita junto das crianças e/ou da estagiária. É especialmente por essas “ofertas” e “tomadas de lugares” que os participantes realizam e transformam essas configurações. Isso remete à problemática do posicionamento social e das relações interpessoais que os participantes constroem, quando participam da interação tutorial. Esse aspecto dinâmico do posicionamento é capaz de contribuir para a elaboração de uma teorização do que designamos aqui como “configurações de participação na interação”. Assim, desenvolvendo nossos trabalhos anteriores, as reflexões abaixo têm por finalidade continuar a esclarecer a emergência e a construção dinâmica dessas configurações de participação, com base no quadro conceitual apresentado precedentemente.

## 5 A dinâmica da participação nas interações tutoriais

É a articulação entre as configurações de participação na interação, os processos de posicionamento relacional e os mecanismos de figuração que desejamos evidenciar e ilustrar com o auxílio de um estudo de caso.

Para alcançarmos esse objetivo, estudaremos uma situação de interação observada e filmada na primavera de 2011, por ocasião de um estágio de primeiro ano de uma das três estudantes que observamos. A situação refere-se a uma atividade de pintura, preparada pela estagiária e realizada por ela com um grupo de três crianças com cerca de quatro anos de idade, sob a supervisão da responsável profissional. O objetivo de nossa análise consiste em observar como a responsável oferece espaços de participação à estagiária e como esta é capaz de se engajar nesses espaços. Em particular e em elo com o quadro nocional apresentado, mostramos como esses processos de oferta e de tomada de lugar se realizam por configurações de participação sucessivas e como questões de posicionamento, apreendidas em termos de status,

papéis e lugares, se manifestam no momento de realizar essas configurações de participação.

O primeiro excerto ocorre antes da atividade conduzida pela estagiária. As crianças são agrupadas em um canto da sala para fazerem uma reunião conduzida pela responsável profissional (REF). Durante essa reunião, a responsável narra uma história às crianças em um quadro negro. A estagiária (STA) participa da reunião e escuta a história. A transcrição abaixo começa no momento em que termina a narrativa<sup>22</sup>.

(1) « je te laisse la parole » (P-A1, 0:23:18 – 0:24:11)

1. REF: et:: voilà l'histoire/ . des pommes/ et du pommier magique\
2. Guillaume va t'asseoir encore deux minutes/ je vais vous dire quelque chose...
3. ENF: et puis XXX tu sais tu sais XXX maintenant tu effaces plus\
4. REF: vous voulez pas que j'efface pour le moment/
5. ENF: non\
6. REF: alors je le laisse pour le moment j'efface pas/ et puis/ .. je/
7. ENF: je veux l'histoire des trois petits cochons::
8. ENF: XXX (encore) quelque chose\
9. REF: alors une autre fois je ferai parce que Daniel il m'a demandé le flanellographe c'est de l'autre côté\ . je ferai je raconterai une histoire avec le flanellographe la PROchaine fois\ . mais aujourd'hui/ . Leila ((*prénom fictif de STA*)) elle va proposer quelque chose aux enfants/ ((*STA et REF se regardent*)) et puis Patrick\ ((*prénom fictif d'un aide*)) il va aller dans le jardin/ avec les autres\
11. alors Leila je te laisse la parole[#1] ((*REF regarde STA et s'assied légèrement en retrait*))
12. STA: alors\ comme vous avez vu aujourd'hui/ il y a deux personnes qui sont pas là d'habitude/ [...] ils sont là pour l'école\ pour euh:: observer des choses/ et alors je vais faire de la PEINTure/ . avec trois d'entre vous si vous avez envie\



#1: REF établit un contact visuel avec STA au moment de lui donner la parole

(1) « eu te passo a palavra » (P-A1, 0:23:18 – 0:24:11)

1. REF: e essa é a história/ .maças / e a macieira mágica\
2. Guillaume vai sentar por mais dois minutos/ eu vou te te falar uma coisa...

<sup>22</sup> Convenções de transcrição: / = entonação ascendente; \ = entonação descendente; (incerto) = segmentos cuja transcrição é incerta; XX = segmentos intranscritíveis; = alongamentos silábicos; - = truncamentos; ..... = pausas de duração variável; sublinhado = sobreposições nas tomadas de fala; REF>STA = relação de alocação direta (designação do interlocutor principal); ((*comentário*)) = comentário do transcritor relativo a condutas gestuais ou ações não verbais;[#1] = index remetendo à posição da imagem na transcrição.

3. ENF: e depois XXX você sabe você sabe XXX agora você apaga mais\
4. REF: você não quer que eu apague agora/
5. ENF: não\
6. REF: então eu deixo agora eu não apago/ e depois/ ..eu/
7. ENF: eu quero a história dos três porquinhos::
8. ENF: XXX (ainda) alguma coisa\
9. REF: então uma outra vez eu contarei porque o Daniel ele me pediu o flanelógrafo é do outro lado\ .eu vou fazer eu vou contar uma história com o flanelógrafo da PRÓxima vez\ . mas hoje/ . Leila ((*nome fictício da STA*)) ela vai propor alguma coisa às crianças/ ((*STA e REF se olham*)) e depois Patrick/ ((*nome fictício de um ajudante*)) ele vai vai no jardim\ com os outros\
11. então Leila eu te passo a palavra[#1] ((*REF olha STA e se sente um pouco atrás*))
12. STA: então\ como vocês viram hoje/ existem duas pessoas que estão sempre aí/ [...] eles estão lá para a escola\ para é:: observar coisas/ e então eu vou fazer a PINTura/ . com três de vocês se vocês quiserem\



#1: REF estabelece um contato visual com STA no momento de lhe dar a palavra

Diferentes configurações de participação sucessivas podem ser identificadas, ao longo do desenvolvimento desse primeiro excerto.

Na parte inaugural (1), os participantes realizam uma atividade que pode ser qualificada de encerramento de uma narrativa (a história das maçãs e da macieira mágica). Nessa atividade, REF endossa claramente um papel de condutora de uma atividade educacional e produz, por sua narrativa, os índices linguageiros dessa tomada de papel. Ela atualiza, assim, um dos status que lhe confere a legitimidade para participar dessa interação, o status de educadora. A produção da narrativa coloca as crianças em um papel recíproco e assimétrico de destinatários, que eles endossam por sua escuta atenta e que constitui para eles um meio de atualizar seu status de beneficiário de uma instituição da pequena infância. Da mesma forma, STA observa e escuta a história narrada por REF. Por seu papel de observadora, ela manifesta seu status de estudante em estágio. Resulta desses diferentes processos de posicionamento relacional uma configuração de participação na interação tutorial que se aproxima do tipo que designamos como *mostração*: a responsável mostra à estagiária uma maneira de narrar

as histórias, colocando a estagiária em uma posição de observadora. Uma forte assimetria caracteriza essa configuração no plano das relações de lugares, o lugar alto sendo aqui conferido à REF, tendo em vista o poder que ela se outorga de ocupar o espaço de fala e de conduzir a atividade.

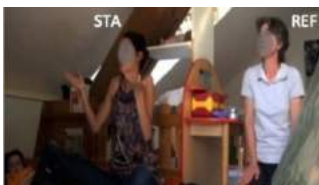
No entanto, rapidamente surgem os índices de uma transformação dessa configuração de mostraçãõ. Na linha 2, REF anuncia às crianças : “eu vou te te falar uma coisa”. Sempre mantendo seu papel de condutora da atividade, ela abandona seu papel de contadora e coloca as crianças em uma postura recíproca de recepção distinta daquela de destinatários de uma narrativa. A narrativa terminou, e as crianças são convidadas a continuar a escutar. Mas algumas resistem a essa mudança de papel, mantendo uma orientação explícita para a atividade narrativa (3, 7, 8). Essas resistências conduzem REF a prolongar esse tempo de transição, aquiescendo a certos pedidos das crianças (6), justificando suas recusas (9), em seguida anunciando a promessa de atividades similares no futuro. Após muitas tentativas infrutíferas (ver a interrupção de “e depois eu” em 6), ela produz o anúncio da atividade futura, que será conduzida pela estagiária (10). Essa atividade é discursivamente designada, mas não ainda realizada. Durante essa etapa de transição, STA mantém uma posição de observação. Ela é objeto de referências explícitas no discurso de REF, mas, nesse momento, ainda não intervém na esfera da atividade educacional. Resulta desses índices de transição uma transformação notável da configuração de participação, por meio da qual os participantes se orientam progressivamente para o encerramento do formato de mostraçãõ e se dedicam a construir as condições de uma nova configuração de participação, na qual STA é chamada a mudar de papel. Essa convocação progressiva de STA no quadro da atividade educacional tem como efeito atenuar a relação assimétrica estabelecida no momento da narrativa.

É na linha 11 que REF dá explicitamente a fala à STA (“então Leila eu te passo a palavra”), sempre estabelecendo com ela um contato visual (ver #1). Essa alocação explícita da fala produz muitos efeitos sobre os processos de posicionamento relacional. Sobre o plano da atividade educacional primeiramente, essa alocação estabelece uma alternância explícita no papel de condução: REF “oferece” o papel de condutora à STA e se coloca imediatamente fora da atividade. Todavia, essa oferta de alternância também manifesta particularmente a prática de formação que comanda a situação. Passando a tarefa da condução à STA, REF endossa um papel de tutora, no qual manifesta sua

intenção de organizar as condições que permitem à estagiária experimentar a atividade que ela planejou. É endossando esse papel de tutora que ela atualiza um outro status de que goza na esfera social em questão, aquele de responsável profissional e não mais somente o de educadora. A estagiária, por sua vez, valida essa oferta e endossa, na atividade educacional, o papel de condutora que lhe é proposto. É isso o que indica seu alinhamento para a tomada de fala, seu endereçamento às crianças e a designação da atividade proposta (12). Agindo dessa forma, STA não se alinha somente sobre o papel de condutora que lhe é proposto na atividade educativa; ela endossa igualmente o papel recíproco de tutorada proposto por sua responsável, papel ligado à prática de formação. Esse é um meio pelo qual ela pode atualizar seu status de estudante estagiária sob outras modalidades práticas, além daquele da observação. Uma nova configuração de participação emerge desses processos de posicionamento, que diz respeito ao tipo que propusemos designar como observação: a estagiária se vê na situação de assumir a responsabilidade pela condução da atividade, enquanto a responsável se mantém fora da atividade, para a observar e a avaliar. Uma relação de lugar mais uma vez claramente assimétrica resulta dessa configuração, mas que, dessa vez, coloca STA no lugar alto do participante que faz progredir a atividade.

(2) « asseyez-vous c'est Leila qui va vous demander » (P-A1, 0:24:12 – 0:24:49)

13. ENF: moi/  
 14. STA: euh je vais proposer  
 15. ENF: moi:: moi:: ((*plusieurs enfants expriment leur intérêt*)  
 16. STA: oui alors malheureusement je vais vous expliquer malheureusement y a PAS tout le monde qui peut venir [#2] mais ceux qui viennent pas/ . ils vont aller euh dans le jardin avec Patrick et puis Suzanne\ ((*prénoms fictifs des aides*)  
 17. ENF: moi je veux rester  
 18. STA: Aude ((*prénom fictif de REF*)) elle va rester avec moi/ . et puis ceux qui ne font pas aujourd'hui ils peuvent faire un autre jour\  
 19. ENF: moi XXX ((*une fillette se lève et s'avance vers STA et REF*)  
 20. REF: là asseyez-vous c'est Leila qui va vous demander ((*REF se redresse rapidement et stoppe certains enfants qui se lèvent*)  
 21. STA: alors j'avais DEjà dit j'avais déjà dit à: à Elisa\  
 22. ENF: moi je veux faire de la peinture\  
 23. STA: alors Elisa\ ça te- tu veux venir/  
 24. ENF: je veux faire la peinture\ ((*Elisa s'avance en direction de STA*)  
 25. REF: alors Elisa tu restes près de Leila pour le moment\ ((*REF oriente Elisa vers une chaise avec un geste de la main*)  
 26. STA: Alice t'as envie de faire de la peinture/  
 27. ENF: ((*Alice se lève et s'avance en direction de STA*)  
 28. REF: Alice/ . reste assise va t'asseoir de l'autre côté de Leila Alice\  
 29. STA: et puis Katia aussi/ tu peux venir faire de la peinture\



#2: REF se tient en retrait pendant que STA annonce l'activité

(2) « assenta é Leila que vai te perguntar » (P-A1, 0:24:12 – 0:24:49)

13. CRI: eu/  
 14. STA: é eu vou escolher  
 15. CRI: eu::: eu::: ((*muitas crianças expressam interesse*)  
 16. STA: sim então infelizmente eu vou te explicar infelizmente NÃO é todo mundo que pode vir [#2] mas aqueles que não vêm/ .eles vão é no jardim com o Patrick e depois com a Suzanne\ ((*nomes fictícios dos ajudantes*)  
 17. CRI: eu quero ficar  
 18. STA: Aude ((*nome fictício da REF*)) ela vai ficar comigo/ .e depois aqueles que não fazem hoje eles pode fazer um outro dia\  
 19. CRI: eu XXX ((*uma menina se levanta e avança na direção de STA e REF*)  
 20. REF: assenta é Leila que vai te perguntar ((*REF se levanta rapidamente e para algumas crianças que se levantam*)  
 21. STA: estão eu JÁ tinha dito eu já tinha dito à: à Elisa\  
 22. CRI: eu quero fazer a pintura\  
 23. STA: então Elisa\ isso você quer vir /  
 24. CRI: eu quero fazer a pintura\ ((*Elisa avança em direção à STA*)  
 25. REF: então Elisa você fica perto da Leila por enquanto\ ((*REF orienta Elisa para uma cadeira com um gesto da mão*)  
 26. STA: Alice você tem vontade de fazer a pintura/  
 27. CRI: ((*Alice se levante e avança em direção de STA*)  
 28. REF: Alice/ .fica assentada vai assentar do outro lado da Leila Alice\  
 29. STA: e depois Katia também/ você pode vir fazer a pintura\



#2: REF permanece atrás enquanto STA anuncia a atividade

O desenvolvimento da interação confirma temporariamente o estabelecimento dessa configuração de observação. STA continua a endossar seu papel de condutora, propondo identificar as crianças (CRI) que participarão da atividade de pintura (14); as crianças validam esse papel de condutora, endossando seu papel recíproco de participantes voluntários (13) e se endereçando à STA como um destinatário retificado;

enfim, REF se mantém ostensivamente fora da atividade, em uma posição de observação da implementação dessa atividade (ver #3).

No entanto, muito rapidamente, STA é confrontada com uma primeira dificuldade na condução de sua atividade de seleção de participantes: um grande número de crianças manifesta sua vontade de participar e impõe resistências em relação ao quadro estabelecido (15). Essas resistências conduzem STA a justificar as condições de participação que ela propõe: nem todos podem vir (16), as outras crianças irão brincar fora (16) e poderão efetuar a atividade em “um outro dia” (18). STA desenvolve, assim, sua atividade de designação do subgrupo de crianças, composto por Elisa (21), Alice (27) e Katia (29). Se as crianças designadas se alinham a essa oferta e se aproximam de STA (24, 27), algumas outras recusam endossar o papel complementar daqueles que não participarão. As manifestações de recusa perduram (17, 19, 22), e algumas crianças ostentam condutas não conformes ao papel que lhes é atribuído: eles avançam em direção do grupo dos participantes selecionados (19). Diante do aumento dessas dificuldades, REF convida as crianças não selecionadas a permanecerem sentadas (20) e as crianças designadas por STA a se sentarem junto da estagiária (25, 28). Agindo dessa forma, REF intervém novamente na esfera da condução educacional, preocupando-se sempre em manter aos olhos das crianças STA em sua posição de responsável pela atividade (“é Leila que vai te perguntar”, “você fica perto da Leila”, “vai assentar do outro lado da Leila”). Progressivamente, REF endossa um papel complementar na atividade educacional, acompanhando a orientação espacial das crianças designadas, enquanto STA produz a lista dos participantes (25, 28).

Essas transformações notáveis dos ingredientes do posicionamento dos participantes produzem modificações significativas da configuração de participação implementada precedentemente. Índices de co-condução se manifestam, REF deixando progressivamente a postura de observação e STA deixando de ter autonomia na condução da atividade que ela se dedica a implementar. Em virtude do reposicionamento da configuração de participação sobre o registro da co-condução, STA e REF atualizam novamente a prática de formação que comanda a situação e endossam os papéis complementares de tutora e de tutorada. Assim, embora a assimetria dos lugares pareça se reduzir no registro da atividade educacional (uma vez que STA não é mais a única responsável pela condução), essa assimetria aumenta no registro da atividade tutorial (uma vez que REF vem sustentar a atividade de STA).

A análise dessas duas sequências de interação permite sublinhar a plasticidade das configurações de participação na interação e as transformações de que essas configurações podem ser objeto. Como mostramos, nas diferentes etapas do desenvolvimento dessa atividade, a relação tutorial estabelecida entre a responsável e sua estagiária toma sucessivamente as formas de uma mostração, de uma observação e de uma co-condução pela responsável profissional. Essas configurações de participação não são estabelecidas de maneira abstrata e descontextualizada, mas resultam de processos complexos de posicionamento relacional. Em particular, essas configurações são resultantes, como mostramos, de uma atualização de status específicos dentre aqueles que é possível atribuir aos participantes, de um endosso de papéis de ação múltiplos, em ligação com registros de atividade que se combinam e se transformam permanentemente, e de relações de lugares que flutuam em função do estabelecimento de relações mais ou menos simétricas ou assimétricas.

Além disso, a análise proposta permite sublinhar que, além das configurações de participação planejadas e explicitamente estabelecidas na interação (no caso em estudo, o projeto de confiar a uma estagiária o cuidado de conduzir uma atividade educacional que se deve observar), essas configurações devem ser efetivamente realizadas e não são de modo algum óbvias. Na ocorrência, pudemos observar as dificuldades que pode encontrar uma estagiária, no momento de realizar seu projeto e de enfrentar as resistências da atividade realizada, para assumir o lugar que lhe havia sido explicitamente ofertado.

Enfim, a análise dinâmica proposta para esses poucos excertos permite sublinhar o quanto os mecanismos de figuração são modelados por aspectos acionais e, mais particularmente, pelas contingências próprias das configurações de participação estabelecidas e negociadas pelos participantes ao longo de seu encontro. Por exemplo, se o ato declarativo de delegação da condução da atividade produzido pela responsável em benefício da estagiária (“então Leila eu te passo a palavra”, l. 11) pode constituir para a estagiária um ato lisonjeiro, emblemático de uma estratégia de polidez positiva, é porque ele opera uma transformação das identidades endossadas e do quadro da atividade no qual essas identidades se atualizam. De maneira análoga, as intervenções reiteradas das crianças e o retorno da responsável em uma posição de co-condutora (ver 1. 20-18) podem constituir ameaças para as faces positivas e negativas da estagiária. Mas essa ameaça não é intrínseca e inerente aos atos de linguagem produzidos. Ela

resulta da maneira como esses atos funcionam em contexto e fragilizam a posição reservada para a estagiária na situação. Assim, o estudo dos mecanismos de figuração não pode se desenvolver de maneira autônoma e com base somente em índices verbais. Esse estudo deve se realizar apenas por meio de uma compreensão detalhada das configurações de participação e de suas transformações permanentes na interação.

## 6 As questões relacionais do posicionamento nas interações tutoriais

A partir da análise apresentada acima, parece interessante ressaltar a notável complexidade dos processos de posicionamento relacional que ocorrem nas interações tutoriais em formação profissional inicial. Essa complexidade transparece em três níveis distintos, imbricados e, em certa medida, interdependentes, como evidencia a Figura 1.

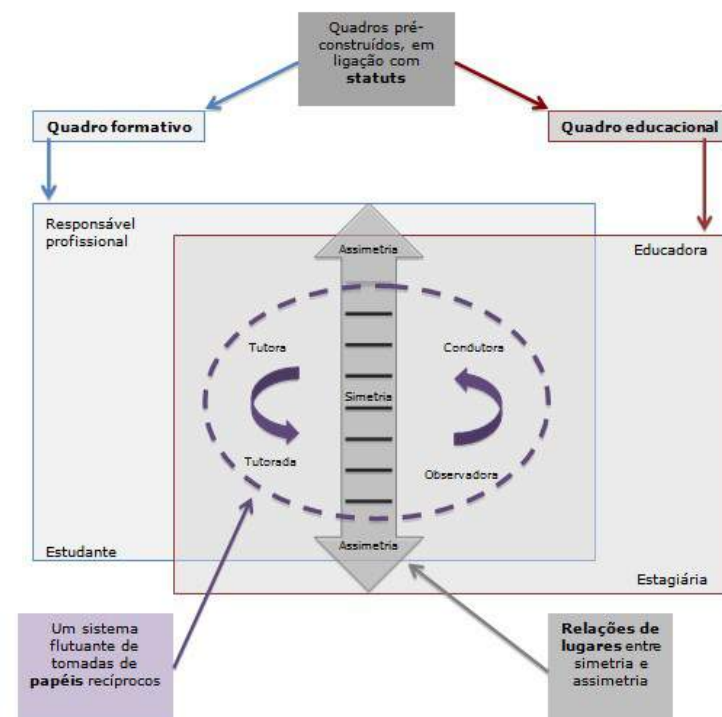


Figura 1: Uma explicitação das questões de posicionamento relacional



Sobre o plano dos *status*, as situações de acompanhamento tutorial se inscrevem em um duplo quadro da experiência que é pré-construído e relativamente estável, aquele das instituições da pequena infância de um lado (quadro educacional) e aquele da formação profissional de outro lado (quadro formativo). Esses quadros requerem *status* sociais específicos da parte dos indivíduos que neles se engajam. As interações tutoriais observadas em nossos dados reúnem participantes que, além das crianças, apresentam *status* particulares: em relação ao quadro das instituições da pequena infância, as profissionais envolvidas apresentam um *status* de “educadora” e as aprendizes um *status* de “estagiária”; em relação ao quadro da formação, as profissionais apresentam um *status* de “responsável profissional” e as aprendizes um *status* de “estudante”. É em razão desses atributos estatutários, socialmente adquiridos, recíprocos e que lhes são reconhecidos que as participantes têm acesso aos quadros sociais em questão. Assim, o acesso a esses quadros sociais opera uma redução e uma atualização dos múltiplos atributos estatutários associáveis às pessoas. As participantes são reconhecidas “enquanto” educadoras ou estagiárias e não enquanto mães, musicistas, militantes sindicais etc, o que elas podem ser igualmente em outras ocasiões.

Como mostramos, nos planos ao mesmo tempo teórico e empírico, esses *status* podem, em interações situadas, se atualizar em uma multiplicidade de papéis de ação específicos. Essa multiplicidade é ligada não só à diversidade das atividades observáveis nos quadros da experiência, mas ainda ao fato de que, no caso em análise, dois sistemas de atividade distintos estão implicados no quadro em questão. Sobre o registro da atividade profissional, os *status* de educadora e de estagiária se atualizam especialmente em papéis ligados à condução de atividades educacionais (conduzir ou co-conduzir uma reunião, narrar uma história, fornecer cuidados, dar uma refeição etc). Sobre o registro da atividade de formação, os *status* de responsável profissional e de estudante se atualizam especialmente pelos papéis de “tutora” e de “tutorada”, que podem tomar diversas formas, como o apoio ou ainda a avaliação. A complexidade desse sistema de tomada de papéis resulta do fato de que, de um lado, esses papéis existem apenas quando são endossados e reciprocamente validados pelos participantes e quando, de outro lado, produzem efeitos conjuntos nos diferentes quadros sociais implicados. É assim que, por exemplo, como evidenciam nossas análises, as intervenções pontuais de apoio de uma responsável profissional no interior das atividades conduzidas por uma estagiária contribuem para a realização simultânea de uma dupla tomada de papéis: aquela de “co-condutora” de uma

atividade educacional, em referência ao quadro educacional, e aquela de “tutora”, em referência ao quadro formativo.

Enfim, sobre o plano das relações de lugares, as questões de posicionamento relacional convidam os participantes da interação tutorial a negociar e ajustar as relações de natureza hierárquica estabelecidas entre eles. Essas relações de lugares são parcialmente configuradas pelos atributos estatutários que os parceiros apresentam no momento de acessar os quadros sociais implicados: *a priori* uma estudante-estagiária não se posiciona em uma relação igualitária com uma educadora certificada ocupando uma função de responsável profissional. Essas relações de lugares são mediadas, sobretudo, pelos sistemas de papéis endossados, pela maneira mais ou menos simétrica ou assimétrica como eles são efetivamente endossados. Como mostramos, uma responsável pode, conforme a ocasião e as condições de desenvolvimento da interação, ora se apagar da cena em que se conduz uma atividade educacional, para “dar o lugar” à estagiária, ora intervir de maneira mais frequente, quando as circunstâncias o exigem. Uma estagiária pode também endossar plenamente um lugar alto que um papel de condutora lhe confere ou minimizar a verticalidade desse lugar pela solicitação explícita ou implícita de uma ajuda na realização de sua atividade educacional. Assim, a simetria ou a assimetria das relações de lugares é objeto de flutuações permanentes e graduais, que resultam do próprio trabalho interacional.

Explicitar desse modo as questões de posicionamento relacional que comandam as interações tutoriais lança uma luz original sobre a atividade dos tutores no campo da formação dos educadores da infância. Em particular, o procedimento proposto neste capítulo pode contribuir para evidenciar o fato de que, além dos atributos estatutários endossados pelos participantes (responsável profissional, estudante), a relação tutorial se manifesta por gestos concretos. Ela não se decreta, mas se realiza em (inter)ações tangíveis, observáveis, embora às vezes difíceis de discernir.

Nos termos que utilizamos, esses gestos constitutivos da relação tutorial consistem em realizar “configurações de participação na interação” específicas e os processos de posicionamento relacional que permitem a realização dessas configurações. É, por exemplo, produzindo configurações de mostraçã, de observação ou ainda de co-condução, com todo o jogo de posicionamento recíproco que essas posturas pressupõem, que se materializa a intervenção dos tutores. Mas, sobretudo, não é somente na especificidade dessas configurações tomadas isoladamente que residem a riqueza e a

complexidade da atividade dos tutores, mas em sua plasticidade e em sua combinação permanente no curso das atividades realizadas. Em outros termos, endossar uma função tutorial em contexto de trabalho e de formação profissional não é verbalizar saberes aos estudantes, mas é organizar para os estagiários configurações de participação específicas e, acima de tudo, ser sensível às transformações permanentes que o estabelecimento dessas configurações supõe. Dito de outra forma, o tutor torna sua atividade visível não só quando coloca o estagiário em uma configuração de participação específica, por exemplo aquela de conduzir uma atividade, mas ainda quando reformata essa configuração em proveito de um outro, quando percebe uma dificuldade do estagiário em tomar o lugar que lhe é proposto.

Essa perspectiva nos parece lançar uma luz renovada sobre representações que os profissionais constroem a propósito dos desafios ou das questões que percebem em sua tarefa de acompanhamento em formação. A ação do tutor não se reduz, de fato, à “reunião semanal”. Ela implica “fazer observações” “sobre o momento”, ao longo do “dia”, “encontrar a palavra certa”, o que não é fácil de fazer no “calor da ação”. Todavia, essas observações, essas palavras certas não se reduzem somente aos conteúdos verbalizados, aos conselhos ou ainda a avaliações formuladas para os estagiários. Elas se concretizam em tudo o que os tutores devem “fazer” e “dizer” para oferecer lugares aos estagiários, observando se eles estão em condições de tomar esses lugares. Reconhecer a natureza específica, complexa, recíproca, multimodal e eminentemente incerta dessa atividade de posicionamento e de configuração da participação contribui para tirar a atividade tutorial da opacidade e da transparência de que ela é objeto e que contribuem ainda muito frequentemente para uma evidente falta de reconhecimento social. Do nosso ponto de vista, reside nisso todo o interesse das ferramentas da análise interacional no campo das ciências do trabalho e da formação.

## Referências

BILLETT, S. *Learning in the Workplace: strategies for effective practice*. Crows Nest: Allen and Unwin, 2001.

BOUTET, J. *La vie verbale au travail: des manufactures aux centres d'appel*. Toulouse: Éditions Octarès, 2008.

BOUTET, J. Langues, langages et discours en sociétés: la revue a 40 ans. *Langage & Société*, v. 160 & 161, 2017.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, n. 7(4-5), p. 585-614, 2005.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BURGER, M. Identités de statut, identités de rôle. *Cahiers de linguistique française*, n. 21, p. 35-59, 1999.

CLOT, Y. *Travail et pouvoir d'agir*. Paris : Presses Universitaires de France, 2008.

de SAINT-GEORGES, I. La multimodalité et ses ressources pour l'enseignement – apprentissage. In : FILLIETTAZ, L.; I. de SAINT-GEORGES, I.; DUC, B. (orgs.) « Vos mains sont intelligentes ! » : interactions en formation professionnelle initiale. Université de Genève : Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation, n. 117, 2008. p.117-158.

DURAND, I. R. M. *Le positionnement du stagiaire dans la relation tutorale: une analyse interactionnelle des pratiques d'aide dans la formation à l'éducation de l'enfance*. 2017. Thèse (Doctorat en sciences de l'éducation) - Institut des Sciences de l'Éducation, Université de Genève, 2017.

DURAND, I., TRÉBERT, D. & FILLIETTAZ, L. Offre et prise de place: l'accomplissement des configurations de participation à l'interaction tutorale. In :BALSLEV, K. ; FILLIETTAZ, L.; CIAVALDINI-CARTAUT, S.; I. VINATIER, I. (orgs.) *La part du langage: pratiques professionnelles en formation*. Paris : L'Harmattan, 2015. p. 31-60.

FILLIETTAZ, L. *La parole en action : éléments de pragmatique psycho-sociale*. Québec: Éditions Nota bene, 2002.

FILLIETTAZ, L. Asymétrie et prise de rôle. In: LAFOREST, M. ; VINCENT, D. (orgs.) *Les interactions asymétriques*. Québec : Nota bene, 2006. p. 89-112.

FILLIETTAZ, L. Interactions tutorales et formation des formateurs. *Travail & Apprentissages: revue de didactique professionnelle*, n. 9, p. 62-83, 2012.

FILLIETTAZ, L.; de SAINT-GEORGES, I.; DUC, B. Interactions et dynamiques de participation en formation professionnelle initiale. In : DURAND, M.; FILLIETTAZ, L.(orgs.) *Travail et formation des adultes*. Paris: Presses universitaires de France, 2009. p. 95-124.

FILLIETTAZ, L.; DURAND, I. R. M. L'activité de conception des tuteurs comme modalisation de l'expérience du travail: le cas de la formation des techniciens en radiologie médicale. *Sciences De l'Éducation Pour l'Ère Nouvelle*, n. 49, p. 83-109, 2016.

FILLIETTAZ, L.; REMERY, V.; TREBERT, D. Relation tutorale et configurations de participation à l'interaction: le cas de la formation professionnelle des éducatrices et éducateurs de l'enfance. *Revue @activité*, n. 11(1), p. 22-46, 2014.

FLAHAULT, F. *La parole intermédiaire*. Paris : Seuil, 1978.

FULLER, A.; UNWIN, L. Learning as apprentices in the contemporary UK workplace: creating and managing expansive and restrictive participation. *Journal of Education and Work*, n. 16(4), p. 407-426, 2003.

GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne*. La présentation de soi. Paris: Minuit, 1973.

GOFFMAN, E. La position. In : GOFFMAN, E. *Façons de parler*. Paris: Editions de Minuit. 1987. p. 133-166.

GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience*. Paris: Minuit, 1991.

GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. *Journal of Pragmatics*, n. 32, p. 1489-1522, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. v. 2. Paris : Armand Colin, 1992.

KUNEGEL, P. *Les maîtres d'apprentissage*: analyse des pratiques tutorales en situation de travail. Paris: L'Harmattan, 2011.

LAFOREST, M. Savoir implicite et formation professionnelle: un point de vue interactionnel sur la maîtrise d'un genre discursif lié à la profession de sage-femme. *Bulletin suisse de linguistique appliquée*, n. 90, p. 59-74, 2009.

LAVE, J. ; WENGER, E. *Situated Learning*: legitimate Peripheral Participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LOSA, S. *Interdépendances sociales et langage* : pour une sociologie configurationnelle du plurilinguisme. 2011. Thèse (Doctorat en sociologie) - Faculté des Sciences de la Société, Université de Genève, 2011.

LOSA, S.; DUC, B.; FILLIETTAZ, L. Success, Well-Being and Social Recognition: an interactional perspective. In: BERGMAN, M. M. (org.), *Success and Well-Being in Education and Employment*. Dordrecht: Springer, 2014, p. 69-98.

LOSA, S.; FILLIETTAZ, L. Negotiating social legitimacy in and across contexts: apprenticeship in a 'dual' training system. In: ANGOURI, J.; MARRA, M.; HOLMES, J.

(orgs.) *Negotiating boundaries at work: Talking and transitions*. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2017. p. 109-129.

MAYEN, P. Le rôle des autres dans le développement de l'expérience. *Education permanente*, n. 151, p. 87-107, 2002.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne : Peter Lang, 2001.

SACKS, H. *Lectures on conversation*. Oxford: Blackwell, 1992.

SAVOYANT, A. Guidage de l'activité et développement des compétences dans une entreprise d'insertion. *Education permanente*, 123, p. 91-99, 1995.

TREBERT, D. N. P. *Le tutorat dans l'alternance en éducation de l'enfance*: de l'analyse des interactions sur la place de travail à ses usages en formation. 2016. Thèse (Doctorat en sciences de l'éducation) - Institut des Sciences de l'Éducation, Université de Genève, 2016.

VANHULLE, S. Savoirs professionnels et construction sociodiscursive de l'agir. *Bulletin suisse de linguistique appliquée*, 90, p. 167-188, 2009.

VINATIER, I. *Pour une didactique professionnelle de l'enseignement*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009.

VION, R. *La communication verbale, analyse des interactions*. Paris: Hachette, 2000.

ZIMMERMAN, D. H. Identity, context and interaction. In: ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. (orgs.) *Identities in Talk*. London: Sage, 1998. p. 87-106.

**Tradução:**

Gustavo Ximenes Cunha  
Tatiana Emediato Corrêa

### 3. Face, imagens de si e posturas enunciativas

Wander Emediato

#### 0 Introdução

Em uma de suas frases célebres, Shakespeare (1564-1616) diz: “O mundo inteiro é um palco e todos os homens e mulheres não passam de meros atores. Eles entram e saem de cena e, cada um, no seu tempo, representa diversos papéis”. Calderón de la Barca (1600-1681), em *La vida es sueño*, obra de influência platônica, questiona a liberdade do homem de escrever ele mesmo a sua vida, sem determinar-se pelo destino. Para Platão, o homem vive um mundo de sonhos e sombras, preso em uma caverna da qual só se libertará caminhando rumo ao Bem (entendido como as formas ideais do conhecimento e das condutas sociais positivas, éticas e morais). Em sentidos diferentes, Shakespeare e Calderón destacam que vivemos em um mundo de imaginação, uma teatralização da vida cotidiana, como diria Erving Goffman (1967), tornando bem difícil distinguir, nesse jogo social de máscaras, o real do imaginário, os atores de seus personagens, o contado do contador.

A vida social é marcada por ritualizações que implicam uma cultura do corpo, do gesto, da linguagem. Na sociedade europeia dos séculos XVII e XVIII, a exemplo da corte francesa, um sistema complexo de cortesia conferia distinção social e real a quem dominava as regras (de conduta, de linguagem, de *espírito*). Àqueles que não dominavam os rituais, restava o fardo do ridículo e a exclusão dos palácios e da vida mundana. Aliás, a expressão francesa, *Le ridicule n’a jamais tué personne* (O ridículo nunca matou ninguém), a despeito de sua ironia, é falsa, como toda ironia. Cair no ridículo na corte podia ser um motivo de suicídio e, para isso, bastava não possuir a frase certa no momento exigido. Levar sempre consigo suas *boas cartas na manga* – literalmente – era essencial, *encaixar uma* frase espirituosa no momento preciso para não ser objeto de riso por ausência d’*esprit!* – ou seja, cair no ridículo<sup>23</sup>. A *mise-en-scène* do ego é vital à

<sup>23</sup> O filme francês *Ridicule* (1996), de Patrice Leconte, (caindo no ridículo, na tradução brasileira) mostra bem essa pressão exercida pelas regras de cortesia na corte de Luís XVI, onde a única maneira de chegar até o rei era usar de *esprit*, inteligência e bela linguagem. Molière já *purgava os costumes*, como ele próprio diria, satirizando os costumes em suas peças de teatro, em especial, *Le bourgeois gentilhomme* (O burguês gentil).

sobrevivência da fachada social. A ideologia capitalista não fez dela, afinal, “o maior patrimônio de um homem”?

O desafio da alteridade parece constituir um fato antropológico humano. A comunicação é uma necessidade da espécie que tomou proporções complexas ao longo da história social, colocando o homem diante de si mesmo, do fato social, o eu sendo constituído pelo outro através desse olhar avaliador recíproco que, para Jean-Paul Sartre, constitui o desafio da própria liberdade e existência do sujeito face ao outro: *o inferno são os outros*. Mas o paraíso também... A preocupação com a imagem de si diante do outro é um fardo – e ao mesmo tempo um jogo fascinante – que acompanha a cultura humana.

O caráter ao mesmo tempo cultural e constitutivo da face ou da imagem de si se reflete nas determinações das condutas sociais e dos rituais languageiros. A teatralização do mundo faz os homens se encenarem para si e para o outro a fim de realizar objetivos sociais e interpessoais, obter ganhos, felicidade, etc.; teatralização que, ao mesmo tempo, determina seu modo de existir e o aprisiona na ilusão de autonomia do indivíduo – como diria Michel Pêcheux (1975) – ou do sujeito no desempenho de seu papel social, como diria Charaudeau (1995).

Goffman percebeu esse grande teatro social e o valor social da apresentação de si, da *mise-en-scène* da vida cotidiana<sup>24</sup>. Nas ciências da linguagem, vários autores retomaram a sua problemática, direta ou indiretamente. O problema ganha contornos variados e nem sempre consensuais na análise do discurso: o problema das *formações imaginárias*, de Michel Pêcheux, na fundação da AD; o conceito de *ethos*, da retórica clássica, retomado recentemente pelos estudos discursivos (Amossy, Maingueneau, Eggs, Charaudeau, entre outros); a distinção entre *papéis sociais* e *papéis languageiros*, *identidade social* e *identidade discursiva*, por Charaudeau; a noção de *postura enunciativa*, trazida por Rabatel numa renovação das teorias enunciativas sobre polifonia e dialogismo. Nosso objetivo será de discutir, sucintamente, esses modelos teóricos e suas relações, diretas ou indiretas, com a noção de face.

<sup>24</sup> Expressão utilizada na tradução francesa da obra de Goffman. (*La mise-en-scène de la vie quotidienne*)

## 1 Erving Goffman: face, coerção e preservação

Quando nos comunicamos com outras pessoas, as impressões que elas podem ter de nós – e as que nós construímos delas – interferem, de alguma maneira, no modo<sup>25</sup> como falamos, nas posturas e posições que assumimos. Essas avaliações recíprocas sugerem um sistema de expectativas cruzadas<sup>26</sup> agindo ao longo das interações e constituindo, no plano da linguagem, diferentes níveis de representação da situação de discurso. Elas dizem respeito ao modo como sujeitos se apresentam ao outro, se veem, se avaliam e adotam perspectivas sobre diversos componentes da interação, como o tema, o posicionamento axiológico, as posturas enunciativas, as posições sociais, entre outros. Goffman tratou esse vasto problema elaborando sua *teoria das faces*, um quadro teórico que alcançou uma dimensão multidisciplinar nas Ciências Humanas e Sociais. A noção de face, pelo conjunto de questões que ela suscita, obteve uma recepção impressionante nas ciências da linguagem, sobretudo nas correntes interacionistas e conversacionalistas (BROWN; LEVINSON, 1978, 1987; ORECCHIONI, 1992), mas também, de forma direta ou indireta, nos estudos discursivos (Charaudeau, Chabrol, Amossy).

Em seu clássico artigo, *A elaboração da face*, Goffman (1967) lança o problema da apresentação de si através do conceito de *face*, assim definido:

O termo face pode ser definido como um valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha tomada por ela durante um contato específico. Face é a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados (...) (GOFFMAN, 1967, p. 5).

Como as pessoas procuram atrair para si os atributos aprovados socialmente, cada uma se torna o seu próprio repressor ao se deixar determinar pelas coerções sociais. Diante da necessidade – e do desejo – de construir uma face positiva de si nas interações sociais, dois problemas de grande relevância são levantados: o da construção e preservação da face *positiva*, que consiste em buscar nos ideais de conformidade social as condutas e atitudes (inclusive languageiras) mais aceitas pela comunidade, ou seja, agir *em conformidade*; e outro, de natureza contraditória, mas antropológica, de

<sup>25</sup> Estamos utilizando os termos “modo”, “posturas” e “posições” com um certo delineamento conceitual que explicitaremos ao longo deste texto. No entanto, nada impede também de entendê-los de modo genérico, o que permitiria ao senso comum uma boa compreensão do problema que afeta, de maneira determinante, as relações interpessoais e comunicativas. Assim, são correntes enunciados como “seu modo de agir não me agrada”; “que postura é essa, minha querida?”; “suas posições não são aceitáveis” ou “qual é a sua posição social, afinal, para me falar neste tom?!”. Tais enunciados encontram facilmente seus contextos e colocam em evidência diferentes nuances das imagens de si e do outro.

<sup>26</sup> Cf. Claude Chabrol.

preservação de seu território pessoal, de sua liberdade, contra imposições que firam sua autoestima e seu desejo de autonomia. O problema da face coloca o sujeito diante de uma necessidade vital de colocar em cena estratégias comunicativas dedicadas à preservação de uma imagem de si que se apresenta como fundamental na sua interação com o grupo e em função de uma coerência determinante de suas condutas presentes e futuras.

Uma vez tendo assumida uma auto-imagem, que se expressa através de uma face, há expectativas e modos que uma pessoa precisa preencher. De diferentes modos, em diferentes sociedades, exigir-se-á que as pessoas demonstrem auto-respeito, recusem certas ações por estarem estas acima ou abaixo de si mesmas, ao mesmo tempo em que se forçam para desempenhar outras mesmo que isso lhes custe muito caro. Ao entrar em uma situação na qual lhe é dada uma face a manter, a pessoa toma a si a responsabilidade de patrulhar o fluxo de eventos que passa diante de si (GOFFMAN, 1967, p. 80).

Goffman verticaliza os estudos sobre a apresentação de si, o exame de critérios psicológicos e sociais que orientam as estratégias comunicativas em diferentes situações. Mais tarde, Brown e Levinson (1987), desenvolvem os conceitos de polidez positiva e negativa, servindo-se das noções de face e território de Goffman. Com efeito, o conceito de polidez se torna indissociável do conceito de face e remete ao processo subjacente aos esforços de preservação de suas imagens pelos interactantes. O trabalho de “polimento” atua em diferentes níveis da atividade linguageira e produz, por sua natureza complexa e multidimensional, representações sobre vários aspectos da situação comunicativa.

O problema da emoção e do engajamento na interação suscitou o interesse de analistas do discurso a partir de seus conceitos de *euforia* e *disforia*. O funcionamento eufórico da comunicação depende de uma boa inserção dos interactantes nos seus papéis respectivos. A má inserção, por outro lado, é um dos fatores da disforia e remete a um mal-estar na interação (constrangimento, vergonha, perda de autoestima, desconforto diante do outro, sentimento de discriminação, etc.). O problema da euforia e da disforia é complexo e envolve diferentes parâmetros: físicos, estéticos, étnicos, raciais, linguísticos, afetivos, de classe social, hierarquia, etc., que evidenciam a complexidade social, ética e moral em que vivemos. Esses variados fatores condicionam o sucesso de uma interação,

ou seja, a sua euforia ou podem ser determinantes da disforia, tornando a comunicação mais ou menos defeituosa<sup>27</sup>.

Sem utilizar o termo de disforia ou de euforia, alguns estudos sobre argumentação não são indiferentes a esse problema. Para Plantin (2016), por exemplo, uma argumentação radical, marcada por um engajamento intenso demais do sujeito na defesa de suas posições, pode produzir disforia e conduzir a uma *argumentação falaciosa*, por diferentes razões: a resistência em admitir argumentos razoáveis do oponente; a manipulação das premissas apresentadas (atribuir ao outro premissas que ele não apresentou ou ampliar demais o alcance de suas próprias premissas e as do oponente); não apresentar provas para defender seus pontos de vista como se eles fossem verdadeiros *a priori* (petição de princípio); ofender e insultar o oponente por este defender pontos de vista contrários aos seus (falácia *ad hominem*). Essas diferentes atitudes podem se sobrepor em uma mesma discussão e linha argumentativa e serem fontes de disforia, levando a uma inevitável ruptura interacional ou constituir um *tropo comunicacional* (KERBRAT-ORECCHIONI, 2015; PLANTIN, 2016) – quando os participantes mantêm a interação mesmo não compartilhando interesses comuns, como num diálogo de surdos (ex.: debate eleitoral na TV). Nesse tipo de interação, nenhum interactante coopera para preservar a face do outro, ao contrário, enuncia de forma intensa e passional, insulta e desqualifica o outro de modo deliberado, pois o verdadeiro destinatário não é o interlocutor, mas um terceiro<sup>28</sup>.

Como se pode notar, os problemas teóricos suscitados pela noção de face são numerosos. Buscaremos situar, no campo específico dos estudos discursivos, alguns modelos teóricos que tratam o assunto, salientando a particularidade de cada um.

## 2 Michel Pêcheux e as formações imaginárias do ego

Quando, em 1969, Michel Pêcheux levantou o problema das formações imaginárias na constituição da primeira geração da Análise do Discurso Francesa, ele não fez nenhuma menção ao conceito de *ethos* de Aristóteles, nem à teoria das faces de Goffman. Em relação ao conceito de *ethos*, Pêcheux não tinha, com efeito, nenhum interesse em associar sua teoria nascente, e que ele pretendia científica e linguística, à

<sup>27</sup> A noção de comunicação defeituosa foi levantada pelo próprio Goffman em um texto intitulado *Faulty persons*, capítulo da tese de doutorado *Communication conduct in an Island Community*, Universidade de Chicago, 1953, p. 259-272.

<sup>28</sup> Sobre o problema do terceiro na cena da enunciação, ler Charaudeau, *Le tiers. Qui es-tu?*

arte retórica e muito menos o problema das formações imaginárias ao conceito de *ethos*, que certamente ele conhecia muito bem. Para Pêcheux, o problema da (in)consciência do sujeito situava a AD bem distante da arte oratória instrumentalizada por um orador consciente de seu exercício persuasivo. Já ao conceito de face, de Goffman, é possível supor que ele não navegava nas águas dessa sociologia norte-americana cujas traduções chegaram tardiamente à França. A obra *The Presentation of Self in Everyday Life* é de 1959 e sua primeira edição francesa destinada ao grande público data de 1973.

A perspectiva sociointeracionista de Goffman se situava longe dos interesses da primeira geração da Análise do Discurso, ainda que alguns de seus conceitos pudessem constituir bases para um diálogo importante, como o de *instituição total*<sup>29</sup>. O problema das imagens que os sujeitos constroem entre si interessava Pêcheux. Porém, não era em um terreno de estratégias interindividuais que ele as procurava. Em sua obra de 1969, conhecida como *Análise Automática do Discurso*, profundamente revisada posteriormente, ele buscou sistematizá-las no conceito de *formações imaginárias*, assim definidas:

- IA (A): Imagem de A para A: quem sou eu para falar assim?
- IA (B): Imagem de B para A: quem é ele para que eu lhe fale assim?
- IB (B): Imagem de B para B: quem sou eu para que ele me fale assim?
- IB (A): Quem é ele para que ele me fale assim?

O conceito de *formações imaginárias* permitiu à análise do discurso pensar sobre o lugar do sujeito em seu discurso e suas representações: ao enunciar eu me atribuo um lugar e designo um lugar complementar ao outro, eu lhe peço para continuar em seu lugar e para reconhecer que eu sou bem aquele que fala do meu lugar. Nota-se que se trata ao mesmo tempo de lugares enunciativos e também de lugares sociais, pois falar é postular um lugar na ordem do discurso e assumir uma posição na complexa topografia social. Entrar na ordem do discurso exige submeter-se às suas determinações. Como disse Foucault (1970), é inserir-se em seus poderes e perigos, suas exclusões, interdições, poderes. Ser sujeito não é assumir sua autonomia, gozar de sua plenitude e liberdade. Ao contrário, é submeter-se às suas regras, mover-se em seus interstícios, aceitar seus interditos, assumir sua posição de classe. Por isso, as formações imaginárias deveriam estar harmonizadas com a teoria das ideologias, assumida por Pêcheux a partir do

<sup>29</sup> O conceito de instituição total, como espaços de reclusão, de ruptura da identidade dos reclusos, espaços fortemente burocráticos e repressores, noção que se aproxima das instituições disciplinares de Michel Foucault, não fez parte das referências de Pêcheux. Pêcheux preferiu, como se sabe, fundar sua teoria do discurso na teoria althusseriana dos aparelhos ideológicos de estado, lugares de inculcação das ideologias.

marxismo de Althusser, o que colocará um problema para a sua concepção inicial de formações imaginárias. Pêcheux buscará, em um texto de 1975, assinado com Catherine Fuchs, revisar criticamente a noção. O objetivo era justamente distanciar-se de um ponto de vista interacionista:

As expressões pelas quais nós tentamos caracterizar as relações entre « formações imaginárias » (Pêcheux, 1969, pp. 19-21), do tipo : la(A), la(B), etc., deixam largamente aberta a possibilidade de uma interpretação « interpessoal » do sistema das condições de produção: encontra-se as repercussões dessa ambiguidade em vários trabalhos, como por exemplo M. J. Borel (1970). Por outro lado, a ideia avançada por A. Trognon (1972, p. 164) segundo a qual a AAD se daria por função distribuir os « elementos do discurso » ou « unidades textuais » em função dessas diferentes expressões (la(A), etc.) permanece estranha para nós. Enfim, estamos de acordo com L. Guespin para reconhecer que a multiplicação dos « mecanismos » não resolve fundamentalmente a questão » (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 11, nota de rodapé. Tradução nossa).

Fica claro, nessa exposição, que Pêcheux distancia o conceito de formações imaginárias de uma perspectiva empírica e interacionista em proveito da relação entre ideologia e discurso. A partir daí, a noção de formações imaginárias desaparece em proveito da aproximação entre formação ideológica e formação discursiva. Não se trata, como ele próprio explica, de identificar ideologia e discurso, o que seria cair em uma definição idealista da ideologia, mas de postular que o discurso é um dos aspectos materiais da ideologia, ou seja, que a materialidade ideológica comporta, entre outros traços, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito. Apesar de distante do problema da face, fica, no entanto, a questão da determinação do que pode e deve ser dito como o fundo subjacente a qualquer prática discursiva – e a qualquer sujeito – e como o aspecto comum que, encenado pelo indivíduo (ator social ou forma-sujeito), lhe confere o seu lugar, a sua posição na ordem do discurso ou, por que não dizer, a sua face, seu território, sua identidade.

### 3 Ethos e imagens de si

O problema das imagens de si já havia sido tratado, a seu modo, pelos antigos, pela retórica grega (Aristóteles), e romana (Quintiliano, Cícero...) através do conceito de *ethos*. Para Aristóteles, o *ethos* é uma das três provas retóricas, junto com o *pathos* (as paixões) e o *logos* (as razões). O *ethos*, considerado, curiosamente, como a mais importante das provas retóricas, é definido como o caráter do orador expresso através de seu discurso. O *ethos* é um produto da enunciação, ou seja, do discurso, e não algo

anterior a ele. No entanto, tal concepção discursiva do *ethos* é criticada desde Cícero, pois o *ethos* é ao mesmo tempo dependente de caracteres reais e dos caracteres oratórios. Com efeito, é inegável que a *hexis* do sujeito (seu tipo social), assim como sua biografia, reflete a imagem que dele se constrói. Há, portanto, dois lados indissociáveis do *ethos* – o *ethos* discursivo, que surge no processo de enunciação; e o *ethos* prediscursivo, que remete a uma memória e a uma imagem social do indivíduo e que ele pode desejar manter em suas relações presentes e futuras.

Uma análise vertical da concepção aristotélica foi feita por Eggs (1999), numa perspectiva pragmática e crítica, colocando em evidência o elo entre as três provas (*ethos*, *logos* e *pathos*) e a insuficiência de uma descrição exclusiva de cada uma delas. A função do *ethos*, para Aristóteles, é suscitar a confiança no orador, constituída pela *phronésis* (a sabedoria, a prudência do orador); a *areté* (as virtudes, como a coragem e a honestidade) e a *eunóia* (a empatia com o auditório). No entanto, para Eggs, a confiança, ainda que nas três dimensões apresentadas por Aristóteles, reuniria as três provas: *ethos*, *pathos* e *logos*. Afinal, para se apresentar sábio, ponderado e prudente (*phronésis*), é preciso que o discurso seja dotado de *logos*, de racionalidade, de capacidade para demonstrar, no discurso, o bem fundado de sua argumentação; para se apresentar virtuoso (*areté*), é preciso apresentar, no discurso, sinceridade, honestidade, ter um bom caráter, aspecto predominante do *ethos*; e, por fim, é preciso mostrar-se simpático e empático em direção a seu auditório, tocar os seus afetos, aspecto dominante do *pathos*. O que parece essencial a Eggs é o potencial pragmático do *Ethos* de explorar duas dimensões no discurso: a dimensão *ética* propriamente dita (moral, virtuosa, justa) e a dimensão *dianoética* (ligada à racionalidade, à inteligência, ou, em sua ausência, à pobreza de espírito). O problema pragmático está relacionado ao equilíbrio e à adequação dessas propriedades, à falta ou ao excesso, a *justa medida* dos gregos. A análise de Eggs é importante na medida em que traz o debate sobre o *ethos* para um ambiente contemporâneo e lhe dá uma complexidade maior do que a sua distribuição retórica entre as provas da persuasão.

Maingueneau traz uma contribuição igualmente importante para o debate sobre o *ethos* ao liberá-lo de seu reducionismo retórico e trazê-lo para o campo da análise do discurso e da enunciação: o *ethos* ultrapassa o domínio da argumentação para investigar o processo de adesão dos sujeitos a qualquer tipo de discurso. Sua dimensão representacional e semiótica ganha relevância, na medida em que se permite avaliar os saberes e determinações que recobrem a natureza da imagem de si, assim como sua

multidimensionalidade. “O *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também um conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas às representações coletivas estereotípicas” (MAINGUENEAU, 1999). O *ethos* é situacional, ou seja, não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação e de uma conjuntura sócio-histórica. Para Maingueneau, dois aspectos se mostram relevantes na análise do problema: a natureza representacional do *ethos*, sua remissão a *mundos éticos*, representações de situações estereotípicas associadas a comportamentos. (executivos dinâmicos; competitividade; liderança; astúcia política, articulação, etc.); e a *incorporação*, ou a maneira como o intérprete se apropria do *ethos*, uma maneira de se vestir, assumir uma postura e assumir, assim, a posição de um fiador do *ethos*.

Já Charaudeau (2005) problematiza a noção no âmbito de seu quadro teórico e, em especial, no campo político. Charaudeau pensa a noção em relação a sua teoria dos imaginários sociodiscursivos, aproximando-se, nesse ponto, dos mundos éticos e representações estereotípicas de Maingueneau. Por exemplo, o conceito de carisma, originado no cristianismo e retomado por Weber no campo da política e da imagem do líder, é pensado por Charaudeau como um problema de *ethos*, reunindo propriedades atribuídas ao homem político como força, potência, simpatia, entre outras. Imaginários sociodiscursivos como *tradição*, *modernidade*, *tecnologismo*, *soberania popular*, etc., constituem, para ele, fundamentos determinantes da construção da imagem de si. O homem político se apresentaria ao seu público e eleitorado como porta-voz dessas representações de saberes partilhados entre conhecimentos e crenças. A construção e manutenção de uma imagem positiva de si exigiria do discurso uma capacidade para reivindicar seus vínculos com os imaginários e, como efeito reflexivo, ser avaliado pelo destinatário como seu representante – ou *fiador*, na acepção de Maingueneau.

Tais concepções vão bem além da função retórica, clássica, do *ethos* e se aproximam mais do conceito de face, pois a função face (como o *ethos*) é constitutiva de todas as relações sociais e não pode ser reduzida a um instrumento de persuasão do orador ou à argumentação. O trabalho de face é uma condição da interação, como o é também a noção de *ethos* para a análise do discurso contemporânea, ao contrário de seu papel de prova na retórica clássica. O processo que permite ao orador construir a sua imagem para um auditório está associado a expectativas e paixões que orientam a avaliação do orador e resultam em uma apreciação simpática ou empática sobre ele. Os parâmetros de avaliação intersubjetiva são sociais, morais, éticos (são representações) e associados ao estatuto da pessoa e da imagem que ela pretende manter.



#### 4 Patrick Charaudeau e a *mise-en-scène* discursiva

Algumas noções centrais propostas por Goffman foram bem assimiladas pela análise do discurso posterior a Pêcheux, como as noções de *identidade* e de *papel*. Charaudeau, por exemplo, retoma a metáfora teatral: a sociedade é um vasto teatro onde cada um se vê atribuído um papel (ou vários, dependendo da situação) em uma *mise-en-scène social e linguageira*. Essa *mise-en-scène*, no entanto, não deve ser vista como uma máscara do real, mas como uma de suas formas. A linguagem comporta todo um catálogo das relações inter-humanas expressas em papéis que são assumidos por um e impostos a outros.

A noção de papel, bastante presente nos textos de Charaudeau desde 1991<sup>30</sup> é aos poucos substituída pela de “identidade discursiva” (CHARAUDEAU, 2009). Uma primeira abordagem (CHARAUDEAU, 1995) distinguia *papéis sociais* de *papéis linguageiros*. O papel social de um sujeito engajado em um processo de troca é engendrado por seu estatuto em uma situação cuja finalidade lhe atribui certas obrigações. Já o papel linguageiro (discursivo) é determinado pelas pressões exercidas pela finalidade do contrato situacional (e do papel social) e pelas normas comportamentais de uso da palavra construída em uma tal situação em função das práticas que ali se desenvolvem (CHARAUDEAU, 1995). Vejamos um exemplo, do próprio autor, da distinção entre estatuto, papel social e papel linguageiro: um professor, por seu estatuto de professor, tem na situação “aula” o papel social de ensinar; na situação “reunião de pais”, um papel social de informar; na situação “conselho de classe”, o papel social de avaliar. Considerando, por outro lado, seu papel social de professor (na aula), e as práticas discursivas instituídas nessa situação, alguns papéis linguageiros são esperados: explicar, interrogar, avaliar, aconselhar, orientar, etc. Os papéis linguageiros remetem à especificação (em situação concreta) de atos enunciativos e enuncivos. A não apresentação pelo professor desses comportamentos em sala de aula pode gerar disforia e uma má avaliação do professor pelos alunos. Já a sua atualização em cena produziria euforia e um maior envolvimento dos alunos na aula.

<sup>30</sup> O texto *Rôles sociaux et rôles langagiers*, publicado em 1995 (Cf. referências), foi apresentado em uma conferência em 1991, no colóquio internacional sobre *L'analyse des interactions verbales*, em La Baumes-Aix, 12-14 setembro 1991.

No modelo proposto por Charaudeau (2001), a identidade social se situa no espaço externo, social, do discurso e remete aos diferentes estatutos sociais do sujeito comunicante: um professor, um jornalista, um publicitário, um político. As escolhas das estratégias que o sujeito tem à disposição em função de seu papel social comporá, assim, sua identidade discursiva. Nota-se, aí, a relação entre a situação externa (social ou psicossocial) e a situação interna (discursiva), relação de interdependência. Jogo de espelhos e *mise-en-scène* discursiva em que as escolhas realizadas compõem a identidade discursiva do sujeito e permitem avaliar suas diferentes competências (para Charaudeau, 2001, as competências *situacional, comunicativa, semântica, linguística*), além de seu modo próprio de atuar diante do roteiro que lhe é apresentado.

É, com efeito, no âmbito dessas diferentes competências que poderíamos situar a construção da identidade discursiva pelo sujeito comunicante. Vale ressaltar que, para Charaudeau, é como sujeito enunciativo que ele se apresenta ao tomar a palavra e é por esta instância (discursiva) que temos acesso à sua encenação e, por via desta, sua identidade discursiva e sua relação com a identidade social.

Na perspectiva do autor, há vários níveis em que um indivíduo, como ator social ou sujeito comunicante, precisa ajustar o seu discurso e o complexo processo de avaliação que se encontra subjacente à prática comunicativa. Utilizando o termo de Goffman, diríamos que a euforia da comunicação, ou seja, o seu sucesso, depende do ajustamento das atitudes às expectativas de ordem psico-sócio-comunicativa. O indivíduo, ator do mundo, encontra-se sob o fio da navalha: para ser um bom *protagonista* (termo de Charaudeau), ele precisa saber bem onde se encontra, quem são seus *parceiros* (termo de Charaudeau), e a finalidade interacional; precisa ajustar suas formas de dizer aos espaços de relação; estar atento aos temas propostos/permitidos/interditos, assim como suas direções de problematização; suas formas de julgamento e, ainda, ao socioleto adequado (a boa maneira de falar nessa situação). Vê-se aí um *trabalho de face* complexo e multidimensional.

A identidade social, para Charaudeau, é fundada no princípio de *legitimidade* e de direito à fala. O mecanismo pelo qual se é legitimado é um mecanismo de reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, em nome de um valor aceito por todos. A legitimidade depende de normas institucionais que regem cada domínio de prática social e atribuem estatutos, lugares e papéis aos sujeitos (CHARAUDEAU, 2009). Já a identidade discursiva é voltada para a *credibilidade*, pois busca manter-se em conformidade com as expectativas sociodiscursivas. Tal institucionalização do discurso e

das práticas sociais e discursivas é o que distancia a análise do discurso de Charaudeau da AD de Pêcheux e o situa mais próximo da perspectiva sociointeracionista de Goffman e das orientações enunciativas e pragmáticas nos estudos da linguagem.

## 5 O problema das posturas enunciativas

Gostaríamos de concluir este trabalho com um último modelo teórico que me parece constituir um espaço relevante para se discutir o funcionamento enunciativo. Sua relação com o conceito de face é indireta, mas nos permite ampliar a problemática das imagens de si construídas na e pela enunciação através das posturas assumidas pelo enunciador.

O problema consiste em compreender melhor as diferentes possibilidades de gestão do dialogismo interno através da análise das diferentes *posturas enunciativas*, dentro de um quadro geral desenvolvido por Rabatel (2005a, 2009, 2012a, 2006, 2004, 2008b, 2017, entre outros). A gestão enunciativa dos pontos de vista (PDV) no discurso (seja jornalístico, político, publicitário, de redes sociais, etc.) possui três características essenciais: a) uma que diz respeito à gestão e hierarquização dos locutores e enunciadores, e de seus pontos de vista, o que inclui as posturas enunciativas assumidas em relação aos pontos de vista em questão – os modos de *prise en charge* –; b) outra que se vincula à atribuição de pontos de vista, pelo locutor primeiro (L1/E2) a diferentes locutores segundos (I2/e2 - atores sociais, por exemplo), o que corresponde ao fenômeno da *imputação enunciativa*.

O que nos interessa, aqui, neste capítulo, diz respeito às diferentes *posturas enunciativas*, fenômeno relacionado aos modos de *prise en charge*, seja pelo locutor primeiro (L1/E2), seja pelos locutores segundos (I1/e2) dos pontos de vista, o que nos leva ao problema da *responsabilidade enunciativa* e dos diferentes modos de investimento do locutor sobre os PDV que põe em cena (distanciamento, convivência, subordinação, etc.). Esse funcionamento enunciativo do discurso está no centro das visadas argumentativas da instância de produção do discurso (o locutor), permitindo-nos integrar os estudos da enunciação aos estudos da argumentação e, para o que nos interessa aqui, ao problema da imagem de si e da face. O que desejamos ressaltar é que, em certa medida, assumir uma postura enunciativa consiste, para um sujeito, em investir-se, de alguma maneira, na coconstrução de um PDV, e, por esse intermédio, investir-se, também, na construção de uma imagem de si.

Ressalte-se que Rabatel visa o conceito de *postura* unicamente no plano interno, enunciativo, de coconstrução de PDV, e o distingue do conceito de face: *as posturas, limitadas no espaço como no tempo, não são o reflexo puro e simples de estatutos, lugares ou faces* (RABATEL, 2017, p. 128. Tradução nossa). E, mais à frente em seu texto, deseja também diferenciá-lo de *ethos*:

É preciso distinguir as posturas do *ethos*, que é na origem uma imagem de si do sujeito que argumenta, cujo domínio de validade é ampliado a todos os fenômenos linguageiros (Amossy, 2010). Aqui, as posturas são limitadas à coconstrução de PDV e a apresentação de si só diz respeito à postura na medida em que ela entra nessa coconstrução. (RABATEL, 2017, p. 128).

Rabatel (2005a) propõe reavaliar as relações entre locutor e enunciador, herdadas de Benveniste e de Ducrot, privilegiando a autonomia relativa do enunciador na gestão do dialogismo *interno*, através do que ele próprio chamou de *Construção Interacional dos Pontos de Vista*. Essa análise se mostra, para nós, bastante produtiva para os estudos da enunciação e possui consequências relevantes também para a análise do espaço externo – social – do discurso. O locutor, ao se colocar por detrás da (re)construção dos pontos de vista dos locutores/enunciadores segundos, joga estrategicamente sobre a disjunção entre enunciadores e locutores, atuando na hierarquização e na coconstrução de seus pontos de vista, o que parece essencial à compreensão do funcionamento enunciativo de qualquer texto.

O problema consiste em considerar, na análise, que o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, por meio deste, a enunciadores cujos pontos de vista e atitudes ele próprio organiza e pode com eles manter relações de consenso ou de dissenso, ou, em outros termos, coorientadas (consensuais) ou antiorientadas (polêmicas). Suas posturas enunciativas, assumidas em relação a pontos de vistas de outros, permitem ao mesmo tempo realizar objetivos argumentativos e também se construir uma imagem de si na interação. Isso ocorre porque os pontos de vista em questão circulam em um ambiente social e são avaliados, caracterizados e discriminados, constituindo, assim, posições específicas e às vezes concorrentes no interdiscurso.

O Apagamento Enunciativo (AE), por exemplo, noção discutida em vários momentos por Vion (2003, 2004, 2005), é um tipo de postura enunciativa – de *distanciamento* e de *opacidade* – e permite ao locutor apresentar-se de uma certa maneira (neutro, objetivo, imparcial) o que pode ser importante para a sua imagem e fachada social. As estratégias de apagamento enunciativo e a postura de

sobreenuciacção, que discutiremos mais à frente, vão ao encontro do que outros autores chamaram de estratégia de *desinvestimento* do sujeito, ou de *desmodalização* (PARRET; BERRENDONNER, 1983) ou ainda de *delocução* (CHARAUDEAU, 1994). A *desinscrição* enunciativa marca a passagem de uma enunciação pessoal a uma enunciação impessoal e, como estratégia enunciativa, ela permite ao locutor impor – sem parecer – seu ponto de vista pessoal, dando-lhe uma aparência – ou face – de objetividade. Manter essa “face” é essencial, por exemplo, ao jornalismo de referência.

Sabe-se que o discurso relatado (DR) possui formas graduais de AE, desde manifestações mínimas como a *desinscrição* enunciativa (AE *lato sensu*) até o apagamento completo do enunciador (AE *strictu sensu*) (RABATEL, 2004). A desinscrição enunciativa no DR pode afetar: - o *locutor citado*, cuja origem enunciativa se torna opaca ou omitida pelo locutor citante, pois os dizeres iniciais são rerepresentados e não simplesmente citados, o que pode abrir espaço importante para a atribuição de pontos de vista a um locutor segundo, ou seja, uma *imputação enunciativa*; - afeta também o *locutor citante*, que pode mascarar, deslocar, modificar as marcas do relato ou modificar sua orientação argumentativa. “O locutor citado é afetado pela estratégia de desinscrição enunciativa do locutor citante, enquanto a desinscrição do locutor citante é uma escolha” (RABATEL, 2004, p. 8). Para melhor compreender a extensão do problema, apresentaremos abaixo os polos da tópica enunciativa propostos por Rabatel, os conceitos de *coenunciador*, *sobreenuciador* e *subenuciador*.

A *coenunciação* corresponde à produção de um ponto de vista comum e partilhado. Alguns autores trabalham esta noção como uma forma de dialogismo social (MOREL; DANON-BOILEAU, 1998) correspondendo aos cálculos que o locutor faz para produzir um enunciado que receba o consenso do interlocutor, antecipando suas reações, perspectiva próxima dos parâmetros contratuais de Charaudeau. O conceito de coenunciação é importante em dois níveis: para a *análise do dialogismo interno*, como propõe Rabatel, na medida em que os modos de relato da fala de terceiros por um locutor (jornalista, por exemplo) deixa entender que há um consenso sobre o conteúdo proposicional, ou seja, os locutores (primeiro e segundos) compartilham o ponto de vista expresso; e para a *análise do dialogismo externo*, na medida em que a instância de produção jornalística calcula, como na perspectiva de Morel e Danon-Boileau (1998), de Charaudeau (1999) e Emediato (2000, 2004, 2007, 2010, 2013, 2016, entre outros), que o seu leitorado ideal compartilha o ponto de vista expresso ou implícito na notícia. Em Emediato (2004, 2007, 2013), avaliamos, por exemplo, aspectos do tratamento da

informação que implicam uma ética cidadã como um PDV compartilhado entre o jornal e seus leitores. Tal “ética cidadã” é uma aposta da instância midiática em um sistema comum de valores capaz de orientar as interpretações. É uma espécie de *pré-validação* de acordos, através da qual o jornal se apresenta ao seu leitor como seu coenunciador, seu representante, seu porta-voz.

A *sobreenuciacção* é definida como expressão, por um locutor primeiro, de um ponto de vista dominante reconhecido pelos outros enunciadores. Esse conceito se aproxima do conceito de *hiperenunciador* proposto por Maingueneau, como no caso dos provérbios, máximas, axiomas, enunciações bíblicas, etc. O locutor coloca em cena um PDV universal de um autor singular cujo *ethos* revela um sujeito cuja voz é de autoridade e/ou ampla credibilidade. Tal procedimento pode se associar a estratégias de apagamento enunciativo pelo locutor citante do ponto de vista original do locutor citado, ampliando, assim, os efeitos de evidência do conteúdo enunciado.

A *subenuciacção* remete à expressão, por um locutor, de um ponto de vista dominado, em proveito do sobreenuciador. O *capital locutivo* de um locutor pode estar a serviço da circulação de pontos de vista de outrem, de um sobreenuciador, o que faz do sobrelocutor um subenuciador que enuncia em proveito do sobreenuciador citado. Para a subenuciacção, é preciso distinguir quando se trata de uma dominação imposta ou escolhida. Um subenuciador pode expressar um PDV dominado em referência/reverência a uma autoridade por polidez, respeito, admiração, submissão, livre adesão, alienação ou enganação, etc (RABATEL, 2004, p. 11). Como ressalta o autor, o modo como o locutor primeiro (L1) gere o dialogismo interno pode funcionar como estratégia de argumentação por “autoridade polifônica” do sobreenuciador. Trata-se, assim, de uma exploração argumentativa dos dizeres de locutores segundos (L2/E2) em proveito do ponto de vista de L1./E1.

Não se trata de relacionar, de modo determinante, os estatutos do locutor – seus papéis sociais – às posturas enunciativas, embora tal relação possa ser empiricamente atestada (um locutor com estatuto de doutorando que assume uma perspectiva de subenuciador em relação aos pontos de vista dominantes de autores – sobreenuciadores – consagrados de sua área). No entanto, ele pode adotar a estratégia de um coenunciador ou mesmo de um sobreenuciador. Seja como for, o que gostaríamos de ressaltar aqui é que a adoção de uma postura enunciativa reflete, de algum modo, sobre a imagem do locutor, seja como coenunciador (posição de quem

participa e coconstrói o PDV); como subenunciador (posição de dominado) ou sobreenunciador (posição de autoridade).

No tratamento da informação jornalística, por exemplo, não é raro encontrarmos posturas enunciativas de sobreenunciador, orientando, assim, como o leitor deve compreender os fatos noticiados, as falas dos políticos, ou as consequências dos acontecimentos relatados, ou seja, um ponto de vista dóxico com forte efeito de evidência pela postura escolhida. Isso ocorre bastante nos títulos, por exemplo. Outras vezes, o jornal coloca em cena um enunciador universal, cujos fiadores são variáveis: a Ciência, ou um campo disciplinar, um valor universal, abstrato, como a justiça, deixando as teorias, ou as autoridades, falarem por elas mesmas, apagando toda subjetividade aparente e produzindo um efeito epistêmico. Esses procedimentos de hierarquização de pontos de vista e de locutores e enunciadores nos parecem fundamentais para a análise dos aspectos enunciativos da argumentação, em especial de textos não declaradamente argumentativos, pouco observados na análise dos discursos sociais, como o discurso da informação jornalística.

O tratamento midiático de falas de instâncias políticas, por exemplo, coloca dois problemas essenciais: 1) a imputação de pontos de vista às instâncias políticas, e os diferentes graus e modos de *prise en charge* dessas imputações; 2) as atitudes enunciativas do locutor/jornalista em relação aos pontos de vista que ele imputa a essas instâncias, ou seja, os diferentes graus e modos de *prise en charge* do locutor/enunciador primeiro, ou suas posturas enunciativas.

Para concluir este trabalho, apresentamos, abaixo, uma breve análise do caso do acolhimento do pedido de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff por duas revistas brasileiras de circulação nacional, consideradas concorrentes em suas posições dóxicas: *Carta Capital* e *Veja*. Trata-se de uma análise puramente ilustrativa.

Numa edição destinada a noticiar e tratar o acolhimento do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a revista *Carta Capital* (edição de 9 de dezembro de 2015) parece atuar, em grande medida, como *coenunciador* do ponto de vista da “chantagem” e da “retaliação”. A tese, bastante conhecida pelos brasileiros, é de que Eduardo Cunha teria acolhido o pedido de *impeachment* por retaliação à negativa da então presidente Dilma Rousseff de não ceder à sua chantagem para que o PT o apoiasse na comissão de ética da Câmara dos Deputados. Há várias versões desse mesmo fato, mas esta ficou relativamente forte em relação a outras explicações possíveis, técnicas ou políticas. Na edição de *Carta Capital*,

o tratamento da matéria é feito através de vários artigos de opinião, assinados por articulistas como Maurício Dias (A imolação de Cunha), Mino Carta (Tempos de chantagem), além de uma reportagem de capa, intitulada “O fim da chantagem”, assinada por André Barrocal e Rodrigo Martins. Se nos artigos de opinião o ponto de vista da chantagem é apresentado como evidente (nominalizado como *A chantagem de Eduardo Cunha*), é na reportagem que esse ponto de vista é imputado a um locutor segundo, o ministro Jaques Wagner, do PT, ao qual se imputa a responsabilidade enunciativa (*prise en charge*) do enunciado (e PDV) “Não dá mais para suportar a chantagem”. A imputação de responsabilidade enunciativa é clara, já que se trata de discurso relatado *citado*. Na mesma reportagem, esse PDV da “chantagem” é imputado ao Palácio do Planalto, espécie de locutor coletivo (e dominante) que se funde à figura da presidente Dilma Rousseff (sobre-enunciador). Conforme o trecho destacado na página 27 da reportagem: *O ministro Jaques Wagner resumiu o sentimento do Palácio do Planalto: “Não dá mais para suportar a chantagem”* (grifos e itálico nosso). Nesse caso, a análise permite descrever o locutor2/e2 Jaques Wagner como *subenunciador* de outro locutor segundo, uma autoridade polifônica, o Palácio do Planalto. Esta reportagem é rica de imputações enunciativas, como a que atribui aos políticos tucanos, Aécio Neves e FHC, o PDV favorável ao *impeachment* e à atitude de Eduardo Cunha e, mais que um ponto de vista favorável ao *impeachment*, uma atitude sarcástica e pouco republicana: uma foto mostra os dois políticos gargalhando em um contexto não identificado, legendada pelo texto: *Aécio Neves e FHC: o PSDB não tem motivos para gargalhar. O pedido de impeachment talvez não tenha chegado em boa hora* (página 27). Se o ponto de vista da chantagem parece bem autenticado pelo discurso relatado atribuído a Jaques Wagner, o ponto de vista imputado aos locutores Aécio Neves e FHC não possui autenticação, o que nos leva a atribuir a responsabilidade enunciativa desse PDV, ou seja, a sua *prise en charge*, ao Locutor 1/E1, ou seja, à instância jornalística. Os artigos de opinião de Mino Carta e de Maurício Dias também são ricos para a nossa análise e vão na mesma direção do reforço do PDV da chantagem como explicação do acolhimento do pedido pela presidência da câmara dos deputados. Numa busca simples pelo Google, o sintagma *Chantagem* associado a *Eduardo Cunha* (Chantagem Eduardo Cunha) atingiu, ao longo da escrita deste artigo, o número fabuloso de 106.000 resultados. No que diz respeito ao conceito de hierarquização de pontos de vista, nos limitaremos a dizer que a edição da revista *Carta Capital* silenciou pontos de vista e desqualificou outros, colocando o PDV da chantagem como dominante. Por exemplo, no artigo *A imolação de Cunha*, há apenas um

trecho em que se faz alusão aos argumentos apresentados por Cunha, desqualificando-os: *Os argumentos apresentados por Cunha são frágeis. Risíveis até.* (página 16). Não há menção aos argumentos jurídicos.

Ao compararmos esse tratamento da informação com o que foi realizado pela revista *Veja*, veremos que a gestão dos pontos de vista é bem diferente. Na reportagem assinada pela jornalista Marcela Mattos (2 de dezembro de 2015), adota-se, desde o título, o apagamento enunciativo (AE) de L1: *Cunha aceita pedido de impeachment de Dilma Rousseff: Presidente da Câmara acatou argumentos da peça apresentada pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale. Seguimento do processo agora terá de ser votado em plenário.* O locutor L1/E1 (jornalista) não assume a *prise en charge*, deixando-a a cargo dos locutores/enunciadores segundos: o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, é situado nesse fragmento do texto como subenunciador, que acata os argumentos (PDV) dos outros locutores/enunciadores trazidos ao texto, os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale. Ao longo dessa matéria, a estratégia de gestão do dialogismo interno é bem diferente da escolhida por *Carta Capital*. *Carta Capital* assume a *prise en charge* do PDV da “chantagem” e age como coenunciador desse ponto de vista junto com o Palácio do Planalto e o ministro Jaques Wagner, silenciando ou desqualificando os demais pontos de vista (por exemplo, dos juristas, de Cunha, da oposição, do PSDB). A revista *Veja* traz para a matéria vários locutores segundos: Cunha, os juristas, os petistas, o Palácio do Planalto e atua no regime de desinscrição enunciativa em relação ao mérito do pedido de *impeachment*. O PDV da “chantagem” é trazido para a matéria, mas é atribuído (imputação) aos petistas na forma de “revanchismo” e “bravata”, no seguinte trecho: *Parlamentares petistas imediatamente reagiram à decisão de Cunha, e classificaram o ato como “revanchismo”. “Eu não tenho a menor dúvida de que essa bravata será barrada”, afirmou o petista Wadih Damous.* No entanto, o contra-argumento do próprio Cunha é antecipado na matéria no trecho anterior: *Cunha disse que não o fez por vingança. “Tenho certeza de que os juristas que leram o parecer vão entender que não me cabia outra decisão”, afirmou. “Nunca na história de um mandato houve tantos pedidos de impeachment”, completou.* O relato dessa fala de Cunha o coloca na posição de subenunciador, a quem não cabia outra decisão senão acatar (submeter-se) aos fatos jurídicos apresentados (sobre-enunciador). Como uma espécie de conclusão da seção da matéria, logo após os comentários dos petistas, L1 traz o ponto de vista técnico dos juristas: *O documento protocolado pelos juristas traz uma série de alegações técnicas e jurídicas para sustentar os argumentos de que a petista deve perder o cargo por ter*

*cometido crimes de responsabilidade ao incidir na prática das chamadas pedaladas fiscais.* Ao longo da matéria, esses três planos de enunciação (locutor/enunciador Cunha; locutor/enunciador petistas; locutor/enunciador juristas) vão colocando em evidência as hierarquias enunciativas: o locutor *Cunha* é subenunciador – dominado – do locutor *juristas*, que assume a função de sobre-enunciador dominante. O locutor *petistas* assume a postura de sobre-enunciador antiorientado, mas não dominante, pois o capital enunciativo, além de reduzido ao PDV da “chantagem”, não possui coenunciador, nem subenunciador para reforçá-lo na matéria. A revista assume a postura do apagamento enunciativo.

A breve análise contrastiva que fizemos, a título de ilustração, nos permite perceber as diferentes opções que o jornalismo tem à sua disposição para gerir o dialogismo interno e produzir diferentes efeitos no tratamento da informação e, também, na imagem que deseja construir de si para seus leitores “ideais”. É evidente que o “acontecimento” construído por essas duas revistas concorrentes é semioticamente distinto, bem como são distintas as suas áreas de difusão (seus leitorados), por força do dialogismo externo, ou seja, das posições ocupadas pelas revistas e seus leitores na topografia social e no mercado simbólico da leitura, ou seja, no interdiscurso. A função desta breve análise é apenas de mostrar o interesse e a relevância desses conceitos para a descrição do funcionamento enunciativo e como eles contribuem, junto com outros modelos teóricos apresentados aqui, para compreender a relação entre o funcionamento do discurso e a construção da imagem de si (o *ethos*, a identidade e o papel social dos jornalistas, a identidade discursiva que constroem através de escolhas de posturas enunciativas e a posição dos jornais no interdiscurso). As relações indiretas entre essas concepções e o problema da face pioneiramente apresentado por Goffman colocam em evidência a fecundidade do problema da imagem de si no discurso.

## Referências

- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2005 [2000].
- AMOSSY, R. (Org.) *Images de soi dans le discours*. Paris : Delachaux et Niestlé, 1999.
- BROWN, P. ; LEVINSON, S. *Politeness : Some universals in language usage*. Cambridge : Cambridge University Press, 1987.

CHARAUDEAU, P. Rôles sociaux et rôles langagiers. In: CHARAUDEAU, P., dir., *Modèles de l'interaction verbale*, Aix-en-Provence, Publication de l'université de Provence. p. 79-96, 1995.

CHARAUDEAU, P. Identité sociale, identités culturelles et compétences. In *Hommage à Henri Miclau*.

CHARAUDEAU, P. Identité sociale et identité discursive. Un jeu de miroir fondateur de l'activité langagière in *Charaudeau P. (dir.), Identités sociales et discursives du sujet parlant*, Paris : L'Harmattan, 2009.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan, 2000.

EGGS, E. De Ethos aristotélicien : conviction et pragmatique moderne. In : AMOSSY, R. (Org.) *Images de soi dans le discours*. Paris : Delachaux et Niestlé, 1999.

EMEDIATO, W. Contrato de leitura, parâmetros e figuras de leitor. In: MARI, H. WALTY, I. FONSECA, M. N. S. (orgs.) *Ensaio sobre leitura 2*. Belo Horizonte: Editora PucMinas, 2007a.

EMEDIATO, W. As emoções na notícia. In: MACHADO, I. MENEZES, W. MENDES, E. *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.

EMEDIATO, W. Representações discursivas de cidadania na mídia. In: SILVA, Denize E. G. LEAL, M. C. D., PACHECO, M. C. N. *Discurso em questão*. Brasília: Canône editorial, 2009.

EMEDIATO, W. A argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Org.). *Análises do discurso hoje*. V. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, p. 70-98, 2010.

EMEDIATO, W. Discurso, Argumentação e modalização nos processos avaliativos. In: MACHADO, I. L. COURA-SOBRINHO, J. MENDES, E. (Orgs.) *A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem*. Belo Horizonte; FAE/UFMG, 2013a.

EMEDIATO, W. (org.) *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: Fae/UFMG, 2013b.

GHIGLIONE, R. Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effectifs. In: *Verbum*, Tome VII, Nancy, 1984.

GOFFMAN, E. On Face-Work. An Analysis of Ritual Elements in Social Interaction. In: Ders.: *Interaction Ritual*. New York: Doubleday. 1967, 5-45.

GOFFMAN, E. *La mise-en-scène de la vie quotidienne*. Paris : Hachette, 1975.

GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience*, trad. de l'anglais par I. Joseph, M. Datevelle, P. Joseph, Paris, Éd. de Minuit, 1991.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. « Dialogue théâtral vs conversations ordinaires », *Cahiers de praxématique* [En ligne], 26 | 1996, document 2, mis en ligne le 01 janvier 2015. Acesso em : 1 out. 2016. URL : <http://praxématique.revues.org/2977>

MAINGUENEAU, D. Ethos, cénographie et incorporation. In : AMOSSY, R. (Org.) *Images de soi dans le discours*. Paris : Delachaux et Niestlé, 1999.

PARRET, H. La mise en discours en tant que déictisation et modalisation. *Langages*, 70, vo. 18, p 83-97, 1983.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. In: *Langages*, 9<sup>e</sup> année, n°37, 1975. Analyse du discours, langue et idéologies, sous la direction de Michel Pêcheux. p. 7-80.

PLANTIN, C. *Dictionnaire de l'argumentation. Une introduction aux études d'argumentation*, ENS Éditions, Lyon, 2016.

RABATEL, A. L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. In. Effacement énonciatif et discours rapportés. *Revue Langages*, 156, dezembro 2004, p. 8.

RABATEL, A. La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. *Marges Linguistiques*. Numéro 9, Mai 2005 - M.L.M.S. éditeur. 2005a.

RABATEL, A. L'effacement de la figure de l'auteur dans la construction événementielle d'un "journal" de campagne électorale et la question de la responsabilité, en l'absence de récit primaire, *Semen*, 22, p. 71-85, 2006.

RABATEL, A. Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Tome 1. Les points de vue et la logique de la narration. Tome 2. Dialogisme et polyphonie dans le récit. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2008b.

RABATEL, A. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée. *Langue française* 162, p. 71-87, 2009.

RABATEL, A. Positions, positionnements et postures de l'énonciateur. *Travaux neuchâtelois de linguistique* 56, p. 23-42. 2012a.

RABATEL, A. *Pour une lecture linguistique et critique des médias*. Empathie, éthique, point (s) de vue. Limoges : Lambert-Lucas, 2017.

VION, R. 'Effacement énonciatif' et stratégies discursives. In: DE MATTIA, M; JOLY, A (eds), *De la syntaxe à la narratologie énonciative*, p. 331-354. Gap, Paris : Ophrys. 2001.

VION R., Modalités, modalisations et discours représentés. In : RABATEL, A. (dir.) *Langages*, n.º 156: Effacement énonciatif et discours rapportés, p. 96-110, 2004

VION R.. Modalités, modalisations et activités langagières. In: VION, R., (éd.), *Approches interactives des faits de langues*, *Marges Linguistiques*, nº2, 209-231, novembre, 2005.

VION R. Modalités, modalisations, interaction et dialogisme. In J. Brès, P. Haillet, S. Mellet, L. Rosier (éds) : *Dialogisme, polyphonie : approches linguistiques*, Paris : Duculot, 2005, à paraître.

VION, R. La modalisation : un mode paradoxal de prise en charge. *Actes*, La notion de prise en charge en linguistique (2007 janvier 10-13) : Anvers, 2009

WEIZMAN, E. Rôles et identités dans les interactions conflictuelles. *Questions de communication*, 2006, 9, 7-13.

#### 4. Emoções e representações de si: a propósito da *indignação* e do *embaraço*

Helcira Lima

“Porque há o direito ao grito. Então eu grito. Grito puro e sem pedir esmolas”. Clarice Lispector

#### 0 Introdução

As emoções não são estados absolutos, elas variam de acordo com sujeito, espaço e tempo. Pode-se até mesmo afirmar que variam de acordo com a *mise en scène* linguageira. A cada ato de enunciação um “eu” é engendrado e, com isso, uma emoção diferente pode ser expressa, suscitada e mesmo sentida. Do mesmo modo que não se pode compreender um item lexical isolado de seu uso, não se pode apreender a natureza da emoção sem colocá-la na perspectiva de uma situação concreta. “A emotividade intrínseca da linguagem não escapa jamais aos que se interessam pela língua viva, em ação, que constrói, confirma ou remodela nossas diferentes identidades”<sup>31</sup> (CAFFI, 2000, p. 89).

Evidentemente, na esteira de Damásio (1996), não podemos desconsiderar o componente fisiológico, mas o fato é que, para além da cognição e mesmo do que é inato, as emoções se constroem no meio social, isto é, são fruto de um aprendizado. Elas dizem respeito a avaliações, interpretações e expressões de sentidos e por isso implicam relação e regulamento de intercâmbios. Elas se modificam de acordo com os atores, o público e os eventos. Isso porque é na interação que aprendemos a sentir emoções; sem o contexto social, uma emoção como “a raiva na verdade seria pouco mais do que fúria” (SOLOMON, 2015, p. 45). Além disso, é preciso salientar que as emoções não são sensações, pois não é o corpo que se emociona, mas sim o sujeito. Portanto, os estados emocionais são mediados pelas normas sociais, na medida em que elas são reguladoras

<sup>31</sup>Tradução livre do original em francês: *L'émotivité intrinsèque du langage n'a jamais échappé à ceux qui s'intéressent à langue vivante, en action, qui construit, confirme ou remodèle nos différentes identités.*

da expressão das emoções e, em algumas situações, até das próprias emoções sentidas. Além disso, como afirma Le Breton (2009, p. 117),

[a expressão das emoções] está ligada à própria interpretação que o indivíduo faz do acontecimento que o afeta moralmente, modificando sua relação com o mundo de maneira provisória ou durável, seja por anos, seja por alguns segundos apenas. (LE BRETON, 2009, p. 117).

Nesse sentido, concordamos com Meyer (2003) quando este afirma que se há alguma coerência na lista de paixões apresentada por Aristóteles, em sua *Retórica das paixões*, tudo passaria pela resposta à maneira como nos tratam.

As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos, e são seguidos de tristeza e prazer, como a cólera, a piedade, o temor e todas as outras paixões análogas, assim como seus contrários. (ARISTÓTELES, 2003, p. 5).

Identidade e diferença, supostas ou reais, é o que parece governar a estrutura aristotélica das paixões. As emoções, assim, colocam em cena um eu e um outro, supostos ou reais; estão ligadas às representações de si e do outro; à construção da imagem de si e do outro. Nosso engajamento no mundo é fundamental nesse processo, por isso nossas emoções são tão complexas quanto nosso modo de ser/estar no mundo e com outras pessoas.

Nessa direção, Goffman (2012, p. 14) afirma que: “A fachada [face] pessoal e a fachada [face] dos outros são construídos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam quantos sentimentos devem ser distribuídos pelas fachadas [faces] envolvidas”. A afirmação do autor confirma também a ideia de que as emoções/sentimentos não são irrupções irracionais ou sensações, mas sim fruto de uma construção. De uma construção conjunta e racional que se dá em um processo interacional.

Ainda a esse respeito, Solomon (2015, p. 45-46) afirma que

(...) a ideia de que as emoções são estratégias sugere que a perspectiva em que melhor aprendemos sobre as emoções é na *segunda* pessoa, na interação e troca interpessoais. Portanto, a raiva (e outras emoções) está menos “na” mente (em no corpo ou no cérebro) e mais do lado de fora, no espaço social e interpessoal. A raiva, e a maioria de nossas emoções, geralmente surge com e na reação a outras pessoas. (SOLOMON, 2015, p. 45-46).

Essa ideia de interação, de troca e de um dialogismo já está desenhada em Aristóteles, quando o filósofo coloca em relevo as paixões. Todas as emoções derivam de uma relação com um outro e se dirigem a um outro. São julgamentos e raramente

julgamentos simples, ao contrário, trata-se da combinação de uma multiplicidade de julgamentos (NUSSBAUM, 2001). Ainda, se as emoções estão ligadas às representações, elas também se relacionam a julgamentos de valor. A maneira como lidamos com as emoções tem implicação no modo como lidamos com o outro, uma vez que nos permitem perceber o mundo e nos relacionar com ele.

Martha Nussbaum (2001), em sua abordagem neoestóica das emoções, visa a mostrar que as emoções são juízos de valor fundamentais ao desenvolvimento humano; essa empreitada vai além da estoica, uma vez que não enxerga as emoções como juízos falsos, mas sim como juízos necessários. As emoções não são forças irracionais, mas resultado de nossas percepções e do valor conferido a elas em nossa vida. São inteligentes e o intelecto sem emoções é cego para os valores, os quais são fundamentais às nossas decisões. As emoções enredam, assim, julgamentos.

Tais julgamentos implicam engajamentos do *self*<sup>32</sup> no mundo; modos de engajamento e, por isso, consistem em reflexões do próprio *self* de modo a demonstrar quem o sujeito é. Com isso, podem também colaborar para construir uma imagem do sujeito. Por isso, as emoções estão em relação com o *ethos*: *ethos* e *pathos* se inter-relacionam, juntamente com *logos*. O *self* está presente em qualquer forma de engajamento no mundo, das mais simples às mais complexas e, dessa forma, as emoções também fariam parte de nosso estar-no-mundo.

Nesse sentido, Solomon (2015, p. 353) afirma que:

Compreender as emoções como profundamente envolvidas com o *self* e seus interesses ajuda-nos a entender um outro aspecto das emoções que é geralmente mal-interpretado. De um modo geral, concorda-se com a tese de que as emoções admitem gradações (...). Pode estar um pouco embaraçada mas pode, também, estar muito embaraçada, até humilhada ou “mortificada”. (SOLOMON, 2015, p. 353).

Em virtude disso, o julgamento pode ser o julgamento acerca da seriedade da ofensa, acerca do modo e do quanto uma ação ou um evento nos afeta. Em se tratando da *raiva*, da *vergonha*, do *embaraço*, o julgamento depende da seriedade da ofensa, que será avaliada pelo sujeito e resultará em uma das três emoções. Disso deriva o fato de que podemos pensar em uma gradação das emoções: das mais fracas às mais fortes. Plantin (1996) discorre a respeito de uma gradação da argumentação e, nós, nesse

<sup>32</sup>O *self* diz respeito à subjetividade e se constitui nos processos sociais, sendo, portanto, modificável. Para Goffman (1986), o *self* é uma fórmula modificável para gestão de si próprio.



momento, argumentamos em favor de uma gradação das emoções. Tudo depende da avaliação do sujeito envolvido, de como e do quanto ele se vê afetado em sua relação com o outro. Ainda nesse sentido, nossa experiência geraria uma competência emocional que nos habilitaria a reconhecer e a compreender as emoções. Como afirma Solomon (2015, p. 363):

Somos seres racionais na medida em que somos capazes de pensar, refletir e usar a linguagem tanto para caracterizar quanto para reconhecer nossas emoções, e isso significa que podemos, em certa medida, “desapaixonadamente” (ou, em qualquer caso, a um passo de distância) pensar sobre nosso próprio comportamento emocional. (SOLOMON, 2015, p. 363).

Isto implica um modo de apreensão do mundo pelo sujeito que se emociona. Os *topoi*, segundo Eggs (2000, p. 28), ajudariam, nesse sentido, ao reconhecimento dos recursos a serem usados para incitar emoções em determinados contextos. Acrescentamos que eles ajudariam também no reconhecimento das emoções e em sua gradação. Vale ainda ressaltar que, na condição de analistas do discurso, podemos lidar com as emoções suscitadas e com as emoções expressas, mas não com as sentidas.

A partir dos anos 2000, diversos trabalhos foram desenvolvidos no domínio da Análise do Discurso e na Análise Argumentativa do Discurso, colocando em relevo leituras sobre emoções suscitadas e emoções expressas, tendo como bases a retórica, a sociologia, a antropologia, a filosofia, a linguística – semântica, pragmática, análise da conversação, morfologia, sintaxe – entre outros. Eles atestam tanto a possibilidade de se proceder a um estudo sobre emoções na linguística quanto a necessidade de se desenvolver cada vez mais pesquisas sobre o assunto. Nessa esteira, intentamos propor alguma reflexão nesse sentido e, nesse momento, tendo como eixo os trabalhos desenvolvidos também por Goffman (1985, 2012), pretendemos apresentar alguns caminhos de leitura possíveis.

Da mesma maneira que é na interação social que aprendemos a amar, a odiar, a nos enraivecer, é nela que aprendemos a nos “indignar” e a nos “embaraçar”. Estas últimas emoções serão tomadas como mote para uma reflexão sobre emoções e representações de si neste artigo, tendo como apoio fragmentos de um episódio do programa *Sem censura*.

## 1 O programa, o episódio, o imbróglio

Um dos primeiros programas na televisão brasileira a dar espaço, ao vivo, para interação entre os participantes e os telespectadores, o *Sem censura* entrou no ar em 1985. Seu propósito consistia (e ainda consiste) em conversar sobre assuntos de informação geral e prestar serviços à comunidade. Inicialmente, a interação entre convidados acontecia ao redor de uma mesa circular e era mediada por telefone e fax. Em sua versão atual – que dura 60 minutos –, a mesa deu lugar a um sofá vermelho e já é possível interagir por *e-mail* e por redes sociais.

O programa surgiu em um momento de redemocratização do país e, como seu nome anuncia, visava ao debate “sem censura”.

Nesse contexto, os *talk shows*, especialmente os jornalísticos, explodiram na programação televisiva, uma vez que, pela conversação entre os participantes, seria possível concretizar ideais democráticos (liberdade de expressão, igualdade, participação) através de um debate público. O próprio nome dos programas que surgiram nesse período evidenciava o novo momento político: *Canal Livre*, *Sem Censura*, *Roda Viva*, *Vox Populi*, entre outros. (SILVA, 2010, p. 126).

Segundo informações do *site* do *Sem censura*, o compromisso do programa é “levar ao telespectador informações sobre o que acontece no Brasil e no mundo, em diferentes áreas da atividade humana”<sup>33</sup>. Com o intuito de informar e entreter, a interação entre os participantes é mediada por um apresentador/jornalista que conta com a presença de alguns membros permanentes, além de receber diariamente convidados de diversas áreas para debater, em geral, um tema comum. Os atores dessa interação são convidados a falar sobre assuntos que lhes dizem respeito também, como o lançamento de algum livro, por exemplo.

No último ano, o programa se tornou alvo de polêmicas por três razões: i) a demissão da jornalista Leda Nagle, que estava em seu comando havia 14 anos, o que suscitou a indignação da classe jornalística e do público; ii) o posicionamento do diretor da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), Laerte Rimoli, que compartilhou um *meme* de cunho racista sobre a atriz Taís Araújo; e, finalmente, iii) a saída inesperada do ator

<sup>33</sup>Para saber mais sobre o assunto, ver: <http://tvbrasil.ebc.com.br/semcensura>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Pedro Cardoso após uma indignada negativa de participar do programa, manifestada ao vivo<sup>34</sup>.

Como o *Sem censura* pertence ao gênero *talk show*, a entrevista acontece em meio a comentários e intervenções dos participantes da troca e, também, como se trata de interação face a face exibida ao vivo, há assaltos de turno. Nesse cenário, é inegável que a entrevista tenha lugar de destaque. Ela vai além da transmissão maquinal de informações e, por mais que os sujeitos desejem controlar a expressão de determinadas emoções, “não pode[m] parar de se comunicar através da linguagem do corpo” (GOFFMAN, 2012, p.45). Os participantes sabem de antemão como devem agir, tanto por padrões recorrentes internalizados em seu *self* quanto pelo fato de possuírem informações prévias sobre o perfil do programa, o que implica um certo nível de expectativa por parte da apresentadora e dos convidados. Na verdade, eles agem em consonância com um *enquadre*.

A noção de *enquadre*, introduzida por Batenson ([1972] 1998), foi desenvolvida, posteriormente, por Goffman (1974) em um trabalho intitulado *Frame Analysis*. Em uma interação, o *enquadre* representa a atividade que está sendo encenada, o sentido conferido aos falantes ao que dizem, por isso, para compreender qualquer elocução, um ouvinte (e um falante) deve saber dentro de qual *enquadre* ela foi composta.

Em qualquer tipo de interação, os participantes deverão levar em conta as pistas linguísticas e paralinguísticas, isto é, a maneira como as palavras são ditas e não apenas o que significam. Isso porque os *enquadres* em interação são identificados pela associação entre tais pistas. Assim, em relação ao *Sem censura*, sabendo que se trata de um programa de televisão, do gênero *talk show*, exibido ao vivo, o convidado deverá levar em conta esse primeiro *enquadre*, relacionado ao próprio gênero discursivo. Além disso, os sujeitos devem lidar com os outros *enquadres* que estão operando nessa interação, relacionados ao episódio e à temática em debate, às entrevistas individuais, à participação do telespectador.

Para cada um dos *enquadres*, as pistas linguísticas e paralinguísticas seriam a indicação do modo como o sujeito deve se comportar, o que representaria o *footing*, outro

<sup>34</sup>A irônica intervenção do diretor da EBC suscitou inflamada reação não somente por parte da atriz e da classe artística, mas também de outros atores sociais. Ao longo dos últimos anos, ambos, Tais Araújo e Pedro Cardoso, elaboraram e, de certo modo, veicularam uma imagem de si relativa a um *ethos* de engajamento em causas sociais e políticas, cada qual a partir de estratégias distintas, mas sempre de modo a expressar sua indignação. Dessa maneira, tais personagens nos interessam justamente por colocarem em cena uma relação entre a construção de imagens de si e as emoções.

termo desenvolvido por Goffman (1979), com o objetivo de descrever como os participantes enquadram os eventos e, ao mesmo tempo, negociam as relações interpessoais que constituem tais eventos. Os *footings* representam o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do “eu” de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção. Eles são introduzidos, negociados e ratificados (ou não), cossustentados e modificados na interação. Segundo Goffman (1979, p.75), uma mudança de *footing* implica uma alteração no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na forma como conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução<sup>35</sup>.

Em se tratando do episódio do programa *Sem censura*, que nos serve de objeto neste momento, observamos que, se, inicialmente, o ator Pedro Cardoso parece aceitar o *enquadre* do programa, logo em seguida, há por parte dele uma recusa em aceitar o *enquadre* entrevista e, na verdade, depois de sua fala, toda e qualquer interação com os sujeitos envolvidos na troca. Ele assume inicialmente um alinhamento esperado, mas, logo em seguida, o modifica de modo a alterar uma expectativa em relação à sua participação naquele evento. Sua recusa é justificada por uma emoção: a “indignação”. Antes de deixar o programa ao vivo, o ator apresenta suas razões, deixando entrever um *ethos* apaixonado e mesmo inflamado, como se nota na transcrição a seguir:

Não vou responder a essa pergunta e nenhuma outra, porque quando cheguei hoje eu encontrei uma empresa que está em greve e eu não participo de programas de empresas que estão em greve. Eu vim me sentar aqui, porque, além da greve que não me cabe julgar, não conheço a negociação, não estou a par. E também não me cabe emitir opinião sobre quem está fazendo a greve e sobre quem está aqui trabalhando. Cabe a mim o maior respeito a to-dos vocês. A to-dos vocês. Aos que estão parados e aos que estão trabalhando e aos que estão aqui. Mas eu, diante des-te governo que está governando o Brasil, eu tenho muita convicção de que as pessoas que estão fazendo esta greve, pro-va-vel-men-te, estão co-bertas de razão. Então, eu não vou falar do assunto [aumenta o tom de voz] que eu vim falar e nem de nenhum outro. Porque eu soube também quando cheguei aqui é que o presidente desta empresa aqui que é uma empresa que pertence ao povo brasileiro, fez comentários extremamente inapropriados a respeito do que teria dito uma colega minha, onde a presença do sangue africano é visível na pele, porque o sangue africano está presente em todos nós, em alguns de nós está presente também na pele. Mas em todos nós ele está. Se esta empresa, que é a casa do povo brasileiro, tem na presidência uma pessoa que fala contra isso[umenta o tom de voz], eu não posso falar do assunto que vim falar aqui. Eu tenho imenso respeito por todos vocês que estão aqui. Peço desculpas, eu vou me levantar em respeito aos grevistas, [é interrompido; seu turno é assaltado] eu vou embora.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Como analistas do discurso não podemos deixar de observar que esta noção se aproxima bastante da noção de *contrato* desenvolvida por Charaudeau (1983), uma vez que esta diz respeito às regras e normas regentes de qualquer interação.

<sup>36</sup> Para saber mais sobre os critérios de transcrição usados, ver Lima (2001).

## 2 Mudança de footing: indignação e embaraço

De acordo com Goffman (2012), quando o sujeito usa agressivamente a preservação da fachada [face], ele pode ganhar pontos através da alusão à respeitabilidade moral, o que o autor denomina de *alfinetadas*. Nesse caso, assim como em se tratando de *esnobadas*, “estamos lidando com uma capacidade em realizar algo que às vezes é chamado de ‘malícia’ [*bitchiness*]” (GOFFMAN, 2012, p. 31). Nem sempre em uma interação a ordem ritual como concebida por Goffman é mantida pelos participantes, o que gera tensão e acaba por colocar em risco o equilíbrio da troca. Isso ocorre, em geral, quando um dos interactantes faz um *uso agressivo da elaboração da face*, utilizando-se, propositadamente, de recursos que podem gerar forte desconforto. O participante pode lançar fatos favoráveis a seu respeito, construindo uma imagem positiva de si, em detrimento de fatos desfavoráveis do(s) outro(s), de modo a criar uma imagem negativa dele(s).

Na repentina saída do ator Pedro Cardoso da gravação do programa *Sem censura*, temos uma situação que ilustra as denominadas “alfinetadas”. Ao tomar a palavra, ele afirma que não poderá participar do episódio e justifica sua recusa, colocando em risco a face da apresentadora e dos convidados, além de colocar em risco também a face de outros não presentes na interação, como o diretor da EBC. Primeiramente, ele destaca o fato de que vários funcionários da emissora, que é uma estatal, estariam em greve:

Não vou responder a essa pergunta e nenhuma outra, porque quando cheguei hoje eu encontrei uma empresa que está em greve e eu não participo de programas de empresas que estão em greve.

A negação, seguida de uma justificativa (não... porque...), pode ser lida, conforme Lima (2010), seguindo Moeschler (1982)<sup>37</sup>, como um caso de *refutação proposicional*:

<sup>37</sup> Conforme Lima (2010): “A partir da idéia (sic) de negação polêmica desenvolvida por Ducrot (1977, 1983), Moeschler (1982) desenvolve uma tipologia do ato de refutação. Ele apresenta três tipos distintos de refutação: as retificações, as refutações proposicionais e as refutações pressuposicionais. A retificação incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado e corresponde aos enunciados negativos, nos quais o foco é indicado por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa. (...) a refutação pressuposicional, do ponto de vista formal, partilha das características das refutações proposicionais uma vez que elas correspondem a um enunciado negativo da forma NEG (*p*) e necessitam da presença de um ato de justificativa. Entretanto, elas não visam a recusar o conteúdo *p* de um ato de asserção A anterior, mas de preferência o ato de pressuposição A' associado à enunciação de A, ou seja, elas visam ao pressuposto. (...)”.

A refutação proposicional corresponde aos enunciados negativos nos quais o foco da negação não é especificado, desencadeando, assim, uma leitura não específica do enunciado negativo. Ela diz respeito ao conteúdo posto em seu conjunto e não visa corrigir uma asserção, mas de preferência recusá-la sob a forma de uma justificativa. Um enunciado negativo tem valor de refutação proposicional se sua estrutura for a seguinte: NEG (*p*), pois *q* e se satisfaz às condições:

- Condição i: os pressupostos de *p* são conservados
- Condição ii: *q* é um argumento para NEG (*p*).

(LIMA, 2010, p. 157).

Assim, ao negar a resposta à pergunta e, com isso, a participação esperada, o ator não nega simplesmente a resposta à pergunta, mas ameaça a face de todos os participantes da interação e, também, a do diretor. A tipologia da refutação, segundo Moeschler (1982), não se legitima somente por razões descritivas e classificatórias, mas igualmente (e acrescentamos: sobretudo), por razões pragmáticas ou interacionais. As consequências interacionais não são idênticas e o autor enxerga nelas uma gradação em relação ao prejuízo à face positiva do enunciatário. A refutação pressuposicional é considerada a mais ameaçadora, seguida da proposicional e, por último, da retificação. Sendo assim, temos nesse caso, uma refutação com médio grau de ameaça à face, já que os pressupostos são mantidos e ela incide mais sobre a enunciação que sobre o enunciatário. Segundo De Sousa (2007), na descrição das consequências discursivas da refutação, Moeschler defende que sua propriedade central é o fato de gerar um problema na dinâmica conversacional, na medida em que a sua ocorrência equivale a uma recusa, por parte do locutor que a produz, de aumentar o quadro de conhecimentos e/ou crenças partilhadas com o seu interlocutor.

O outro argumento usado na recusa do ator diz respeito ao fato de que o presidente da EBC teria compartilhado *memes* que debochavam da declaração dada por Taís Araújo em uma palestra em São Paulo acerca da discriminação sofrida pelos negros no Brasil. No momento ela afirmou: “No Brasil, a cor do meu filho faz com que as pessoas mudem de calçada”<sup>38</sup>.

Os dois argumentos apresentados na defesa da posição de Pedro Cardoso são apresentados como irrefutáveis por colocarem em jogo algo relativo à respeitabilidade moral. São argumentos assentados em *doxas* referentes à democracia e à discriminação racial. A greve, em um sistema democrático, é um direito do cidadão; uma forma de se

<sup>38</sup><http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1937317-presidente-da-ebc-ironiza-tais-araujo-por-criticas-ao-racismo-no-brasil.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2017.

lutar por salários e/ou condição de trabalho mais justos. A discriminação racial, além de se tratar de um crime na atual legislação brasileira, é (ou, pelo menos, deveria ser) algo moralmente abominável em toda e qualquer sociedade.

Em sua argumentação, o ator se vale de uma organização discursiva pautada pela polidez, apesar de não preservar as *faces* [*fachadas*] dos envolvidos na troca. De algum modo, ao colocar a *face* dos outros em risco, ele acaba por expor a sua própria, através da *linha* adotada. Ele emite sua opinião a partir de um padrão de atos verbais que se refere à expressão da *indignação*, ao colocar em cena uma avaliação sobre os participantes. Como afirma Solomon (2015, p. 74), a indignação é uma espécie de versão suprema da raiva.

Uma emoção como a *indignação* não é impessoal, mas se assenta em valores e julgamentos morais. Assim como a raiva, ela coloca em cena um ofensor e um ofendido ou prejudicado. Portanto, a *indignação* dirige-se também a um outro presente – ou não – na interação. Todavia, diferentemente da *raiva*, a *indignação* envolve um julgamento moral e esse outro ao qual se dirige, o indignado, pode ser lido mais como opressor que como ofensor. Ela envolve, ainda, a imputação de uma culpa, porém nela não há desejo de vingança, mas sim um desejo de proferir um “grito”. Como a epígrafe de Clarice Lispector insinua: na *indignação*, o sujeito tem a possibilidade de “gritar”, de protestar. A *indignação* não envolve, assim, necessariamente, a violência física, embora a violência simbólica esteja frequentemente presente em seu grito. Atualmente, os “indignados do mundo digital” expressam sua emoção por meio de insultos e mesmo de violência verbal, mas nem sempre foi assim.

No proferimento do ator, pode-se notar a presença de alguns recursos, que poderiam minimizar o peso de sua intervenção, mas que, reunidos, acabam por reforçar a refutação encenada, como no caso do operador “mas”. Ao quebrar a sequência discursiva, em uma estratégia de suspense, ele apresenta o argumento mais forte. Talvez na tentativa de arranhar menos a face dos interactantes, o ator acaba por apresentar uma postura oscilante (“não me cabe julgar”, “não conheço a negociação” ao lado de “eu tenho muita convicção”, “estão cobertas de razão”):

Eu vim me sentar aqui, porque, além da greve que não me cabe julgar, não conheço a negociação, não estou a par. E também não me cabe emitir opinião sobre quem está fazendo a greve e sobre quem está aqui trabalhando. Mas eu, diante des-te governo que está governando o Brasil, eu tenho muita convicção de que as pessoas que estão fazendo esta greve, pro-va-vel-men-te, estão co-ber-tas de razão”

de razão. Então, eu não vou falar do assunto que vim falar e nem de nenhum outro.

Os marcadores de atenuação, que antecipam reações desfavoráveis à sua posição (“não me cabe julgar”, “não conheço a negociação”, “não estou a par”; “não me cabe emitir opinião”; “Cabe a mim o maior respeito a to-dos vocês. A to-dos vocês”; “Eu tenho imenso respeito por todos vocês que estão aqui. Peço desculpas, eu vou me levantar em respeito aos grevistas, [é interrompido] eu vou embora”) minimizam o impacto negativo de suas palavras e colocam em cena um *ethos* indignado, mas ponderado. Entretanto, a repetição excessiva do item lexical “não” acaba por funcionar como uma denegação. “De tanto negar, o sujeito afirma”<sup>39</sup>, o que é, de certo modo, confirmado mais adiante: “Mas eu, diante des-te governo que está governando o Brasil, eu tenho muita convicção de que as pessoas que estão fazendo esta greve, pro-va-vel-men-te, estão co-ber-tas de razão”.

De acordo com Goffman (2012, p. 31-32):

Em intercâmbios agressivos, o vencedor não apenas consegue apresentar informações favoráveis sobre si mesmo e desfavoráveis sobre os outros, mas também demonstra que, enquanto participante da interação, ele cuida de si melhor do que seus adversários. Muitas vezes, provas dessa capacidade são mais importantes do que todas as outras informações que a pessoa comunica durante o intercâmbio, de forma que a introdução de um “tiro” na interação verbal tende a implicar que seu causador tem um jogo de pernas melhor do que aqueles que são afligidos por seus comentários. (GOFFMAN, 2012, p. 31-32).

Nessa *mise en scène* languageira, a partir de um *ethos* “indignado, mas ponderado”, o ator inviabiliza, assim, a negação de seus argumentos e incita o *embaraço* na apresentadora, nos outros entrevistados que continuarão no programa e, ainda, no diretor ao qual se dirige diretamente também. Ele faz com que os participantes da interação corram o risco de serem desacreditados, uma vez que não se conforma às regras de conduta adequadas àquela interação. Sua manifestação faz com que a apresentadora perca a *face*, o que, nesse caso, não se trata de um acontecimento incontornável.

Explicitamente embaraçada, a apresentadora assalta seu turno em uma tentativa de aparentar controle da situação. Ela manifesta *aprumo* (GOFFMAN, 2012) na interação, o que se trata de uma maneira de lidar, nesse caso, com o embaraço sentido. Ela se controla. Contudo, por mais que um sujeito tente, não consegue controlar todos os sinais

<sup>39</sup>Segundo Castro (1986, p. 5): “O inconsciente se expressa na fala à revelia da intenção do sujeito e além de seu conhecimento consciente. O sujeito diz mais do que pensa e do que quer dizer; a fala tem a propriedade de ser inevitavelmente ambígua”.

de seu corpo, como já destacamos e, nesse caso, as pausas, as hesitações, as repetições e o uso excessivo do marcador conversacional “tá” revelam o constrangimento sentido pela apresentadora. Isso porque, como afirma Solomon (2015, p. 334), “O embaraço baseia-se no julgamento de que a pessoa está em uma situação constrangedora, porém também no julgamento de que ela não deve ser culpada por isso”. Em sua leitura do *embaraço* e da *vergonha*, o autor vê entre tais emoções uma diferença relativa ao grau de responsabilidade. Na primeira, o constrangimento estaria presente, mas pode haver uma ausência de responsabilidade, o que não ocorre na segunda.

Pode-se dizer que [o embaraço] inclui uma negação, uma abdicação de responsabilidade. A pessoa encontra-se em uma situação desconfortável, mas não assume nenhum erro. Na realidade, a pessoa pode até sentir-se embaraçada por ser a única correta. (SOLOMON, 2015, p. 158).

Todavia, ambas colocam em xeque a *face* do sujeito, fazendo-o sentir-se inferiorizado. Nesse caso, não é possível notar se a apresentadora enrubesce, mas seu corpo sinaliza o incômodo com a situação de outras maneiras (ela cruza as pernas por mais de uma vez, sinaliza suposto apoio com a cabeça, movimentada seu tronco para frente no momento em que tenta assaltar o turno do ator)<sup>40</sup>. Vejamos a transcrição de sua fala:

Pedro, olha só. É... Assim... eu respeito bastante sua opinião, eu respeito a sua saída. A gente vive numa democracia. E a gente precisa respeitar a opinião de cada um. Pedro Cardoso, obrigada pela sua presença. Entendo perfeitamente, tá? Tudo que tá acontecendo... tá? Obrigada, tá? Gente, vamos para um in-ter-va-lo e voltamos já já. [com um suspiro fundo].

Ainda nas trilhas de Solomon (2015, p. 158), um aspecto importante do *embaraço* é que

(...) ele não é, nem mesmo de modo plausível, apenas uma reação fisiológica, mas envolve, necessariamente, uma concepção do *self* relativamente sofisticada – a de um *self* entre outros –, um *self* sujeito às expectativas e aos julgamentos dos outros, que podem, então, ser “internalizados” e aplicados ao *self* pela pessoa. Essas emoções também destacam a centralidade dos julgamentos nas emoções, especialmente, julgamentos sobre responsabilidade. Essa é uma das formas mais profundas pelas quais as emoções revelam a inteligência: reconhecem erro e responsabilidade ou sua ausência. (SOLOMON, 2015, p. 158).

Como se trata de um programa exibido ao vivo, a apresentadora tem ciência de que sua imagem está visivelmente posta à prova e, por isso, em uma tentativa de minimizar o impacto negativo da participação do ator, ela reage polidamente. Há uma demonstração de respeito à posição do outro, a qual não é refutada. Ao contrário, ela

<sup>40</sup>Fonte: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/11/23/em-apoio-a-funcionarios-pedro-cardoso-abandona-programa-da-tv-brasil.htm>. Acesso em: 20 dez. 2017.

deixa entrever que conhece e entende a situação, mas cumpre ali um protocolo. Dessa maneira, coloca em cena um *ethos* de ponderação, civilidade e democracia. Como uma prototípica “embaraçada”, não assume a responsabilidade pelo ato que originou o ataque e, ainda, prossegue tentando manter o controle da situação, uma vez que, como alerta Goffman (1985, p. 13),

[o indivíduo] Pode desejar que pensem muito bem dele, ou que eles pensem estar ele pensando muito bem deles ou que percebam o que realmente sente com relação a eles, ou que não cheguem a ter uma impressão definida; pode desejar assegurar harmonia suficiente para que a interação possa ser mantida, ou trapacear, desembaraçar-se deles, confundi-los, induzi-los a erro, opor-se a eles ou insultá-los. Independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam. (GOFFMAN, 1985, p. 13).

### 3 À guisa de conclusão

A manifestação de uma emoção em determinado contexto pressupõe a manutenção de determinado *ethos*. Em uma interação, os sujeitos negociam suas posições, a partir do trabalho com as *faces* e constroem imagens de si e dos outros de modo a se manter dentro do *enquadre* em curso ou mesmo de modo a modificar o *alinhamento*, adotando diferente postura. Nesse caso, a mudança pode ocasionar a quebra do *enquadre* ou mesmo a negociação de uma nova forma de interação. Importa para nossa reflexão pensar que tudo isso passa tanto por um gerenciamento das *faces* quanto por um gerenciamento das emoções em curso – e mesmo daquelas que poderiam estar ou estarão em jogo em algum momento.

A partir da breve leitura dos fragmentos, é possível notar que *indignação* e *embaraço* são emoções que colocam em jogo a imagem do sujeito – ou, para dizer com Goffman ([1985] 2003), as representações do eu na vida cotidiana – e, portanto, estão ligadas ao modo com o sujeito se representa e como supõe que o outro o enxerga também. Além disso, são fruto de julgamentos, os quais, por sua vez, se apoiam em *doxas*, em um universo de crenças e de opiniões compartilhadas. Constituem, nesse sentido, modos de ação social e derivam também de ações outras. As emoções não são estados selvagens, responsáveis por quebrar a conduta normal e aceitável. Ao contrário, são inteligentes, pois um homem que pensa é sempre um homem afetado, um homem emocional. Isso porque o desencadeador da emoção é sempre um dado cultural,

constituído na trama do tecido social e sustentado pela história do sujeito. Por isso, podemos falar em um aprendizado emocional e em uma competência emocional adquirida ao longo da vida.

O *ethos* de ponderação que prevalece no proferimento de ambos os envolvidos na troca em relevo atesta o fato de que uma pessoa civilizada em termos de apresentação do eu emocional sabe quando é oportuno coibir a expressão de emoções e quando é apropriado revelá-las de modo a agir de acordo com o contexto. Se, por um lado, o ator não consegue deter a expressão de sua indignação, assim como a apresentadora não detém seu embaraço, por outro, os dois conseguem manter o controle da interação, demonstrando *aprumo*. Nem ele se exaspera demais em sua recusa e nem ela em seu embaraço. Isto prova que as emoções são racionais e profundamente dependentes de pressupostos culturais e éticos.

## Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BATENSON, G. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. Tradução portuguesa Lúcia Quental (1972). In: *Sociolinguística Interacional - Antropologia, linguística e sociologia em Análise do Discurso*. B. R. Telles e P. M. Garcez (orgs.). Porto Alegre: AGE, 1998.
- CAFFI, C. Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie. In: PLANTIN, C., DOURY, M., TRAVERSO, V. (orgs.) *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires, 2000.
- CASTRO, E. M. *Psicanálise e linguagem*. São Paulo: Ática, 1986. Série Princípios.
- DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes. Emoção, razão e o cérebro humano*. Tradução de Dora Vicente Georgina Segurado. 1ª edição. [1994]. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- EGGS, E. Logos, ethos, pathos: l'actualité de la rhétorique des passions chez Aristote. In: PLANTIN, C., DOURY, M., TRAVERSO, V. (orgs.) *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires, 2000.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern [1974], 1986.
- GOFFMAN, E. Footing. Trad. Portuguesa: Beatriz Fontana – 1979. In: *Sociolinguística Interacional - Antropologia, linguística e sociologia em Análise do Discurso*. B. R. Telles e P. M. Garcez (orgs.). Porto Alegre: AGE, 1998.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 11ª edição. Petrópolis: Vozes, [1985] 2003.

GOFFMAN, E. *Ritual de interação. Ensaio sobre o comportamento face a face*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2012.

MEYER, M. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MOESCHLER, J. *Dire et contredire*. Pragmatique de la négation e acte de réfutation dans la conversation. Berne, Frankfurt: M. Peter Lang, 1982.

NUSSBAUM, M. “Les émotions comme jugements de valeur”. In: PAPERMAN, P.; RUWEN, O (orgs.) *La couleur des pensées: sentiments, émotions, intentions*. Paris: Editions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1995.

PLANTIN, C. *L'argumentation*. Paris: Éditions Seuil, 1996.

## 5. Inter(faces): uma releitura retórico-problematológica da relação entre *ethos* e face em um discurso político

Rodrigo Seixas Pereira Barbosa

### 0 Introdução

A política é o lugar das imagens por excelência. E nesta afirmação não reside nenhum julgamento negativo. Trata-se, antes, de uma constatação da realidade do fenômeno político, porquanto lugar da representação de uma coletividade na pessoa de alguns. É necessário, assim, aos atores políticos, sempre parecer ser o que deles se espera por parte de uma coletividade. O problema da construção de imagens, a propósito, é tão antigo quanto a própria política. Os principais registros deste fenômeno remontam à Grécia Antiga e podem ser encontrados, por exemplo, na magnânima obra de Aristóteles, a *Retórica*. E nada disso é tampouco aleatório: a política e a retórica são irmãs siamesas. Basta, para tanto, verificar o que diz o próprio mestre estagirita, quando afirma que a “retórica se cobre com a figura da política” (ARISTÓTELES, 2012, p. 14).

Decerto, é na Retórica que se encontram os primeiros estudos sistematizados sobre a construção das imagens de si e do outro. A esse fenômeno Aristóteles deu o nome de *ethos*. A partir de então, variadas foram as revisitações à obra aristotélica em busca de melhor entendimento do processo de construção de imagens, sobretudo no seio dos estudos sobre a linguagem e a respeito do discurso. Assim também ocorreu com os pragmáticos, em especial com a sociologia de Erving Goffman e a *teoria da polidez* de Brown e Levinson, que se basearam no conceito de *ethos* retórico para o desenvolvimento do conceito de *face*.

Por considerar que a proposta pragmática de releitura da noção de *ethos* traz avanços para o fenômeno da construção de imagens no discurso, este ensaio se propõe, por assim dizer, a lançar maiores luzes sobre esta relação a partir de uma nova perspectiva sobre o *ethos*, a saber, a da *problematologia* retórica do filósofo Michel Meyer. Pretende-se, assim, neste capítulo, aproximar a noção de *face* e a de *ethos*, a partir da releitura *problematológica*, buscando identificar a possibilidade de analisar uma eventual transferência de *ethos* entre os presidentes Lula e Dilma, a partir da reconstrução da face de um pelo outro. Para tanto, serão analisados, a título de ilustração, trechos do discurso do ex-presidente Lula no Fórum Mundial de Direitos

Humanos, ocorrido em Brasília, no ano de 2013, a fim de perceber a ocorrência de algumas estratégias de *ethos* e de preservação de face (*face-work*) no discurso em questão.

## 1 A sociologia de Goffman: entre retórica e pragmática

A década de 1950 foi profícua para os estudos argumentativos, não só pela magistral obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, o *Tratado da argumentação*: a nova retórica, publicada em 1958, mas também por diversos trabalhos no campo da pragmática. De fato, preocupando-se com a linguagem não como forma, mas como função, diversos pensadores revitalizaram a tradição retórica do discurso, evidenciando os traços performativos da linguagem em uso. Tal compreensão pragmática da linguagem abriu espaço para uma nova emergência da retórica em tempos contemporâneos, frequentemente tributada aos autores do *Tratado*, mas que pode ser percebida, sob uma forma de *retoricidade*, em outros autores do século XX. Não é fato aleatório, portanto, que na mesma década do *Tratado*, o sociólogo Erving Goffman publica, em 1956, uma obra chamada *Representações do eu na vida cotidiana*, em que trata das representações que o sujeito constrói de si (*self*) nas interações face a face. Uma vez que a retórica se preocupa com o ato de influenciar o outro pelo discurso e, para tanto, construindo impressões possíveis de provocar semelhança à “realidade” dos fatos e à “verdade” (verossimilhança), é também fortemente retórica a proposta de Goffman (2002) em tratar das imagens que são construídas pelos *atores* nas interações face a face.

A propósito, o grifo acima em “atores” não é tampouco sem intenção. A teoria goffmaniana é fortemente baseada na Teoria do Teatro e aqui, mais uma vez, percebe-se a influência da tradição retórica aristotélica no pensamento do sociólogo. Com efeito, Aristóteles (2012), na própria *Retórica*, de alguma maneira já lança luzes sobre essa característica teatralizada do discurso, questões também levantadas na sua *Poética*, pela própria noção de *mimeses* enquanto representação, metáfora, performance, o que nos faz mesmo pensar em como a representação é argumentativa e como a argumentação é uma representação. É por essa razão que Goffman (2002) afirma serem as representações próprias à questão da influência. Por assim dizer,

quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que veem no momento possui os atributos

que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser (GOFFMAN, 2002, p. 25).

Destarte, a representação é também uma questão de crença, na medida em que os sujeitos precisam se fazer acreditar e corresponder às expectativas de outrem. Portanto, pode-se falar que existem diversas possibilidades de representação na medida em que há igualmente diversos papéis a serem representados pelos atores em cada situação de interação. Para o sociólogo, os sujeitos são sempre *personagens*, no sentido originário de *personas*, criações imaginárias de um ator a fim de corresponder ao “expectador”. Ele retoma os dizeres de Park, quando lembra que

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos (PARK apud GOFFMAN, 2002, p. 27).

Nessa perspectiva, a construção argumentativa é sempre também uma encenação, desde a veiculação de razões e emoções até a construção de imagens adequadas a determinada situação e auditório. A retórica é mais uma vez chamada em questão, parte pela própria natureza retórica da construção das imagens no discurso, parte pelas considerações que a disciplina faz sobre o primado da instância interlocutora no processo argumentativo. Por assim dizer, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 6), é sempre “em função do auditório que qualquer argumentação se desenvolve”. Em outras palavras, pode-se afirmar que todo sujeito argumentante apenas constrói a sua argumentação, e também as suas imagens no discurso, levando em conta o que tem em mente acerca do auditório e o que imagina que o auditório espera que ele manifeste. Isso parece igualmente patente em Goffman (2002, p. 40) quando ele afirma que “a noção de que uma representação apresenta uma concepção idealizada da situação é, sem dúvida, muito comum”. De fato, compreende-se o processo de produção de um discurso a partir da idealização que ele faz do ambiente, do interlocutor, dos valores da audiência, da leitura que ele faz da situação de comunicação como um todo, do objeto que está sendo discutido etc. No entanto, há sempre, na interação, um conjunto de regras que ordenam as representações, de modo que toda construção da imagem de si é uma adequação a



um regime de práticas e normas simbólicas já existentes, em que resta ao sujeito apenas gerenciar a face com a qual se apresenta em sociedade.

## 2 Em torno das noções de face

Como anteriormente dito, para Goffman (2002), o processo interacional é um jogo recíproco de influências. Cada sujeito constrói sua imagem visando a causar boas impressões no seu interlocutor. Tais impressões são sempre construções conjuntas, determinadas pela relação das distintas instâncias envolvidas num processo interacional. Destarte, ainda influenciado pela noção de *persona* do teatro, a saber, como a *máscara* que cada indivíduo utiliza nas distintas situações em vistas de comunicar o que se quer e em persuadir o outro sobre determinada posição, Goffman (2011) desenvolve o conceito-chave de sua teoria, o de *face*<sup>41</sup>. O conceito pode ser definido como

o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A *face* é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião ao fazer uma boa demonstração de si mesma (GOFFMAN, 2011, p. 14, grifo nosso).

Observa-se, assim, que o autor categoriza a noção de face como *valor social positivo e delineada em termos de atributos sociais aprovados*. Por certo, tal classificação, da forma como se impõe, não é vazia de implicações. Em primeiro lugar, pode-se dizer que, porquanto *valor social positivo*, a face é já uma representação pré-configurada de determinada situação. Em outras palavras, é possível considerar a construção da face como uma adequação a valores sociais já aprovados, a regras de conduta “positivadas” pela cultura de determinada sociedade e que são ritualizadas na interação. De fato, toda interação, e todo discurso nela produzido, vincula-se necessariamente a um lugar social e a um enquadramento institucional. A organização social, através de processos ritualísticos, estabelece o que é mais adequado em cada situação de interação, o que é de *bom senso*, o que é de *bom tom*, o que é aprovado, o que está consonante às boas maneiras e, mesmo, às regras de etiqueta. Tais questões, a propósito, vão influenciar a

<sup>41</sup> Do inglês *face*. No entanto, a tradução aqui utilizada, da Editora Vozes, traz o termo *fachada*. Considero que o termo *face* corresponde melhor ao conceito, tanto porque mantém a possibilidade do termo em inglês, vez que são similares na escrita nos dois idiomas, quanto por resguardar o sentido de *máscara*, de *expressão construída na face*. Ademais, utiliza-se, usualmente, o termo *face* na grande maioria dos trabalhos nesse domínio, de modo que optamos por manter o termo original.

*teoria da polidez linguística* de Brown e Levinson (1987), a qual pretende investigar “todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 77).

No entanto, falar de uma *harmoniosa* relação implica considerar ambos os lados da interação como igualmente participantes do processo de construção de face. Ainda que profundamente social e já pré-configurada, a interação permite ao sujeito o estabelecimento de estratégias de construção de imagens para que não só a harmonia, mas também a persuasão dos interactantes, sejam garantidas. Isso quer dizer que o sujeito, em todo ato discursivo que empreende, busca corresponder não só às expectativas do interlocutor, reivindicando para si o valor positivo que projetou como estratégia, como também busca adequar-se à situação de comunicação em questão, lançando mão de estratégias possíveis para manutenção do valor social positivo de sua imagem.

Não obstante, apesar de ser a harmonização comunicativa possível à ação do sujeito, ele não é consciente de sua condição e, por vezes, a construção de sua face se dá por um processo inconsciente, observação que levou Goffman (2011) a afirmar ser a face uma espécie de “representação coletiva”. Para ele, “quando um autor assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada [face] já foi estabelecida para esse papel” (GOFFMAN, 2002, p. 34) e ele não possui total controle sobre o processo.

Ademais, o sociólogo segue afirmando que, “desde que as fachadas [face] tendem a ser selecionadas e não criadas, podemos esperar que surjam dificuldades quando os que realizam uma dada tarefa são obrigados a selecionar, para si, uma fachada adequada dentre muitas diferentes” (GOFFMAN, 2002, p. 34). Assim, ainda que importante na construção da face, o sujeito não teria o poder de criá-las – vez que elas são predeterminadas pela cultura e pelos rituais da interação –, mas tão somente o de escolher quais faces seriam mais adequadas aos seus projetos de influência.

Tal perspectiva não limita, no entanto, a compreensão de que um sujeito possa intencionalmente, ainda que não plenamente consciente, escolher as linhas pertinentes à manutenção do valor positivo de sua face. A propósito, com *linha*, Goffman (2011, p. 13) quer dizer: um “padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela [a pessoa] expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria”. Há que se dizer que a noção de linha, conforme tratar-se-á aqui posteriormente, é crucial para entender a natureza argumentativa do trabalho de face

e a participação do sujeito nesse processo. Por ora, parece ser suficiente arrazoar que a linha é uma projeção que o sujeito faz da situação de interação e dos demais interactantes e, por consequência, a sua posição estratégica frente a essas variáveis. No entanto, Goffman (2011) afirma não ser importante a pessoa assumir ou não uma linha, visto que

ela sempre o fará na prática. Os outros participantes pressuporão que ela assumiu uma posição mais ou menos voluntariamente, de forma que se ela quiser ser capaz de lidar com a resposta deles a ela, ela precisará levar em consideração a impressão que eles possivelmente formaram sobre ela (GOFFMAN, 2011, p. 13).

É por esta preocupação com a impressão alheia que o sujeito busca sempre certa harmonia interacional pelo discurso. A propósito, segundo os teóricos da *teoria da polidez linguística*, a face é “a auto-imagem pública que todo membro reivindica para si” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 62). O ato de reivindicação de uma autoimagem, apesar de pressupor alguma margem de manobra do sujeito no processo interacional, é, na verdade, intensamente fruto de coerções sociais. Ora, para Goffman (2002, 2011), mas também para Brown e Levinson (1987), as imagens construídas pelos sujeitos em vistas de conseguir manter a boa impressão no interlocutor estão ancoradas, desde a produção à interpretação dos sentidos, a certas regras de conduta e comportamento pré-estabelecidas ao momento da interação e que coordenam todo o processo interacional. Diríamos, assim, que a noção de face se assemelha, nesse sentido, à ideia retórica de *decorum*, tão trabalhada pelos latinos, sobretudo por Cícero. Com efeito, para ele, nada é mais importante na garantia da harmonia interacional que o senso de *adequação* e *conveniência* que o orador deve ter frente às regras de discurso e ação em que se apresenta. Isso fica claro, no *Orator*, quando Cícero diz que

Assim na vida como no discurso, nada é mais difícil do que ver o que convém. Prepón chamam a isso os gregos, nós denominamos sabiamente *decorum*. [...] Por não conhecê-lo, não só na vida mas também na poesia e no discurso, muitas vezes se erra. E o que convém à oração deve ser observado não só nas idéias, mas também nas palavras. Não é, pois, toda a condição, toda dignidade, não toda autoridade, não toda idade nem mesmo todo lugar, todo tempo, todo ouvinte, que deve ser tratado pelo mesmo gênero de palavras e idéias. E sempre, em toda parte do discurso como da vida, o que convém deve ser considerado, e isso está posto na coisa da qual falamos, na pessoa daqueles que falam e daqueles que ouvem<sup>42</sup> (CÍCERO, 1992. *Orator*, XXI, 70-72).

<sup>42</sup> Tradução de Renata Ambrósio em “A filosofia vai ao fórum: a oração *pro murena* de Cícero”. *LETRAS CLÁSSICAS*, n. 4, p. 163-178, 2000.

A ideia de adequação e conveniência ciceroniana guarda, em certa medida, relação próxima com a própria concepção de *polidez* em Brown e Levinson (1987). Vale ressaltar, nesse sentido, que a ideia de polidez não se reduz a uma “etiqueta da conversação”, ainda que verdadeiramente dela faça parte. A polidez é, como visto, o que mantém harmoniosa a interação, possibilitando existir o senso de adequação discursiva para ambos os lados da interlocução.

O ser decoroso, assim, vai muito além, desde Cícero, da ideia de ser educado tão somente. *Decoro* (*decorum*) se aproximaria, na verdade, de uma sabedoria discursiva do orador em se adequar sempre ao conveniente em cada interação, construindo, de si mesmo, a imagem conveniente a cada caso, assumindo-se sempre a *persona* conveniente em cada situação de interação. Não seria essa mesma a definição aristotélica de retórica, a *capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir*<sup>43</sup>? Sendo assim, a partir do entendimento desses dois princípios, *harmonia interpessoal* (vinculada à noção de face) e *decorum* (vinculado à tradição retórica clássica), torna-se possível, assim posto, aproximar o estudo da face com os estudos retóricos sobre o *ethos*, conforme se segue.

### 3 As noções de *ethos* e sua relação com o conceito de face

De fato, as noções de face remetem às noções de *ethos* da retórica. Isso porque, assim como a face, as noções de *ethos*, em sua generalidade, estão ligadas às problemáticas da influência e da representação. Consoante Maingueneau (2005, p. 98), há sempre, na enunciação, a construção de um *ethos*, a saber, “a personalidade do enunciador”. Para o analista do discurso, o *ethos* é uma encarnação, na medida em que o indivíduo encarna as propriedades do sujeito da representação. Por assim dizer, um ator político, ou um homem de negócios, encarnarão, cada um, as propriedades esperadas pela audiência em relação a seus papéis, de modo que normalmente se espera, por exemplo, mais objetividade no discurso deste que daquele.

Contudo, é necessário atentar-se sempre à função eminentemente persuasiva do *ethos* enquanto projeto de influência por meio da construção de imagens e caracteres. A propósito, em sua origem, a instância do *ethos* dizia respeito, justamente, à imagem que se criava do orador, da sua *persona*. Para Aristóteles (2012, p. 13), “persuade-se pelo

<sup>43</sup> ARISTÓTELES, 2012, p. 12.

caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé”. Os latinos Cícero e Quintiliano igualmente se lançaram a entender o que faz o orador ser digno de confiança em seu discurso e chegaram a afirmar ser a retórica a *ars bene dicendi*, ou seja, a arte do bem dizer, em que o *bem* a que se referem é justamente a boa construção da imagem do orador, como um homem de boa índole, boa moral etc. (MEYER, 2008).

No entanto, a noção de *ethos*, como todo conceito que atravessa os séculos, evoluiu e ganhou novos contornos, sobretudo com a releitura que a análise do discurso faz dos estudos retóricos. Amossy (2005), por exemplo, afirma ser a noção atual de *ethos*, nas ciências da linguagem, tanto uma inegável herança retórica como também tributada à sociologia do americano Erving Goffman. Por conseguinte, isso significa dizer que, se, por um lado, são a teoria da polidez linguística e a análise das conversações as principais herdeiras dos contributos goffmanianos, por outro, a análise do discurso de cunho interacionista também se aproveita, sobretudo, do conceito de face para restabelecer o que se entende por *imagens de si* no discurso, em diálogo com uma releitura do conceito de *ethos* retórico.

É bem verdade que o conceito de *ethos* está deveras longe de ser homogêneo dentro dos estudos da linguagem. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2002), para os estudos pragmáticos, há duas concepções importantes sobre o *ethos*. A primeira delas é justamente vinculada à sociologia de Goffman, para a qual a ideia já estaria presente sob outros nomes (sobretudo como *apresentação de si*). Uma segunda concepção pragmática, consoante a linguista, diz respeito à pragmática contrastiva (compreendendo aí a etnologia e a etnografia da conversação), para a qual o *ethos* seria uma etiqueta, caracterizando grupos ou categorias sociais de pessoas em uma determinada sociedade. Seria, assim, uma ideia de um *ethos* coletivo, tal como ocorre quando se afirma que o povo brasileiro é alegre e o povo japonês, frio. De fato, a ideia de um *ethos* coletivo pode ser observada em diversos casos e faz parte da própria construção da imagem de si, porquanto todo sujeito é social e mantém alguma relação de pertença a determinado grupo.

Em contrapartida, a ideia de *ethos* não pode se resumir a essas duas concepções, de modo que, ainda que mantidas as observações aos contributos pragmáticos, erigiu-se a necessidade de revisitação ao arcabouço teórico da retórica. De fato, a análise do discurso, em especial a de cunho interacionista, contribui para o estudo da construção das imagens no discurso, vez que põe em diálogo tais diversas abordagens dos mesmos

fenômenos (ou de fenômenos similares), permitindo maior alcance para a investigação científica no domínio dos estudos do discurso.

No entanto, não é a partir da retórica clássica, nem especificamente no seio da releitura da análise do discurso, tampouco o é a partir da ideia pragmática que este capítulo se propõe a tratar o problema do *ethos*. É, na verdade, a partir da ótica da própria retórica contemporânea, se entendida pela abordagem *problematológica*<sup>44</sup> do filósofo belga Michel Meyer, que partiremos ao estudo de tais relações nocionais.

Para Meyer (2008), a propósito, o *ethos* é a dimensão complexa própria ao orador, que compreende tanto: 1) o fim dos questionamentos, vez que cabe ao orador responder às expectativas do auditório; 2) a instância de autoridade com a qual o orador deve se recobrir para que se faça persuasível; 3) a capacidade de encarnar as boas virtudes (*virtus*), tal como Cícero entendia, posto que cabe ao orador ser credível e digno de fé; 4) o *ethos* é também o “eu socializado, desnaturalizado, civilizado, educado” (MEYER, 2008, p. 155). Ora, esta última definição do *ethos* dialoga diretamente com a ideia de face em Goffman (2002, 2011), visto que aí se entende o *ethos* como a *apresentação de si* que o sujeito faz porquanto ser socializado e que necessita encarnar os valores positivos da sociedade.

A propósito, Meyer (2008) afirma que, da parte do orador, o *ethos* recobre tanto a sua competência, que lhe possibilita, inclusive, assumir estratégias de persuasão com a própria imagem, como também o seu caráter, a sua identidade, as características que formam o seu ser no mundo. Da parte do auditório, o *ethos* pode também compreender as imagens que são feitas em detrimento da vontade do orador, imagens previamente construídas ou imagens (des)construídas durante a interação e que fogem ao seu controle.

<sup>44</sup> Vale ressaltar, no entanto, que a teoria de Meyer (2008) não dá conta de todos os problemas pertinentes à questão da construção da imagem no discurso com a mesma adequação em comparação a algumas abordagens da análise do discurso. Se Meyer (2008) deixa de falar, por exemplo, das “identidades” negativas que existem cristalizadas em toda cultura, Amossy (2005) preocupou-se em reivindicar tal tema para o estudo do *ethos* dentro da análise do discurso, quando disserta sobre os *estereótipos*, a saber, imagens cristalizadas acerca de algo, ou alguém, fundamentadas em representações de um determinado grupo de sujeitos, povo etc. Destarte, a noção de *estereótipo* remete, inclusive, à noção de *estigma* em Goffman (1975), vez que o sociólogo o compreende como referente “a um atributo profundamente depreciativo” (p. 13) que “estigmatiza” certos sujeitos por encarnarem atributos julgados como ruins. De fato, tanto o *estereótipo* quanto o *estigma* tratam-se de categorizações cristalizadas e negativas, no mais das vezes de cunho pejorativo, que se perpetuam em sociedade. Se se concorda em entender que a construção da imagem, seja ela proveniente da estratégia do orador, seja ela taxada, ainda que negativamente, pelo auditório, pode-se falar então que os dois fenômenos são abarcados dentro de uma noção mais ampla de *ethos*.

Para Kerbrat-Orecchioni (2002), no entanto, não se deve perder de vista que as noções pragmáticas e retóricas, por mais que próximas, não são semelhantes ou intercambiáveis. Isso porque, ainda que se entenda como parte do escopo conceitual do *ethos* a questão das identidades coletivas, existem algumas implicações importantes a se estabelecer entre a existência de uma apresentação de si baseada em valores sociais aprovados, o que fundamentaria a ideia desse *ethos* coletivo, da ideia retórica de um *ethos* individual, uma imagem que o sujeito constrói de si na interação com vistas à persuasão. É bem verdade, contudo, conforme pontua Kerbrat-Orecchioni (2002), que todo sujeito apenas enuncia ancorado em determinados enquadramentos sociais, assim como todo *ethos* coletivo é apenas possível de ser verificado nas marcas presentes na interação através da manifestação individual. Por conseguinte, tais noções possuem total correlação, desde que se estabeleçam, sempre que oportunas, as devidas ressalvas.

#### 4 A perspectiva *problematológica* do *ethos* e o trabalho de face (*face-work*): o discurso do ex-presidente Lula no Fórum Mundial de Direitos Humanos

A ideia de *problematologia* para Michel Meyer parte da percepção de que há sempre uma distância a ser negociada pelos indivíduos, através do discurso. Essa distância se traduz na forma como se desdobram as próprias dimensões retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*). Obviamente, há que se dizer, a persuasão é justamente uma tentativa de resolver uma questão através do discurso. Na visão do filósofo, conforme já anteriormente apresentado, o *ethos* é a dimensão do orador que, numa empreitada persuasiva, propõe-se a ser o ponto final dos questionamentos. Pois bem, não há dúvidas de que o orador, munido de projeto persuasivo, pretende sempre (ou quase sempre<sup>45</sup>) fazer seu interlocutor crer no que se espera que ele creia. Destarte, as imagens de si criadas pelo sujeito são (quase) sempre construídas com essa finalidade. Ocorre que o *ethos* é sempre uma projeção do orador e, como tal, não pode ser garantida a correspondência entre a projeção e o que se efetiva, de fato e em todo tempo.

Por essa razão, Meyer (2008) nomeia o *ethos* a partir de duas categorias de percepção: o *ethos* projetivo e o *ethos* efetivo. Podemos ver o *ethos* projetivo também a partir de dois prismas: tanto ele é a imagem de si criada pelo orador, a partir do que ele

<sup>45</sup> Não se pode perder de vista que algumas imagens são criadas para causar estranhamento e escândalo, mas que, de toda maneira, é já uma forma de persuadir sobre algo.

espera do auditório, ou seja, da projeção que o “eu” faz do *pathos*<sup>46</sup>(*pathos* projetivo), como também, e sobretudo, ele é a imagem que o auditório faz do orador. O *ethos* efetivo, por sua vez, é o que ocorre na prática, na interação com o *pathos* efetivo. Isso significa dizer que há um *décalage* inevitável entre o *ethos* projetivo/*pathos* projetivo e o *ethos* efetivo/*pathos* efetivo, sendo essa, inclusive, a razão de tantos mal-entendidos, falhas de comunicação e conflitos no processo de interação.

A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22) também afirmam que “uma argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto o possível da realidade”. Destarte, “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, condição prévia de qualquer argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 23). É necessário, logo, o questionamento sobre a composição do auditório, se formado por indivíduos do mesmo, ou de distintos grupos sociais, na medida em que tal organização influencia, diretamente, as linhas a serem assumidas para que a distância seja evitada.

Essa distância, com efeito, é sobremaneira importante para o entendimento do conflito ou da ingerência da relação interpessoal. Em outras palavras, o sucesso de uma argumentação vai sempre derivar do resultado positivo dessa *diferença problematológica* (MEYER, 2008), ou seja, vai sempre dizer respeito a um saldo positivo que se tenha ao fim da interação entre o *ethos* projetivo e o *ethos* efetivo, bem como entre o *pathos* projetivo e o *pathos* efetivo. A partir disso, Meyer (2008) afirma ser esta a fórmula da distância entre os interactantes:  $\Delta L = \Delta (E-P)$ , isto é, o discurso é sempre a tradução, no *logos*, do saldo entre  $(E_p - E_e) - (P_p - P_e)$ <sup>47</sup>.

Essa é, em linhas bem gerais e aplicada ao que interessa aos propósitos deste ensaio, a ideia de *problematologia* referente à dimensão do *ethos*. Percebe-se, assim, uma proximidade inquestionável com a problemática da face. Isso porque Goffman (2011) estabelece alguns tipos de ações que ocorrem pela falta de adequação do sujeito em relação à face esperada naquela interação. Para o sociólogo, uma pessoa pode estar, por exemplo, com a *face errada*, “quando, de alguma forma, trazemos alguma informação sobre o seu valor social que não pode ser integrada, mesmo com esforço, com a linha que está sendo mantida para ela” (GOFFMAN, 2011, p. 16). Ademais, pode-se falar,

<sup>46</sup> Apesar de não ser o foco deste ensaio trabalhar com todas as dimensões retóricas, é preciso salientar que elas são interdependentes e integráveis, de modo que não se concebe a construção de um *ethos* sem que ele seja projetado (e mesmo em função de) para um *pathos*. Assim também é necessário lembrar que é no *logos* que toda a “distância” entre os indivíduos, segundo Meyer (2008), é negociada.

<sup>47</sup>  $E_p$  = Ethos projetivo;  $E_e$  = Ethos efetivo;  $P_p$  = Pathos projetivo;  $P_e$  = Pathos efetivo.

igualmente, que uma pessoa está *fora de face* “quando ela participa de um contato com outros sem ter uma linha pronta do tipo que esperamos que participantes de tais situações tenham”. Dessas noções, deriva também o ato de *perder a face*, por entender que em casos como esses o processo de construção de face encontra-se prejudicado e, logo, a harmonia interacional comprometida.

A ideia de *perda* de uma face revela a sua própria natureza, uma vez que ela é “apenas um empréstimo da sociedade; ela [a face] será retirada a não ser que a pessoa se comporte de forma digna dela” (GOFFMAN, 2011, p. 18). Eis aí a grande questão acerca do primado das regras de conduta, ritualizadas em sociedade, em relação a uma autonomia do sujeito, posto que tais regras predisõem os sujeitos a utilizarem determinadas faces e não quaisquer que desejam. Por assim dizer, “atributos aprovados e sua relação com a fachada [face] fazem de cada homem seu próprio carcereiro; esta é uma coerção social fundamental, ainda que os homens possam gostar de suas celas” (GOFFMAN, 2011, p. 18).

Isso não significa, conforme já dito anteriormente, que os sujeitos não tenham alguma margem de manobra para construir sua imagem no discurso de forma estratégica. Goffman (2011), a propósito, considera que os atos estratégicos, como expressão livre de crenças, julgamentos e outros atos discursivos no processo de interação, devem ser perseguidos em observância à manutenção da face. E, para o sociólogo, “estudar o salvamento da fachada [face] é estudar as regras de tráfego da interação social; aprendemos sobre o código que a pessoa segue em seu movimento pelos caminhos e projeto dos outros, mas não sobre para onde ela vai, nem por que ela quer chegar lá” (GOFFMAN, 2011, p. 20). Dito deste modo, é possível afirmar que, apesar de inegavelmente se enquadrar numa problemática da influência, mais importa ao trabalho de face a observância ao *modo como* se é dito/feito em uma determinada interação do que propriamente o *que* é dito. É claro que, a depender do que se é dito/feito, o sujeito pode incorrer numa perda de face justamente por deixar de corresponder às expectativas daquela situação de comunicação, o que não deixa de ser igualmente uma questão procedimental do processo discursivo.

Para Goffman (2011, p. 20), a noção de *preservação da face (face-work)*, ou o trabalho de face, serve para designar “as ações tomadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a fachada [face]. A preservação da fachada [face] serve para neutralizar ‘incidentes’ – quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a fachada”.

Ora, de fato, incidentes são comuns em processos interacionais, por razões já aqui explicitadas. No campo político, os incidentes parecem ser ainda mais frequentes, talvez pela própria natureza conflitiva do discurso político. A propósito, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, reconhecido por muitos pela sua inquestionável eloquência, parece ter pela negociação de distâncias pelo discurso um certo apreço. Carismático e bastante comunicativo, o ex-presidente rodou o país, diversas vezes, tanto durante o seu mandato, como também posteriormente, persuadindo pessoas acerca de seus projetos políticos, os de seu partido e os de sua correligionária e sucessora à Presidência, Dilma Rousseff. Assim também ocorreu no Fórum Mundial de Direitos Humanos, que teve lugar em Brasília, no ano de 2013. O evento objetivava tratar sobre questões atuais de direitos humanos, bem como sobre políticas e problemas contemporâneos pertinentes a esta temática. Como de se esperar, vários políticos, coletivos políticos, militantes, intelectuais dos direitos humanos, representantes de ONG’s e interessados pelo tema participaram do Fórum.

No entanto, um evento que parecia ser bastante pacífico e tranquilo, tornou-se, repentinamente, nos dias de discurso dos presidentes (a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula), um palco de conflitos e manifestações por parte de alguns grupos militantes da causa em questão. Uma das principais pautas de tais manifestações vinha dos representantes indígenas, indignados pela aprovação da PEC 215/2000, que versa sobre a mudança de legitimidade em tratar da demarcação das terras indígenas do Executivo para o Legislativo. Acorados no argumento de que, ao ser passada a responsabilidade ao Legislativo, bancadas de interesses divergentes aos interesses indígenas interfeririam negativamente em direitos já conquistados por esses grupos culturais, tais representantes esbravejavam cânticos de protesto contra a então presidente Dilma Rousseff, alegando falta de interesse em resolver a questão e abandono da causa indígena, uma de suas bandeiras eleitorais.

Ademais, outro ponto de bastante conflito veio da militância jovem, que protestava pela “desmilitarização” da Polícia Militar e por mais direitos ao grupo LGBT. Tais protestos foram iniciados após a então presidente Dilma Rousseff não conseguir resolver tais questionamentos em seu discurso, de modo que também a sua imagem, o seu *ethos*, não se colocou como *ponto final dos questionamentos*. Após o seu discurso, tomou a palavra também o ex-presidente Lula, buscando responder aos questionamentos daquele auditório e dirimir suas inquietações.

Em termos *problematológicos*, é possível considerar que o *pathos* que a então presidente Dilma Rousseff projetou (*pathos projetivo*), bem como, do lado oposto, o *ethos* que o auditório dela projetou (*ethos projetivo*), não coincidiram em valor, de modo que a distância era um resultado esperado. Entretanto, em termos de *face-work*, uma outra perspectiva precisa ser acrescentada. Consoante Goffman (2011), quando uma pessoa assume

uma imagem do eu expressa através da fachada [face], os outros terão a expectativa de que ela atuará de acordo com essa fachada. De formas diferentes, ela precisará mostrar respeito próprio, renunciando a certas ações porque elas estão acima ou abaixo dela, enquanto se força a realizar outras, mesmo que sejam muito custosas para ela. Ao entrar numa situação em que recebe uma fachada para manter, essa pessoa assume a responsabilidade de vigiar o fluxo de eventos que passa diante dela. Ela precisa garantir que uma *ordem* expressiva particular seja mantida – uma ordem que regula o fluxo de eventos, grandes ou pequenos, de forma que qualquer coisa que pareça ser expressada por eles será consistente com a sua fachada (GOFFMAN, 2011, p. 17).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o auditório ali presente no evento, apesar de bastante heterogêneo, possuía em comum entre os indivíduos que o compunham a expectativa de que a presidente, em um fórum de direitos humanos, tratasse de questões e problemas pertinentes a essa temática e em evidência naquele momento. A face, nesse sentido, pode não dizer respeito apenas a uma *polidez linguística* que determina o modo com o qual o sujeito deve adequar o seu regime de fala, mas também a uma *polidez simbólico-discursiva*, que diz respeito, inclusive, a expectativas discursivas e argumentativas que devem ser correspondidas.

Destarte, se entendido que uma *perda de face* ocorre sempre quando a linha escolhida pelo interactante não corresponde à linha que para ele havia sido instituída, é possível, então, compreender que há um *décalage*, uma distância entre o que o auditório esperava do orador (o *ethos* projetivo) e o que o orador efetivamente apresentou como imagem de si (o *ethos* efetivo). A falha na perda da face também, automaticamente, revela o problema oposto, posto que o orador presumiu um *pathos* distante daquele que efetivamente aguardava o seu discurso (*pathos* projetivo sendo diferente do *pathos* efetivo).

A partir disso, em analisando alguns pequenos trechos, pode-se perceber algumas ações do ex-presidente Lula com a intenção de reconstruir uma face perdida, não necessariamente a sua, mas a da então presidente Dilma Rousseff. Isso nos leva ao questionamento: poderia o *face-work* ser um trabalho da face alheia? Ora, quanto a isto, Goffman (2011, p. 34) abre uma certa brecha quando afirma que “quando uma fachada é

ameaçada, é preciso realizar a preservação da fachada, mas não é de muita importância se ela é iniciada e desempenhada pela pessoa cuja fachada foi ameaçada, ou pelo ofensor, ou *por uma mera testemunha*” (grifo nosso). Em seguida, Goffman (2011, p. 34) abre nota acerca desta “testemunha”, em que diz que “uma das funções dos padrinhos em duelos reais, e também em duelos figurados, é fornecer uma desculpa para não lutar que ambos os combatentes podem se dar ao luxo de aceitar”. Com efeito, a arena do discurso político assemelha-se, muitas vezes, a uma arena de batalhas, em que duelos verbais são travados a todo instante. Curiosamente, o ex-presidente Lula era considerado por muitos cientistas políticos como o grande *padrinho* da então presidente Dilma Rousseff, sendo ele supostamente o responsável por sua eleição, reeleição e pela manutenção de seu governo durante bom tempo. Olhando por essa perspectiva, Lula apresenta-se como um padrinho disposto não só a dar algumas desculpas ao auditório, isentando Dilma Rousseff à luta, mas também em ele próprio lutar por ela, garantindo uma recuperação de sua face e, também nesse caso, de um *ethos* positivo e resolutivo. O ex-presidente, em meio aos protestos, já inicia uma linha distinta da escolhida pela então presidente Dilma Rousseff. Munido de algumas folhas, onde estavam impressas o seu discurso, Lula diz:

- (1) O que está escrito pra falar aqui já vem sendo dito pelas pessoas desde o dia 10, e eu não vou ficar repetindo o que já falaram. E dizer aos companheiros: se tem uma coisa que não me assusta, é protesto.

Fica patente, desde o início de seu discurso, que o ex-presidente não se valeria de um processo tradicional e ordinariamente diplomático de recuperação de face, pedindo desculpas diretas e objetivas ao auditório, nem tampouco optou o político pelo tom mais ameno. A propósito, a estratégia de *face-work* de Lula parece se enquadrar no que Goffman (2011) nomeia de “uso agressivo da preservação de face”. Trata-se, como o próprio nome insinua, de uma forma de “agredir” os interactantes de uma maneira segura, a fim de causar neles um estranhamento ou sentimento de culpa. Goffman (2011, p. 30) afirma que “toda prática para salvar a fachada que consegue neutralizar uma ameaça em particular abre a possibilidade de que a ameaça seja introduzida voluntariamente com o objetivo de ganhar algo, em segurança, através dela”. Destarte, o orador tentará induzir os outros a “ferirem seus próprios sentimentos, forçando-os assim a sentir culpa, remorsos, e um desequilíbrio ritual prolongado” (GOFFMAN, 2011, p. 31).

Assim parece suceder quando o ex-presidente Lula enuncia:

- (2) Quando a gente é jovem, a gente chega em casa, e pede um prato de comida, e a mãe coloca comida, e a gente fica reclamando que falta. A gente não reconhece o que tá na mesa. Sequer a gente se lembra que a mãe da gente não tinha todos os condimentos para fazer a comida. Sequer a gente se lembra que faltava o dinheiro para comprar a carne que a gente queria. Sequer a gente se lembra da quantidade de queimadura, da quantidade de óleo que espirrou na cara dela, e *ela* fazer a comida pra colocar pra gente, e a gente senta na mesa e fala: “eu não gostei”, “eu não gosto disso”, “falta isso”, “eu preciso daquilo”, como se a mãe fosse culpada das coisas.

Nesse trecho, é possível perceber uma tentativa do ex-presidente em oferecer desculpas ao auditório por meio do uso de uma analogia. Não interessa aqui a análise da figura de analogia em si, mas antes a percepção de que Lula pretende, ao perceber a constituição do auditório (composto por sua maioria de jovens e militantes), adequar o seu discurso a uma possível expectativa da audiência, garantindo, assim, o *decorum* de seu discurso. Tal adequação fica também patente pelo uso de situações do cotidiano de um jovem e sua mãe, o que deixa margens à compreensão de uma aparente estratégia em construir a imagem de Dilma como a mãe que trabalha incansavelmente e é injustamente cobrada pelo filho.

Essa estratégia se confirma no trecho seguinte:

- (3) Eu não esqueço nunca, quando um filho da gente pede cinco reais pra ir pra um lugar e a gente fala que não tem, e ele sai dizendo: “porra, coroa atrasado, não lhe compreendo”. Ele nunca pergunta: “Você tem dinheiro?”. Ele pede o dinheiro. Então, é por isso que eu gosto de falar com vocês, porque eu vou dizer pra vocês um negócio: Se eu tivesse medo de cara feia, eu nem teria nascido. Porque, certamente, certamente, se eu tivesse medo de cara feia, quando eu me olhasse no espelho, eu morria. Então, meus companheiros, eu estou aqui para dizer o seguinte: a gente tem o direito de reivindicar tudo o que falta pra gente. Mas a gente não pode negar os avanços que esse Brasil teve.

Aqui mais uma vez o ex-presidente faz uso de uma analogia, dessa vez na figura do pai e seu filho, para tratar a reconstituição de face da então presidente Dilma Rousseff. Vale marcar que, ambos os trechos acima, revelam uma tentativa do ex-presidente Lula de deslocar aos interactantes o sentimento de culpa, fazendo-os se identificarem com as analogias em questão e transmutarem metaforicamente (essa é a intenção dos tropos) os efeitos patêmicos de uma situação a outra.

Ademais, Goffman (2011) pontua existirem dois tipos básicos de preservação de face. O primeiro desses tipos, o *processo de evitação*, consiste, obviamente, em evitar contatos e ameaças. É o que parece ocorrer quando, interrompido por algumas cobranças de indivíduos no auditório acerca de resposta específica a algumas demandas sobre diretrizes do Governo acerca dos direitos humanos, Lula diz:

- (4) É que eu não quero falar o que já foi falado, meu filho. Se eu for falar tudo o que já falaram aqui, vai ser um repeteco. Mas as pessoas de bom senso, as pessoas de bom senso sabem o que já foi feito neste país. E as pessoas sabem que podem continuar reivindicando. Não tem problema. Podem continuar reivindicando. Porque, quanto mais o povo reivindica, mais a gente sabe que tem que atender o clamor do povo. Nenhum presidente do mundo teve a coragem que a Dilma teve com as manifestações de Julho. Nenhum presidente. Ela teve coragem de encarar as manifestações.

Aparentemente, faz parte da estratégia do ex-presidente, da linha que ele resolve assumir, não entrar especificamente nas pautas questionadas pelo auditório, certamente imbuídas de bastante polemicidade. Desse modo, interessa ao ex-presidente estabelecer certa *fuga* da questão principal, posto que interessa à pessoa do orador, no *processo de evitação*, manter-se “longe de tópicos e atividades que levariam à expressão de informações que seriam inconsistentes com a linha que ela está mantendo” (GOFFMAN, 2011, p. 23).

Outro tipo é o *processo corretivo*, a saber, quando se entende ter havido ali um incidente e que merece ser sanado. No entanto, reconhecer o incidente não parecer ser a mesma coisa de dar a ele grande importância. Para Goffman (2011, p. 27), “podemos tentar mostrar que aquilo que manifestamente pareceu ser uma expressão ameaçadora na realidade é um evento insignificante, ou um ato não intencional, ou uma piada que não deve ser levada a sério, ou um produto inevitável e ‘compreensível’ de circunstâncias atenuantes”.

- (5) Eu lembro quando eu vim na reunião do LGTB. Eu lembro quando eu vim, diziam pra mim: “Ô Lula, você não pode ir. Você não pode ir, porque pode um travesti te abraçar. Cuidado com a fotografia. Eles vão te criar problema. Eu vim. Eu vim. Tratei eles com respeito, e fui tratado com respeito e dignidade, porque neste país, neste país, eu sei do preconceito quando a gente tenta resolver os problemas dos quilombolas. Vocês acham que é fácil? Tá cheio de empresário que fala pra mim: “Primeiro era índio, depois Sem-Terra, agora é quilombola. Quando é que vai sobrar terra pro fazendeiro?”. Vai sobrar, quando os pobres um dia tiverem as terras que um dia foram deles, porque eles tomaram.

É possível perceber, aqui, por exemplo, uma tentativa de isentar a então presidente Dilma Rousseff das cobranças direcionadas a ela, relatando as condições reais do fazer político no Brasil. Deste modo, busca-se preservar a face de Dilma Rousseff, apresentando desculpas ao fato de a então presidente não ter conseguido dar as respostas tão esperadas pelos interactantes no que tange aos programas sociais e de direitos humanos.

Em uma última análise, é possível perceber também que o linguajar do ex-presidente Lula se adequa ao público jovem, gerando identificação com o auditório, diferente do que ocorreu com o discurso da presidente Dilma<sup>48</sup>. A propósito, o trabalho de *ethos*, assim como o de face, é pautado na identificação entre as instâncias interlocutoras. É preciso identificar quais linhas o auditório espera, para que o orador possa estabelecer suas linhas e a sua estratégia comunicativa.

É fato que nem todas as pessoas possuem perícia para o trabalho de preservação de face. Assim também afirma Goffman (2011, p. 21), “em nossa sociedade, esse tipo de capacidade às vezes é chamado de tato, *savoir-faire*, diplomacia ou habilidade social”. Na política, essa é uma habilidade bastante importante, tendo em vista as diversas situações de polêmica e de conflito na qual se envolvem tais atores, frequentemente.

O ato de identificar a linha alheia, em termos retórico-problematológicos, é justamente a habilidade em conseguir projetar, com maior fidedignidade, o *pathos* (*pathos projetivo*), aproximando-se, assim, do *pathos efetivo*. Toda persuasão, assim como toda preservação de face, parte desse mesmo princípio, de que a instância locutora, o orador, é sempre resultado da instância interlocutora, do auditório, e também das regras de conduta estabelecidas em determinada situação de comunicação. Goffman (2011, p. 21) afirma, quanto a isso, que se uma pessoa quiser empregar

seu repertório de práticas para salvar a fachada [face], obviamente ela deve, em primeiro lugar, ter consciência das interpretações que os outros podem ter colocado sobre os seus atos, e as interpretações que ela talvez deva colocar sobre os deles (GOFFMAN, 2011, p. 21).

Em outras palavras, ela precisa exercer a “perceptividade”. Ainda segundo ele, essa própria “perceptividade” diz respeito à habilidade social, comum em indivíduos que sejam “representantes de unidades sociais mais amplas” (GOFFMAN, 2011, p. 21).

Considera-se, assim, que o *ethos* construído por Lula, proveniente de sua alta perceptividade e habilidade no trato social, consegue não apenas dar conta da pessoa do próprio ex-presidente, mas também opera em suporte a uma possível reconstrução de *ethos*, e também de face, da então presidente Dilma Rousseff, fenômeno este que nos impele, talvez em trabalhos posteriores, a investigação mais aprofundada sobre as implicações mais pontuais acerca da preservação da face e da reconstrução do *ethos* por meio do trabalho de face de terceiros à interação face a face.

<sup>48</sup> É necessário salientar que não há espaço para analisar, em contraste, trechos de ambos os discursos. As referências para a transcrição de ambos os discursos seguirão, no entanto, na seção final deste capítulo.

## 5 Considerações finais

Tentou-se estabelecer, neste ensaio, algumas relações entre os conceitos de face e de *ethos*, através de uma releitura *problematológica*, tal como o faz Meyer (2008). Pode-se dizer que, após alguma investigação, tais conceitos não necessariamente se equivalem e se tocam em todo momento, mas que possuem aberturas ao diálogo, posto que tanto o *ethos* como a face são fenômenos ancorados na problemática da influência. No entanto, enquanto no *ethos* o indivíduo possui importante papel na construção das imagens e no estabelecimento das estratégias persuasivas, mesmo que sendo desenvolvidas em função do auditório, no caso da face, a relação é eminentemente social e pautada por regras de conduta, socialmente estabelecidas, que diminuem drasticamente a autonomia do sujeito no processo de interação.

Não obstante, viu-se que, na conceituação de *linha*, Goffman (2011) institui alguma margem de manobra ao sujeito, o que acaba por aproximar a noção de face da noção retórica de *ethos*. Isso porque o *ethos*, conforme aqui defendido, é também de antemão social, e apenas se pode perceber as características sociais de um sujeito pela sua inscrição individual no discurso, a saber, pelo seu ato pessoal de enunciação.

Sendo assim, o ato de preservação de face (*face-work*), na medida em que interfere na construção de *imagens de si* do locutor perante a instância interlocutora, é desde já um trabalho de *ethos*, frente a um *pathos* que possui expectativas acerca desse *ethos* e das imagens que por ele devem ser construídas a fim de dirimir questionamentos, incidentes, conflitos. Destarte, a noção de *diferença problematológica*, em que  $\Delta L = \Delta (E - P)$ , isto é, em que o discurso é sempre a tradução no *logos* do saldo entre  $(E_p - E_e) - (P_p - P_e)$ , parece ser adequada também para tratar da diferença que se estabelece entre a linha assumida pelo orador e a linha que o auditório espera que ele assumia.

Ademais, este ensaio também objetivou lançar algumas luzes sobre possíveis novas diretrizes para a relação entre *ethos* e face dentro dos estudos da argumentação, vez que pouco se discute, ao menos em primeira análise, sobre a possibilidade de refazimento da face de uma terceira pessoa, fora da relação face a face, mas não alheia ao processo interacional. Talvez seja esse um caminho carente de maiores investigações, sobretudo no campo do discurso político, onde conflitos e incidentes parecem ser mais a regra do que a exceção.



## Referências

- AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. 3ª edição. Paris : Armand Colin, 2005.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Junior et. alii. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CÍCERO. *Orator*. Cambridge: Harvard University press, 1992.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Cecília Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Système linguistique et ethos communicatif, Cahiers de praxématique* [Online], 38 | 2002, documento publicado em 01 de janeiro de 2010, acesso em 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/praxematique/540>>.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da Conversação: princípios e métodos*. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- MEYER, Michel. *Principia Rhetorica: une théorie générale de l'argumentation*. Paris : Fayard, 2008.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *O tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2013 (19ª Edição)* - Brasília/DF, 12 de dezembro 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursosda-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimoniade-entrega-do-premio-direitos-humanos-2013-19a-edicao>>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- SILVA, Luís Inácio Lula. *Pronunciamento no Fórum Mundial de Direitos Humanos*. 12/12/13. Brasília. Disponível em: <<http://politicaemdiscurso.blogspot.com.br/2014/04/transcricao-do-discurso-dopresidente.html>> Acesso em: 24 abr. 2014.

## 6. Violência de gênero e polarização discursiva

Micheline Mattedi Tomazi  
Raquelli Natale

### 0 Introdução

A escrita de um capítulo que mostre como o trabalho com a face se manifesta nos estudos críticos do discurso é, para nós, uma tarefa ímpar, na medida em que não figura somente a articulação entre diferentes vertentes e quadros teóricos da Linguística, mas, sobretudo, o ensejo de apresentar o diálogo realizado há algum tempo entre os pesquisadores do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEAD-UFMG) e do Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia (GEDIM-UFES), cujos trabalhos resultam de um esforço mútuo em estudar o discurso como elemento constitutivo de toda prática social.

Não obstante, o tema da violência contra mulher tem sido objeto de nossas pesquisas, nas quais procuramos discutir, com base em reflexões de cunho teórico, a interface entre discurso, sociedade e cognição, quer seja buscando as relações dessa interface no entorno da violência contra mulher em textos da mídia em geral e, em especial, da mídia jornalística, quer seja em documentos que circulem no ambiente jurídico, por exemplo, em depoimentos e sentenças (NATALE, 2015; TOMAZI; NATALE, 2015; TOMAZI, 2014; TOMAZI; MARINHO, 2014; TOMAZI; ORTEGA; ROCHA, 2016; TOMAZI; CABRAL, 2017; TOMAZI; CUNHA, 2017).

É, portanto, com intuito de apresentar a interface dessas pesquisas, que propomos o estudo de como o trabalho com a face ocorre em um discurso sobre violência contra a mulher, a partir da noção de face (*face-work*), proposta por Goffman (2011[1967]), e de polarização discursiva, autoapresentação positiva e outroapresentação negativa, por van Dijk (1999, 2010, 2011, 2012, 2014). O diálogo entre essas duas propostas é, para nós, um desafio instigante no sentido de explorar as contribuições da Microsociologia goffmaniana em diálogo com a abordagem sociocognitiva dos estudos críticos do discurso, discutindo a maneira como cada pesquisador defende e apresenta os protagonistas do discurso, atores sociais, no momento em que negociam suas faces durante a interação. Como já defendido em Tomazi e Cunha (2017, p. 146), essa

negociação é “fortemente impactada pelo processo de polarização por meio do qual os atores sociais criam, ganham, defendem, destroem, perdem, ridicularizam, espetacularizam e gerenciam imagens identitárias”. É, portanto, um desafio trabalhar com esses autores na intenção de demonstrar a importância da questão do gerenciamento de faces pelo viés da polarização em um caso de destaque na mídia sobre violência contra a mulher.

A metodologia utilizada para este capítulo é qualitativa e interpretativa com base no gerenciamento de faces e no quadrado ideológico da polarização discursiva. Para tanto, o objeto de estudo escolhido é a carta aberta escrita por José Mayer, um famoso ator brasileiro que publicou no dia 4 de abril de 2017 uma carta de retratação, após ser acusado de assédio sexual e moral pela figurinista Susllem Meneguzzi Tonani. Ambos trabalham na empresa *Rede Globo*, que é uma rede de televisão comercial aberta brasileira com sede na cidade do Rio de Janeiro, local onde aconteceram os delitos.

O trabalho com a temática violência de gênero iniciou-se em 2012, nas primeiras pesquisas feitas no GEDIM, e ganhou força quando as discussões sobre o assunto foram incluídas nos debates dos encontros do GEAD. Por esse motivo, e, sobretudo, pelo fato de 503 mulheres serem vítimas de agressão física a cada hora no Brasil, segundo pesquisa feita pelo Datafolha e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2017 (Datafolha).

Para realizar tais discussões, organizamos este capítulo nas seguintes partes: a primeira, de caráter explanatório, apresenta o entorno da violência contra mulher e a situação de uma denúncia sobre um caso específico desse tipo de violência; a segunda, de natureza teórica, discute as noções de face de Goffman (2011[1967]) e procura uma aproximação dialógica entre as concepções defendidas por esse sociólogo com as noções de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa de van Dijk (1999) responsáveis pela polarização discursiva; a terceira parte é dedicada à análise do material empírico coletado, a partir do qual propomos a aplicação de uma análise qualitativa e interpretativa que leve em conta o diálogo entre as teorias discutidas na segunda parte deste capítulo; a última parte apresenta algumas considerações que não esgotam o assunto trabalhado neste capítulo, mas nos servem de reflexão para pesquisas futuras.

## 1 A violência, a denúncia e a “retratação”

No dia 31 de março de 2017, o *blog* “Agora é que são elas”, do jornal *Folha de S. Paulo*, publicou o relato de Susllem Meneguzzi Tonani, de 28 anos, que narrou assédios morais e sexuais cometidos pelo ator José Mayer, 67 anos.

No momento da denúncia, ambos trabalhavam na *Rede Globo*, local onde aconteceram os assédios. Essa emissora de televisão é a maior corporação de mídia no Brasil, e está entre as quatro principais empresas de mídia da América Latina, com um vasto número de produtos que inclui jornais televisivos, impressos, digitais, programas de humor, esporte, auditório, novelas, minisséries, filmes, entre outros, que totalizam quase 5 mil produtos licenciados. A instituição conta ainda com uma cobertura de 98,6% dos municípios brasileiros, além de estar presente em 190 países ao redor do mundo, falando diariamente para 97 milhões de pessoas<sup>49</sup>. Tais dados revelam que a emissora possui um monopólio da mídia de massa no cenário nacional com o poder de influenciar a cultura, a política e, especialmente, a opinião pública no país.

Toda essa contextualização acerca da empresa é relevante não apenas pelo fato de os envolvidos serem funcionários da *Rede Globo* e pelo assédio ter ocorrido dentro da instituição, mas, mormente, porque o tratamento dado ao caso pela mídia Global será em favor do acusado, que representa a empresa há algum tempo.

José Mayer Drumond Araujo, nasceu em 3 de outubro de 1949, em Minas Gerais, e atua desde 1980 na instituição fundada em 1965 pelo jornalista Roberto Marinho. Desde a década de 1980, o ator desempenha vários papéis na televisão, especialmente em novelas, um dos programas mais assistidos pela população brasileira. Dos anos 2000 em diante, o ator consolidou sua carreira como protagonista das novelas e, desde então, seu nome tem sido usado pela emissora como “marca” de qualidade nas séries.

Susllem Meneguzzi Tonani, nascida no Espírito Santo, é figurinista, consultora de moda em programas de televisão e telenovelas, além de participar como atriz em curtas, no teatro e novelas.

<sup>49</sup> Informações coletadas no site da emissora. Disponível em: [http://estatico.redeglobo.globo.com/2017/10/04/sobre\\_globo.pdf](http://estatico.redeglobo.globo.com/2017/10/04/sobre_globo.pdf) Acesso 13 out. 2017.

A seguir, apresentamos trechos do relato de Susllem, divulgado publicamente no início de 2017. Julgamos importante retomar esse depoimento para que se possa entender todo o entorno que envolve o caso em apreço.

*Eu, Susllem Meneguzzi Tonani, fui assediada por José Mayer Drumond. Tenho 28 anos, sou uma mulher branca, bonita, alta. Há cinco anos vim morar no Rio de Janeiro, em busca do meu sonho: ser figurinista.*

*Qual mulher nunca levou uma cantada? Qual mulher nunca foi oprimida a rotular a violência do assédio como “brincadeira”? A primeira “brincadeira” de José Mayer Drumond comigo foi há 8 meses. Ele era protagonista da primeira novela em que eu trabalhava como figurinista assistente. E essa história de violência se iniciou com o simples: “como você é bonita”. Trabalhando de segunda a sábado, lidar com José Mayer era rotineiro. E com ele vinham seus “elogios”. Do “como você se veste bem”, logo eu estava ouvindo: “como a sua cintura é fina”, “fico olhando a sua bundinha e imaginando seu peitinho”, “você nunca vai dar para mim?”.*

*(...)*

*Foram meses envergonhada, sem graça, de sorrisos encabulados. Disse a ele, com palavras exatas e claras, que não queria, que ele não podia me tocar, que se ele me encostasse a mão eu iria ao RH.*

*(...)*

*Em fevereiro de 2017, dentro do camarim da empresa, na presença de outras duas mulheres, esse ator, branco, rico, de 67 anos, que fez fama como ganhão, colocou a mão esquerda na minha genitália. (...) Elas? Elas, que poderiam estar no meu lugar, não ficaram constrangidas. Chegaram até a rir de sua “piada”. Eu? Eu me vi só, desprotegida, encurralada, ridicularizada, inferiorizada, invisível. (...)*

*Nos próximos dias, fui trabalhar rezando para não encontrá-lo. (...)*

*Até que nos vimos, ele e eu, num set de filmagem com 30 pessoas. (...). Neste momento, sem medo, ameaçou me tocar novamente se eu continuasse a não falar com ele. E eu não silencieei.*

*“VACA”, ele gritou. Para quem quisesse ouvir. Não teve medo. E por que teria, mesmo?*

*Chega. Acusei o santo, o milagre e a igreja. Procurei quem me colocou ali. Fui ao RH. Liguei para a ouvidoria. Fui ao departamento que cuida dos atores. Acessei todas as pessoas, todas as instâncias, contei sobre o assédio moral e sexual que há meses eu vinha sofrendo. (...) A empresa reconheceu a gravidade do acontecimento e prometeu tomar as medidas necessárias. Me pergunto: quais serão as medidas? Que lei fará justiça e irá reger a punição? Que me protegerá e como?*

*(...) Dá medo, sabia? Porque a gente acha que o ator renomado, 30 e tantos papéis, ganhão da ficção com contrato assinado, vai seguir impassível, porque assim lhe permitem, produto de ouro, prata da casa. E eu, engrenagem, mulher, paga por obra, sou quem leva a fama de oportunista. E se acharem que eu dei mole? Será que vão me contratar outra vez?*

*Falo em meu nome e acuso o nome dele para que fique claro, que não haja dúvidas. Para que não seja mais fofoca. Que entendam que é abusivo, é antigo, não é brincadeira, é coronelismo, é machismo, é errado. É crime. Entendam que não irei me calar e me afastar por medo. Digo isso a ele e a todos e todas que, como ele, homem ou mulher, pensem diferente. Que entendam que não passarão. E o que o meu assédio não vai ser embrulho de peixe. Vai é embrulhar o estômago de todos vocês por muito, muito tempo.*

O texto de Susllem deixa evidente várias formas de violência sofrida pela figurinista, como a psicológica e sexual, marcadas no início do relato pelos primeiros enunciados, emitidos pelo ator, até o momento em que colocou a mão em sua genitália, e moral, quando ele emite o xingamento “vaca” publicamente, e patrimonial, quando a atitude do ator em relação à figurinista, marcada pela relação de poder na instituição de trabalho, poderia representar a perda do emprego. Essas classificações são as propostas pela Lei Maria da Penha, Lei Federal n.º 11.340/2006.

O relato causou alvoroço nos meios de comunicação e nas redes sociais, já que se referia a um conhecido ator da *Globo* e, ela, era apenas uma jovem figurinista,

desconhecida na mídia, e que naquele momento representava um problema para o ator e, especialmente, para a instituição. Essa nossa leitura pode ser respaldada pelo reconhecimento do entorno que envolve o acontecimento relatado, já que há uma hierarquia de vozes de elites simbólicas: a voz da instituição *Globo* e a voz do próprio ator. Essas vozes hierarquicamente eivadas de poder e de autoridade acabam por minimizar a voz da figurinista, chamada de colaboradora pela própria instituição ao se referir a ela em sua nota sobre o acontecimento. Nesse sentido, a orientação argumentativa do relato produzido por Susllem parece assumir um caráter falacioso.

Ademais, é importante mencionar que nesse mesmo período ocorreram outras denúncias de violência de gênero que envolviam a empresa: em um caso, um dos participantes do *Big Brother Brasil 17*, *reality show* exibido pela emissora de 23 de janeiro a 13 de abril de 2017, agrediu física e psicologicamente a namorada; e, no outro, o cantor Victor, da dupla Victor e Léo, jurado do programa *The Voice Kids*, também exibido em janeiro de 2017, foi denunciado pela esposa por agressão.

Após a divulgação do relato de Susllem, várias atrizes apoiaram a figurinista nas redes sociais usando a mensagem “Mexeu com uma, mexeu com todas” em camisetas e *hashtags*, além de funcionárias da *Globo* também usarem camisetas com essa frase em protesto à atitude machista do ator. Depois disso, a *Globo* emitiu uma nota informando que afastaria o ator de suas funções para investigar o caso.

Na semana após a publicação do relato de Susllem, o ator afirmou que ela estava confundindo as ações dele com as do personagem Tião Bezerra, interpretado por ele na novela que estava sendo gravada no momento em que chama a figurinista de “vaca”. Contudo, após a proporção que o caso tomou, ele voltou atrás e resolveu se “retratar” por meio da carta aberta lida durante o Jornal Hoje e publicada no site do G1 *Globo*. Vale ressaltar que a carta circulou em outros sites e foi amplamente divulgada em *posts* no *Facebook*, gerando diferentes tipos de comentários. Tornou-se, portanto, um caso de polêmica pública, no sentido que lhe dá Amossy (2017). Vejamos o conteúdo da carta que será nosso objeto de estudo neste capítulo:

*Carta aberta aos meus colegas e a todos, mas principalmente aos que agem e pensam como eu agi e pensava:*

*04 de abril de 2017<sup>50</sup>*

1. “Eu erreí.

<sup>50</sup> Enumeramos os parágrafos do relato neste capítulo para facilitar a retomada dos fragmentos na análise.

2. *Errei no que fiz, no que falei, e no que pensava.*
3. *A atitude correta é pedir desculpas. Mas isso só não basta. É preciso um reconhecimento público que faço agora.*
5. *Mesmo não tendo tido a intenção de ofender, agredir ou desrespeitar, admito que minhas brincadeiras de cunho machista ultrapassaram os limites do respeito com que devo tratar minhas colegas. Sou responsável pelo que faço.*
8. *Tenho amigas, tenho mulher e filha, e asseguro que de forma alguma tenho a intenção de tratar qualquer mulher com desrespeito; não me sinto superior a ninguém, não sou.*
10. *Tristemente, sou sim fruto de uma geração que aprendeu, erradamente, que atitudes machistas, invasivas e abusivas podem ser disfarçadas de brincadeiras ou piadas. Não podem. Não são.*
13. *Aprendi nos últimos dias o que levei 60 anos sem aprender. O mundo mudou. E isso é bom. Eu preciso e quero mudar junto com ele.*
15. *Este é o meu exercício. Este é o meu compromisso. Isso é o que eu aprendi.*
16. *A única coisa que posso pedir a Susllen, às minhas colegas e a toda a sociedade é o entendimento deste meu movimento de mudança.*
18. *Espero que este meu reconhecimento público sirva para alertar a tantas pessoas da mesma geração que eu, aos que pensavam da mesma forma que eu, aos que agiam da mesma forma que eu, que os leve a refletir e os incentive também a mudar.*
21. *Eu estou vivendo a dolorosa necessidade desta mudança. Dolorosa, mas necessária.*
22. *O que posso assegurar é que o José Mayer, homem, ator, pai, filho, marido, colega que surge hoje é, sem dúvida, muito melhor.*
24. *José Mayer"*

É a partir da análise dessa carta que iremos verificar como ocorre o trabalho com a face desse ator social que, apesar de publicar o texto com enunciados que parecem simbolizar um pedido de desculpa, de fato, ele não assume a culpa de suas ações. Também é nessa mesma perspectiva que nos propomos discutir o quadrado ideológico da polarização, já que há nitidamente uma relação de força e de poder entre grupos, quer seja o grupo de mulheres e o de homens, genericamente representados pelos envolvidos no acontecimento, quer seja o grupo mais elitizado da sociedade, no qual situamos a instituição e seu poder simbólico (BOURDIER, 1989) na sociedade e o grupo de “colaboradores” (mulheres ou homens) que, nessa perspectiva, são tratados de modo diferente por serem minorias e não se destacarem em uma elite simbólica. Tanto é possível essa inferência que, ao ganhar o apoio das atrizes e funcionárias da instituição *Globo*, o acontecimento tomou outra proporção<sup>51</sup>.

## 2 O trabalho com a face de Goffman e a polarização de Van Dijk

Quando lidamos com violência de gênero, verificamos que grande parte da sociedade se preocupa com a violência física, que é a forma mais evidente dos maus

<sup>51</sup> Em decorrência do número de páginas disponíveis para este capítulo, não poderemos nos deter nas categorias de contexto (VAN DIJK, 2012), mas reconhecemos que essas categorias e todas as informações que envolvem o cenário, os participantes, o eu-mesmo e as cognições (sociais e pessoais) são imprescindíveis para que se possa entender o acontecimento analisado por nós neste capítulo.

tratos de gênero, já que é visível a todas as pessoas, além de também ser o tipo de violência mais evidente para a própria vítima que, após uma agressão física, toma consciência da violência sofrida e denuncia o agressor.

Por outro lado, não podemos dizer o mesmo sobre a violência psicológica, sexual, moral e patrimonial, pois, geralmente, essas ações demoram a ser identificadas pelas próprias vítimas e pela sociedade ou são suportadas por mais tempo, uma vez que a maioria das pessoas ignora o papel do discurso na promoção de relações assimétricas entre os gêneros sociais. O resultado dessa morosidade são os danos psíquicos irreversíveis causados às vítimas, como a opressão, a humilhação e o desprezo da mulher, contribuindo com a redução de sua autoestima e, conseqüentemente, comprometendo a realização de suas atividades cotidianas (NATALE, 2015).

É nesse sentido, que o discurso é um lugar favorável para o trabalho com a face, que inclui a construção ou a desconstrução de imagens de si e do outro. Além disso, é importante entender que esse trabalho de gerenciamento de imagens é carregado de ideologias, que irão nortear a formulação desses discursos para se atingir o objetivo desejado. As ideologias são entendidas aqui como um conjunto de crenças socialmente compartilhadas (VAN DIJK, 1999). Assim, a análise das práticas discursivas desvela intenções implícitas nesses discursos.

O trabalho com a face, definida por Goffman (2011, p. 13) como o “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”, ocorre sempre em um processo de interação. Interação é definida por Goffman (2009) como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Contudo, é necessário dizer que essa negociação não é apenas restrita aos discursos dialógicos, já que todo discurso é dialógico por sua essência. Para uma leitura acerca dessa discussão, sugerimos Cunha (2016).

Goffman (2011) ainda define face como um construto social, isto é, como uma imagem do “eu” delineada em termos de atributos sociais aprovados, por isso, ela é um empréstimo da sociedade e será retirada se a pessoa não se comportar de maneira digna dela. Assim, quanto mais prestígio e poder uma pessoa tiver, mais provável que os membros do grupo social demonstrem consideração para com os sentimentos dela.

Nesse sentido, quando um indivíduo comete um erro, como no caso em estudo, ele inicia um processo corretivo para restabelecer sua face. Segundo Goffman (2011), o primeiro passo pode ser o indivíduo manter a ficção de que não houve nenhuma ameaça

à face, como ocorreu com José Mayer ao dizer, no primeiro momento da denúncia, que Suslem havia confundido sua fala “vaca” com a atuação do personagem que interpretava na gravação da novela. Porém, como a atitude não passou despercebida pelo público e tomou grande proporção nacional, foi necessário iniciar o processo corretivo para a retomada da face.

Segundo Goffman (2011), o processo corretivo é um ritual que possui quatro etapas: i) os participantes chamam a atenção do ofensor para o erro de conduta; ii) o ofensor recebe a chance de corrigir a ofensa, por exemplo, dizendo que “foi brincadeira”, ou oferece compensações aos feridos e punições a si mesmo, assumindo que está preparado para pagar o preço do crime e mostrando-se uma pessoa renovada; iii) as pessoas envolvidas, a quem a oferta de retomada da face é direcionada, precisam aceitar a proposta do ofensor; iv) o ofensor, perdoado, comunica com sinal de gratidão para aqueles que lhe deram o perdão. A figura, a seguir, ilustra esse ritual:

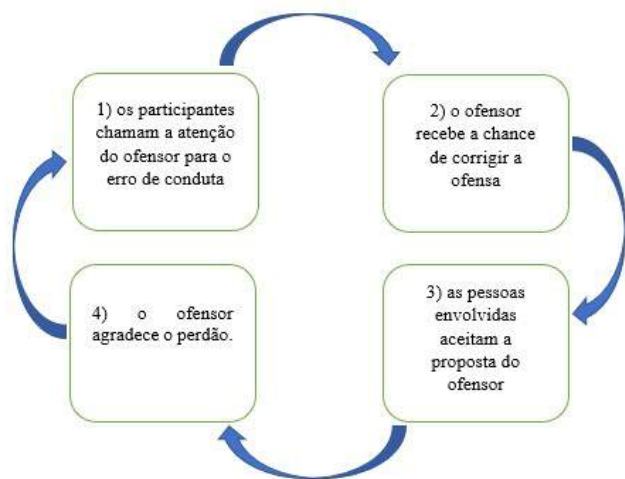


Figura 1. Processo corretivo no ritual de interação<sup>52</sup>.

Em resumo, as fases desse ritual são: desafio – oferta – aceitação – agradecimento. Em se tratando de um ritual de interação, cabe notar que essas etapas podem sofrer alterações, especialmente quando colocado em questão as relações de poder entre os participantes.

<sup>52</sup> Figura produzida pelas autoras com base em Goffman (2011).

Cabe mencionar que a noção de face do autor está relacionada a duas definições do Eu, “o eu como imagem montada a partir das implicações expressivas do fluxo total de eventos numa ocasião” e o “eu como um tipo de jogador num jogo ritual que lida honrada ou desonradamente com os juízos na situação” (GOFFMAN, 2011, p. 37). Assim, entende-se que ideia de face está relacionada à primeira noção, de personagem, ou seja, do papel assumido pelo enunciador durante a interação. Nessa perspectiva, podemos dizer que há um diálogo com a proposta de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa, de van Dijk, que nomeia de ator social o indivíduo que assumirá papéis nas práticas sociais.

Na teoria de van Dijk (1998, 2010, 2011, 2012, 2014), o gerenciamento de faces é feito por meio de uma estratégia geral envolvida na reprodução discursiva de dominação chamada de polarização. Essa estratégia é entendida pelo autor como base das ideologias, pois é por meio dela que será possível identificar as ideologias dos grupos sociais em conflito. A polarização atua no sentido de dar ênfase às coisas boas em Nós (autoapresentação positiva) e ruins nos Outros (outroapresentação negativa). Para ilustrar essa relação, van Dijk propõe um quadrado ideológico:

- Enfatizar aspectos positivos sobre Nós
- Enfatizar aspectos negativos sobre Eles
- (Des)enfatizar aspectos negativos sobre Nós
- (Des)enfatizar aspectos positivos sobre Eles

Fonte: van Dijk (2003, p. 44).

No discurso, o reforço dos atributos negativos ou positivos é feito por meio do uso de diversas estruturas e estratégias discursivas que, segundo van Dijk (2010), podem ser: macroato de fala indicando *Nossos* “bons” atos e os “maus” atos do *Outros* (por exemplo, acusação, defesa); tópicos (macroestruturas semânticas); léxico; sintaxe (orações ativas *versus* orações passivas); figuras retóricas (hipérboles *versus* eufemismos para significados positivos/negativos); e metonímias e metáforas (ênfase nas propriedades positivas/ negativas *Nossas/Deles*).

Além disso, o fato de as pessoas serem membros de vários grupos faz com que elas adquiram lentamente não só as ideologias relevantes desses grupos, mas também um esquema geral para a construção de ideologias (VAN DIJK, 1999, 2011). Esse

esquema pretende responder a algumas questões gerais que orientam os participantes dos grupos.

- Identidade (Quem somos nós? Quem nos pertence? De onde viemos?).
- Atividades (O que nós geralmente fazemos? Qual a nossa tarefa?).
- Objetivos (O que nós queremos obter?).
- Normas e valores (O que é bom/mal, permitido/proibido para nós?).
- Relações de grupo (Quem são os nossos aliados e oponentes?).
- Pesquisas (Qual é a base do nosso poder ou da nossa falta de poder?).

Essas categorias, assim, atuam direcionando os membros dos grupos e, principalmente, a “sobrevivência” desses grupos, pois é por meio delas que indivíduos se baseiam para defender os interesses de todos. No caso da carta aberta, o ator social se refere ao seu grupo de origem machista não para defender os interesses dele, mas para transferir a responsabilidade de sua atitude para o grupo, e colocar-se como vítima dessa ideologia.

Por fim, cabe ressaltar que todas as relações estabelecidas nas práticas sociais são guiadas pelas relações de poder entre os participantes, pois “o exercício do poder não se limita simplesmente a uma forma de ação, mas consiste em uma forma de interação social” (VAN DIJK, 2010, p. 43). Logo, quanto mais prestígio e poder uma pessoa tiver, mais provável que os membros do grupo demonstrem consideração para com os sentimentos dela e a perdoem (GOFFMAN, 2011).

Diante essas considerações, podemos dizer que o papel da polarização discursiva está diretamente relacionado ao processo de negociação de faces. Assim como Brown e Levinson (1987) sistematizaram a proposta de Goffman partindo de um ponto de vista pragmático e discursivo, conseguindo demonstrar que existem questões gramaticais que só podem ser explicadas se considerada a noção de face e de território – este último entendido como uma expansão da noção de face – também Van Dijk, em sua abordagem sociocognitiva dos estudos críticos do discurso, propõe uma aproximação de seus estudos com a Microsociologia de Goffman dentro de uma perspectiva discursiva, social e cognitiva. Na proposta de van Dijk, essas noções de Goffman e mesmo as de Brown e Levinson (1987), ao postularem a face negativa e a face positiva, são reinterpretadas pelas noções de autoapresentação positiva e autoapresentação negativa, diferenciando-se das outras abordagens, justamente, por levar em conta o discurso como prática social e a interface entre a tríade: discurso, sociedade e cognição.

### 3 Uma proposta de análise a partir das noções de face e de polarização discursiva

A carta de Mayer, num primeiro momento, sugere um pedido de “desculpas” a Susllem e à sociedade brasileira por suas atitudes agressivas. Isso é marcado na linha 1 com a frase “Eu errei” e reforçado na linha 2 com “Errei no que fiz, no que falei, e no que pensava”, que aparentemente mostram que o acusado reconhece seus erros relacionados a atitudes, discursos e pensamentos. Em seguida, na linha 3, ele entende que o correto é pedir desculpas, mas que isso não é o suficiente, pois é ainda preciso reconhecer publicamente seu erro e externar esse reconhecimento à população e, para isso, escolhe escrever a carta aberta. Contudo, emitir uma carta pública mencionando o erro não é suficiente, já que o caso deve ser analisado e julgado pela instituição *Globo* e pela Justiça brasileira. Ao dizer que “É preciso um reconhecimento público que faço agora”, o próprio ator se “julga” e se “pune”, como se uma carta aberta bastasse para solucionar a violência de gênero.

Entretanto, da linha 5 em diante esse ator social, supostamente arrependido, deixa revelar por meio de suas escolhas lexicais de que não se trata de um pedido de perdão, mas de uma tentativa de salvar sua face (GOFFMAN, 2002; 2011 [1967]).

5. *Mesmo não tendo tido a intenção de ofender, agredir ou desrespeitar, admito que minhas brincadeiras de cunho machista ultrapassaram os limites do respeito com que devo tratar minhas colegas. Sou responsável pelo que faço.*

Essa ação é assinalada pelo conectivo “mesmo”, que marca uma ressalva na admissão de suas atitudes, isto é, ele admite “brincadeiras de cunho machistas”, mas antes, ressalta que não teve intenção em ofender as colegas de trabalho. O interessante é que o ator reconhece que cometeu “brincadeiras” e não um crime. E, ainda, reconhece que foram “brincadeiras de cunho machista que ultrapassaram os limites do respeito”, o que nos leva a pensar: será que existem brincadeiras machistas dentro de um limite de respeito? Será que existem atitudes machistas respeitadas? Se retomarmos o relato de Susllem, verificaremos que o que ele chama de “brincadeiras” foram, respectivamente, colocar a mão esquerda na genitália da figurinista e, depois, em um *set* de filmagem com trinta pessoas, chamá-la de “vaca”. O ator termina esse excerto afirmando ser “responsável pelo que faz” e, por isso, apenas por ser esse homem bom, é que irá pedir desculpas. Investe, portanto, em uma orientação argumentativa do texto que lhe permita construir uma autoapresentação positiva.

A ressalva feita no início da linha 5 com o conectivo “mesmo” é reafirmada na linha 8 ao mencionar “Tenho amigas, tenho mulher e filha, e asseguro que de forma alguma tenho a intenção de tratar qualquer mulher com desrespeito; não me sinto superior a ninguém, não sou”. Esse trecho reforça o papel de homem bom na sociedade, já que, no senso comum, homens violentos não convivem com amigas, mulher e filha. E, sobretudo, reitera com o verbo “asseguro” que não teve a intenção de tratar mulher com desrespeito. Vale ressaltar que se trata de uma carta aberta, escrita em primeira pessoa e todo argumento é construído no sentido de reforçar sua autoapresentação positiva. Por isso, usar a família ou a própria constituição familiar representa um discurso de autoridade que valida seu pedido de desculpas. Observamos, também, que nesse referido trecho há um uso exagerado de expressões de negação: “de forma alguma, não me sinto superior, não sou”, ou seja, há um discurso anterior que pressupõe a afirmação de tudo que ele se esforça para negar.

Essa postura de “pedido de desculpas” e, ao mesmo tempo, não reconhecimento de fato da agressão é comprovada a partir da linha 10.

10. *Tristemente, sou sim fruto de uma geração que aprendeu, erradamente, que atitudes machistas, invasivas e abusivas podem ser disfarçadas de brincadeiras ou piadas. Não podem. Não são.*

Esse excerto traz à baila um efeito discursivo, que é o principal objetivo da carta: dizer que não é ele o responsável pelas ações violentas, mas sim a geração anterior, que o ensinou ideologias machistas. Ou seja, o ator emite uma carta pedindo desculpas pela sociedade machista que o educou e não por sua atitude. Isto é, o discurso transfere para a sociedade a responsabilidade das suas ações, que são aqui chamadas de “brincadeiras”, já que se parte da perspectiva patriarcal e, por isso, a afirmação de não ter consciência de estar sendo agressivo.

Essa transferência de responsabilidade nas linhas 10, 11 e 12 pode ser visualizada também no discurso pelo uso de conexões “indexicais” que apontam para a relação entre o uso da linguagem e as experiências socioculturais dos falantes. É interessante observar as indexicalizações no uso do pronome pessoal “eu”: “Eu errei; Eu preciso e quero mudar; Isso é o que eu aprendi”; nas desinências verbais que marcam a primeira pessoa do singular: “... admito que minhas brincadeiras”; “... devo tratar minhas colegas. Sou responsável pelo que faço”; e nos pronomes possessivos “meu” e “minhas”, “Este é o meu exercício. Este é o meu compromisso”; minhas brincadeiras de cunho machista”. Tais marcas representam, momentaneamente, a culpa pelas agressões perpetradas pelo ator

social, que só ocorre no primeiro momento, já que logo em seguida a responsabilidade pelas ações é atribuída à geração machista da qual ele é “fruto”.

Ao se referir ao grupo machista, o ator afirma ser “fruto” e não “membro” desse grupo. Isso porque ser “fruto” de uma geração machista não é uma escolha, mas continuar pertencendo a ela, sim. Essa estratégia discursiva revela informações do esquema geral para a construção de ideologias, apresentado por van Dijk, no qual mostra sua identidade (de onde veio), para justificar sua atitude (o que geralmente faz). Assim, para criticar o grupo social machista, o ator afasta-se dele, mostrando ser uma vítima e não um participante dessa ideologia. Ao fazer isso, ele reivindica para si a face positiva emprestada pela sociedade de figura pública de ator com anos de carreira em novelas da maior emissora de televisão do Brasil e apresentado ao país por essa mídia como homem honesto, bom marido, bom pai e profissionalmente muito bem-sucedido.

Nesse momento, inicia-se a construção de uma outroapresentação negativa do grupo machista com intuito de desenvolver uma autoapresentação positiva de sua face. Para atingir esse objetivo, o ator social polariza dois grupos sociais: os homens que concordam com a ideologia machista e a reproduzem e os homens que são frutos dessa ideologia machista, a reproduzem “inconscientemente”, mas não concordam com ela. E, claro, posiciona-se nesse segundo grupo, a fim de recuperar a face perdida.

Entre as linhas 13 e 17, essa polarização é reforçada no intuito de apresentar como tem tentado distanciar-se da ideologia patriarcal.

13. *Aprendi nos últimos dias o que levei 60 anos sem aprender. O mundo mudou. E isso é bom. Eu preciso e quero mudar junto com ele.*

15. *Este é o meu exercício. Este é o meu compromisso. Isso é o que eu aprendi.*

16. *A única coisa que posso pedir a Susllen, às minhas colegas e a toda a sociedade é o entendimento deste meu movimento de mudança.*

Nesse trecho, o ator enfatiza o período em que foi criado, segundo às ideias machistas e conservadoras e que só agora, 60 anos depois, é que teve a oportunidade de aprender um novo comportamento em relação à mulher. E, antecipando o fato de que essa “mudança” é lenta e gradual, já que não foi uma escolha dele ser machista, mas agora é uma escolha “mudar”, pede para que Susllen, as colegas de trabalho e toda a sociedade tenham paciência para esperar esse processo de mudança acontecer.

As atitudes descritas até aqui figuram as três etapas do ritual do processo corretivo da face, mencionado por Goffman (2011). Na primeira etapa, o ofensor é censurado pelo seu erro de conduta, e isso ocorreu quando a sociedade criticou o ator por suas ações

após a denúncia da figurinista. Na segunda, o ofensor recebe a chance de corrigir a ofensa e afirma que foi uma “brincadeira”, mas que, mesmo não tendo a intenção de ofender, está disposto a mudar seu comportamento. Certo de que a sociedade irá aceitar a sua proposta de remissão, que faz parte da terceira etapa, o ator social já se posiciona discursivamente como alguém absolvido e que é exemplo para o resto da sociedade.

18. *Espero que este meu reconhecimento público sirva para alertar a tantas pessoas da mesma geração que eu, aos que pensavam da mesma forma que eu, aos que agiam da mesma forma que eu, que os leve a refletir e os incentive também a mudar.*

Nesse fragmento, o ofensor, perdoado, momento referente à quarta etapa do processo corretivo de face, já toma o seu caso como símbolo de alerta para os outros homens que também, assim como ele, são “frutos” de uma geração machista. E repete aqui os verbos “fiz e pensava”, escritos no singular na linha 2, mas agora no plural, “pensavam, agiam”, na linha 19, incluindo as outras pessoas que, “inequivocamente”, ajam e pensem como ele. O emprego desses verbos no singular no início da carta e, posteriormente, no plural, no final do texto, revelam a certeza do perdão de seu erro, que, na verdade, foi discursivamente atribuído a toda uma geração conservadora.

Na linha 21, percebe-se o intuito de mostrar que o processo de mudança pelo qual está passando é doloroso, inclusive, a palavra “dolorosa” é repetida duas vezes para deixar evidente que ele é tanto vítima que também está sofrendo com tudo o que está acontecendo, “Eu estou vivendo a dolorosa necessidade desta mudança. Dolorosa, mas necessária”.

Após isso, a orientação argumentativa do texto é encaminhada para a quarta e última etapa do ritual de correção da face, que se trata do momento de demonstrar a gratidão pelo perdão consentido.

22. *O que posso assegurar é que o José Mayer, homem, ator, pai, filho, marido, colega que surge hoje é, sem dúvida, muito melhor.*  
24. *José Mayer”*

Embora não haja nenhum termo explícito de pedido de perdão, evidencia-se que ele já se sente absolvido pela sociedade, uma vez que assegura que a partir de hoje é alguém muito melhor. Isso implica dizer que ele mesmo, por meio de sua carta aberta como pedido de desculpas, reconhece uma ação preconceituosa – embora não a atribua a si mesmo, mas ao grupo machista –, pede perdão e, por fim, autoliberta-se da ação

cometida. Nesse sentido, ele utiliza o quadrado ideológico da polarização discursiva ao enfatizar as coisas boas dele e as coisas ruins dos outros.

#### 4 Considerações finais

Ao ser interpelado pela sociedade por suas ações violentas, o ator social José Mayer reconhece a ideologia machista e “critica” as ideias (preconceitos) e ações (discriminação) decorrentes desse sistema de crenças, como estratégia para recompor sua face, no sentido de Goffman e sua autoapresentação positiva, na proposta de Van Dijk. Ao fazer isso, ele enfatiza as crenças machistas às gerações anteriores, colocando-se como pertencente a essas ideologias, mas, sobretudo, “vítima” desse pensamento ao dizer que só após a denúncia da colega de trabalho é que passou a ter consciência disso. Ou seja, o discurso é utilizado para dizer que assim como Suslem, ele também é vítima desse machismo. Vimos, portanto, que a vitimização é utilizada como estratégia para construção do efeito discursivo pretendido pelo ofensor que é aproximar-se da ofendida, colocando-se também como vítima, a fim de recuperar sua imagem perante a sociedade.

Assim, esse discurso transmite uma falsa impressão de que houve uma redenção, quando, na verdade, atribuiu a um grupo social a responsabilidade por disseminar e reproduzir crenças preconceituosas que produzem relações assimétricas de poder entre homens e mulheres.

Somado ao discurso da carta aberta, várias notícias publicadas em diferentes sites questionavam a denúncia de Suslem, alegando que os dois já haviam tido um relacionamento amoroso no passado e que a figurinista pretendia não oferecer a denúncia judicialmente contra o ator<sup>53</sup>. Percebia-se, de fato, a tentativa de desacreditar a acusação ao focar o possível relacionamento entre os eles. Entretanto, mesmo que essa informação fosse verdadeira, não atenuaria ou não deveria atenuar em nada as ações de violência de gênero, sendo, portanto, apenas uma manobra argumentativa para manter o *status quo*. De maneira geral e, em especial, neste caso por nós analisado, o agressor se coloca em posição de superioridade quando, sucessivamente, reafirma, endossa um comportamento que é reflexo paradoxal da própria violência.

Casos como esse de violência contra a mulher têm sido, infelizmente, muito comuns nos últimos meses, por exemplo, as denúncias neste ano de 2017 feitas contra

<sup>53</sup> Fonte: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/purepeople/jose-mayer-teve-affair-com-su-tonani-antes-de-denuncia-de-assedio-diz-colunista,d710a7414a18201a01ea4a990cb12dd2rxabpzm.html>



Kevin Spacy, Harvey Weinstein e Johny Depp. E o que é tão assustador quanto a violência é a maneira semelhante como essas pessoas públicas têm reagido a essas acusações, que é vir a público pedir desculpas, argumentar não ter tido a intenção de ter ofendido ou afirmar que se tratava apenas de uma brincadeira. Os métodos de retratação utilizados por essas pessoas, geralmente, contam com a adesão de boa parte da mídia, que lucra com o trabalho desses atores, que são afastados dos holofotes momentaneamente e, depois, retornam ao trabalho como se nada houvesse ocorrido.

## Referências

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.

CUNHA, G. X. A construção de imagens de si no discurso organizacional. In: TOMAZI, M.; ROCHA, L. H. P. da.; POMPEU, J. C. (Orgs.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota Editora, 2016, p.111-125.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Brasília: Datafolha, 2017.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 13-50.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MAYER, J. Carta aberta. *G1 Globo*, 04 abr. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/globo-suspende-jose-mayer-atrizes-fazem-protesto-contra-assedio.ghtml> Acesso 13 out. 2017.

NATALE, R. *A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo*. 2015. 175f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

TOMAZI, M. M. Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto. In: LINS, M. DA P. P.; CAPISTRANO JR., R. (Orgs.). *Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos*. Vitória: PPGEL/UFES, 2014b, p.187-205.

TOMAZI, M. e CUNHA, G. X. O papel da polarização discursiva no processo de negociação de faces em processo judicial de violência contra a mulher. In: PINTO, R., CABRAL, A. L. T., RODRIGUES, M. G. S. (Org.). *Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Contexto, 1ª ed. ed. 2016, p. 145–164.

TOMAZI, M. M. e MARINHO, J. H. C. Discurso jurídico e relações de poder: gestão de faces e de lugares. *Revista (Con)textos Linguísticos*, 8(10.1), p. 245-278, 2014.

TOMAZI, M.M.; CABRAL, A. L. T. Argumentação e estratégias textual-discursivas em uma sentença absolutória: violência machista contra a mulher. *Revista Language and Law / Linguagem e Direito*, v. 4 (2), p. 60-80, 2017.

TOMAZI, M. M.; NATALE, R. [Des]caminhos da violência de gênero no Brasil: discurso, mídia e representação social. In: SILVA, Denise Helena Garcia; PARDO, Maria Laura. (Org.). *Pasado, presente y futuro de los Estudios en América Latina*. Buenos Aires: Aled, 2015. p. 136-155.

TONANI, S. M. José Mayer me assediou. *Blog: Agora é que são elas*. Folha de São Paulo, 31 de mar. 2017. Disponível em: <http://agoraesqueaelas.blogfolha.uol.com.br/2017/03/31/jose-mayer-me-assediou/> Acesso 13 out. 2017.

VAN DIJK, T. A. *Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction*. Barcelona, Ariel, 2003.

VAN DIJK, T. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. Discourse and ideology. In: *Discourse Studies: a multidisciplinary introduction*. van Dijk, T.A (Org.). 2 ed. London: Sage Publications, 2011.

VAN DIJK, T. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. *Discourse and Knowledge: a sociocognitive approach*. Barcelona: Cambridge University Press, 2014.

## Anexos

### Relato de Suslem Meneguzzi Tonani\*

\*Publicado no dia 31 de março de 2017, no blog "Agora é que são elas", do jornal Folha de São Paulo.

Eu, Suslem Meneguzzi Tonani, fui assediada por José Mayer Drumond. Tenho 28 anos, sou uma mulher branca, bonita, alta. Há cinco anos vim morar no Rio de Janeiro, em busca do meu sonho: ser figurinista. Qual mulher nunca levou uma cantada? Qual mulher nunca foi oprimida a rotular a violência do assédio como "brincadeira"? A primeira "brincadeira" de José Mayer Drumond comigo foi há 8 meses. Ele era protagonista da primeira novela em que eu trabalhava como figurinista assistente. E essa história de violência se iniciou com o simples: "como você é bonita". Trabalhando de segunda a sábado, lidar com José Mayer era rotineiro. E com ele vinham seus "elogios". Do "como você se veste bem", logo eu estava ouvindo: "como a sua cintura é fina", "fico olhando a sua bundinha e imaginando seu peitinho", "você nunca vai dar para mim?".

Quantas vezes tivemos e teremos que nos sentir despidas pelo olhar de um homem, e ainda assim – ou por isso mesmo – sentir medo de gritar e parecer loucas? Quantas vezes teremos que ouvir, inclusive de outras mulheres: "ai que exagero! Foi só uma piada". Quantas vezes vamos deixar passar, constringidas e enojadas, essas ações machistas, elitistas, sexistas e maldosas?

Foram meses envergonhada, sem graça, de sorrisos encabulados. Disse a ele, com palavras exatas e claras, que não queria, que ele não podia me tocar, que se ele me encostasse a mão eu iria ao RH. Foram meses saindo de perto. Uma vez lhe disse: “você é mais velho que o meu pai. Você tem uma filha da minha idade. Você gostaria que alguém tratasse assim a sua filha?”

A opressão é aquela que nos engana e naturaliza o absurdo. Transforma tudo em aceitável, em tolerável, em normal. A vaidade é aquela que faz o outro crer na falta de limite, no estrelato, no poder e na impunidade. Quantas vezes teremos que pedir para não sermos sexualizadas em nosso local de trabalho? Até quando teremos que ir às ruas, ao departamento de RH ou à ouvidoria pedir respeito?

Em fevereiro de 2017, dentro do camarim da empresa, na presença de outras duas mulheres, esse ator, branco, rico, de 67 anos, que fez fama como garanhão, colocou a mão esquerda na minha genitália. Sim, ele colocou a mão na minha buceta e ainda disse que esse era seu desejo antigo. Elas? Elas, que poderiam estar no meu lugar, não ficaram constrangidas. Chegaram até a rir de sua “piada”. Eu? Eu me vi só, desprotegida, encurralada, ridicularizada, inferiorizada, invisível. Senti desespero, nojo, arrependimento de estar ali. Não havia cumplicidade, sororidade.

Mas segui na engrenagem, no mecanismo subserviente.

Nos próximos dias, fui trabalhar rezando para não encontrá-lo. Tentando driblar sua presença para poder seguir. O trabalho dos meus sonhos tinha virado um pesadelo. E para me segurar eu imaginava que, depois da mão na buceta, nada de pior poderia acontecer. Aquilo já era de longe a coisa mais distante da sanidade que eu tinha vivido.

Até que nos vimos, ele e eu, num set de filmagem com 30 pessoas. Ele no centro, sob os refletores, no cenário, câmeras apontadas para si, prestes a dizer seu texto de protagonista. Neste momento, sem medo, ameaçou me tocar novamente se eu continuasse a não falar com ele. E eu não silencieei.

“VACA”, ele gritou. Para quem quisesse ouvir. Não teve medo. E por que teria, mesmo?

Chega. Acusei o santo, o milagre e a igreja. Procurei quem me colocou ali. Fui ao RH. Liguei para a ouvidoria. Fui ao departamento que cuida dos atores. Acessei todas as pessoas, todas as instâncias, contei sobre o assédio moral e sexual que há meses eu vinha sofrendo. Conteí que tudo escalou e eu não conseguia encontrar mais motivos, forças para estar ali. A empresa reconheceu a gravidade do acontecimento e prometeu tomar as medidas necessárias. Me pergunto: quais serão as medidas? Que lei fará justiça e irá reger a punição? Que me protegerá e como?

Sinto no peito uma culpa imensa por não ter tomado medidas sérias e árduas antes, sinto um arrependimento violento por ter me calado, me odeio por todas as vezes em que, constrangida, lidei com o assédio com um sorriso amarelo. E, principalmente, me sinto oprimida por não ter gritado só porque estava em meu local de trabalho. Dá medo, sabia? Porque a gente acha que o ator renomado, 30 e tantos papéis, garanhão da ficção com contrato assinado, vai seguir impassível, porque assim lhe permitem, produto de ouro, prata da casa. E eu, engrenagem, mulher, paga por obra, sou quem leva a fama de oportunista. E se acharem que eu dei mole? Será que vão me contratar outra vez?

Tenho de repetir o mantra: a culpa não foi minha. A culpa nunca é da vítima. E me sentiria eternamente culpada se não falasse. Precisamos falar. Precisamos mudar a engrenagem.

Não quero mais ser encurralada, não quero mais me sentir inferior, não quero me sentir mais bicho e muito menos uma “vaca”. Não quero ser invisível se não estiver atendendo aos desejos de um homem.

Falo em meu nome e acuso o nome dele para que fique claro, que não haja dúvidas. Para que não seja mais fofoca. Que entendam que é abusivo, é antigo, não é brincadeira, é coronelismo, é machismo, é errado. É crime. Entendam que não irei me calar e me afastar por medo. Digo isso a ele e a todos e todas que, como ele, homem ou mulher, pensem diferente. Que entendam que não passarão. E o que o meu assédio não vai ser embrulho de peixe. Vai é embrulhar o estômago de todos vocês por muito, muito tempo.

*Su Tonani.*

## 7. Pesquisa emancipatória: realismo crítico e análise crítica do discurso

Solange Maria de Barros

### 0 Introdução

Pesquisas de cunho emancipatório têm ganhado força nas últimas décadas (BREDA, 2014). Os estudos, nesse rumo, têm contribuído para empoderar grupos de pessoas que se encontram social, cultural, linguística e economicamente em desvantagem. Conforme Denzin e Lincoln (2011), a pesquisa emancipatória é considerada elemento-chave para implementar a justiça social.

A filosofia do realismo crítico (RC) e a abordagem teórico-metodológica da análise crítica do discurso (ACD) têm ensejado aos analistas críticos do discurso uma rica ferramenta para desvelar problemas sociais, materializados em textos orais ou escritos, com proposta para a transformação social. Essas duas correntes filosófico-metodológicas têm se revelado promissoras para os estudos críticos do discurso.

Neste capítulo, teço considerações sobre a análise crítica do discurso e realismo crítico, dando enfoque à pesquisa emancipatória. Exponho um modelo de análise desenvolvido por Chouliaraki e Fairclough (1999), com base na crítica explanatória de Bhaskar (1998), acerca dos cinco estágios enumerados por esses estudiosos. Em adendo, sugiro a inclusão do sexto estágio. Descortino também alguns projetos de pesquisa<sup>54</sup> que já foram desenvolvidos na Escola Estadual Meninos do Futuro, localizada no Centro Socioeducativo Pomeri<sup>55</sup>, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, desde o ano de 2006, intentando algum tipo de mudança.

### 1 Pesquisa emancipatória

O paradigma de pesquisa emancipatória emergiu devido à predominância de procedimentos e métodos de pesquisa positivistas que imperavam no cenário acadêmico global. Conforme Groat e Wang (2001), a pesquisa emancipatória é considerada uma

<sup>54</sup> Neste trabalho, relato alguns resultados de pesquisas que já foram realizadas.

<sup>55</sup> Conforme Miranda (2014), “cerimonial indígena onde os jovens passam por um processo de ‘reclusão’, em torno de 18 meses, visando à preparação para o exercício da cidadania junto às suas respectivas comunidades”.

abordagem guarda-chuva a qual inclui algumas correntes oriundas da teoria crítica. Esses autores, alicerçados em Guba e Lincoln (2011), sintetizam três principais sistemas de pesquisa que eles denominam de “pós-positivista, naturalística e emancipatória”, os quais serão a seguir apresentados. A saber:

a) **Pós-positivista**: considerado um paradigma científico tradicional que entende a realidade como objetiva e independente do observador. Nesse tipo de abordagem, o conhecimento deve ser adquirido mediante observação, e o pesquisador deve se relacionar muito pouco com os sujeitos da pesquisa.

b) **Naturalística**: entendido como um paradigma científico cuja realidade é construída socialmente. Na pesquisa podem ser incluídos tanto métodos qualitativos quanto quantitativos.

c) **Emancipatória**: tido como um paradigma recente, cobre várias metodologias. O pesquisador é um participante ativo: não apenas descreve a realidade, mas procura também mudar as relações de poder existentes.

Na pesquisa emancipatória, o objetivo não é apenas estudar a sociedade, mas principalmente transformar as estruturas sociais de poder. Ao ingressar em um contexto social, o pesquisador deve permanecer por um período de tempo prolongado com o objetivo de identificar as injustiças sociais existentes, visando superar os obstáculos.

A seguir, apresento o pensamento filosófico do realismo crítico.

## 2 Realismo crítico (RC)

O RC é considerado um movimento internacional na filosofia e nas ciências humanas, sendo alternativa para as ciências naturais e sociais, sobrelevada a ontologia – questão do ser –, em que o real é mais denso. Ou seja, consiste em um mundo objetivo que distingue uma *superfície* de algo ainda mais *profundo*. O RC advoga uma ontologia não empiricista, em que o mundo não é feito somente de acontecimentos ou fatos.

Bhaskar (1986) assegura que a ciência deve servir para revelar algo que sirva para transformar a realidade social. Porém, a realidade tem dimensões profundas, as quais não são diretamente observáveis. É dizer sobre “algo que está abaixo da superfície”, existe alguma coisa mais profunda que não é possível descobrir. É isso que interessa aos cientistas sociais críticos que comungam o pensamento do realismo crítico. O conhecimento precisa fazer sentido para que a realidade possa ser transformada. É preciso penetrar nas raízes dos problemas sociais, com suas estruturas, mecanismos e

poderes, visualizando uma “crítica explanatória” que possa gerar argumentos críticos à transformação social.

Bhaskar entende que toda e qualquer prática científica pressupõe uma visão de mundo antes mesmo da investigação. A esse entendimento, ele formula a seguinte pergunta: “Como deve ser o mundo para que a ciência seja possível?” (BHASKAR, 1978, p. 36). A resposta para essa questão filosófica ele dá o nome de ontologia.

O RC distingue não apenas o mundo e nossa experiência, mas também o *Real*, o *Realizado* e o *Empírico* (BHASKAR, 1978, p. 13). O domínio do *Real* pode ser entendido como tudo que existe na natureza, sejam eles objetos naturais – estruturas atômicas e estruturas químicas –, sejam sociais – ideias, relações sociais, modos de produção, etc.

O domínio do *Realizado* consiste de eventos ou atividades que são realizados e, portanto, geram efeitos de poder, podendo ser observáveis ou não. Esse domínio ocorre quando os poderes são ativados. Se tomarmos como exemplo um trabalhador, sua força ou capacidade física de desempenhar determinado tipo de trabalho se concentra no nível do *Real*, ao passo que o exercício desse poder e seus efeitos pertencem ao domínio do *Realizado*. Já o domínio do *Empírico* – acontecimentos/fatos observáveis – é entendido como o domínio da experiência.

A corrente filosófica do RC é relevante para a ACD por entender que estruturas, mecanismos e eventos são extratos do mundo social.

Na próxima seção, discorro sobre a ACD.

## 3 Análise crítica do discurso

Conforme Fairclough (2003), a ACD está baseada numa ontologia social realista uma vez que eventos concretos e estruturas sociais são parte da realidade social. Oportuno trazer suas palavras:

A perspectiva social em que me baseio é realista, fundamentada em uma ontologia realista: tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como menos abstratas “práticas sociais”, são parte da realidade. Podemos fazer uma distinção do Real e do Realizado – o que é possível devido à natureza (constrangimentos e possibilidades) de estruturas sociais e práticas, e o que acontece de fato. Ambos precisam ser distinguidos do ‘empírico’, o que sabemos sobre a realidade. (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 14).

O mundo abarca realidades que afetam e limitam a construção textual (ou discursiva) do social. Podemos textualmente construir (representar, imaginar, etc.) o

mundo social em modos particulares, porém nossa representação irá depender de vários fatores contextuais. Por exemplo, os textos – orais ou escritos – podem trazer mudanças em nosso conhecimento (crenças, atitudes, valores, etc.). Podem ainda produzir *efeitos causais*, gerando guerras, perda de emprego, etc.

Na pesquisas em ACD, ao realizar uma análise linguística, por exemplo, os mecanismos causais podem ser identificados através de processos (verbos), pronomes, metáforas, adjetivos, etc. Sayer (2000, p. 14) cita um exemplo utilizando verbos transitivos: “eles *construíram* uma rede de conexões”. Cada mecanismo encarta seu próprio poder causal e tendências que podem “bloquear ou modificar a ação dos objetos a que se referem” (SAYER, 2000, p. 15).

Os textos podem gerar guerras como também contribuir para mudanças na sociedade. Seus efeitos incluem mudanças no mundo material, mudanças nas atitudes das pessoas, nas relações sociais e no mundo material (FAIRCLOUGH, 2003a).

Na próxima seção, apresento um ensaio crítico-metodológico para a pesquisa emancipatória fundamentada no RC e na ACD.

#### 4 Proposta emancipatória para os estudos críticos do discurso

Inspirados no Realismo Crítico de Bhaskar (1998), Chouliaraki e Fairclough (1999) desenvolveram um modelo de análise o qual tem por objetivo identificar problemas sociais materializados em textos orais ou escritos. Essa abertura de possibilidades transdisciplinares permitiu que a ACD se disseminasse na ciência social crítica, conferindo aos analistas de discurso uma compreensão mais ampla da vida social, relacionando os elementos micro e macrosociais.

O modelo de análise proposto por esses dois pesquisadores é baseado na *crítica explanatória* de Bhaskar (1998), e está formulado em cinco estágios. Um sexto estágio (BARROS, 2015) é apresentado aqui. São eles:

- (1) Dar ênfase a uma injustiça social;
- (2) Identificar os obstáculos para que a injustiça seja resolvida;
- (3) Função do problema na prática;
- (4) Considerar se a injustiça social é um problema ou não;
- (5) Refletir criticamente sobre a análise; e
- (6) Definir novo problema de pesquisa.

Desenvolvo, a seguir, cada um deles.

Primeiro – *Dar ênfase a uma injustiça social*. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2010), o analista crítico do discurso precisa identificar um problema que afeta a vida social em algum nível (por exemplo: pobreza, formas de desigualdade, racismo, etc.). Esse primeiro estágio pode ser subdividido em duas etapas: a) selecionar uma questão que aponte uma injustiça social, podendo ser abordada de maneira transdisciplinar, com enfoque nas relações dialéticas entre momentos semióticos e outros; e b) definir os objetos de pesquisa, cujos temas identifiquem tópicos que possam ser teorizados de forma transdisciplinar.

Segundo – *Identificar os obstáculos para que a injustiça seja resolvida*. Os autores sustentam que o “ponto de entrada” é a análise de textos, abordando as relações dialéticas entre semiose e outros elementos. Neste estágio, três etapas devem ser consideradas: a) analisar as relações dialéticas entre semiose e outros momentos da prática social; b) selecionar textos e categorias para sua análise; e c) continuar com a análise de textos, tanto a análise interdiscursiva e linguística quanto a semiótica.

Terceiro – *Função do problema na prática*. Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2010) apontam para a necessidade de avaliar *como* e *se* o aspecto problemático do discurso – que tipo de análise seria mais relevante em um determinado tipo de prática social, por exemplo. Isso significa dizer que o pesquisador deve se concentrar apenas em um aspecto analítico, buscando solucionar o problema. Ao reconhecer, por meio de uma análise crítica, que a injustiça social está gerando uma série de problemas, isso só irá fortalecer as razões para uma mudança radical.

Quarto – *Considerar se a injustiça social é um problema ou não*. Os estudiosos argumentam a necessidade de olhar para os efeitos geradores das práticas. Nesse sentido, deve-se pontuar, aqui, as contradições, lacunas, deficiências dos aspectos entendidos como dominantes da injustiça social, isto é, casos de contradições existentes nos diferentes tipos de interação dominante.

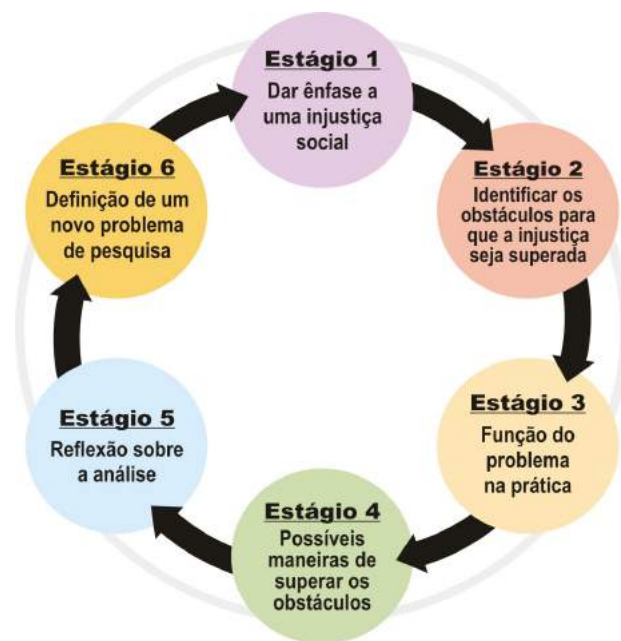
Quinto – *Refletir criticamente sobre a análise*. Os autores defendem uma abordagem reflexiva, questionando sua eficácia, sua contribuição para a emancipação social.

Sexto e último – *Definir novo problema de pesquisa*. O pesquisador crítico (BARROS, 2015), preocupado com transformação social, deve enraizar-se em um contexto social, nele permanecendo por um longo período de tempo, considerando os reais problemas que emergem a cada investigação. As pesquisas em ACD, nessa senda, devem ser cíclicas. Ou seja, para cada investigação realizada, o pesquisador já saberá

identificar seu novo objeto, com ênfase em uma outra injustiça social, procurando sanar ou minimizar os problemas sociais existentes naquele contexto social.

Um aspecto relevante destacado por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 61), para a pesquisa analítica, é o trabalho com outros métodos científicos sociais, particularmente a etnografia. No entendimento desses estudiosos, a etnografia requer a presença do pesquisador, por um período de tempo no contexto da prática social, contribuindo para o conhecimento, além do texto. Asseguro também que as narrativas de vida são ferramentas úteis para uma melhor compreensão da análise dos níveis micro e macrossociais.

A figura abaixo ilustra os seis estágios acima descritos.



Adaptado de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2010), tendo como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989)

A seguir, exponho alguns projetos de pesquisa já realizados, desde 2006, na Escola Estadual Meninos do Futuro, localizada no Centro Socioeducativo Pomeri, em Cuiabá, estado de Mato Grosso, com o intento de promover reflexões e algum tipo de mudança.

## 5 Pesquisas desenvolvidas na Escola Estadual Meninos do Futuro

As experiências vivenciadas na Escola Meninos do Futuro<sup>56</sup>, desde 2006, proporcionaram-me conhecer melhor a escola, os professores e os alunos. Os estudos já desenvolvidos contribuíram para uma maior compreensão sobre a pesquisa emancipatória.

A seguir, desfilo alguns resultados de cada projeto de pesquisa.

### 5.1 Formação continuada: seminário de literatura

O projeto de formação continuada<sup>57</sup> teve início em 2006, com o objetivo de formar grupos de estudos com os professores da escola em referência. O projeto, intitulado “Formação contínua do educador: (re)construindo a prática pedagógica”, foi o pontapé inicial para aprofundar discussões e reflexões sobre a formação crítica. Nesse mesmo ano, os professores decidiram organizar o I Seminário de Literatura<sup>58</sup>, projeto desenvolvido com os alunos em parceria com o sistema socioeducativo. Teve como proposta incentivar a prática da leitura e a produção textual.

Durante o período de estudos realizados com os professores, foi identificado que a direção do Centro Socioeducativo precisava estabelecer e fortalecer, de maneira expressiva, o elo entre a estrutura escolar e as estruturas sociais mais amplas de poder de todo o sistema do Centro Socioeducativo, objetivando ações mais efetivas e coletivas,

<sup>56</sup> Localizada no Centro Socioeducativo Pomeri, em Cuiabá, estado de Mato Grosso, a Escola Meninos do Futuro atende jovens e adolescentes de 12 a 18 anos, privados de liberdade, encaminhados pela delegacia especializada de adolescentes ou juizado. A Escola é mantida pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Oferece o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Sabe-se que o nome Meninos do Futuro foi uma escolha feita pelos próprios adolescentes, em um concurso integrado a uma oficina de pintura e desenho. O nome escolhido se afeiçoa ao futuro buscado pelos jovens, perseguido pelos sonhos, pois esperam, por meio da escola, alcançar uma vida melhor.

<sup>57</sup> Dos vinte professores que trabalham na escola, apenas três se interessaram em participar do grupo de estudos. Reuníamos, quinzenalmente, para refletir e debater temas inerentes ao ensino e aprendizagem, sob a ótica emancipatória e de transformação social. A curiosidade, somada ao interesse desses poucos educadores, acabou contagiando os demais colegas. Transcorridos dois meses de estudos, já contávamos com vinte participantes. Durante o período em que ministrei o curso de formação continuada, procurei conhecer mais sobre a estrutura da escola e do Centro Socioeducativo Pomeri. Convivendo com os professores, passei a compreender melhor as experiências ali vivenciadas. Procurei também conhecer como eles agiam em favor dos excluídos. Desde então, com a confiança adquirida, passei a fazer parte da escola, ministrando palestras e participando de eventos organizados por eles.

<sup>58</sup> A escolha do tema é feita entre os socioeducandos. Com base na seleção do tema, os professores organizam pesquisas, debates e produções textuais com os alunos. É realizado um grande evento, com a participação de toda a comunidade escolar, o Poder Judiciário, secretarias, conselhos e órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, sobrelevando também as famílias dos alunos.

a fim de trazer relevantes mudanças para os alunos, para a escola e para toda a comunidade. Os professores expuseram claramente os reais interesses dos alunos. Asseguraram que quase sempre esbarram no controle severo realizado pelos agentes de poder que estão acima da escola, numa relação hierárquica.

## 5.2 Letramento crítico

O curso de letramento crítico foi desenvolvido por Correa (2011, 2013), como parte do projeto desencadeado em 2006. Nesse projeto, foram discutidas e planejadas atividades práticas sobre como trabalhar o letramento crítico. Em se tratando de jovens e adolescentes em situação de exclusão social, o curso se concentrou, basicamente, numa abordagem metodológica que envolvesse o trabalho com gêneros textuais, deslocando do eixo de formação filosófico-crítica para o eixo mais pedagógico, com atividades práticas de sala de aula.

O curso de formação ofereceu a todos um espaço de reflexão com vista a proporcionar troca de experiências, voltadas à valorização do próprio professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem. Os professores disseram ser agentes de sua própria formação, contribuindo para fortalecer relações coletivas e duradouras, melhorando sua prática pedagógica no exercício da docência. Demonstraram socializar os acontecimentos ocorridos na escola, de forma a resolver os problemas em conjunto.

O professor Cravo<sup>59</sup>, por exemplo, assim se expressou: “para ser crítico tem que ser observador”. Cravo revelou, aqui, seu comprometimento com o que faz. Para ele, é relevante conhecer o contexto no qual trabalha, a fim de possibilitar boas práticas educativas.

A pesquisa mostrou o interesse dos professores em tentar sanar as dificuldades do dia a dia, por meio do trabalho em equipe, pautado em oferecer aos alunos melhores condições de aprendizagem. Nos encontros, foi destacada a relevância sobre a formação do educador, voltada para o compromisso político, reafirmando a necessidade de pensar de forma crítica.

## 5.3 Os alunos

<sup>59</sup> Pseudônimo. Cravo trabalhou na escola há mais de dez anos. Hoje, ele está aposentado.

Assim como os professores, os alunos também participaram de um projeto realizado por Miranda (2001, 2014). Era preciso dar voz a eles. O estudo evidenciou o que os jovens e adolescentes pensam sobre a instituição e os professores. As produções escritas e as entrevistas sinalizaram o quanto a escola é importante na vida deles. Apontaram aproximação com os professores e uma aprendizagem significativa. Revelaram gostar de seus professores pela atitude de confiança e de aconselhamento. A escola é considerada espaço de diálogo com os professores, permitindo novas possibilidades de inserção social.

Nas produções escritas dos alunos, é possível visualizar a aprendizagem plena de sentido para os socioeducandos. O aluno Sócrates<sup>60</sup>, por exemplo, acentuou: “estou bastante contente com o que aprendi sobre os estudos e vou sair digno, sem dever nada à sociedade, não como um menor infrator e sim como Sócrates”. Ele deixa claro que a essência da escola está no cerne da relação professor-aluno e ensino-aprendizagem, pautada em uma relação dialógica e esperançosa, capaz de promover transformações.

A pesquisa desvendou também que a escola é um lugar aprazível, capaz de contribuir para a vida desses jovens privados de liberdade. A escola, nesse contexto, parece ser oportunidade de inclusão, espaço onde as tensões se mostram aliviadas, o que justifica sua existência e seu papel na inserção social dos adolescentes e jovens do sistema socioeducativo. Consegue oferecer aos alunos a possibilidade de resgatar ou manifestar outra forma de se relacionar, contribuindo para a desconstrução da identidade de infrator.

## 5.4 Ausência de diálogo entre os poderes

A dificuldade em estabelecer um diálogo entre os órgãos do governo, principalmente entre a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), fez com que fosse direcionado novo olhar com objetivo de compreender o modo como estão estabelecidas as articulações entre essas duas instituições, uma vez que elas estão intimamente relacionadas com a escola.

A pesquisa de Carvalho (2015) evidenciou a falta de integração institucional na organização, planejamento e gestão escolar. O estudo patenteou que a ausência ocorre

<sup>60</sup> Pseudônimo. Sócrates, 15 anos, cumpre medida socioeducativa de privação de liberdade desde março de 2012, em virtude de pequenos furtos e roubo. É reincidente. Em 2011 cumpriu seis meses. Nunca usou drogas ilícitas, já fez uso de cigarros e bebidas alcoólicas.

no nível técnico-burocrático, o que impossibilita a necessária integração entre as atividades socioeducativas. As autoridades veem os adolescentes ora como delinquentes — que não têm chance de ressocialização —, ora como adolescentes — os quais necessitam das bênçãos do assistencialismo. A pesquisa revelou a premência na sensibilização dos gestores quanto à compreensão dos jovens e adolescentes em pleno desenvolvimento humano. Pontuou-se que a privação de liberdade e o isolamento, sem que haja a promoção do convívio social com a família, escola, projetos e comunidade, podem, seguramente, colocar em risco toda e qualquer forma de sucesso em sua reinserção social.

A coordenadora da SEDUC, participante da pesquisa, comentou: “a escola é de responsabilidade da SEDUC. A SEJUDH efetiva ações estruturais e socioeducativas destinadas aos adolescentes que cometem atos infracionais”. Esses itens léxico-gramaticais sinalizam a fragmentação das relações institucionais. Pela natureza das ações, elas deveriam ser prolongamento uma da outra e, assim, amenizar a distância entre o que se planeja e o que se executa. Constatou-se que ambas não atuam juntas na formação dos jovens e adolescentes privados de liberdade e sob a custódia do Estado.

O diretor da Escola Meninos do Futuro, participante da pesquisa, também externou sua opinião sobre a relação dos adolescentes para com os agentes socioeducadores que cuidam da segurança. Assim se expressou: “só aprendem sobre repressão/contenção”, “é visível, eles incitam os meninos para brigar”. As escolhas léxico-gramaticais do diretor assinalam que as ações dos agentes socioeducadores são permeadas de violência e de conflito, dificultando uma relação mais respeitosa.

Carvalho (2015), em seu estudo, grifou que tanto a SEDUC quanto a SEJUDH devem priorizar ações voltadas para o atendimento da unidade escolar, dialogar para que as estruturas de sustentação possam realmente atender às metas e preceitos descritos nos instrumentos legais e devidamente assegurados na Constituição Federal.

## 5.5 Os agentes socioeducadores

A difícil convivência entre agentes socioeducadores e adolescentes tem se tornado um problema na Escola Meninos do Futuro. A pesquisa realizada por Lima (2015) descortinou novos horizontes. O estudo procurou identificar e analisar as representações

dos agentes socioeducadores do Complexo Pomeri acerca da profissão, da formação continuada e da ressocialização dos adolescentes privados de liberdade. A pesquisa foi de suma relevância para compreender se, de fato, o local e as ações propiciam condições de ressocialização dos adolescentes em vulnerabilidade social.

Lima (2015) ouviu relatos concernentes à educação social, compartilhando experiências e, ao mesmo tempo, percebendo a dura realidade daquele ambiente hostil e repressivo. Identificou quem eram os agentes responsáveis pela educação social dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sob guarda judicial. Conhecer os agentes socioeducadores foi fundamental para reconhecer se, de fato, o Complexo Pomeri possui condições ou não de ressocializar os jovens em situação de risco.

Um dos agentes socioeducadores, participante da pesquisa, Reali<sup>61</sup>, disse em uma entrevista: “Não vai, vai ficar aqui só passando o tempo, longe da sociedade por um tempo e, quando eles voltarem, vão continuar fazendo as mesmas coisas”. As representações negativas de Reali contribuem para a exclusão social dos adolescentes. Reali não consegue refletir sobre os fatores que levaram esses jovens a se comportarem dessa maneira. Esses enunciados sinalizam que esse agente não acredita na ressocialização dos adolescentes.

O estudo revelou que os agentes não se identificam com a condição de educadores sociais e, mesmo aqueles que representam gostar da profissão, na prática não desenvolvem ações educativas emancipatórias. A característica pedagógica das medidas socioeducativas está prevista em lei, porém os agentes demonstraram desconhecer tais prerrogativas. Lima constatou a ausência de apoio institucional para que sejam desenvolvidas ações ressocializadoras, contribuindo para representações negativas relativas à profissão. A maioria dos agentes não percebe os adolescentes enquanto sujeitos em processo de desenvolvimento, além de que suas especificidades, na maioria das vezes, não são mencionadas. Para eles, os adolescentes são apenas infratores, que, por terem infringido as regras sociais, precisam ser punidos com a privação de liberdade.

## 5.6 Os alunos egressos da Escola Meninos do Futuro

A reintegração dos jovens e adolescentes a um novo contexto escolar, fora do

<sup>61</sup> Pseudônimo.

sistema socioeducativo, revelou ser grave problema no estado de Mato de Grosso. A pesquisa realizada por Pereira (2017) apontou que apenas o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Almira Amorim<sup>62</sup> tem recebido os alunos egressos do sistema socioeducativo.

O estudo teve como objetivo verificar como ocorre a reinserção desses adolescentes no novo ambiente escolar, depois de passarem pelo sistema socioeducativo.

Almira Amorim é considerada, pelos alunos, um espaço de convivência salutar e de reinserção social. Não é apenas um espaço para formar cidadãos para o mercado de trabalho. É um espaço dedicado principalmente à vida. Ao incluir esses adolescentes nesse contexto escolar, os educadores contribuem de forma significativa para sua formação, trazendo à baila enunciados como: “a escola é tudo de bom”, “a escola me recebeu de boa”, “eu fiquei bem animado”.

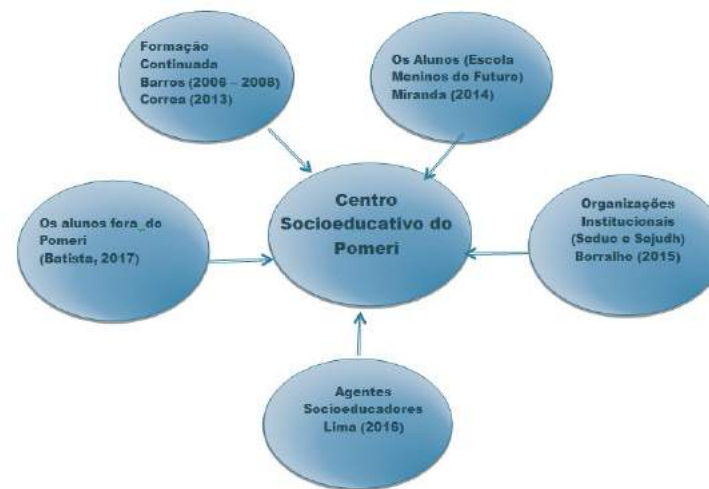
O aluno Jó<sup>63</sup>, por exemplo, assim se expressou: “Da outra vez que saí do Pomeri, eu e minha 'veia' (sic) ficamos andando de escola em escola para tentar conseguir achar uma vaga”. Esse enunciado revela a ausência de fiscalização por parte da SEDUC. Para esses adolescentes, egressos do sistema socioeducativo, a busca por uma vaga escolar acaba se tornando um sério problema. Sinaliza obscuridade por parte da SEJUDH e da SEDUC, de Mato Grosso, como bem apontado na pesquisa desenvolvida por Boralho (2015). Sem o devido acompanhamento e integralização dos setores públicos, como determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sinase, o adolescente, ao sair do sistema socioeducativo, sente-se completamente desamparado.

A pesquisa de Pereira (2017) revelou exclusão e destituição de direitos, entre eles a educação. Foi possível identificar que existe apenas uma escola que oferece o direito à educação. Por essa razão, tal instituição é considerada um local de cidadania, um instrumento ressocializador e de empoderamento.

A seguir, ilustro os projetos de pesquisa que já foram realizados, desde 2006, no Centro Socioeducativo do Pomeri.

<sup>62</sup> De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do CEJA Almira Amorim, os alunos têm, em sua maioria, carência — material, social e afetiva; baixa autoestima, pois se consideram fracos, incapazes; excluídos na alfabetização, pois já foram privados de liberdade; muitos estão em situação de dependência química; no que concerne aos imigrantes haitianos, a escola é pioneira na inclusão destes pela oportunidade de aprender a língua portuguesa.

<sup>63</sup> Pseudônimo.



Pesquisas desenvolvidas no Centro Socioeducativo do Pomeri

## 6 Considerações finais

Neste trabalho, explanei sobre a análise crítica do discurso e realismo crítico, entreabrindo um modelo de análise desenvolvido por Chouliaraki e Fairclough (1999), com base na crítica explanatória de Bhaskar (1998), pontuando os cinco estágios da pesquisa emancipatória. Esbocei, aqui, o sexto estágio, o qual revela novos horizontes emancipatórios. Asseguro que as pesquisas, nessa direção, devem ser cíclicas. Para cada investigação realizada, o pesquisador já saberá identificar um novo objeto, com ênfase em outra injustiça social. Na qualidade de pesquisadora, procurei lançar o olhar sobre os obstáculos enfrentados pelos professores para, a partir disso, propor mecanismos de superação. Os encontros empreendidos para a discussão e debates nos grupos de estudos foram de erguida importância para identificar os problemas inerentes a esse contexto de exclusão social.

Em se tratando de pesquisa emancipatória, é relevante a permanência do pesquisador em campo, por um período prolongado de tempo, para melhor compreender os obstáculos existentes, visando sua superação. No contexto da Escola Meninos do Futuro, por exemplo, a proposta teve como foco desvelar as injustiças sociais bem como propor mudanças nas estruturas de poder existentes tanto no Centro Socioeducativo Pomeri quanto na SEDUC e SEJUDH do estado de Mato Grosso.



Bhaskar (2012) (cf. também BARROS, 2010, 2015) assegura que a pesquisa emancipatória revela ser promissora para operar mudanças nas estruturas internas. Conhecer o interior dos indivíduos, nesse particular, requer uma reflexão que tem como ponto de partida a camada mais profunda da realidade.

Reconheço que há, ainda, fios entrelaçados nas redes ocultas de poder, controle e dominação os quais precisam ser desatados. As pesquisas desenvolvidas evidenciaram apenas uma pontinha em meio a tantos fios emaranhados que, aos poucos, começou a ser desprendida.

Um maior engajamento da parte das autoridades públicas do estado de Mato Grosso parece ser o vetor para novos horizontes emancipatórios. A reintegração entre as redes dos sistemas SEDUC e SEJUDH, que acompanham esses adolescentes, precisam ser melhor organizadas para não deixar os jovens desprovidos de seus direitos. Os responsáveis pelas estruturas sociais de poder desses órgãos precisam se tornar conscientes da realidade à sua volta, refletindo o propósito de sua responsabilidade como agentes de poder. Trata-se de mais um obstáculo que precisa ser superado.

A nova proposta de projeto emancipatório será mobilizar as autoridades da SEDUC, SEJUDH, Escola e Centro Socioeducativo para se engajarem no I Seminário de Políticas Públicas da Socioeducação em Mato Grosso, a ser realizado em 2018. Nesse espaço serão revelados os resultados dos estudos, bem como ensejadas discussões e reflexões com as autoridades públicas visando o planejamento de ações que serão executadas em curto e médio prazos.

Finalizando, trago à consideração as oportunas palavras de Giddens:

as mudanças sociais benéficas com frequência exigem o uso do poder diferencial mantido apenas pelos privilegiados (...) a solidariedade para com as aflições dos oprimidos é integral a todas as formas de política emancipatória, mas alcançar as metas envolvidas depende com frequência da intervenção da influência dos privilegiados. (GIDDENS, 1991, p. 152-162).

## Referências

BARROS, S. M. *Realismo crítico e emancipação humana*: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Campinas: Pontes Editora, 2015.

BARROS, S. M. Transformational model of textual activity: an approach based on critical realism and critical discourse analysis. *International Journal of Humanities and Cultural Studies*, vol. 1, p. 1-17, 2014.

BARROS, S. M. Formação crítica do educador de línguas: por uma política emancipatória e de transformação social. In: BARROS, S. M.; ASSIS-PETERSON, A.A. (Orgs). *Formação crítica de professores de línguas: desejos e possibilidades*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2010, p. 17-25.

BARROS, S. M. Realismo crítico e análise crítica do discurso: reflexões interdisciplinares para a formação do educador de línguas em processo de emancipação e transformação social. *Polifonia*, v. 17, p. 141-154, 2009.

BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Brighton: Harvester, Press, 1978.

BHASKAR, R. Critical realism. Essential readings. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A.(Eds.), *Centre For CriticalRealism*. London: Routledge, 1998.

BHASKAR, R. *The philosophy of Metareality*: creativity, love and freedom. Routledge, 2012.

BREDA, K. L. Participatory action research. In: CHESNEY, M. (Ed.). *Nursing research using participatory action research*. New York: Springer; p. 1-11, 2014.

CARVALHO, A. B. Um estudo crítico entre as instituições públicas e a escola estadual "Meninos do Futuro": entrelaçando poder e saber. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/PPGEL, Cuiabá, 120 p., 2015.

CHOUliARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity*: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CORREA, M. A. Prática pedagógica reflexiva em cursos de formação continuada: um estudo crítico etnográfico. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/PPGEL, Cuiabá, 127 p., 2013.

DENZIN, N. K.; LINCON, Y. S. (Eds). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. Sage, 2011.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language*. London: Longman, 2010.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. Routledge: Taylor & Francis Group. London and New York, 2003.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker - São Paulo. Editora UNESP, 1991.

GROAT, L., WANG, D. *Architectural research methods*. John Wiley & Sons, 2001.

LIMA, J. R. Representações de agentes socioeducadores/as: um estudo baseado na análise crítica do discurso. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/PPGEL, Cuiabá, 139 p., 2016.

MIRANDA, K. S. N. Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social: estudo crítico das representações de atores sociais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/PPGEL, Cuiabá, 160 p., 2014.

PAPA, S. M. *Prática pedagógica emancipatória: o professor reflexivo em processo de mudança*. um exercício em análise crítica do discurso. Pedro & João Editores, São Carlos, 2008.

PEREIRA, J. C. V. B. Fora dos muros do Pomeri: (ex)inclusão de adolescentes egressos do sistema socioeducativo? Uma análise crítica do discurso. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/PPGEL, Cuiabá, 130 p., 2017.

SAYER, A. *Realism and social science*. London: Sage Publications, 2000.

STAKE, R.E. *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 1994.

## 8. Relações de discurso e conectores: o trabalho de face em textos de falantes de português como língua adicional

Valéria Schmid Queiroz  
Janice Helena Chaves Marinho

### 0 Introdução

As relações de discurso se dão entre os constituintes de um texto e informações estocadas na memória discursiva. Essas relações podem ou não ser marcadas por conectores, os quais, por sua vez, podem ser entendidos como elementos que contribuem para a identificação das relações discursivas em um texto e sua construção (ALMEIDA; MARINHO, 2012). A partir desses conceitos, desenvolvidos na perspectiva do Modelo de Análise Modular do Discurso (MAM), visamos lançar um olhar para como os estudantes de Português como Língua Adicional (PLA) mobilizam as relações de discurso e conectores como estratégias do trabalho de face, segundo o conceito de Goffman (a ser tratado no tópico 2.1 deste capítulo).

Para cumprir com este objetivo, optamos por analisar textos de participantes que fizeram a prova do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa do Brasil (Celpe-Bras). Essa escolha se deu pela relevância do exame no panorama de internacionalização da Língua Portuguesa, além da influência que acaba por exercer no próprio ensino de PLA. O olhar para o texto do falante de língua estrangeira sob o aspecto do trabalho de face é de extrema importância para entendermos como esse falante desenvolve as relações em seu texto considerando também fatores interacionais do discurso.

De acordo com Rodrigues Júnior (2003), a maioria das pesquisas sobre escrita em língua estrangeira tende a focar nos esforços do processo de escrita, em “como” esse processo se desenvolve, especialmente considerando-se os passos de pré-escrita, escrita em si e revisão. No entanto, o autor defende a importância de se voltar também para fatores socioculturais e subjetivos do processo de escrita, como, por exemplo, o trabalho de face. Além disso, partindo dessa perspectiva, ele sugere que, em sala de aula de língua estrangeira, não somente o “como” seja considerado no processo de escrita, mas também o “para quem” se escreve e outros aspectos próprios da interação. Segundo o

autor, dessa forma, a escrita de língua estrangeira deixa de ser realizada em um espaço fechado e se abre para abarcar o contexto interacional, permitindo que os alunos de língua estrangeira vão além da escrita que apenas considera o professor como leitor, mas compreendam aspectos mais amplos desse processo. Conhecer a dimensão interacional em que um texto deve ser produzido é fundamental para saber quais estratégias textuais devem ser empregadas para se atingir o objetivo esperado, em frente a um interlocutor. Nessa perspectiva, os textos produzidos para o Celpe-Bras são interessantes para nossa análise também pelo fato de o exame considerar esses aspectos na elaboração das tarefas e requisitá-los na avaliação da proficiência linguística do participante.

Partindo dessa proposta, consideramos que o Modelo de Análise Modular do Discurso apresenta-se como um instrumento teórico-metodológico que pode auxiliar-nos na interpretação do desempenho discursivo de falantes de Língua Portuguesa como uma língua adicional na escrita, uma vez que é um modelo multidimensional, que considera a organização linguística, textual e situacional do discurso.

Assim, a fim de atingirmos o objetivo proposto neste capítulo, tratamos, em primeiro lugar, brevemente, do exame Celpe-Bras, explicando mais detalhadamente sobre o que é o exame, os conceitos em que se baseia para a avaliação da proficiência do participante, para, assim, delimitarmos o nosso *corpus* e descrevermos as condições de produção em que os textos analisados foram produzidos. Em seguida, apresentamos os princípios do MAM, modelo desenvolvido pela equipe da Universidade de Genebra, o conceito de trabalho de face de Goffman (2011) e o percurso de análise que desenvolvemos. No item posterior, fazemos a análise dos textos que compuseram o *corpus* deste trabalho e, por fim, apresentamos nossas considerações finais a respeito dos resultados a que chegamos.

### 1 Celpe-Bras: um exame de proficiência de Língua Portuguesa no Brasil

O Celpe-Bras surgiu, em especial, a partir da motivação com as discussões crescentes sobre o Mercosul (DINIZ, 2008, 2014; BIZON, 2013). A elaboração de um exame de proficiência de Língua Portuguesa como língua estrangeira – uma vontade em processo de amadurecimento entre os profissionais da área – passou a ter uma grande demanda, devido ao aumento de “intercâmbios econômicos, culturais e científicos do Brasil com outros países, e a uma procura maior por cursos de graduação e pós-graduação no país, para os quais a comprovação de domínio da língua portuguesa é

fundamental” (SCHLATTER, 1999, p.98). Além da certificação, as expectativas eram que esse exame também exercesse uma influência na sala de aula de Português como Língua Adicional (PLA), por conta de seu efeito retroativo para o ensino, ou efeito *backwash*, como discutido por Scaramucci (1999).

Buscando ser uma avaliação adequada às diretrizes teóricas a respeito do ensino de línguas, o Celpe-Bras foi elaborado com base em um princípio comunicativo. Nesse sentido, o exame não pretende ser uma avaliação que quantifique aspectos gramaticais ou vocabulares, mas, que, qualitativamente, evidencie a capacidade do participante de usar a língua em situações comuns às que um estrangeiro possivelmente experienciaria no momento da interação cotidiana. Além disso, a avaliação do Celpe-Bras pretende ser integrada, isto é, pretende considerar, ao mesmo tempo, a compreensão e a produção de textos tanto orais quanto escritos, diferentemente do que ocorre na maioria dos exames de proficiência disponíveis nas diversas línguas. Assim, de acordo com o Manual de Orientações para os Coordenadores de Postos Aplicadores do Celpe-Bras (BRASIL, 2015), o exame se compõe de uma entrevista, na fase oral, e tarefas, na parte escrita, meios pelos quais os participantes vão demonstrar sua capacidade de produzir textos e agir socialmente em situações de comunicação específicas. Para a obtenção de uma certificação no Celpe-Bras, é necessário que o participante atinja um dos níveis que o exame, na sua forma atual, avalia: Intermediário; Intermediário Superior; Avançado; e Avançado Superior.

Para a análise que apresentamos neste capítulo, trabalhamos com textos produzidos por candidatos do exame Celpe-Bras e publicados pelos organizadores da prova como exemplo prototípico de determinados níveis de certificação. As produções são frutos da edição do exame de abril de 2013 e foram publicadas com comentários no Guia do Participante do Celpe-Bras de outubro de 2013.

A parte escrita da prova foi dividida em quatro tarefas para avaliar não só a capacidade de produção textual escrita do candidato, mas também, ao mesmo tempo, a capacidade de compreensão da língua e interpretação do texto escrito e oral. Em cada uma dessas atividades, os participantes deveriam compreender os textos de apoio para responder ao que a tarefa propunha. Dessa forma, a não compreensão ou uma compreensão equivocada desse conteúdo implicaria uma avaliação baixa, mesmo que a produção do candidato esteja bem escrita ou vice-versa. Nesse trabalho, concentramos, mais especificamente, na análise dos textos da Tarefa 1, que contou com uma reportagem televisiva em vídeo como texto de apoio. Os textos que analisamos são

exemplos de três níveis de avaliação da prova: Sem Certificação, Intermediário e Avançado Superior. Para essa tarefa, os textos dos candidatos foram produzidos como uma resposta a uma questão que se baseia em informações sobre um projeto chamado Horta Ecológica. O vídeo explica brevemente o que seria esse projeto (o cultivo de hortaliças sem agrotóxico na escola com os alunos, de forma a conscientizá-los a mudar seus hábitos alimentares), como ele funciona e quais os benefícios para a comunidade escolar onde foi implementado. Como atividade, o participante deve se colocar no lugar de um professor e produzir um *e-mail* para o diretor da escola em que trabalha sugerindo um projeto como este.

De acordo com o Guia do Participante (BRASIL, 2013), o esperado era que o locutor articulasse as informações do vídeo de forma a salientar as vantagens do projeto e usá-las em benefício do ponto de vista que quisesse defender. Também era importante que o gênero discursivo e o contrato de interação estabelecido entre os interlocutores da situação de comunicação dada fossem respeitados. De modo geral, o gênero *e-mail* é composto por uma saudação e uma despedida, bem como consiste num texto dirigido diretamente ao interlocutor, no qual o motivo da abordagem é explicado. No caso da tarefa em questão, por simular uma interação em contexto profissional (entre professor e diretor de escola), era esperado que o registro fosse formal e que o autor evidenciasse perceber a diferença de *status*/papéis sociais entre os interlocutores, podendo empregar estratégias de preservação de faces. Considerando-se o objetivo indicado para o *e-mail* (propor um novo projeto à escola), o locutor deveria ainda apresentar argumentos que reforçassem a sua proposta.

Essa descrição evidencia a importância que o exame dá à adequação ao gênero discursivo, bem como ao saber posicionar-se adequadamente na situação comunicativa sugerida pela atividade e frente a um interlocutor determinado. Assim, na nossa análise, levamos em conta tais aspectos interacionais e estratégicos do discurso. Ainda, é importante lembrarmos que, apesar de as condições de produção e o gênero discursivo dos textos serem bem especificados na prova, os participantes se encontram em uma situação de avaliação imposta pelas regras do exame, uma situação de simulação de um gênero dentro de uma troca didática. Isto é, ao produzirem seus textos, eles os escrevem como uma resposta à tarefa proposta, têm como motivação textos que devem ser compreendidos e interpretados, têm um tempo limite a cumprir, não têm acesso a materiais de pesquisa, têm a noção de que estão sendo avaliados, entendem que a produção textual não será de fato publicada ou veiculada e têm o verdadeiro objetivo de

conseguir uma certificação de proficiência. Nesse caso, seu interlocutor principal passa a ser mais o avaliador do que leitor proposto na atividade, o gênero produzido se submete a um contrato didático e, assim, o autor busca, antes de tudo, defender uma imagem, a de uma falante proficiente na língua, a fim de obter a certificação desejada. Embora não nos aprofundemos nessa questão aqui, nós a consideramos, na medida em que ela pode interferir na organização do texto, em seu conteúdo temático, no emprego dos conectores, bem como no trabalho de face do participante.

## 2 Modelo de Análise Modular do discurso (MAM)

O MAM consiste num instrumento que permite ao analista olhar para o discurso autêntico na sua globalidade e totalidade (ROULET, 2007). Assim, o modelo, desenvolvido na Universidade de Genebra por Roulet e sua equipe de pesquisadores, apresenta-se como uma ferramenta analítica “que permite integrar e articular, em uma perspectiva cognitivo-interacionista, as dimensões linguística, textual e situacional da organização do discurso” (CUNHA, 2014, p. 26).

Como defende a equipe genebrina, se a AD quer ocupar um lugar na interpretação de um texto, ela deve propor um modelo e instrumento de análise que possa dar conta da complexidade e da heterogeneidade da organização do discurso. As pesquisas em AD sobre a organização discursiva deixavam a desejar, pois costumavam ser muito genéricas ou muito fragmentadas. Dessa forma, sentia-se a necessidade de elaboração de um modelo que desse conta da organização de todas as formas discursivas possíveis – isto é, dialógicas ou monológicas, escritas ou orais, literárias ou não literárias – e de discursos situados e autênticos. Por adotar uma abordagem modular em sua metodologia e uma perspectiva descendente de análise – do discurso às estruturas e às unidades constituintes –, e por estar aberto a fatos novos revelados pela observação de dados discursivos novos, o MAM se faz instrumento de descoberta e de reflexão para melhor compreensão da complexidade da organização discursiva (ROULET, 2007).

Para compor um quadro cognitivista e interacionista de análise, o MAM incorporou estudos de pesquisadores de diferentes áreas, como a linguística, a sociologia, a filosofia e a psicologia, desenvolvendo-se, assim, em uma direção diversa à AD francesa. O grupo genebrino buscou contribuição de autores como Bally (como ponto inicial da discussão enunciativa), Bakhtin (quando coloca o discurso como interação verbal e desenvolve os

conceitos de dialogismo e polifonia), Austin, Searle e Grice (com seus estudos a respeito do ilocutório e do implícito), Pike (em relação à estrutura hierárquica), Goffman (para discutir as questões de interação face a face), Labov e demais importantes pesquisadores da sociolinguística (para o estudo de conversações autênticas), Ducrot e Ascombre (quanto às reflexões sobre o encadeamento dos atos de linguagem no discurso) e Bronckart (para noções de texto e funções da ação linguageira) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARINHO, 2004). Assim, com tal base teórica, o grupo vai se firmar sobre uma noção da língua como possuidora de uma função de ordem fundamentalmente comunicativa e sobre a noção de comunicação como uma interação ou uma negociação entre os participantes (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

É a partir disso, portanto, que Fillietaz e Roulet (2002, p. 388) vão afirmar que um modelo de discurso como esse, baseado na interação e na modularidade, é um dos possíveis caminhos de análise para se conectar linguagem em uso, ação social e recursos cognitivos na pesquisa contemporânea em linguística.

## 2.1 O percurso de análise

Neste trabalho, em função dos textos focalizados e dos nossos objetivos, traçamos um percurso de análise. Dessa forma, tratamos inicialmente do processo de negociação discursiva subjacente às interações e analisamos o enquadre interacional, por meio do qual se definem as posições e os níveis interacionais. Em seguida, partimos para a análise dos textos do ponto de vista das dimensões hierárquica, lexical e sintática, da forma de organização relacional – que se ocupa das relações textuais, assim chamadas por permitirem a descrição da estrutura hierárquica –, e da forma de organização estratégica, que permite descrever a maneira como o autor gerencia as relações de faces e de lugares no discurso.

Uma descrição do enquadre interacional, que lida com a dimensão material de uma interação, pode ser correlacionada à interpretação do processo de negociação discursiva. O enquadre interacional define as propriedades materiais de uma interação em três parâmetros: canal (escrito ou oral), modo interacional (co-presença ou distância espaço-temporal) e elo interacional (reciprocidade ou não reciprocidade). Ele expõe as identidades de cada interactante, definida por sua posição interacional e ainda pelo nível da interação composto por duas posições. Cada nível contém um tipo de materialidade, que especifica as posições interacionais compartilhadas pelos participantes.

Para o MAM, toda atividade linguageira constitui um processo de negociação entre os interactantes, processo que se estabelece em pelo menos três fases: uma proposição, que desencadeia uma reação, que por sua vez desencadeia uma ratificação. Com a intenção de realizar a negociação, os interactantes produzem constituintes comunicativos em três níveis hierárquicos: trocas, intervenções e atos. As trocas, que funcionam como uma projeção dialogal máxima, são compostas por intervenções, que correspondem a cada fase do processo de negociação. As intervenções podem estar restritas a um ato ou podem ser formadas de uma configuração mais complexa: outras intervenções ou atos e trocas a elas subordinadas. O desenvolvimento e o término de um processo de negociação se associam aos princípios da completude dialógica, que declara que uma troca termina quando é atingido um duplo acordo e da completude monológica, que declara que cada constituinte de uma troca deve ser formulado de tal forma que seja suficientemente claro para funcionar como uma contribuição adequada a esse processo (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). O resultado do processo de negociação subjacente a toda interação é esquematizado na estrutura hierárquica textual, que possibilita a visualização das hierarquias e relações existentes entre os constituintes.

A consideração da forma de organização relacional é outra etapa para o estudo da organização discursiva que contribui para a elucidação de sua interpretação. A organização relacional permite a descrição do perfil relacional, que evidencia as relações dominantes nessa organização. Os segmentos textuais se conectam em relações, que numa lista genérica podem ser: a) interrogação, intimidação e asserção (para as relações ilocucionárias iniciativas), resposta e ratificação (para as relações ilocucionárias reativas); e b) argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, preparação, comentário, sucessão e clarificação (para as relações interativas).

As relações ilocucionárias, que se dão no nível das trocas, podem ser identificadas pelo uso de uma paráfrase, com uma transformação sintática (afirmativa, interrogativa ou imperativa) ou com a introdução de alguns marcadores tais como os verbos potencialmente performativos, como diga, pergunte, responda, ratifique (ROULET, 2001). As relações interativas, que se dão no nível das intervenções, podem ser identificadas pela presença ou pela possibilidade de inserção de um conector numa sequência discursiva. Como afirma Rossari (1999), os conectores presentes num texto funcionam como guias para o leitor porque tornam explícita a relação entre as diferentes unidades e sinalizam sua estrutura. As relações interativas podem também ser marcadas por uma construção sintática, como a de deslocamento à esquerda, que ocorre nas construções

topicalizadas. Ainda, para a identificação das relações que não possuem marcadores específicos, considera-se a posição do constituinte subordinado, se antes ou depois do constituinte principal. Com o uso dessas categorias genéricas, descrevemos as relações textuais existentes entre os constituintes textuais e as informações implícitas, estocadas na memória discursiva.

A forma de organização estratégica resulta da acoplagem de informações obtidas com as análises anteriores. O estudo dessa forma de organização permite descrever a maneira como os interactantes gerenciam as relações de faces e de lugares no discurso. Para a análise dos *e-mails* que apresentamos aqui, a consideração dessa forma de organização possibilita evidenciarmos os mecanismos sutis do trabalho de face usados pelos autores para, enquanto professores que se dirigem ao diretor da escola, convencerem-no a implantar um novo projeto de produção de uma horta ecológica que beneficiaria a comunidade escolar.

A noção de face positiva e negativa foi definida por Goffman (2011). A face positiva é a imagem de si que o interactante tenta oferecer ao público; a face negativa corresponde ao território ou à zona de independência e de privacidade que cada interactante busca preservar. Em toda interação as pessoas se comportam de forma a evitar eventuais ameaças à sua face ou à de seu interlocutor. Ou seja, nas interações cotidianas, as pessoas buscam a preservação das faces por meio de ações ou práticas, frequentemente habituais e padronizadas. Segundo Roulet (1999), para evitar que as interações criem ameaças às faces dos interlocutores, eles desenvolvem estratégias ou processos de figuração (*face-work*), que se manifestam, por exemplo, no plano hierárquico pela multiplicação de constituintes subordinados, e no plano linguístico pelo emprego de formas implícitas, de modalizadores e de atenuadores.

Quanto às relações de lugar, elas são as relações ditas verticais, isto é, relações de dominação relativa que varia na e pela interação (ROULET, 1999). Diferentemente do *status*, como de pai ou de diretor, que pode permanecer estável numa interação, os lugares são móveis, de forma que um interactante pode ocupar um lugar mais alto em relação a seu interlocutor no começo da interação e se achar numa posição mais baixa ao final. Para a análise dos lugares ocupados, são importantes informações de ordem interacional, como a dominância na gestão dos turnos de fala, ou de ordem relacional, como a produção de intervenções iniciativas ou reativas, ou de ordem linguística, como a escolha de termos respeitosos ou apelativos ou atenuadores, por exemplo.

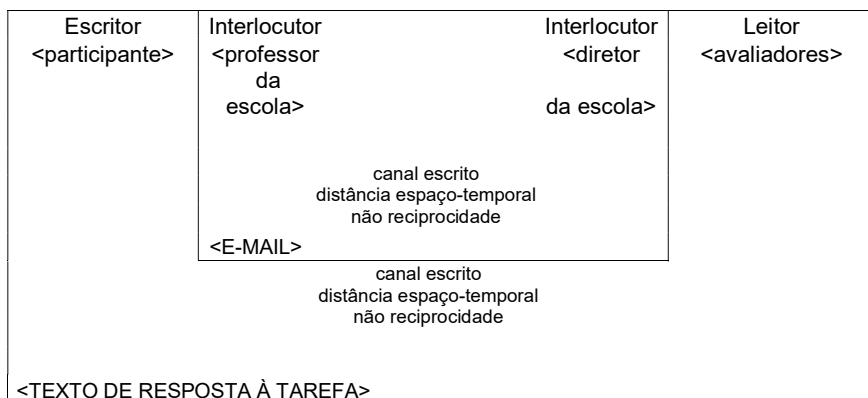
No próximo item, trazemos nossa análise, que se desenvolveu seguindo o percurso traçado. Mas, por uma questão de espaço, tratamos inicialmente do processo de negociação discursiva e do enquadre interacional considerando todos os três textos da Tarefa 1, para depois focalizarmos trechos dos textos e discutirmos nossas interpretações de questões pertinente tanto à sua organização relacional quanto à sua organização estratégica, já que optamos por analisar as relações de discurso e o uso de conectores como estratégias do trabalho de face dos participantes do Celpe-Bras.

### 3 O trabalho de face, as relações de discurso e os conectores

Os textos da Tarefa 1 que analisamos neste artigo são *e-mails* por meio dos quais o participante deve se colocar no lugar de um professor e se dirigir ao diretor da escola em que trabalha sugerindo um projeto como o exposto no vídeo assistido, intitulado Horta Ecológica. De acordo com o Guia do Participante (BRASIL, 2013), o esperado é que o locutor articule as informações do vídeo de forma a salientar as vantagens do projeto e usá-las em benefício do ponto de vista que deve defender, e que respeite o gênero discursivo e o contrato de interação que se estabelece entre os interlocutores nessa situação de comunicação.

Uma descrição do módulo interacional, que lida com a dimensão material da interação proposta na Tarefa 1 do Celpe-Bras, se faz importante para a nossa análise. O enquadre interacional, como o exposto na figura 1, define as propriedades da dimensão material da interação em diferentes níveis de encaixe, considerando-se a ocupação material do canal pelos participantes, o modo e o elo interacional.

**Figura 1** – Enquadre Interacional da Tarefa para o participante do Celpe-Bras



O enquadre mostra o formato que propomos para essa interação. São dois níveis de interação e, em consequência, quatro posições interacionais que definem a identidade dos interactantes relativamente aos valores definidos pelos três parâmetros.

No nível interno, a ocupação do canal escrito e a distância espaço-temporal favorecem a não reciprocidade da interação, tal como ocorre no nível externo. Ainda, cada um dos níveis interacionais é constituído por duas posições de interação, professor e diretor da escola, no nível interno, e participante e avaliadores do Celpe-Bras, no nível externo.

O participante do Celpe-Bras deve desenvolver sua resposta ao enunciado a ele apresentado produzindo um texto do gênero *e-mail*. De modo a avaliar a compreensão oral e a produção escrita de maneira integrada, a atividade espera que o candidato relacione em seu texto dados retirados do vídeo assistido. Como a interlocução proposta exige que o autor se posicione como professor de uma escola sugerindo ao seu diretor um projeto ambiental nos moldes de “Projeto Horta Ecológica” tratado na reportagem do vídeo, também se espera que o *e-mail* seja escrito considerando-se uma estrutura composicional comum desse gênero, com o estabelecimento de aberturas e fechamentos, bem como suas características habituais, como agilidade, objetividade e busca de um diálogo com o interlocutor. As aberturas e fechamentos, tal como nas cartas, evidenciam atenção às regras de polidez próprias do contexto de interação da Internet.

As informações obtidas com a análise dos textos desse ponto de vista vão ser combinadas com as informações de ordem hierárquica e relacional. Dessa forma, apresentamos, em figuras, as estruturas hierárquico-relacionais (EHR) que espelham

nossa interpretação de trechos dos textos analisados dos pontos de vista hierárquico, lexical, sintático e relacional, seguidas de nossas observações. Apresentamos, em seguida, considerações sobre as estratégias próprias do trabalho de face dos participantes, visando mostrar nossa avaliação da construção das relações de discurso e do uso de conectores como estratégias de comunicação pelos participantes nessa situação de interlocução.

### 3.1 Texto 1<sup>64</sup> – Nível Avançado Superior

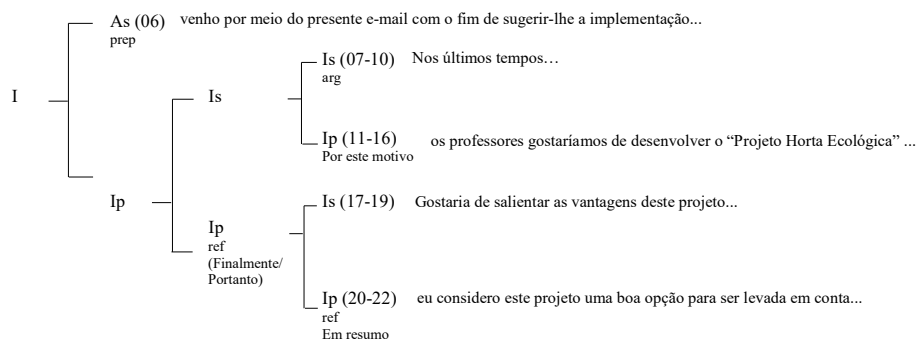
- (1) Data: 23/04/2013  
 (2) De: Professora Maria Silva  
 (3) Para: Diretor Senhor José Souza  
 (4) Título: Projeto Horta Ecológica  
 (5) Prezado Diretor,  
 Bom dia, (6) venho por meio do presente e-mail com o fim de sugerir-lhe a implementação de um novo e interessante projeto para nossa instituição.  
 (7) Nos últimos tempos, (8) os professores de biologia temos observado cada um dos alimentos que são consumidos pelos alunos da escola, (9) e confirmamos que a maioria são industrializados e cheios de conservantes, (10) este tipo de produtos contribuem com a obesidade das crianças e adolescentes.  
 (11) Por este motivo, os professores gostaríamos de desenvolver o “Projeto Horta Ecológica” em nossa instituição. (12) O mesmo começa na sala de aula, (13) onde os alunos aprenderão como construir um canteiro, (14) além disso, conhecerão os diferentes tipos de sementes, entre outras coisas, (15) e finalmente os professores escolheremos 60 alunos que trabalharão cada semestre na Horta.  
 (16) É importante destacar, que cada um dos alimentos produzidos serão consumidos dentro da escola.  
 (17) Gostaria de salientar as vantagens deste projeto para a comunidade escolar, (18) o mais importante será o fato de melhorar os hábitos de alimentação dos estudantes, (19) e aliás tentaremos conscientizar os alunos da importância de consumir alimentos naturais.  
 (20) Em resumo, eu considero este projeto uma boa opção para ser levada em conta, (21) já que, se todos nos preocuparmos com a saúde dos alunos, (22) indubitavelmente, reduziremos o índice de obesidade.  
 (23)Aguardo resposta  
 (24) Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.  
 (25)Atenciosamente Maria Silva, Professora de Biologia

Esse texto está adequado ao gênero *e-mail*. Ele traz os elementos de abertura e de fechamento, evidenciando deferência e respeito com o uso do tratamento formal, típico de interações formais em que um professor se dirige a um diretor, *Prezado Diretor*; com o cumprimento, *Bom dia*; ao final do *e-mail*, com as expressões *Aguardo resposta* e *Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos* e com a expressão *Atenciosamente*, usada em despedidas formais.

<sup>64</sup> Os textos foram digitalizados sem consideração à sua formatação original e se apresentam segmentados em atos, já numerados.

No corpo do texto, percebemos também o emprego de expressões conectivas e de expressões enunciativas (modalizadoras) como estratégias do trabalho de faces. Na figura 2, expomos uma EHR do trecho desse texto que escolhemos discutir aqui.

Figura 2 – Estrutura hierárquico-relacional de trecho do Texto 1



Considerando a EHR acima, podemos observar que o autor busca, de maneira geral, a construção de uma linha argumentativa que vai ser direcionada a uma conclusão final. O primeiro ato do trecho, As (06), é uma preparação para a intervenção principal, que se divide em outras duas intervenções, Is (07-16) e Ip (17-22). A relação interativa que liga esses dois constituintes não foi explicitamente marcada, cabendo ao leitor interpretá-la, o que fazemos com a inserção de um conector, que poderia ser tanto “portanto”, quanto “finalmente”. Se inserimos “finalmente”, interpretamos que a relação entre os constituintes é reformulativa, por meio da qual, segundo Rossari (1993), ocorre uma nova formulação a partir de um reexame do segmento anterior. Mas, se inserimos “portanto”, interpretamos que essa relação é argumentativa, e que aponta para uma conclusão a respeito dos argumentos elencados anteriormente, evidenciando uma tomada de posição definitiva do autor quanto ao que vinha sendo construído.

A ausência do marcador entre Is (07-16) e Ip (17-22) pode demonstrar que o autor não tenha querido se comprometer com uma clara tomada de posição em relação ao que diz, deixando para o leitor a tarefa de inferir a relação. Ou ela pode também ser vista como uma estratégia de trabalho de face do autor, de respeito ao diretor da escola, que

poderia ter uma opinião contrária à sua. Também cabe apontar, na Ip (17-19), o uso da forma verbal *gostaria*, e ainda do marcador *aliás* e da forma verbal *tentaremos*. Esses elementos exemplificam estratégias de deferência usadas pelo autor que marcam assim uma forma educada de defender o projeto que sugere ao diretor.

Em outras passagens desse texto, o autor também não usa um conector para explicitar a relação entre constituintes, deixando que o interlocutor acione informações estocadas na memória discursiva e infira a relação. Um exemplo é o uso do conector “e” sem o valor neutro de adição, como indica sua natureza de relação (NEVES, 2000), mas com o valor semântico de consequência: (8) *os professores de biologia temos observado cada um dos alimentos que são consumidos pelos alunos da escola*, (9) *e confirmamos que a maioria são industrializados e cheios de conservantes*. A relação entre os atos (08) e (09) é de argumento. A não marcação pode evidenciar uma estratégia de suavização e deferência, pois o autor, dessa forma, afirma que os alimentos oferecidos pela escola aos alunos não são adequados, sem, contudo, ameaçar a imagem do diretor.

Da mesma maneira, na continuação desse trecho, o autor novamente opta pela não marcação da relação entre a intervenção Is (08-09) e o ato (10). Uma possível interpretação seria considerar essa relação como de argumento, pela possibilidade de inserção do conector “portanto” no início do ato (10): (8) *os professores de biologia temos observado cada um dos alimentos que são consumidos pelos alunos da escola*, (9) *e confirmamos que a maioria são industrializados e cheios de conservantes*, (10) *[Portanto] este tipo de produtos contribuem com a obesidade das crianças e adolescentes*. O uso desse conector se justificaria por recuperamos em nossa memória discursiva a linha argumentativa gradativa que vinha sendo delineada nos atos anteriores: o autor inicia apresentando o fato de que os professores de biologia se preocupam com os alimentos dos alunos, acrescenta à sua argumentação uma avaliação negativa em relação a esses alimentos e, por fim, chega à conclusão de que, por causa dos motivos elencados, são, de fato, esses alimentos que têm causado problemas de saúde aos alunos.

A escolha do autor por não marcar a relação pode ser interpretada como uma estratégia, na medida em que deixa ao leitor a tarefa cognitiva de construí-la. Isso pode demonstrar, novamente, um trabalho de face, em que o autor, apesar de apresentar argumentos em favor do seu projeto, procura não o fazer de forma tão evidente, assim, eximindo-se de comprometer sua imagem frente ao diretor da escola. Além disso, é interessante ressaltarmos que, em seu texto, o autor se dirige ao seu interlocutor apenas no início, e por meio do pronome oblíquo “lhe”, no ato (06), juntamente com o verbo



“sugerir”, o que poderia ser entendido como uma forma de não confrontar diretamente o diretor, conferindo-lhe respeito.

A proficiência linguística do autor do Texto 1 parece auxiliá-lo nas escolhas vocabulares e no emprego ou supressão de conectores entre as partes do texto, de forma que o permite articular adequadamente estratégias de proteção de face.

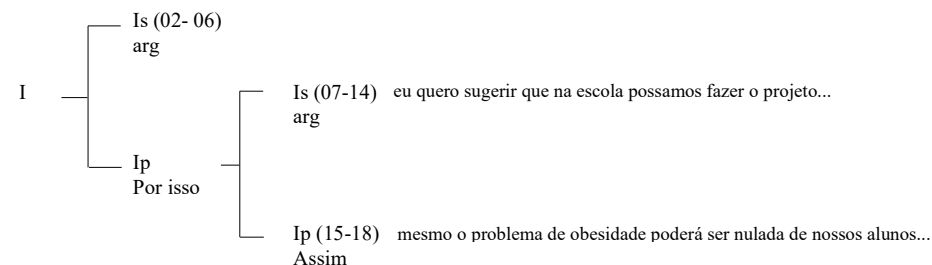
### 3.2 Texto 2 – Nível Intermediário

- (1) Senhor Diretor  
 (2) Como você sabe na escola existem muitos meninos que têm problemas com seu peso (3) e que possam ter obesidade ao longo de suas vidas (4) por que sua alimentação não está preparado com saladas (5) mas tenham muito conservante (6) e são industrializadas.  
 (7) Por isso eu quero sugerir que na escola possamos fazer o projeto (8) para que os alunos aprendem a produzir hortas ecológicas no jardim da escola. (09) Assim eles possam comer mesma planta que eles produzem. (10) Na cozinha da escola possamos cozinhar variedades de planta para os alunos, (11) para que sua alimentação seja melhor e mais nutritiva, (12) com isso os estudantes aprenderam a comer melhor (13) e puderam ensinar sua família (14) para que tenham uma alimentação saudável.  
 (15) Assim mesmo o problema de obesidade poderá ser nulada de nossos alunos (16) para que eles tenham uma vida melhor com maiores possibilidades de tempo de vida (17) aprendendo que a ecologia é muito importante para melhorar saúde (18) e poder ser um exemplo para outras escolas e para comunidade de nossa região.  
 (19) Atentamente  
 (20) Professora

Esse texto se estrutura também de acordo com o gênero solicitado pela questão da prova. Os elementos paratextuais de data, lugar, remetente, destinatário e título, colocados como um adicional para caracterizar o *e-mail* no texto anterior, não foram utilizados pelo autor do Texto 2, mas os elementos convencionalmente essenciais, como saudação e despedida foram mantidos. Embora aqui o autor não tenha usado fórmulas de abertura e fechamento tão específicas como no Texto 1, ele consegue também estabelecer a formalidade da interlocução através desses elementos, com o uso de *Senhor Diretor*, e com a tentativa de uma despedida formal, ao empregar *Atentamente* (em lugar de *Atenciosamente*). Com esses elementos, o autor procura também se utilizar da estratégia da deferência, demonstrando respeito pelo seu interlocutor. O uso do pronome de tratamento familiar “você” no texto (ato 2), assim como o emprego equivocado da expressão de despedida, no entanto, podem causar um efeito indesejado à construção da sua imagem como proficiente na Língua Portuguesa, porém, cumprem com a finalidade da interação.

A intervenção I (02-18), a qual representa o corpo do texto e se divide em outras duas grandes intervenções, é analisada a seguir.

Figura 3 – Estrutura hierárquico-relacional de trecho do Texto 2



Como evidenciado na figura 3, a intervenção (02-06) é interpretada como subordinada, visto que se liga à intervenção (07-14), por uma relação de argumento. Nela são apresentados os motivos para se desenvolver o projeto ecológico na escola (questão que o candidato deve defender na sua resposta da Tarefa 1). Essa relação de argumento é marcada pelo conector “por isso”. Na intervenção (07-14), o autor recupera esses motivos, como um reforço para seu propósito, para, então, na Ip (15-18), concluir o argumento com o uso do conector “assim”, assumindo o que foi pontuado anteriormente e apontando as consequências positivas dessa tomada de posição. Com o uso desses conectores, o autor explicita as relações que deseja que sejam estabelecidas pelo leitor na interpretação das relações textuais, conduzindo sua interpretação em uma linha argumentativa. No interior dessas intervenções maiores, ocorre amplo uso de conectores marcando as relações interativas. Embora os marcadores se repitam (há quatro ocorrências de “para que” e duas de “assim”, por exemplo), a presença deles permite a explicitação do ponto de vista do autor, que espera compartilhar com o leitor, contribuindo para a manutenção de sua face positiva.

Dessa forma, o autor consegue mostrar que se encontra em um estágio não tão inicial, mas também não ainda avançado de proficiência na língua portuguesa. Em seu texto, ele demonstra bom conhecimento do gênero *e-mail* e habilidade de construção de uma sequência argumentativa, de tal forma que pode lançar mão de estratégias de trabalho de face. Diferentemente do autor do texto anterior, no entanto, o autor do Texto 2

parece optar por uma marcação mais evidente das relações textuais, assumindo mais claramente sua posição, sem procurar suavizá-la.

### 3.3 Texto 3 – Sem Certificação

- (1) Senhor Director  
 (2) Fábrica Boliiana de Envases SA.  
 (3) O projecto presentado por os alunos da instituição e um orgulho para todos.  
 (4) Eu quero fazer uma sugestão para nossa empresa. (5) Nos fabricamos envases metálicos, (6) que também são ecológicos, (7) por que eles são biodegradáveis, (8)os quales cuidan nosso meio ambiente.  
 (9) E por esse motivo que como sugestão poderíamos regalar os envases metálicos que durante sua fabricação presentaran fallas, (10) estos envases podem ser usados em hortas caseras, (11) você se pregunta como?  
 (12) As pessoas em suas casas não tem espacio para ter sua propia horta, (13) mais com os envases regalados eles poderiam plantar sus productos naturais em os envases (14) y guardarlos em qualquer lugar, (15) os envases metálicos não contaminan as hortas.  
 (16) A forma de como plantar poderiam ser guiadas por os alunos que trabalham no projeto, (17) e a forma como conservar os envases seram guiadas por nosso personal (18) com uma forma de ajudar a nossa comunidade.  
 (19) Assim como nosso producto e a iniciativa da instituição, (20) poderemos brindar a oportunidade de que as familias tenham seus propios alimentos, frescos, as saladas recién preparadas (21) de esta forma as familias e nos tendremos a oportunidad de brindar una vida sana a toda as personas que nos rodean.

Esse texto se estrutura diferentemente dos anteriores, uma vez que não apresenta os elementos de despedida característicos do gênero *e-mail*. Além disso, em diversos momentos, observamos que as relações entre as unidades textuais ficam confusas pela falta de marcação ou pelo uso inadequado de conectores, prejudicando a articulação textual e, conseqüentemente, sua interpretação.

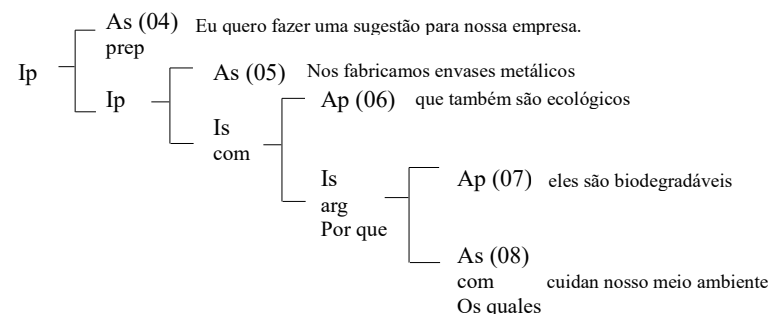
Diferentemente dos outros textos e do que era esperado pela tarefa, o locutor/autor não se assume na posição de professor de uma escola escrevendo ao seu diretor. O autor se direciona a um “Senhor Diretor” na sua saudação, mas esse não é um diretor de escola, e sim de uma empresa (“Fábrica ‘Boliiana’ de Envases SA.”). O autor parece, então, se colocar como um funcionário dessa empresa, escrevendo uma sugestão ao seu diretor. De qualquer maneira, com o uso dessa expressão, o autor evidencia deferência, protegendo a face do interlocutor, apesar de empregar, em outros momentos do texto, o pronome de tratamento mais familiar “você” para se relacionar a esse interlocutor.

No corpo do texto, o autor lança mão de outras estratégias de trabalho de face, como, por exemplo, o uso de atenuadores (“fazer uma sugestão”, “como sugestão”, “poderiam”, “poderemos” etc.). Da mesma maneira, também o emprego de marcadores discursivos aparece como uma possível estratégia. Apesar de, em alguns trechos, a falta

de conectores dificultar a leitura, implicando maior esforço cognitivo, de modo geral, o autor consegue articular as grandes intervenções do texto, de forma a manter uma linha argumentativa. O emprego frequente de conectores para marcar justificação (“por que”, “por esse motivo”, “de esta forma”) demonstra também uma tentativa do autor de salvar sua face, uma vez que a justificativa procura se antecipar a um possível argumento contrário do interlocutor. Para Roulet (1999), uma relação ilocutória argumentativa do tipo justificativa ou explicativa sempre tem estatuto de subordinação. Assim, podemos entender que uma justificativa não é argumento principal ou essencial, mas tem sua importância no trabalho de face na medida em que minimiza possíveis ameaças à face do locutor.

Um exemplo que poderíamos apontar é o seguinte trecho:

Figura 4 – Estrutura hierárquico-relacional de trecho do Texto 3

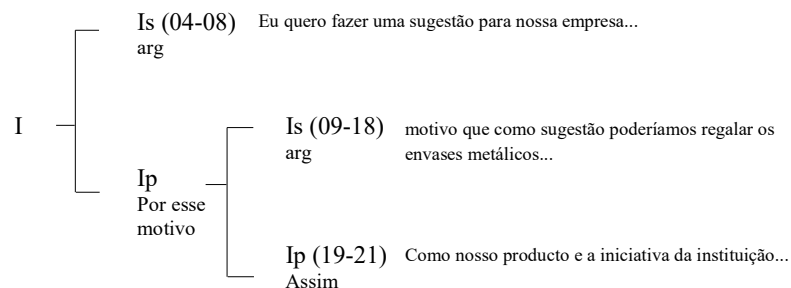


Vemos, a partir dessa estrutura, que os constituintes de Ip (05-08) vão se encadear todos, de certa forma, a partir do ato (05), por meio de relações de comentário ou argumentativas apropriadamente sinalizadas por conectores. O “por que”, presente no início do ato (07), pode ser interpretado como o conector argumentativo “porque”, já que essa relação de argumentação entre Ap (06) e Is (07-08) fica subentendida pelo contexto. O autor opta por esse conector, de modo a trazer uma justificativa ou uma explicação para o fato de que os “envases” fabricados são ecológicos, protegendo-se de uma possível dúvida do leitor quanto à validade de seu argumento.

Da mesma forma, o marcador “por esse motivo”, no início da intervenção Ip (09-21) tem a mesma função no trabalho de face. Ao ser empregado, o conector coloca a informação trazida na intervenção Is (04-08) como motivo, ou seja, como justificativa do

que é enunciado em Ip (09-21). Assim, novamente o autor já se posiciona e se esclarece, defendendo-se de uma ameaça à sua face.

**Figura 5** – Estrutura hierárquico-relacional de trecho do Texto 3



É importante ressaltarmos também que a forma como diversos conectores são grafados no texto (“por que”, “os quais”, “mais”, “de esta forma”, “y” etc.) demonstra um provável desconhecimento do autor quanto ao léxico da Língua Portuguesa. Considerando que ele ocupa o lugar de participante do Celpe-Bras, isso acaba por se constituir como uma ameaça à face que ele procura defender no exame como proficiente da nossa língua e mostra que ele está ainda sem condições de obter a certificação.

De fato, é possível percebermos que o autor desse texto apresenta diversos problemas textuais de articulação devidos, na maioria dos casos, a uma não familiaridade com a língua. No entanto, se pensarmos na construção argumentativa, podemos afirmar que é possível ver uma linha de argumentação em desenvolvimento, da mesma forma que podemos observar que o autor se utiliza de meios linguísticos para gerar com certa habilidade as relações de face. Isto é, apesar de estar em um nível mais básico quanto à proficiência na Língua Portuguesa, ele consegue articular certas estratégias de proteção de face na construção do seu texto, em relação, especialmente, ao uso dos marcadores discursivos.

#### 4 Considerações finais

Nesse breve estudo, analisamos como os participantes do Celpe-Bras, falantes de português como uma língua adicional, mobilizam estratégias de trabalho de face por meio de relações discursivas e emprego de conectores. É importante apontar que, nesse contexto, a proficiência linguística mostra ter um papel no trabalho de face desenvolvido pelos autores. Por exemplo, enquanto o autor do Texto 1, avaliado como Avançado Superior, dispõe de um vocabulário que o permite fazer escolhas estilísticas mais precisas em seu texto e empregar estratégias do trabalho de face, o autor do Texto 3, que não recebeu certificação, apesar de utilizar marcadores discursivos e modalizadores, nem sempre é bem-sucedido na articulação das relações entre atos e intervenções no seu texto, o que acaba por causar ameaça à sua face.

No entanto, apesar dessas diferenças entre os níveis de proficiência, percebemos que, ao menos em relação ao foco de nossa análise, ou seja, ao estabelecimento de relações discursivas e uso de conectores, os autores dos três textos analisados conseguem lançar mão de estratégias semelhantes de proteção de face. A estratégia da deferência é a mais recorrente, mas também a atenuação e a justificação podem ser percebidas em seus textos.

O autor do Texto 1, como vimos, ao não marcar tão expressivamente as relações entre os atos (ao contrário do que acontece nos outros textos), assume uma posição não comprometedora. Apesar de manter uma linha argumentativa clara em favor do seu projeto, o autor opta, em diversos momentos do texto, por suprimir conectores. Interpretamos que assim o autor emprega, ao longo de seu texto, uma estratégia de suavização, uma vez que, sem a marcação, as relações textuais devem ser interpretadas pelo leitor sem que o autor explicita uma clara tomada de posição. Dessa forma, o autor atenua sua responsabilidade quanto ao seu enunciado, não solicita diretamente que seu pedido seja atendido e, assim, evita ameaçar a face negativa do destinatário, de não sofrer imposição dos outros, e protege sua face positiva.

No Texto 2, o autor dá preferência a uma cadeia argumentativa mais marcada por conectores, o que, em contraponto ao Texto 1, sugere uma tomada de posição mais evidente. Assim, explicita sua vontade e a compartilha com seu interlocutor. A estratégia principal de proteção de face do autor do Texto 3, por sua vez, pode ser observada nas relações de atenuação e justificação, sugeridas por conectores que marcam essa relação entre as partes do texto.

## Referências

- ALMEIDA, D.M.V.; MARINHO, J.H.C. Dos marcadores discursivos e conectores: conceituação e teorias subjacentes. *Gláuks*. v.12, n.1, p. 169-203, 2012.
- BERRENDONNER, A. Connecteurs pragmatiques et anaphore. *Cahiers de Linguistique Française*. n.5, p.215-246, 1983.
- BIZON, Ana Cecília Cossi. *Narrando o exame Celpe-bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização*. 2013. 445f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros: Guia do Participante*, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/arquivos/guias/guia-do-participante>>. Acesso em 01 set. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros: Manual de Orientações para os Coordenadores de Postos Aplicadores do Celpe-Bras*, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/arquivos/manuais/manual-do-aplicador-2015>>. Acesso em 10 out. 2016.
- BURGER, M. Positions d'interaction: une approche modulaire. *Cahiers de Linguistique Française*. n.17, p. 7- 46, 1997.
- CUNHA, G.X., *Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva*. Curitiba: Appris, 2014.
- DINIZ, L.R..*Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. 2008. 208f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2008.
- DINIZ, L.R. Políticas uni/bi/multilaterais de certificação de proficiência em português. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (org). *O exame de proficiência Celpe-Bras em foco*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. Cap. 1, p. 15-36.
- FILLIETTAZ, L.; ROULET, E. The Geneva Model of discourse analysis: an interactionist and modular approach to discourse organization. In: *Discourse Studies*, 4(3). 2002. p.369-392.
- GOFFMAN, E. *Ritual de Interação: Ensaios sobre o comportamento face a face*. Trad. Fabio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARINHO, J.H.C. Uma Abordagem Modular e Interacionista da Organização do Discurso. *Revista da Anpoll* 16. São Paulo. jan/jun, p. 75-100, 2004.

- MARINHO, J.H.C. Descrição da organização relacional de uma troca epistolar. In: MACHADO, I.; MELLO, R. (orgs). *Gêneros: Categorias de Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG. 2004a. p. 299-313.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP. 2000.
- RODRIGUES JR, A.S. Trabalho de face, escrita e interação na aula de língua estrangeira. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 6, n. 2, p. 163-189, 2012.
- ROSSARI, C. *Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*. Berne: Lang, 1993.
- ROSSARI, C. Les relations de discours avec ou sans connecteurs. *Cahiers de Linguistique Française*, n.21, p.181-192, 1999.
- ROULET, E.. *The description of discourse markers in a modular model of discourse [first draft]*. Workshop on discourse markers. University of Amsterdam, Egmond aan Zee, 9-11 jan.1995.
- ROULET, Eddy. *La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte*. Paris: Didier, 1999.
- ROULET, E. De la nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et pragmatiques. *Colloque international de l'Université d'Aarhus*. Mai. 2001.
- ROULET, E. Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. In: MARI, H. et al.iii. *Análise do Discurso em Perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2003, p. 149-178.
- ROULET, E. Le modèle modulaire d'analyse du discours: objectifs et développement. In: MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. de O.; VILLELA, A. M. N. (Orgs). *Análise do Discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007. Cap.1.
- ROULET E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.
- SCARAMUCCI, M. V. R. Celpe-Bras: um exame comunicativo. In: CUNHA, Maria Jandyra; SANTOS, Percília (Orgs.). *Ensino e pesquisa em português para estrangeiros: programa de ensino e pesquisa em português para falantes de outras línguas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Cap.11, p. 105-112.
- SCHLATTER, Margarete. Celpe-Bras: Certificado de Língua Portuguesa para Estrangeiros – breve histórico. In: CUNHA, Maria Jandyra; SANTOS, Percília (Orgs.). *Ensino e pesquisa em português para estrangeiros: programa de ensino e pesquisa em português para falantes de outras línguas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Cap.10, p. 97-104.
- YULE, G. *Pragmatics*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996.

## 9. Marcadores digressivos do espanhol e a preservação da face na interação oral

Daniel Mazzaro  
Paula da Costa Souza

### 0 Introdução

O presente capítulo pretende discutir o comportamento interacional em situações em que distúrbios ou perturbações comunicativas, como as digressões, aparecem e se relacionam com a face/fachada<sup>65</sup> do falante e/ou interlocutor. Em outras palavras, nosso objetivo é analisar a digressão e, mais especificamente, os marcadores de digressão, como estratégias que possibilitam ao falante realizar sua representação e definir sua situação de interação. Trata-se de uma análise empírica que está delimitada a digressores de língua espanhola tais como *a propósito*, *por cierto*, entre outros.

Para tanto, em um primeiro momento, discutiremos conceitos e definições de digressão, marcadores do discurso e digressores. Em seguida, trazemos ao debate a aplicação do conceito de face/fachada para a análise de digressões. Para a verificação das teorias expostas, serão observados dois *corpora* de conversação em língua espanhola: *Corpus Val.Es.Co*, disponível *online*, e *Corpus de Conversaciones Coloquiales* (BRIZ, 2002). Por se tratar de *corpora* orais, decidiu-se manter os símbolos<sup>66</sup> de transcrição, visto que estes podem agregar informações importantes tanto na análise da digressão quanto na construção da fachada dos (inter)locutores.

### 1 Digressão e digressores

A digressão é um fenômeno linguístico abordado desde os estudos retóricos da Antiguidade. Como aponta Mayoral (1994), trata-se de uma licença textual por adição, isto é, uma figura de pensamento que se integra por inserção em um lugar específico de um texto primário e que funciona, se não de todo alheia, pelo menos de caráter secundário ou inclusive marginal com respeito ao texto primário. Há uma tendência, ainda segundo

<sup>65</sup> Tendo em vista que o termo usado por Goffman em inglês é *face* e que, em algumas traduções para o português, aparecem tanto o termo *face* como *fachada*, utilizaremos os dois indistintamente.

<sup>66</sup> São estes: / pausa curta, inferior a meio segundo; // pausa entre meio e um segundo; /// pausa de um segundo ou mais; - reinício e autointerrupções sem pausa; ((termo)) transcrição duvidosa; (( )) fragmento indecifrável; = manutenção do turno de um participante em uma sobreposição; [ início de sobreposição; ] fim de sobreposição; ↑ entonação ascendente; ↓ entonação descendente; → manutenção da entonação; § sucessão imediata, sem pausa, entre duas emissões de distintos interlocutores; TERMO pronúncia marcada ou enfática; °( )° fragmento pronunciado com baixa intensidade ou próxima a um sussurro.

Mayoral (1994, p. 192-193), a se distinguem dois tipos dessa figura: os *parênteses*, que são breves, e as *digressões* propriamente ditas, que se caracterizam pela extensão. Neste último caso, menciona-se com frequência “a necessidade de empregar determinadas fórmulas, indicadoras tanto do começo como, sobretudo, do final ou retorno ao ‘fio do discurso’ interrompido, como: ‘voltando ao tema / ao caso / ao propósito anterior / ao primeiro / aonde estava etc.’”. Atente-se à seguinte situação comunicativa:

[1] *me iba a Barcelona cogía un coche me lo traía/ y eso en aquel tiempo/// ee me dejaba en un día/ estoy hablando- estoy hablando del año cincuenta y cuatro cincuenta y cinco/ cinco- hasta el año sesenta me duró eso/ pues// hacía esos viajes/ y me respetaban el sueldo* (PRESEEA, Entrevista 2 sociolecto bajo, p. 19)

No fragmento exposto, o raciocínio linear do interlocutor cede passo a uma breve digressão (o que, segundo Mayoral (1994), talvez seja entendido como *parênteses*), a qual, ao que parece, justifica-se pelo contexto interacional: a necessidade de situar os interlocutores-ouvintes no tempo da ação narrada. Dessa forma, o interlocutor-falante introduz uma informação nova utilizando a fórmula *hablando de (estoy hablando del año...)*. Ao satisfazer a necessidade apresentada, encerra a digressão marcando-a com a fórmula *pues*, recuperando, assim, o fio discursivo brevemente abandonado para a inserção da nova informação.

Os estudos atuais de tópico discursivo lançam mão dessa mesma ideia retórica. Considerando o tópico como uma projeção de possibilidades que um elemento textual desencadeia na subsequência desse mesmo texto (incluindo os turnos de uma conversação), a digressão seria uma descontinuidade, ou seja, uma perturbação da sequencialidade linear do tópico (JUBRAN, 2015).

Jubran (2015, p. 94-100) distingue três formas de descontinuidade:

1) *ruptura tópica*: caracterizada pela “introdução de um tópico na conversação, que não chega propriamente a se desenvolver, porque um dos interlocutores muda logo o foco para um outro tópico, e o que foi introduzido não reaparece depois no texto” (JUBRAN, 2015, p. 95);

2) *cisão de tópico*: que se caracteriza pela intercalação de outro(s) tópico(s), seja por *inserção* (como no esquema A-B-A, em que B interpola o tópico A e “pode ser recolocado e ganhar novos desdobramentos em outro ponto da conversação, ou pode permanecer em uma condição marginal dentro da organização tópica de um texto, constituindo-se como um tópico paralelo” (JUBRAN, 2015, p. 96)), seja por *alternância* (como no

esquema A-B-A-B, em que se promove “a interpolação, em um segmento tópico, de elementos não pertinentes a ele, de modo que esse segmento se torna descontínuo na linearidade do texto” (JUBRAN, 2015, p. 98), ou seja, trata-se de um revezamento entre dois tópicos;

3) *expansão tópica*: que “ocorre com o desenvolvimento pleno de dados colocados de passagem anteriormente na conversação, muitas vezes de forma parentética, sem que, nesse momento anterior, tenham constituído um segmento tópico específico” (JUBRAN, 2015, p. 99).

Nesse sentido, parece que a digressão poderia ser qualquer uma dessas formas de descontinuidade. Entretanto, retomando o que Mayoral (1994) observou nos estudos retóricos, a digressão propriamente parece resumir-se a uma cisão de tópico por inserção, algo parecido ao que Pons Bordería e Estellés (2009, p. 925 - tradução nossa) defendem ao afirmarem que a digressão “é um conceito estabelecido *a posteriori*: apenas depois de ter voltado à forma tópica pode-se dizer que uma digressão teve lugar”. Dessa forma, a digressão é ilustrada pelo esquema A-B-A, no qual o terceiro estágio é necessário, caso contrário, seria uma mudança de tópico (*topic shift*), como A-B-C ou A-B-Ø.

Entretanto, Koch (1990) vai um pouco mais além:

Se é verdade que as digressões não só não prejudicam a coerência da conversação, como também contribuem para estabelecer a coerência (já que a coerência, a meu ver, não está somente no texto, mas se constrói na interação entre o texto e seus usuários em cada situação concreta de comunicação [...]), parece-me que, na realidade, não tem sentido falar em digressão: bastaria que se modificasse a noção de tópico da conversação. (KOCH, 1990, p. 125)

Caso se considere o tópico conversacional como algo dinâmico e que vai se alterando ou deslocando a cada intervenção dos parceiros, as relevâncias em foco em determinado momento vão cedendo lugar paulatinamente ou a outros conjuntos de relevância que podem estar ligados a aspectos considerados antes como marginais do tópico em desenvolvimento, ou a novos conjuntos que vão sendo introduzidos a partir dos já existentes.

Nesse sentido, Koch (1990) propõe pensar que as digressões são, na verdade, “deslocamentos” naturais, muitas vezes necessários, do tópico da conversação, já que as sequências inseridas visam a clarificar ou corrigir algo e não costumam chegar a alterar o andamento do tópico em curso, “algo que, do contrário, poderia prejudicar a intercompreensão” (KOCH, 1990, p. 125).

De toda forma, como poderíamos explicar a existência de marcadores digressivos como *por cierto*, *a propósito*, *a todo esto*, *dicho sea de paso*, *dicho sea* e *entre paréntesis*<sup>67</sup>? De fato, parte da bibliografia hispânica sobre marcadores discursivos (como MARTÍN ZORRAQUINO; PORTOLÉS, 1999 e PORTOLÉS, 2001) considera os digressores como marcadores que permitem a criação de tópicos ao introduzirem um comentário lateral com respeito à planificação do discurso anterior. Embora os digressores introduzam um comentário que se distancia do assunto principal, este comentário se apresenta como pertinente e, geralmente, se relaciona com algum elemento do primeiro segmento.

Embora o conceito de marcador discursivo (doravante MD) não seja consensual – principalmente porque há outros termos que à primeira vista parecem ser seus sinônimos (e às vezes são tidos como tais), como é o caso de *conector* – há alguns estudos que se destacam na tentativa de descrever esses elementos. A obra *Discourse markers*, da pesquisadora Deborah Schiffrin (1987), por exemplo, talvez seja uma das principais a respeito do tema, pois nela se definem algumas das características dos MD, como a habilidade de marcar unidades sequencialmente dependentes do discurso e a impossibilidade de caberem facilmente em uma só classe linguística, já que eles podem incluir recursos paralinguísticos e gestos não verbais. Nesse sentido, os MD são sintaticamente separados de uma sentença, são comumente usados em posição inicial de um enunciado e têm uma série de contornos prosódicos, além de serem capazes de operar tanto em nível local como global do discurso e em diferentes planos discursivos.

De fato, estudos contemporâneos que também usam essa nomenclatura<sup>68</sup> costumam coincidir com algumas dessas caracterizações. Para não nos estendermos no debate, citamos a definição de Portolés (2001, p. 25):

Os *marcadores do discurso* são unidades linguísticas invariáveis, não exercem uma função sintática no âmbito da predicação oracional e possuem um papel coincidente no discurso: o de guiar, de acordo com suas diferentes propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam na comunicação.

<sup>67</sup> Ilustramos apenas com a língua espanhola dado o recorte teórico e analítico de nosso trabalho, mas poderíamos incluir alguns de língua portuguesa, como *aliás*, *a propósito*, *inclusive*, *diga-se de passagem*, entre outros.

<sup>68</sup> Citamos, por ora, as duas obras que usaremos como base de nossa pesquisa neste trabalho: trata-se do capítulo *Los marcadores del discurso*, de Martín Zorraquino e Portolés (1999) para a *Gramática descriptiva de la lengua española*, e o livro *Marcadores del discurso*, de Portolés (2001 [1998]). Entretanto, outras obras, também de língua espanhola, recorrem a essa nomenclatura, embora às vezes não a debatam, como Cortés e Camacho (2005), a qual igualmente utilizamos neste trabalho.

Estamos falando, nesse contexto, de elementos que normalmente se apresentam como lexicalizados/gramaticalizados<sup>69</sup> e que constituem unidades entonativas próprias, o que na escrita costumam vir sinalizadas mediante pontuação e, em alguns casos, indicam uma relativa mobilidade.

Da definição dada por Portolés (2001), é relevante destacar o que se considera como função desses elementos, que é guiar as inferências, e isso significa que, em geral, seu uso não é imprescindível. A pesquisadora suíça Corinne Rossari (1999, 2000), ao reivindicar uma abordagem semântica para que se sobressaíam as características estáveis do potencial semântico dos MD e suas aptidões para exercer restrições estabelecidas pelo próprio código sobre o ambiente linguístico no qual são usados, adota uma análise duplamente comparativa: entre enunciados com e sem MD, e entre enunciados com MD que integram uma mesma classe semântica. Nesse sentido, mais que funcionar como vetor de restrição inferencial, Rossari (1999, 2000) defende que, em alguns casos, o MD funciona como vetores de uma relação que não pode se manifestar independentemente de seu emprego. Por isso os MD, para ela, funcionam como “binóculos” através dos quais se tem acesso aos sentidos das relações do discurso. No entanto, não é o sentido dos MD que oferece as indicações sobre os sentidos das relações do discurso em geral, mas, ao contrário, o sentido deles oferece as indicações unicamente sobre o sentido das relações do discurso com conectores, ou seja, não há equivalência entre uma relação marcada e não marcada com esses elementos.

Vejamos um caso em que a digressão é sinalizada por um marcador (exemplo [2]) e outro em que esta relação não é sinalizada (exemplo [3]):

- [2] A: a ver/ cuéntenos/ ¿cómo es Bronchiales?  
B: ¡ay! para veranear/ una maravilla/ Bronchiales es MUY bonito// **por cierto**/ quee un tal señor/ don Ignacio Carrau/ ha escrito un libro// que es una maravilla del-de-del-del pueblo// para los bronquios aquello es// maravilloso maravilloso maravilloso// (PRESEEA, Entrevista 03, Sociolecto bajo)
- [3] A: yo no quiero más/ de verdad papá/ ((jamón/ ¡joo!))  
C: venga va/ que si no se estropea (//)  
B: ¿qué le ha caído (a) Güili/ cariño?  
A: ¿¿ Güili?!  
B: Güili lleva la careta sucietta/ ¿eh?/ (//) un poquito pues ahora ya [la tienes=]  
A: [es que está costipao]  
B: = (//) (3") ehtá costipaete mi Güili/ tú t'has comido ya ↑ un trozo de lomo ¿eh Güili?/ lo estabas esperando/ ¡cómo hueles la carne!// ¡carnívoro!  
A: ¿qué hay de postre?  
B: mazapán (//)

(Corpus de Conversaciones Coloquiales, [VC.117.A.1], p. 332)

<sup>69</sup> Segundo Therezinha Barreto (2012), a lexicalização e a gramaticalização compartilham de muitas características, o que a leva a concluir que ambas “parecem constituir processos independentes que compartilham muitas características comuns” (BARRETO, 2012, p. 415). Por essa razão, optamos por utilizar os dois termos neste trabalho. Para mais detalhes, leia-se obra citada.

Conforme se observa, os dois fragmentos apresentados contribuem com novas informações para o contexto comunicativo. Em [2], o interlocutor cria um *link* entre tópico e subtópico através do uso do marcador digressivo *por cierto* e, a partir de então, desenvolve a nova informação de forma bastante breve. Já em [3], a perturbação da linearidade tópica não apresenta nenhum tipo de marcação, nem a nova informação é derivada do tópico em desenvolvimento. Realmente, aqui, tem-se a introdução de um parêntese no desenvolvimento linear do tópico; ou seja, desenvolve-se um assunto paralelo ao tópico em andamento, cuja entrada se inicia na fala do interlocutor B - *¿qué le ha caído (a) Güili/ cariño?* - e é encerrado pelo interlocutor A - *¿qué hay de postre?* - sem nenhum tipo de marcação e sem nem mesmo afetar o conteúdo tópico.

Nesse sentido, o que Rossari (1999, p. 191 – tradução nossa) defende é que o tipo de objeto semântico sobre o qual se apoia uma relação acessível sem marcador não é da mesma natureza da relação em que o marcador é suscetível de revelar essa mesma relação:

Se as relações não marcadas podem se ancorar sobre conteúdos, atitudes ou forças ilocucionárias, as relações marcadas são sensíveis às operações informacionais. É precisamente a sensibilidade dos conectores a estas operações [...] que fazem que inclusive os conectores reveladores e não criadores de relações tenham uma contribuição semântica que não pode ser reduzida a uma função de explicação de uma relação de coerência subjacente.

Enquanto as relações com marcadores dependem das operações informacionais provenientes do item lexical, as relações sem marcadores se apoiam em inferências. A aparição de um marcador, portanto, indica algo mais que a explicitação de uma relação de coerência: pode ser, por exemplo, uma preocupação do locutor de que os conteúdos, as atitudes ou as forças ilocucionárias em jogo no discurso não sejam suficientes para que o interlocutor infira a relação esperada, o que revela também uma preocupação da sua imagem enquanto locutor, e que veremos mais adiante.

No que diz respeito aos marcadores digressivos, Pons Bordería e Estellés (2009), contradizendo os estudos de Martín Zorraquino e Portolés (1999) e Portolés (2001), mas levando em conta a definição de Mayoral (1994) para a digressão, e indo na mesma esteira de Koch (1990) sobre esse fenômeno, afirmam que tampouco existem marcadores digressivos. A razão é que as rupturas tópicas – ou os *deslocamientos*, segundo Koch (1990) – podem até estar marcadas por um operador, mas o retorno ao tópico, que

diferencia a digressão da quebra de tópico – ou *ruptura tópica*, segundo Jubran (2015) –, não há nenhum marcador lexicalizado/gramaticalizado que sinalize esse estágio. Assim, eles propõem o termo *Marcador de Nova Informação Relevante*, que ajudam os falantes e ouvintes a organizar e planejar a informação, mesmo nos discursos não planejados. Esta organização afeta relações anafóricas, a continuidade de referentes, as mudanças nas indexações dêiticas, dentre outras situações, já que esses marcadores fornecem aos falantes e ouvintes uma poderosa ferramenta para organizar o fluxo da informação, assim como o progresso do texto.

Cortés e Camacho (2005), por outro lado, propõem outra nomenclatura: a de marcadores de relação linear desarticuladora e rearticuladora. Esses marcadores formariam parte do grupo dos marcadores interativos, cujo papel não consiste exatamente em relacionar ou articular unidades discursivas, mas em informar indiretamente as repercussões da intenção dos falantes, ou seja, encontram-se no nível do discurso, da pragmática.

Nesse sentido, os marcadores desarticuladores são também chamados de *digressores de ida*, que originam uma nova estrutura sintático-pragmática que acarreta uma mudança mais ou menos brusca no discurso prévio imediato e o subsequente abandono do tema, subtema, rema ou sub-rema já tratado (como *a propósito, por cierto, a todo esto, y hablando de e ahora que dices*). Já os rearticuladores podem ser de dois tipos. O primeiro são os *digressores de preenchimento* (em espanhol, *de relleno*), cuja característica comum é a interrupção, em geral de forma momentânea, do desenvolvimento temático, mas eles pesam mais a linearidade que a suspensão do conteúdo semântico, e porque seu objetivo e sua função destinam-se a conseguir uma reorganização discursiva mais adequada (exemplos de digressores de preenchimento: *lo diré, mmmm, buenoo, estooo, pueees no sé e eeh*). O outro tipo de rearticulador são os *digressores de volta*, que se apoiam no já dito para continuar o discurso, mas, depois da apoiatura do marcador, é possível dar passagem a uma nova unidade discursiva, um novo enunciado, inclusive com um comentário diferente dentro do mesmo tema (exemplos de digressores de volta: *a lo que íbamos, volviendo a lo que hablábamos, retornando el tema e de lo que decías antes*).

Em todos os casos, esses marcadores surgem a propósito de uma eventual ruptura da fluidez temática, para restabelecê-la ou pelo fato de sua transgressão. Isso acontece porque Cortés e Camacho (2005) consideram que a coerência discursiva se dá na disposição correlativa entre enunciados e que a única exceção é a digressão. Para os



autores, as digressões ocorrem quando alguém quer introduzir ou reintroduzir um tema no diálogo ou no monólogo e ocorre uma das duas consequências (ou as duas): 1) a pessoa insiste de maneira imediata (ou relativamente imediata) na questão anterior mediante explicações metalinguísticas sobre o significado das palavras; 2) a pessoa traz esclarecimentos adicionais por motivos derivados da enunciação. Neste último caso, os esclarecimentos estão orientados, em última instância, às relações entre os falantes que podem, por exemplo, dar explicações sobre a própria dinâmica argumentativa da conversação ou desviar um conteúdo. Em ambos os casos, esse tipo de justificação revela motivos psíquicos que têm a ver com a imagem e as boas relações (CORTÉS; CAMACHO, 2005, p. 94).

Tendo em vista o exposto até o momento, faz-se necessário esclarecer o que nós entenderemos como digressão neste trabalho. A partir dos exemplos coletados nos *corpora*, concluímos que os tradicionais marcadores de digressão possuem em comum o fato de marcarem uma relação de descontinuidade do tópico e introdução de uma nova informação relevante, seja para a manutenção do tópico em subtópicos, seja sua ruptura para introdução de um novo tópico. Ou seja, estamos considerando a digressão como sinônimo de *Marcadores de Nova Informação Relevante*<sup>70</sup> (PONS BORDERÍA; ESTELLÉS, 2009). Nesse sentido, como Cortés e Camacho (2005) indicaram, os digressores revelam motivos relacionados com a imagem dos interlocutores, aspecto que trataremos na próxima seção.

## 2 Digressão e preservação da fachada

Em consonância com os dizeres de Goffman (2012 [1967]), entende-se por fachada a concepção de um valor social que os interlocutores constroem, ou tentam construir, de si mesmos e também atribuem, ou tentam atribuir, aos demais. A fachada seria a imagem ou a impressão que os interlocutores desenvolvem, por meio de expressão oral e gestual, ao longo da interação social. A fachada tende a ser preservada e isso significa dizer que, em geral, quer-se manter um valor positivo da imagem pessoal perante a sociedade, ou seja, espera-se sempre uma aprovação social dos atributos reivindicados para si no decorrer da interação.

<sup>70</sup> É importante esclarecer que com *relevante* nos referimos a sinais não puramente sensoriais, mas que obedecem também ao critério das expectativas geradas internamente pelo sistema de processamento, que inclui os conhecimentos armazenados em nossa memória que nos permitem, dentre outras possibilidades, reconhecer e identificar elementos socialmente compartilhados (MONTOLÍO, 1998).

A preservação da fachada é uma constante na interação mesmo quando esta não é, de fato, ameaçada. Os interlocutores, ao adotarem uma imagem, devem fazer com que seja consistente até o final e, a depender do tipo de relação que possuem, do ambiente (público ou privado, por exemplo), das intenções, entre outros fatores, podem, de fato, ter de lutar contra a ameaça de suas fachadas. Em outras relações interacionais, contudo, pode haver, de todos os lados, cooperação para a sua preservação.

Da mesma maneira que existem normas e rituais que regulam a interação, há normas e rituais que regulam a preservação da fachada. Estes se encontram ainda muito dispersos e ficam ao sabor, por exemplo, do tipo de interação estabelecida entre o grupo social em questão. Dito de outra maneira, a regulamentação da preservação da fachada é tão diversificada quanto os próprios tipos de interação existentes. Tendo em vista que a preservação corresponde a uma imagem positiva do sujeito, significa que existe, em condição *sine qua non*, o seu oposto negativo, o qual se intenciona manter silenciado. De acordo com Marchezi (2014),

[a] face negativa, ao contrário da positiva, é a face que o indivíduo não quer expor, para que sua imagem não seja distorcida. Essa face representa a revelação da intimidade do indivíduo despreocupado com a representação de um papel. Isso, geralmente, acontece em ambientes familiares, nos quais existe um conhecimento partilhado e as relações acontecem mais naturalmente. Porém, existem casos em que a exposição da face negativa acontece em ambientes menos íntimos, o que prejudica a interação, já que para consolidar e manter a harmonia da interação é preciso evitar esse tipo de comportamento (MARCHEZI, 2014, p. 31).

A autora admite, juntamente com a leitura de Brown e Levinson (1987) a partir do conceito de face/fachada de Goffman (2012), a existência de uma dicotomia: face positiva/face negativa. Conforme os apontamentos acima, o ambiente privado é mais permissivo para a manifestação da face negativa e também é lugar onde, a princípio, a intimidade entra como um fator regulador dessa relação interacional. Fora do ambiente privado, “em ambientes menos íntimos”, a exposição da face negativa ou o ataque à face positiva do interlocutor torna-se um transtorno não somente para o ofendido, mas põe em jogo toda a interação verbal até então estabelecida.

Para Goffman (2012), os processos de preservação da fachada podem ser de dois tipos: processo de evitação e processo corretivo. Enquanto o primeiro consiste em um processo individual, o segundo é uma exposição de um, ou mesmo alguns, interlocutor(es) perante os demais. Como os próprios nomes sugerem, o processo de evitação visa à preservação da fachada por meio da evitação da exposição de temas

potencialmente ameaçadores à construção de valores que, estrategicamente, adota em seu discurso. Quando, no entanto, a ameaça não pode ser evitada e a exposição torna-se um fato, recorre-se ao processo corretivo, no qual o interlocutor tenta apagar ou minimizar os ataques a ele conferidos.

Ao considerar que a construção da interação não se dá, necessariamente, de forma linear – e, em especial, na interação oral grupal –, admite-se que determinadas perturbações na comunicação são aceitáveis e não colocam em risco o objetivo comunicativo e interacional. Apesar de não prejudicar o todo comunicativo – objetivo final da interação –, quando um dos interlocutores promove a perturbação de um tópico discursivo, de que maneira cada um dos indivíduos opera para a manutenção de suas fachadas e das dos demais? Indo mais além, que linha se adota para a preservação da fachada ante perturbações em tópicos da interação? A preservação da fachada é inerente à interação comunicativa, sendo desta não o seu objetivo final, mas sim uma necessidade para que se concretize a própria comunicação (GOFFMAN, 2012, p. 19).

Isto posto, passa-se à observação e análise da digressão com marcadores em textos orais, a qual deve ser entendida como um elemento de descontinuidade do tópico conversacional. A depender das estratégias de preservação de fachada adotadas, a digressão pode ser vista como um potencial ameaçador às imagens que são construídas ao longo da interação oral.

Vejamos o seguinte exemplo:

- [4] 8 B: *tía* ¿qué va! si he i(do) un mo- he ido un momento a ahí yy he visto a E.†/  
que se iba  
9 a clase de no sé qué→ porque tenía- no había entregao un traabajo, o algo así  
10 A: ¿qué trabajo no había entregao?  
11 B: ¡ay! no sé! noo sé/ ni de qué asignatura era  
12 A: no sería de historia y cultura† que no ha entregao†  
13 B: ¡hombre! por cierto! tú tampoco lo has entregao†  
14 A: tú tampoco, ¡tía!§  
15 B: § ya, [porq-]  
16 A: [¡TÚ] TAMPOCO! porquee// [como no t' has=]  
17 B: [¡tía! pero yo ya-]  
18 A: = pelao clases ni ná†(da)§  
19 B: § pero tú no has apareci(d)o† por clase ni ná(da)  
20 A: ¡hombre! aparecer† aparecer† la verdad e(h) que† no he apareci(d)o!/  
((' porquee'  
21 )) ¡TÚ TAMPOCO!  
22 B: ¡más que tú!  
23 A: ¡pocas veces más!§  
24 B: § ¡tía! te tengo que- que pasar† yo a veces los apuntes→  
25 A: ¡hombree! algunas veces me los has pasao† pero también N. me los ha pasao, ¿a qué  
26 sí N.?

- 27 C: sí  
28 B: ¿pero→ de qué vas? si N. †/ ¡puff! N. pasa siempre de dejar los apuntes, a la clas- a  
29 la gente,†/ tía† para pasar los apun- unos apuntes a limpio†/ se tira horas y horas, y  
30 días y días→// te lo juro,†/ ¡hombre! hay a veces que- me tiene que pasar† los apuntes del jueves de la semana pasada,†/ yy a pasao mogollón,†/ HA PASAO DE  
32 PASARLOS/ ¡mira!  
33 A: ¡anda! valga la redundancia,†  
34 B: [(RISAS)]  
35 A: [(RISAS)]  
36 B: es que siempre†/ se descojona† pero a mí no me hace ni puñetera gracia,† porque  
37 yo quiero hacerme resúmenes†// y [si estuviera la semana (( ))]  
38 A: [¿t' estás descojonando de nosotros?]/ pero ¡coño! N. †  
39 / ¡contesta!// (3")  
40 B: se le ha comido la lengua el gato→  
41 C: °(no jodas// no jodas)°// (3")  
42 B: nada tía→/ es que está la- tía esta† y le da palo hablar delante de ella,†  
43 A: pues ya le vale [tía→]  
44 C: [pero] ¿eres tonta?  
45 B: ¿por qué?// ¡tú eres gilipolla!†  
46 A: [y ¡cómo=]  
47 B: [( )]  
48 A: = os habéis pasao! ¡ya os vale!// no os insultéis que es pecao,†§  
49 B: § [(RISAS)]  
50 C: § [(RISAS)]  
51 B: ¡mira qué pinta de labraor,† tiene!  
52 A: la verdad† es que sí§  
53 C: § °(mogollón)°§  
54 A: § y con el chándal†// susio dee-†// de barro que  
55 lleva†  
56 C: (RISAS)  
57 B: tía, puees† ¿qué te iba a decir?// E. me ha dicho†/ que tenía clase de no sé qué,†/  
58 que su padre le daba-†/ le daba folios†/ que si necesitábamos folios† quee  
59 C: viene mogollón,† al cuentoo

(Corpus Val.Es.Co, documento 174 A1)

O fragmento apresentado confere um exemplo de introdução de uma digressão no discurso a partir da sinalização com o marcador *por cierto*. Conforme se observa, o tema perturbador da linearidade discursiva está essencialmente relacionado com o tópico conversacional e, sendo assim, trata-se de um subtópico introduzido momentânea e pontualmente. Na interação conversacional, participam três interlocutores: A, B e C. A digressão é introduzida pelo interlocutor B e causa uma tensão entre este e o interlocutor A. Dessa forma, estabelece-se, aqui, uma disputa pela salvação da fachada destes. Como se pode observar nas linhas 25 a 29, o interlocutor C prefere adotar uma postura neutra, mantendo-se distante dos ataques de A e B, saindo de cena e resguardando a sua fachada. Sua estratégia, ao se abster da discussão, é lançar mão do processo de

evitação e só entrar na conversa quando A e B o provocam e ameaçam insistentemente sua fachada neutra.

O interlocutor C, que corresponde a *N.*, é chamado nominalmente, por diversas vezes, a entrar nas discussões que travam A e B; no entanto, C não cede facilmente às provocações à sua fachada e continua a manter a sua linha neutra, sem embates. As provocações, contudo, não cessam, conforme as linhas 38 a 41. Nesse intervalo, o interlocutor C tenta mudar sua estratégia: suas poucas ou nenhuma palavra agora dão lugar a uma linguagem mais íntima ou tom semelhante ao de seus ofensores.

Ainda que se manifeste em tom bem mais baixo, quase que sussurrando, C adota uma linguagem mais agressiva, o que denota que cedeu ou está cedendo às provocações de seus interlocutores e que, provavelmente, abrirá mão do processo de evitação para defender de forma mais veemente a sua fachada. As ofensivas, por parte de C, iniciam-se em direção à fachada de B e tornam-se uma recíproca entre estes interlocutores (vide linhas 44 e 45).

Os xingamentos, escárnios e risadas passam a ser constantes entre os três interlocutores e só têm fim ao fechamento definitivo do tópico digressivo, quando voltam a falar de *E.* O fim da digressão e recuperação do tópico anterior está marcado pela estrutura interrogativa *¿qué te iba a decir?*, conforme linhas 57 e 58.

Dessa forma, o início e o fim da descontinuidade da interação recebem uma marcação nesta conversa (*por cierto* e *¿qué te iba a decir?*, respectivamente), e, além disso, o elemento de descontinuidade é introduzido pelo mesmo interlocutor. No que tange às fachadas dos participantes, observa-se que B tem um papel de destaque: em primeiro lugar, este interlocutor é quem dá as cartas para a abertura de uma digressão na conversa; em segundo lugar, a digressão ameaça diretamente a fachada de A; ainda, a ameaça que B lança a A, apesar de ser aplicável, recai sobre ele também, dado que sua acusação aponta a mesma falta de compromisso que critica em seu interlocutor, e agora oponente, A.

A postura de C é bastante defensiva no início do desdobramento do tópico digressivo. Primeiramente, decide continuar com a preservação de sua fachada através do processo de evitação e tendo como estratégia fundamental o silêncio. O interlocutor C, em nenhum momento, tenta opinar ou defender a fachada de seus interlocutores. Provavelmente, quando A e B notam sua estratégia, C passa a ser vítima de ataques à sua fachada e tenta manter a mesma linha que vinha assumindo: o silêncio. Porém, C cede à pressão de seus interlocutores e defende sua fachada, ora ofendendo seus

interlocutores, ora caindo em tom íntimo ou de escárnio para devolver as respostas a eles.

Nesse documento [4] (que inclui [4a] a [4e]), a marcação da digressão é importante para delimitar essa encenação provocada pela descontinuidade do tópico. Em outras palavras, B insere um subtópico que desencadeia um jogo de ameaças e preservações de fachadas e que não aconteceria necessariamente se fosse mantido o tópico conversacional. Nesse sentido, *por cierto* não leva os interlocutores a se apoiarem sobre inferências a partir de conteúdos, atitudes ou forças ilocucionárias, nos termos tratados por Rossari (1999), da descontinuidade tópica. O que este item lexical faz é, de fato, guiar os interlocutores a uma operação informacional proveniente do próprio marcador, isto é, a informação que se segue não desenvolve o tópico da conversação, mas o mantém introduzindo uma informação nova relevante parentética que, no caso citado, se presta a atenuar uma possível inferência de repreensão. Então, provavelmente, sem o aviso prévio da digressão com *por cierto*, B potencializaria os riscos de distorcer sua imagem levando à exposição de sua face negativa como moralista. No entanto, é exatamente essa a imagem que A constrói de seu interlocutor, daí que a evitação não se consolida e A acusa B com o mesmo argumento.

Passemos à análise de [5]:

- [5] 56 B:§ [(RISAS)]  
 57 D: [(RISAS)] y una mier- (RISAS) y la MIERda que hay  
 58 B: ° (hablando de mierda/ hay alguien cagando ahí)°  
 59 A: seguro (5")  
 60 B: ¿esto es un parque natural ↑ nano?§  
 61 ?:§ jno [te jode!]

(BRIZ, 2002, p. 51)

No fragmento selecionado, a construção *hablando de* cumpre a mesma função dos marcadores introdutórios de digressão analisados neste estudo e aparecerá de forma sistemática nos documentos em análise. Em nota de rodapé, Briz (2002, p. 51) esclarece o contexto em que ocorre a digressão, já que os elementos linguísticos, por si sós, não dão conta de apresentar a situação aos leitores. Diz a nota referida à linha 58: "*Alusión a algunos paseantes próximos al lugar en que se desarrolla la conversación*". A digressão aqui tratada se faz de forma bastante breve e é desencadeada pela recuperação de um elemento linguístico citado previamente: o termo *mierda*. Contudo, esse termo, quando citado pelo interlocutor D, não é o mesmo elemento que recupera B, na linha 58. Para D, *mierda* foi empregado em seu sentido figurado, ao passo que B o coloca em seu sentido

literal, em tom de voz baixo para atacar a fachada de pessoas que não participavam da interação e que não teriam, portanto, a oportunidade de preservar suas fachadas.

O ataque proferido por B é endossado por A. Na situação observada, não é possível conhecer o posicionamento dos interlocutores C e D, talvez porque a digressão tenha sido muito breve, não oferecendo tempo hábil para que eles se expressassem. Observe-se que é o próprio interlocutor B quem fecha, sem nenhuma marcação, a digressão que ele introduzira. No fragmento que se destaca para análise, o interlocutor B cumpre alguns papéis muito relevantes: 1) é o introdutor da digressão; 2) para introduzir a digressão, toma um termo proferido de forma não literal e o emprega em sua forma literal; 3) a digressão é proferida em tom baixo, quase um sussurro, o que pode significar que a intenção era atacar a fachada de outros sem oportunizar a sua defesa; 4) provavelmente a digressão tinha por objetivo manter o tom jocoso entre os interlocutores envolvidos; 5) o interlocutor B finaliza a digressão e passa a outro tópico (novo tópico e não ao anterior) rapidamente, o que sugere uma mudança de estratégia para proteger sua fachada – ou seja, poderia ser construída uma imagem sua de intolerante, preconceituoso ou, no mínimo, chato e inconveniente; 6) ainda se pode sugerir que a descontinuidade discursiva causada por B não obteve o efeito desejado (riso, por exemplo).

O digressor de ida *hablando de* (cf. CORTÉS; CAMACHO, 2005), nesse contexto, marca a mudança da apreensão semântica do termo *mierda* e introduz um subtópico que, se não viesse marcado, poderia levar à criação de uma imagem de B como uma pessoa desatenta, pois interpretaria *mierda* apenas no sentido literal. Por outro lado, ao salvar sua fachada enquanto desatento com *hablando de*, ele não alcança o provável objetivo de manter o tom jocoso que estava se desenvolvendo na interação, ou, pior, rompe com os risos e deixa vulnerável uma possível face negativa sua de preconceituoso.

O próximo fragmento apresenta duas digressões que se fazem também a partir da construção *hablando de*. No diálogo a seguir, apresentam-se três interlocutores e, a princípio, apenas L e E interagem na seção digressiva da conversa:

- [6a] 310 E: *es que quiero ir con la gente de literatura/ con Ana y esta*  
 311 *gente// ¿sabes?/ paraa// tener lo mismo/ ¿mm? §*  
 312 L: *§ mm*  
 313 E: *y hablando de temas ((tú sabes lo que habrá?)) ¿eh?/// habrá*  
 314 *de literatura o de lengua ¿no?*  
 315 L: *° (no sé) °*

Conforme se nota, o termo desencadeador da proposta digressiva, introduzida por

E e comprada prontamente por L, é *literatura*. Note-se, ainda, que já ao início da digressão marcada, segue uma nova digressão, não marcada linguisticamente, mas marcada foneticamente: “((*tú sabes lo que habrá?*))” é uma oração realizada ou em tom mais baixo, quase como um sussurro, ou de forma rápida. Essa atitude não deve passar despercebida, já que pode estar diretamente relacionada com a fachada de E. Ao propor a digressão e a ela emendar a oração duvidosa (vide Introdução deste trabalho), E direciona completamente o discurso digressivo a L ao marcar a flexão verbal em segunda pessoa e, além disso, ao inserir o pronome de segunda pessoa em um contexto não ambíguo. Nesse sentido, sugere-se que *tú* não implica apenas uma mera redundância discursiva, e sim que torna exclusivo o direcionamento de sua questão, ainda que sem lançar ameaças às fachadas de outros interlocutores. Por sua vez, G parece aceitar sua posição mais passiva enquanto a conversa segue somente entre L e E. Pouco tempo depois, G entra ativamente na conversa ainda no desdobramento do tópico digressivo. Sua participação ativa se reinicia em:

- [6b] 328 G: *que si la has leído o no la has leído*

A partir da entrada de G na interação, o tópico segue com vários desdobramentos e evolui sem que haja uma marcação linguística para encerrar a digressão proposta por E. Dessa forma, o tema *literatura*, aos poucos, vai sendo substituído por outros tópicos e subtópicos. Mais adiante, uma nova digressão é introduzida marcadamente na conversa:

- [6c] 1245 G: *[tú sabes-] mira ↓ yo tengo un vecino que*  
 1246 *bueno o sea// ° (hablando dee otro tema↓ que te he cortao*  
 1247 *otra vez) ° §*  
 1248 E: *§ yaa/ tranquilo §*

No fragmento em questão, a digressão é introduzida por G de forma multiplamente marcada: em primeiro lugar, G usa o enfocador da alteridade<sup>71</sup> *mira* (MARTÍN ZORRAQUINO; PORTOLÉS, 1999), além do abaixamento entonativo; em segundo lugar, a estrutura *hablando de* marca lexicalmente a digressão e, em terceiro lugar, G demonstra uma veemente preocupação com a sua fachada ao expressar “*que te he cortao otra vez*”. Ao dirigir esse enunciado a E, G antecipa a preservação de sua fachada ou minimiza um suposto ataque por parte de seu interlocutor. Dessa forma, G, por meio do processo

<sup>71</sup> Para Martín Zorraquino e Portolés (1999, p. 4171-4172), os *enfocadores de la alteridad* indicam acordo com o interlocutor, expressam estratégias de cooperação entre os participantes na conversação e, com frequência, são indicadores da cortesia verbal.

corretivo antecipado, é capaz de transformar um possível ataque em uma aceitação quase que obrigatória. Sendo assim, o processo corretivo não passa necessariamente pela sequência proposta por Goffman (2012, p. 29):

As fases do processo corretivo – desafio, oferta, aceitação e agradecimento – nos dão um modelo do comportamento ritual interpessoal, mas esse modelo pode ser modificado de forma significativa. Por exemplo, as partes ofendidas podem dar ao ofensor uma chance de iniciar a oferta imediatamente, antes de fazer um desafio e antes que elas ratifiquem a ofensa como um incidente. Esta é uma cortesia comum, concedida baseada na suposição de que seu receptor iniciará um autodesafio. Além disso, quando as pessoas ofendidas aceitam a oferta corretora, o ofensor pode suspeitar que isto foi feito por educação, ou seja, de má vontade, e por isso pode apresentar espontaneamente ofertas corretivas adicionais, não esquecendo do assunto até receber uma segunda ou terceira aceitação de sua desculpa repetida. Ou as pessoas ofendidas podem educadamente assumir o papel do ofensor e apresentar desculpas para ele que serão, forçosamente, aceitáveis para as pessoas ofendidas. (GOFFMAN, 2012, p. 29).

De acordo com o próprio autor, o modelo apresentado não é um esquema obrigatório e é passível de ser modificado. No exemplo em análise, podem-se identificar várias formas de cortesia do interlocutor que fora interrompido em seu raciocínio ao conceder, e não disputar, espaço com seu interlocutor. Este, contudo, é consciente do processo de interação em desenvolvimento e oferece, imediata e antecipadamente, suas desculpas, criando uma atmosfera interacional que dialoga com os dizeres de Goffman (2012) acima descritos.

Ao longo da interação digressiva, G e E dominam os atos discursivos, enquanto L se mantém à margem destes por alguns momentos. De fato, L somente volta a interagir, de forma efetiva, na linha 1274, com os dizeres:

[6d] 1274 L: [pues ¡vaya tela!]<sup>72</sup>

A pequena intervenção de L é bastante significativa, dado que demonstra que havia seguido a interação que se havia fechado entre os demais interlocutores. Desse ponto em diante, o diálogo entre os interlocutores evolui para outros tópicos e subtópicos sem marcações para finalizar a digressão que havia sido introduzida por G.

O fragmento [6], de forma geral, apresenta um exemplo de marcação de digressão que resguarda a fachada de um locutor que poderia ser interpretado como mal-educado que interrompe grosseiramente o fio discursivo da conversação. Por outro lado, não há um retorno ao tópico desenvolvido anteriormente, o que indica que houve um acordo

<sup>72</sup> Na Espanha, a interjeição ¡vaya tela! é usada para indicar assombro, como também ¡madre mía!.

tácito entre os interlocutores.

Passemos às considerações referentes ao exemplo [7].

[7a] 524 S: [¡qué vaa!// ¿sal  
525 do?]  
526 V: OYE/ oye por cierto↓ no estaría mal ¿a vosotros os dejan algu-  
527 na veez/ de solteros↑ [por ahí?]  
528 A: [OYE/ oye↓ ¿a que en Tuéjar noo ha-  
529 cen-no [hace (())]  
530 V: [si os dejan de solteros↑]// [¡Ángel!]  
531 A: [¿pero tú qu'] [estás (())]  
532 J: por que  
533: bodega// (( )) que compres tres barrillitos tuyos y los (( ))

(BRIZ, 2002, p. 180-181)

No fragmento apresentado, a digressão vem marcada por três elementos: os marcadores *oye*<sup>73</sup> e *por cierto* e por um abaixamento entonativo; no entanto, o termo que dá margem à digressão não se apresenta de forma tão explícita. O tópico *bebidas* antecede a digressão, porém esta não estabelece uma relação direta com o tópico. Subentende-se, assim, que V, ao questionar se os interlocutores poderiam sair como *solteros*, faz, na verdade, um convite para sair sem as respectivas namoradas/esposas. No entanto, os demais interlocutores continuam desenvolvendo o mesmo tópico sem entrar no jogo digressivo proposto por V.

Note-se que V, ao propor uma interação paralela, formula uma questão que não exclui nenhum de seus interlocutores e isso está claramente marcado com o uso do pronome *vosotros*. Além do mais, o questionamento levantado por V é um tipo de pergunta que exige respostas simples; apenas *sim* ou *não*. Por se perceber ignorado, V, na linha 530, insiste em desenvolver o seu tópico digressivo, mantendo firme a sua fachada e chamando, nominalmente, um dos interlocutores para se posicionar. Parece que seu interlocutor nomeado está dividido entre a conversa antecedente com os demais interlocutores e somente consegue dar conta de responder a V quando chamado pela segunda vez:

[7b] 539 V: Ángel/ si a estos los dejan de solteros →/pues vamos a hacer  
540 una timba allí, algún día  
541 S: estos que se jodan (RISAS) // oye ¿cómo va la vida?  
542 V: pero no los dejarían  
543 G: bien/ yoo/ como tengo noticias [tuyas=]

(BRIZ, 2002, p. 181)

<sup>73</sup> Oye, assim como *mira*, é um enfocador da alteridade.

Desta vez, Ángel, que na transcrição corresponde a S, decide estabelecer uma interação com V, porém, de uma forma bastante breve. Além disso, S parece não se encantar pelo tema proposto por V, o que sugere que sua opinião sobre os demais interlocutores presentes poderia colocar em risco a sua própria fachada. Nesse sentido, S lança mão da estratégia do desinteresse pelo subtópico para sair da situação ao enunciar “*estos que se jodan*” seguidamente de risos. Aliado a este fato, também encontra-se que S deseja sair rapidamente da situação, e assim, salvar sua fachada, já que, dirigindo-se a G, lança-lhe uma pergunta para iniciar, somente com o novo interlocutor, um diálogo paralelo. O assentimento de G, ao responder prontamente a questão de S, sugere que este tenha se dado conta de algum perigo que ameaçava a fachada de seu interlocutor e, solidariamente, embarca em um diálogo exclusivo com ele.

Por sua vez, V não insiste mais em seu tópico digressivo e fica, por um certo tempo, sem participação ativa na interação. A conversa evoluiu para outros tópicos e subtópicos, e a proposta digressiva de V sobre sair como solteiros algum dia não é comprada pelos demais. Além disso, poder-se-ia considerar que S, na linha 541, é quem encerra o tema de V ao iniciar um diálogo exclusivo com G, tirando seu antigo interlocutor de cena por algum tempo. Isso porque a intervenção de V poderia ter sido interpretada como um potencial revelador da fachada negativa dos interlocutores, e a atitude de S cumpre um papel parecido a uma penitência.

O fragmento [8], utilizando uma variação da estrutura *hablando de*, constrói um tipo de digressão “guiada”, ou seja, não motivada pelo tópico conversacional natural, mas sim uma interrupção proposital cuja finalidade é encerrar um tópico e iniciar outro. Veja-se:

- [8] 380 A: *no tiene mucho interés si no vuelve a llamar*  
 381 D: *oye y hablando un poco de todo/ hablamos ahora si os parece de*  
 382 *la enseñanza ya que todos somos de la profesión y así (l)*  
 383 C: *¡ay no nos deprimas! ¡con lo divertido que es esto!*  
 384 D: *¿no? [(RISAS)]*  
 385 A: *[(RISAS)]*  
 386 B: *[(RISAS)]*  
 387 C: *bueno venga os cuento una cosa divertida que me ha pasado esta*  
 388 *mañana en clase*

(BRIZ, 2002, p. 359-360)

O tópico antecedente à digressão era sobre comunicação, mais especificamente, o tema tratava de telefonia e internet. Após o discurso proferido por A, o interlocutor D dá por encerrado o tópico em discussão e propõe abertamente a substituição por um novo tópico. Sendo assim, não é possível recuperar a motivação antecedente que justifique a introdução do novo tópico. Mais do que isso, poder-se-ia colocar em xeque o próprio

entendimento de digressão que vinha se consolidando com os exemplos até aqui apresentados.

Em primeiro lugar, deve-se recordar que a digressão vinha sendo motivada por algum elemento enunciado abertamente ou recuperado/subentendido pelo contexto. No entanto, e apesar do emprego de uma estrutura (*hablando de*) que vinha servindo muito bem para introduzir descontinuidades discursivas, o interlocutor D força o fim de um tópico discursivo de forma marcada e o substitui por outro que, a princípio, não compartilha com o anterior nenhum tipo de relação, pelo menos não recuperável pelo contexto.

Não se pode deixar de aventar, para este exemplo, a hipótese de que aqui se trata mais do que uma mera introdução digressiva; tem-se uma manipulação do tópico discursivo. De alguma maneira, o interlocutor D demonstra ter o poder e a(s) estratégia(s) para, deliberadamente, ditar o novo tópico. Note-se, contudo, que D utiliza estratégias de cortesia e justifica seu ato perante os demais participantes. Primeiramente, D introduz uma estrutura, “*hablando un poco de todo*”, para sinalizar aos demais interlocutores de sua decisão pelo rompimento da linearidade. Em segundo lugar, D lança mão de uma estrutura de cortesia para conseguir o consentimento tácito ao enunciar “*si os parece*”. E, finalmente, pontua a justificativa que legitima o seu ato: “*ya que somos todos de la profesión*”. Claramente, toda a construção discursiva de D denota cautela e visa à preservação de sua fachada.

Mesmo assim, alguma resistência lhe é imposta, ainda que em forma de ironia, por outro interlocutor. Observe que C, na linha 383, reage não à interrupção do tópico que se desenvolvia, mas sim à nova proposta de tópico que quer introduzir D. Seu discurso extremamente irônico provoca o riso em todos os interlocutores e, provavelmente, essa era a sua estratégia. A ironia discursiva de C pode ter preparado um terreno mais descontraído para o desenvolvimento do tópico proposto por D. Note-se que, logo após os risos dos interlocutores, C prontamente acolhe o discurso de D e começa a desenvolver o novo tópico discursivo. A primeira negativa de C, ainda que irônica, pode ter dado margem a interpretações negativas sobre sua fachada, como, por exemplo, falta de colaboração na construção da interação. Por isso, a iniciativa de C em tomar a frente no desenvolvimento tópico pode ser uma estratégia para um processo corretivo na salvação de sua fachada. À iniciativa de C segue-se a colaboração dos demais interlocutores e o tópico discursivo evolui para outros subtópicos sem marcações específicas.

Como se pode observar nos fragmentos [4] a [8], os ditos marcadores digressivos

têm diferentes funções comunicativas ao marcarem uma relação de descontinuidade do tópico. A introdução da nova informação ora mantém o tópico da conversação em forma de subtópicos, ora o rompe para introduzir um novo tópico. De toda forma, o que importa em nossa análise é observar que a descontinuidade tópica marcada por um item lexical tem o intuito de balizar não apenas o conteúdo dos tópicos e subtópicos, mas também a construção das imagens dos (inter)locutores.

### 3 Considerações finais

Tendo em vista que os *corpora* analisados neste trabalho são de interação grupal, fica claro que a utilização de marcadores digressivos revela motivos psíquicos que têm a ver com a imagem e as boas relações, como afirmam Cortés e Camacho (2005). Nesse sentido, observa-se que, em espanhol, a maioria das digressões está marcada por *hablando de e por cierto*, sendo que o primeiro não consta nas principais obras de referência da língua, talvez por não estar lexicalizado/gramaticalizado.

Os digressores mostraram-se, nos fragmentos analisados, uma importante estratégia para evitar a exposição de faces negativas, principalmente a de si, pois sinalizam lexicalmente a descontinuidade do tópico e minimizam a construção de imagens de moralista, mal-educado(a), impertinente, não cooperativo com a conversação etc. Dizemos “minimizar” porque, como vimos em [4], a digressão, mesmo marcada, não foi capaz de evitar o conflito entre os interlocutores, nem de expor as faces negativas de suas imagens. Algo parecido acontece em [7], já que a digressão não é comprada por nenhum dos interlocutores.

Dessa forma, as descontinuidades tópicas, tanto as marcadas como as não marcadas, funcionam como possibilidades na construção de sentidos na interação linguageira. Como diria Wittgenstein (1996) a respeito dos jogos de linguagem, ou seja, do “conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 30), representar uma linguagem “significa representar-se uma forma de vida” (idem, p. 31). Nada é tão fixo que não se possa criar e representar no momento da enunciação. A face/fachada é apenas um exemplo, e as digressões são uma das ferramentas de construção dessa *mise-en-scène*.

### Referências

BARRETO, Therezinha. Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares? In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., RIBEIRO, S. (orgs). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 407-416. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-30.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRIZ, A. (org.). *Corpus de Conversaciones Coloquiales*. Madrid: Arco/Libros, 2002.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. Politeness: some universals in language usage. In: *Studies in Interactional Sociolinguistics*. Cambridge University Press: 1987. Vol. 4.

CORPUS VAL.ES.CO. Disponível em: <<https://www.uv.es/corpusvalesco/consulta.html>>. Acesso em: 10 out 2017.

CORTÉS, Luis; CAMACHO, M<sup>a</sup> Matilde. *Unidades de segmentación y marcadores del discurso*. Madrid: Arco/Libros, 2005.

GOFFMAN, Erving. Sobre a preservação da fachada – Uma análise dos elementos rituais na interação social. In: GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUBRAN, Clélia Spinardi. Tópico discursivo. In: JUBRAN, Clélia Spinard (Org.). *Gramática do português falado no Brasil – volume I*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 85-126.

MARCHEZI, Natália Muniz. *A manipulação do tópico discursivo como estratégia de preservação de face*. 2014. 89p. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

MARTÍN ZORRAQUINO, María Antonia; PORTOLÉS, José. Los marcadores del discurso. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española - Tomo III*. Madrid: Espasa, 1999. p. 4051- 4213.

MAYORAL, José Antonio. *Figuras Retóricas*. Madrid: Síntesis, 1994.

MONTOLÍO, Estrella. La Teoría de la Relevancia y el estudio de los marcadores discursivos. In: MARTÍN ZORRAQUINO, M<sup>a</sup> A.; MONTOLÍO DURÁN, Estrella (coord.). *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*. Madrid: Arco Libros, 1998. p. 93-119.

PONS BORDERÍA, Salvador; ESTELLÉS, Maria. Expressing digression linguistically: Do digressive markers exist?. *Journal of Pragmatics*. V. 41. p. 921-936, 2009.

PORTOLÉS, José. *Marcadores del discurso*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001. (2<sup>a</sup> edición ampliada y actualizada).

ROSSARI, Corinne. Les relations de discours avec ou sans connecteurs. In: *Cahiers de Linguistique Française*, n. 21, 1999. p. 181-192.

ROSSARI, Corinne. *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*. Nancy: Press Universtaires de Nancy, 2000.

SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers*. Cambridge University Press, 1987.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

## 10. Sobre o potencial semântico-pragmático das *hashtags*

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira  
Marisa Mendonça Carneiro

### 1 Uma visão geral dos gêneros textuais no domínio digital

O gênero textual é um componente importante da estrutura comunicativa humana, pois ele se constitui e é constitutivo das relações de poder, bem como das formas de organização social e cultural (MILLER, 1994). A motivação para a emergência de um gênero origina-se nas atividades cotidianas, como convidar, informar, anunciar, comentar, pedir, que ocorrem por meio de engajamentos mútuos, consubstanciados pela via do compartilhamento de modos específicos de comunicação.

O meio eletrônico contém várias peculiaridades relativas ao compartilhamento de usos sociais, culturais e comunicativos, quase sempre bastante diferentes daqueles promovidos pelas relações interpessoais face a face (MARCUSCHI, 2012). Na comunicação digital (CD), a construção dos parâmetros dos gêneros textuais emergentes ocorre em combinação com a fala, manifestando um hibridismo acentuado e peculiar. Com respeito a essa característica, Halliday (1978), já defendia a reconstrução da oposição entre fala e escrita, motivada pelos textos digitais. Para ele, esse advento influenciou a comunicação humana tanto quanto o surgimento da imprensa, com tipos móveis, modificou o mundo a partir do século XV.

As formas de escrita digital, tais como os *e-mails*, *tweets* e os *bate-papos virtuais* reproduzem estratégias da língua falada. Uma dessas estratégias é a produção de enunciados mais curtos e com menor índice de nominalizações por cláusula. Isso propicia, no dizer de Halliday (1978, p.356), uma escrita mais íntima e mais próxima da fala. Por outro lado, Halliday (1978) também chama atenção para o fato de que a comunicação virtual não neutraliza as diferenças entre fala e escrita. Para o autor, ao contrário, elas suscitam a criação de certas condições para a maior “integração” dos outros modos de comunicação social, o que inclui, entre outras características, o emprego de mais material não verbal na escrita (HALLIDAY 1978, p.358).

Ainda sobre as características dos textos pertencentes ao domínio digital, na obra *Linguagem e a Internet*, Crystal (2001) discute três aspectos considerados por ele



salientes na comunicação digital:

- (1) nos *usos da linguagem*: pontuação minimalista, ortografia bizarra, amplo emprego de siglas e de abreviaturas, estruturas frasais pouco desviantes e escrita semi-alfabética;
- (2) na *natureza enunciativa dessa linguagem*, produção de novos significados, pela natureza inovadora do meio;
- (3) nos *gêneros realizados*, usam-se gêneros existentes e desenvolvem-se gêneros novos.

Como vimos até aqui, o hibridismo entre a fala e escrita é exponencialmente elevado na comunicação digital, havendo um acúmulo de representações semióticas. Acerca dessas representações, a próxima seção apresenta um breve histórico de um elemento importante da CD: as *hashtags*, objeto de nosso estudo aqui.

## 2 Uma breve descrição das *hashtags*

De acordo com Tsur e Rappoport (2012), as *hashtags* começaram a se popularizar no *Twitter* durante os incêndios florestais de 2007, em San Diego. Elas foram utilizadas como uma forma de controlar o fluxo de informação sobre um desastre natural de grande escala, por conteúdo de rotulagem para que pudesse ser filtrada e compartilhada via *backchannels* (tipo de comunicação eletrônica síncrona).

No *Twitter*, as *hashtags* servem como um rótulo para identificar fluxos temáticos relevantes da mensagem, contendo um tipo de comando (*prompt*) de compartilhamento ou comentário. Por permitirem aos usuários monitorar conversas em curso, bem como incentivarem o pertencimento a determinadas comunidades, as *hashtags* determinam os chamados *trending topics* (tópicos da moda) no *Twitter* (TSUR; RAPPOPORT, 2012).

Estudos de uso *hashtag* (GODIN *et al.*, 2013) têm enfatizado principalmente duas dimensões acerca desse fenômeno: a relevância e a exposição. A relevância está relacionada à associação entre os temas discutidos. A exposição está ligada à própria devassidão social, como permitida via *Twitter*.

As *hashtags* estão presentes nos espaços interpessoais do *Twitter*, bem como nos debates sobre temas variados. Uma *hashtag* normalmente incentiva as pessoas a iniciarem discussões sobre um tema proposto. O número de respostas coocorrendo com uma determinada *hashtag* representa a atenção ao conteúdo manifesto por outros, aos

quais os usuários respondem ativamente (GODIN *et al.*, 2013).

### 2.1 Por que as *hashtags* são tão usadas na comunicação digital?

Boa parte da comunicação humana é não verbal. Usamos gestos, expressões faciais e movimentos corporais a todo momento em nossas interações. A comunicação humana é, portanto, multimodal (KRESS, 2010). Na CD (comunicação digital), o rico contexto comunicativo da interação face a face é praticamente inexistente. Sozinho, o texto digital pode ser árido. As *hashtags* cumprem praticamente a mesma função que alguns gestos ou expressões faciais desempenham na conversa face a face (EVANS, 2015). Elas oferecem “pistas contextuais” na interação digital, contribuindo para reforçar os sentidos a que se pretende comunicar na CD. Naturalmente, as *hashtags* não funcionam como palavras convencionais, embora possam, muitas vezes, substituir palavras, expressões ou sentenças.

Elas exercitam, portanto, um papel importante do ponto de vista semântico-pragmático. Para melhor analisar esse papel, passaremos, na seção seguinte, à discussão do potencial semântico das expressões linguísticas para a comunicação humana, com base, principalmente, em Evans (2013, 2015).

### 2.2 O potencial pragmático das *hashtags*

Por definição, as *hashtags* categorizam e organizam o conteúdo postado nas redes, integrando uma nova postagem a uma conversa existente sobre o mesmo tema. No entanto, as *hashtags* também podem ser usadas para, entre outras funções, estruturar a informação, “jogar jogos”<sup>74</sup> e permitir comentários metarreflexivos. Um estudo realizado por Wilkström (2014) categorizou as *hashtags* em oito usos comunicativos: (1) *tags* de tópico, (2) jogos de *hashtag*, (3), metacomentários, (4) explicações/adições parentéticas, (5) uso emotivo, (6) uso enfático, (7) uso humorístico, e (8) *memes* e referências à cultura popular.

A categorização proposta por Wilkström (2014), fundamenta-se, em grande parte, na Teoria dos Atos de Fala, como postulada por Searle (1969). Essa formulação é importante para este estudo, pois procuraremos investigar como as *hashtags* podem atuar

<sup>74</sup>No original, *hashtag games*. Refere-se à prática de usar uma *hashtag* para iniciar um jogo onde cada internauta completa uma frase ou responde a um enunciado de forma distinta.

para atenuar ou reforçar o sentido ilocucionário dos atos de fala presentes nas interações de que fazem parte. Nossa proposta embasa-se na ideia de que, em interações mediadas pelo ambiente digital, é necessário garantir a intensidade e a autenticidade das trocas comunicativas, compensando, de alguma forma, a falta de contato face a face. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo pode estar associada ao uso de *hashtags*, como índices de preservação do caráter identitário e da imagem pública dos interactantes. A seguir, passaremos a uma descrição mais detalhada das *hashtags*, como utilizadas no *Twitter*, na tentativa de alinhar essa descrição aos estudos de face.

### 2.3 As *hashtags* e o trabalho de face (*face-work*)

Na perspectiva do Goffman (1976), o trabalho de face trata das ações languageiras e não languageiras realizadas pelos participantes da interação para reivindicar valores sociais positivos ou para manter uma imagem do *self* (face), considerada satisfatória para o encontro (HAUGH, 2013). De acordo com Goffman (1976), há dois processos principais, ligados ao trabalho de face: o processo de evitação, que consiste em evitar ameaças, e o processo corretivo, que atua para reparar possíveis danos à face, ou à imagem pública do falante.

Complementar à noção de face, a noção de território se refere tanto ao território físico, à “porção de espaço que cerca um indivíduo” (GOFFMAN, 1973, p. 44), quanto a partes do corpo, vestimentas e objetos de uso pessoal. Além disso, o território engloba os domínios reservados da conversação, isto é, o direito que tem o indivíduo de controlar quem pode lhe endereçar a fala ou o direito que tem um grupo de pessoas de proteger-se da intromissão e da indiscrição de outros (GOFFMAN, 1973).

Com o intuito de sistematizar o trabalho de Goffman (1973), e para nele inserir uma análise linguística mais especializada, Brown e Levinson (1987) revisitam o conceito de trabalho de face. Para esses autores, o trabalho de face corresponde ao conjunto das estratégias linguísticas que o falante realiza para evitar (ou mitigar) as ameaças que os atos de fala (*Face-Threatening Acts* – FTA) representam para as faces positiva (face) e negativa (território) do ouvinte. Assim, como também apontado por Oliveira, Ximenes e Miranda (2017), a noção sofre um deslizamento conceitual importante. Por um lado, é restringida, já que passa a corresponder apenas ao uso dos procedimentos linguísticos (e não de quaisquer procedimentos) que atenuam a ameaça apenas de atos de fala. Por outro, a noção é ampliada, já que passa a abarcar as estratégias empregadas na

mitigação de ataques à face negativa, e não mais apenas de ataques à face positiva.

Nessa perspectiva, o que se propõe aqui é que as *hashtags* atuem como elementos de natureza microlinguística, tal como ocorre com modalizadores, operadores e com formas de indeterminação do sujeito, entre outros, que funcionam como estratégias de (im)polidez, utilizadas para atenuar ou para intensificar a ameaça que atos como a promessa, a crítica, o oferecimento, a ordem, entre outros, representam para as faces dos interactantes (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992). Nesse sentido, propomos que as *hashtags* funcionem como *hedges*<sup>75</sup>, servindo como elementos de mitigação, ou de ressalte, da intenção comunicativa em foco.

Tendo tratado nesta seção sobre o potencial pragmático das *hashtags*, ligado ao trabalho de face e funcionando também como *hedges*, abordaremos, a seguir, o potencial semântico que essas expressões podem apresentar, tendo em vista, mais especificamente, o panorama teórico proposto por Evans (2013).

### 3 O potencial semântico das expressões linguísticas

Ao se comunicarem, os falantes de uma língua abstraem contribuições semânticas variadas, associadas a determinadas formas linguísticas em particular. A Teoria dos Conceitos Lexicais e dos Modelos Cognitivos (*Lexical Concepts and Cognitive Models* – LCCM, sigla em inglês) centra-se na análise das representações lexicais, bem como nos modos como essas representações são ativadas pelos falantes (EVANS, 2013).

Do ponto de vista das relações de produção de sentido, de acordo com Evans (2013), o que costumamos definir por “significado” trata-se de uma interpretação compartilhada por pessoas familiarizadas com determinados esquemas interpretativos comuns. Nessa perspectiva, o sentido não é uma função da língua, por si só, mas ele surge do uso na linguagem, ou seja, no discurso. Nessa perspectiva, não há uma separação entre “conhecimento lingüístico” e “conhecimento enciclopédico, ou de mundo”, pois esses saberes interagem para a construção dos sentidos no interior da situação de comunicação.

Dessa maneira, as palavras e as expressões linguísticas em geral servem como “pontos de acesso” a uma estrutura de conhecimento enciclopédico de maior amplitude,

<sup>75</sup>As *hedges* se caracterizam como sendo elementos linguísticos ligados à intensificação, ou à atenuação da força ilocucionária dos atos de fala, podendo funcionar para reduzir o risco de oposição e para minimizar a ameaça de face dos enunciados produzidos em uma certa troca comunicativa (FRASER, 2010).

fornecendo abertura para aquilo que Evans (2013) denomina de “potencial semântico” e contendo diferentes tipos de conhecimentos passíveis de ativação. O sentido associado a um enunciado, ou expressão linguística, é também concebido por Evans (2013) como uma forma de conceptualização (*conceptualization*). Para o autor, as representações lexicais, ou “conceptualizações lexicais”, constituem o polo semântico das unidades linguísticas, configurando-se em abstrações instanciadas mentalmente.

Dito de outro modo, o que uma palavra ou expressão “significa”, relaciona-se ao potencial de conhecimento enciclopédico ativado por ela em um determinado contexto de uso. Isso inclui tanto o contexto linguístico específico, o extralinguístico, mas também a intenção comunicativa dos participantes da interação.

Na mesma direção, tanto Langacker (1987) quanto Fillmore (1982) defendem que o sentido de uma palavra, ou expressão, é sempre consequência de uma estrutura de conhecimento mais ampla, em relação à qual interpreta-se uma dada palavra ou termo. Os enquadres semânticos (*semantic frames*) propostos por Fillmore (1982) representam entidades conceituais que são, em parte, definidos em virtude dos conceitos linguisticamente codificados que uma palavra evoca. A esse respeito, Langacker (1987) argumenta que o escopo de uma palavra de predicação (o seu significado) envolve a definição de um “perfil” e de uma “base”. Nessa formulação, o “perfil” designa uma subestrutura conceptual dentro de uma unidade maior, ou seja, a “base”. Para ilustrar essa relação complexa, o autor cita como exemplo o item lexical “hipotenusa”. A hipotenusa, por exemplo, designa uma subestrutura, o lado mais longo, dentro de uma unidade maior, nesse caso, um ângulo reto. Assim, o significado de “hipotenusa” é configurado tendo-se como base uma unidade maior, em relação à qual um “perfil”, ou uma subestrutura, é configurada. Há, portanto, nesse caso, um exemplo de cruzamento entre domínios conceituais que definem o sentido de uma expressão linguística em particular.

Esse mesmo tipo de entrecruzamento é verificado no uso das *hashtags*, que, em geral, são utilizadas para demarcar o pertencimento de um conteúdo opinativo a um tópico preexistente na interação virtual. Esse pertencimento, ou subestrutura, só é reconhecível porque o potencial de sentido de uma *hashtag* é ativado pelo conhecimento de mundo que os interactantes compartilham, não somente acerca do tópico em discussão, mas também a respeito dos modos de se comportar comunicativamente em interações realizadas sob a esfera digital, especificamente, no caso deste estudo, no *Twitter*.

Diante do panorama teórico aqui descrito, ligado ao potencial pragmático e semântico do uso de *hashtags*, o objetivo deste capítulo é analisar o uso desse elemento, constitutivo do texto digital, na tentativa de identificar como o potencial semântico e pragmático desse item é ativado em situações comunicativas específicas. Adicionalmente, objetiva-se responder às seguintes questões de pesquisa: que tipos de sentido (ou representações) são evocados pelos interactantes ao usarem uma *hashtag*?; como o compartilhamento linguístico atua para que esses sentidos sejam comunicados em ambiente digital?; qual a possível relação do uso das *hashtags* com o trabalho de face na preservação da imagem social dos interactantes?

Tendo traçado esse panorama inicial da pesquisa, passa-se, seguir, à descrição dos passos de coleta e de análise dos dados aqui utilizados.

#### 4 Coleta e análise de dados

Para analisar os diferentes usos de *hashtags* na comunicação digital, 70 *posts*<sup>76</sup> contendo tais itens foram coletados na rede social *Twitter*. A coleta ocorreu entre setembro e outubro de 2016 e novamente entre agosto e setembro de 2017. Os dados incluem *tweets detrending topics* e de 3 fontes de notícias disponíveis no *Twitter*, coletados de maneira aleatória e escritos em língua portuguesa. As fontes de notícia foram selecionadas com bases nos seguintes critérios: cobertura nacional e interface com o *Twitter*.

Mais especificamente, a coleta de dados prosseguiu da seguinte forma no *Twitter*: os *trending topics* eram aleatoriamente selecionados no *Twitter*; a esse passo seguia-se a busca por *hashtags*, tanto nos *posts* de notícias quanto nos *posts* dos interactantes. Assim que uma *hashtag* era encontrada, essa ocorrência era devidamente armazenada em forma de imagem. Esses passos foram realizados sempre tomando-se o cuidado de preservar o contexto comunicativo imediato para que o fluxo da interação não ficasse perdido. Isso quer dizer que não somente o *post* do usuário foi armazenado, mas também o *post* anterior e/ou posterior, no caso dos *trending topics*, bem como a coleta da notícia publicada (no caso dos veículos de comunicação) foi realizada. A categorização das *hashtags* aqui analisadas seguiu o arcabouço proposto por Wilkström (2014) e também fundamentou-se no arcabouço teórico proposto por Evans (2013).

<sup>76</sup>Posts são as entradas ou textos escritos pelos interactantes no *Twitter*.

Por definição, as *hashtags* categorizam e organizam o conteúdo postado nas redes, integrando uma nova postagem a uma conversa existente sobre o mesmo tema. No entanto, as *hashtags* também podem ser usadas para, entre outras funções, estruturar a informação, “jogar jogos”<sup>77</sup> e permitir comentários metarreflexivos. Conforme já apresentado em seções anteriores deste capítulo, o estudo de Wilkström (2014), categorizou as *hashtags* em oito usos comunicativos: (1) *tags* de tópico, (2) jogos de *hashtag*, (3), metacomentários, (4) explicações/adições parentéticas, (5) uso emotivo, (6) uso enfático, (7) uso humorístico, e (8) *memes* e referências à cultura popular. A seguir, apresentaremos alguns exemplos dessas categorias, como identificadas e analisadas neste estudo, apresentando uma reanálise e reagrupamento das categorias propostas por Wilkström (2014), tendo por base a análise dos dados coletados em português brasileiro.

#### 4.1 Agrupamento

Dentro da proposta de reanálise, a categoria “*tag* de tópicos”, de Wilkström, encaixa-se na categoria de organização da informação, e corresponde ao uso inicial das *hashtags*.

##### 4.1.2. *Tags* de tópicos

Esse uso tem por objetivo integrar um novo tópico a conversas ou a *posts* anteriores sobre um mesmo tema central (figura 1).



<sup>77</sup>O uso de jogos de *hashtag* descrito por Wilkström (2014) não é muito distinto de marcação de tópico. Nos exemplos do autor, uma *hashtag* inicia o jogo em busca de contribuições para nomes de sequências chatas de filmes (no inglês, “#BoringPrequels”). O objetivo do jogo é criar títulos engraçados para uma sequência tediosa de um filme existente. Como exemplo, *Some Like it Tepid* “#BoringPrequels”, fazendo referência ao filme *Some like it hot*.

Figura 1 – *hashtags* de marcação de tópico.

A figura 1 mostra que tanto “#Candidato” quanto “#PEC” foram inseridas para organizar e se integrarem à linha do tempo de uma conversa com o mesmo tópico no *Twitter*, assim como a figura 2 adiciona a nova informação a tópicos já existentes.



Figura 2 – *hashtag* de novo tópico.

#### 4.2 Humor

Nessa categoria estão incluídos os usos de *hashtags* relacionados a situações que produzam efeito de humor. Originalmente, as categorias são jogos de *hashtags*, uso humorístico e *memes* e referências à cultura popular. Cada categoria originalmente descrita será aqui apresentada, salientando-se as especificidades encontradas no contexto brasileiro.

##### 4.2.1 Jogos de *hashtags*

Nos dados do português, aqui analisados, não encontramos jogos de palavras nos *trending topics* do *Twitter*, mas um tipo de jogo em que um tópico específico é iniciado e ao qual se seguem as contribuições postadas pelos interagentes. No exemplo mostrado por Wilkström (2014), a *hashtag* “#rememberwhen” estabelecia uma premissa, que servia como modelo a ser seguido, isto é, como item a ser completado. Vejamos: “#rememberwhen Mtv was cool and just played music videos!!!!”.

No contexto brasileiro, alguns jogos figuram entre os *trending topics*, incluindo “#piorCoisaEh”, “#CoisaQuePobreFaz” e “#MeuProblemaE”. Vejamos:



Figura 3 – hashtag de jogos.

Novamente, trata-se do uso de *hashtag* para marcar comentário opinativo. O objetivo do jogo não é de coletar informação sobre qual a pior coisa pode acontecer para alguém ou quais ações distinguiriam uma pessoa pobre de uma rica, mas, sim, expressar uma opinião, no caso de “#CoisasQuePobreFaz”, e de elencar, de maneira jocosa, aquilo que as pessoas entendem que são atitudes de pessoas pobres (figura 3). É interessante notar que alguns *posts* são acompanhados por imagens e por *emojis*, que contribuem para o reforço, ou a mitigação do sentido ilocucionário da mensagem. Os interactantes parecem compreender o objetivo do jogo, e aderem às suas regras, sem haver, por exemplo, postagens com interpretações outras além de, simplesmente, jogar.

Dessa forma, do ponto de vista semântico, o uso da *hashtag* evoca sentidos específicos, ligados ao caráter jocoso da interação. Ao mesmo tempo, as faces dos internautas são asseguradas, na medida em que *hashtag*, em si, evoca enunciados opinativos, em que espontaneidade das interações é esperada. Elas funcionam, assim, como uma espécie de *hedge*, que reforça o conteúdo recreativo das trocas verbais constantes desses jogos.

#### 4.2.2 Uso humorístico explícito

Diferentemente do jogo, aqui a intenção do interactante não é criar uma sequência de *posts* que façam rir, mas fazer comentários que tenham uma pitada de humor. Nesse caso em particular, não há comprometimento com a veracidade da informação ou contribuição com informação sobre o tópico em questão, e esse uso se mistura a outros *posts* com caráter mais informativo. Alguns exemplos podem ser vistos a seguir:



Figura 4 – hashtag de uso humorístico explícito.

Um tremor de terra sentido na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, foi usado por internautas para criar postagens de humor (figura 4), fazendo alusão a séries televisivas em “nova temporada” de tremores; comparando o tremor a palmas como comemoração ao aniversário do internauta; e também brincando com a escala do terremoto e à discussão sobre qual foi, de fato, a escala verdadeira.

#### 4.2.3 Memes e referências à cultura popular

*Memes*<sup>78</sup> referem-se ao fenômeno de replicação rápida no meio *online* de frases, imagens ou vídeos. Apesar de haver semelhança aos jogos de *hashtags*, os *memes*

<sup>78</sup>*Memes*, de acordo com o dicionário Oxford de inglês, são imagens com legendas, difundidas pelas redes sociais, que possuem as seguintes características: pareamento entre imagem e legenda atraente para criar uma situação engraçada ou relacionada à imagem, fonte específica e regras linguísticas específicas. Fonte: <http://blog.oxforddictionaries.com/2015/01/language-memes-create/>

exibem natureza menos transitória, quando comparados aos jogos e não fazem parte de um jogo, isto é, o uso da *hashtag* como *meme* não incita respostas dos interactantes.

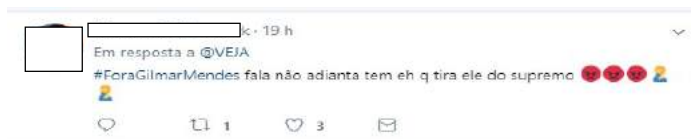


Figura 5 – *hashtag* de *meme*.

Exemplos de *hashtags* usadas como *memes* incluem “#Fora” seguida pelo nome de alguma figura pública, especialmente da política brasileira, como “#ForaGilmarMendes” (figura 5); apoio ou repúdio a políticos, como em “#LulaeDilmaNaCadeia” e “#GeddelnaCadeia”; e indignação com a situação do país em “#QuePaiséEsse” (figura 6).

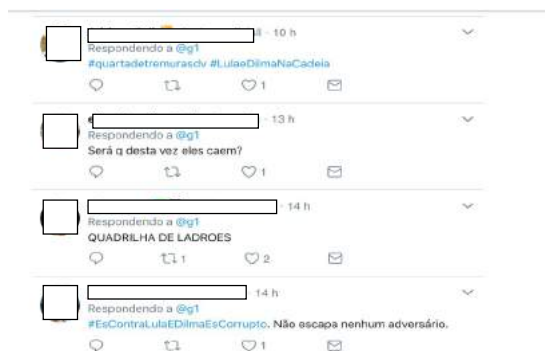


Figura 6 – *hashtag* de *meme*.

Nesse caso, a *hashtag* serve, assim, para indicar o pertencimento do comentário ao tópico geral da interação. Além disso, a *hashtag* atua para licenciar essa mesma opinião. Esse licenciamento é produzido de maneira a garantir que a esfera informal e pessoal dos comentários apresentados seja demarcada, preservando a face de quem os produz, já que indica que os comentários fazem parte de um contexto discursivo imediato, particular e explicitamente evocado.

#### 4.3 Informativo

A função primária compartilhada por essas quatro categorias originais descritas por

Wilkström (2014) consiste em contribuir para informar o interlocutor, como veremos a seguir.

#### 4.3.1 Metacomentários

Apesar de parecerem supérfluos à primeira vista, um metacomentário explicita a força ilocucionária, ou seja, a intenção comunicativa do *tweet*. No exemplo a seguir (figura 7), “#sqn”, (abreviação da expressão “só que não”), evidencia que o autor do comentário está sendo sarcástico ao afirmar que o indivíduo “injustiçado”, na verdade, está recebendo a punição devida. Esse fato é ainda reforçado pelos *emojis* com o termo “triste” e a finalização do *post*: “canalhas!”.



Figura 7 – *hashtag* de metacomentário.

Da mesma forma, o *tweet* a seguir evidencia a insatisfação do usuário quando alguém deixa de fazer o seu trabalho:



Figura 8 – *hashtag* de metacomentário.

A “#Caguei” é usada para mostrar desprezo ou indiferença a uma informação, evidenciando que o autor do *post* não ficou sensibilizado ao ler a notícia. O termo denota impolidez e, nesse caso, o ato de fala é altamente ameaçador. Nesses casos, o uso da *hashtag* licencia, assim, um comportamento agressivo que não seria provavelmente cabível em um contexto de formalidade.



Figura 9 – *hashtag* de metacomentário.

Mais uma vez, as figuras aqui apresentadas revelam o caráter opinativo dos *posts*, intensificado pelo uso das *hashtags*. Verifica-se, portanto, a explicitação do potencial semântico desses elementos, ligados ao que é esperado para domínio discursivo ao qual eles pertencem.

#### 4.3.2 Explicações/adições parentéticas

As *hashtags* podem ter a função de adicionar uma explicação ao texto principal do *tweet*, oferecendo conhecimento prévio que possa estar ausente para que o sentido seja completo.

As *hashtags* não só acrescentam conhecimento prévio ao *post*, mas também podem acrescentar informação relevante à compreensão do *tweet*, evitando a violação da máxima da relevância. No *tweet* a seguir, o autor mostra confiança na vitória do seu time ao reagir à notícia de que a final de um campeonato de futebol aconteceria no estádio do Mineirão, em Belo Horizonte.



Figura 10 – *hashtag* de adição.

Ao escrever “vai segurando tudo nosso” (figura 10), o autor sugere que a vitória está garantida. A *hashtag* completa a informação, indicando que a vitória daria o pentacampeonato ao time. Da mesma forma, as *hashtags* a seguir foram usadas para acrescentar informação. “#Nossaselecao” deixa claro que o jogo contra o Equador é da nossa seleção (seleção brasileira de futebol), e a “#Dia03” especifica que a partida contra o Equador acontecerá no dia 3 (figura 11). Já “#TreinoDaSelecao” não acrescenta informação à compreensão do *tweet*, pois no texto há menção ao treino de futebol; isto é, a informação veiculada pela *hashtag* é adicional e não essencial, marcadamente uma *hedge* de conteúdo interacional, ou fático.



Figura 11- *hashtag* de adição.

#### 4.3.3 Uso emotivo

*Hashtags* podem expressar força emotiva. No exemplo a seguir, o autor se mostra solidário ao apresentador que desmaiou ao vivo na televisão, desejando-lhe melhoras. Nesse caso, o uso da *hashtag* serve para ressaltar o conteúdo emotivo do *post*, reforçando as relações interpessoais.

Figura 12 – *hashtag* de uso emotivo.

#### 4.3.4 Uso enfático

Nesse uso, as *hashtags* são empregadas para enfatizar a escrita, de forma semelhante a mudanças de entonação na linguagem oral.

Figura 13 – *hashtag* de uso enfático.

## 5 Discussão

Os dados aqui apresentados mostram que os internautas brasileiros fazem uso das *hashtags* não só para categorizar ou organizar os *posts* em seus respectivos tópicos, mas para expressar significados que ultrapassam os limites do texto verbal escrito, confirmando as categorias propostas por Wilkström (2014). É importante observar, no entanto, que esses interactantes não usaram somente *hashtags*, mas também imagens, *emojis* e vídeos para reforçar os sentidos de suas postagens. Confirma-se, assim, que, no ambiente digital, as múltiplas linguagens, verbal, não verbal e multimodal (KRESS, 2003) são pervasivas.

Particularmente com relação às *hashtags*, estas funcionaram como elementos de intensificação do potencial semântico dos *posts*, para que estes pudessem comunicar sentidos condicionados a três aspectos centrais: a) o caráter opinativo, normalmente ligado a um tópico mais amplo, iniciado anteriormente no *Twitter*; b) à natureza

espontânea, informal e líquida desses comentários, feitos de forma superficial e veloz; e c) à necessidade de mitigar e/ou de intensificar os efeitos dessa opinião, refletindo-se em trabalho de face, que projeta a imagem de seu autor. Nessa perspectiva, as *hashtags* serviram, neste estudo, como *hedges*, modalizando os sentidos comunicados e atuando como índices de projeção da imagem pública de si.

Dito de outro modo, o uso de *hashtags* estava ligado à interface do conhecimento linguístico com o conhecimento de mundo dos interactantes, como propõe Evans (2013), já que estes reconheciam o caráter transitório e veloz do ambiente cibernético. Como consequência desse conhecimento, as *hashtags* também estavam associadas ao trabalho de face, pois ajudaram a projetar a imagem de quem as produziu. Essa atividade ficou evidenciada, por exemplo, em "#sqn". O uso dessa *hashtag* indicou, neste trabalho, uma quebra de expectativa, pois o conteúdo inicial do *post* foi relativizado por meio da inserção de uma expressão jocosa, que evocava contraste e ironia. A *hashtag* serviu, dessa forma, para atenuar o conteúdo da postagem, preservando a face de seu autor, ou sua imagem pública. Dito isso, passaremos, a seguir, às considerações finais deste trabalho, tentando, também, deixar abertos novos caminhos investigativos.

## 6 Considerações finais

No estudo sobre o uso de *hashtags* aqui empreendido, foi possível perceber que as *hashtags* atuaram com *hedges*, mitigando ou intensificando os conteúdos dos *posts*. Do ponto de vista de seu potencial semântico, as *hashtags* serviram para perfilar o conteúdo comunicado nos *posts*, ou seja, elas chamavam a atenção dos interactantes para os modos de interpretar os *posts*: como opinião espontânea, líquida e superficial. Isso significa dizer que o conteúdo *hashtags* não se aplicava a outros tópicos semelhantes e tampouco podia ser compreendido fora de seu contexto interacional imediato. Nesse sentido, as *hashtags* operaram para determinar o enquadre (ou *frame*), por meio do qual uma certa opinião devia ser interpretada. Essa estratégia discursiva colaborou também para atenuar possíveis ataques à face dos autores dos comentários opinativos, pois inscreveram a opinião veiculada em um extrato comunicativo específico. Em outros casos, a intenção dos autores pareceu ter sido inversa, pois as *hashtags* marcaram um discurso ofensivo e impolido, notadamente frutífero no ambiente virtual, que tende a ser mais licencioso. A permissividade do ambiente digital, por um lado, permitiu maior espontaneidade e agilidade aos comentários, por outro, também encorajou usos



agressivos, que, provavelmente, não seriam levados a cabo não fosse o enquadre transitório e efêmero da esfera digital.

Finalmente, os *posts* contendo *hashtags*, aqui analisados, permitiram descrever esse subgênero textual como opinativo, efêmero e marcadamente circunscrito a uma situação de comunicação específica. Dessa forma, as *hashtags* foram usadas de modo complexo, ora para atenuar, ora para intensificar os sentidos propostos, havendo, quase sempre, forte elemento intersubjetivo. Acreditamos, ainda, que o tema aqui analisado não se esgote com as considerações que produzimos neste texto, podendo ser ampliado para outras esferas e para diferentes populações de falantes, por exemplo.

### Referências

- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some universals in language usage*. Vol. 4. Cambridge university press, 1987.
- CRYSTAL, D. *Language and the Internet*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- EVANS, V. Metaphor, lexical concepts, and figurative meaning construction. *Cognitive Semiotics*, v. 5, n. 1-2, p. 73-107, 2013.
- EVANS, V. A unified account of polysemy within LCCM Theory. *Lingua*, v. 157, p. 100-123, 2015.
- FILLMORE, C. Frame semantics. The Linguistic Society of Korea (ed.), *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin Publishing Company, p. 111-137, 1982.
- FRASER, B. Pragmatic Competence: The Case of Hedging. In: KALTENBÖCK, G.; MIHATSCH, W.; SCHNEIDER, S. (Ed.). *New Approaches to Hedging*. Amsterdam: Elsevier, 2010. p. 15-34. (Studies in Pragmatics, 9).
- GOFFMAN, E. *La mise em scène de la vie quotidienne: les relations em public*. v. 2. Paris: Les éditions de minuit, 1973.
- GOFFMAN, E. Replies and responses. *Language in society*, v. 5, n. 3, p. 257-313, 1976.
- GODIN, F. *et al.* Using topic models for twitter hashtag recommendation. *Proceedings of the 22nd International Conference on World Wide Web*. ACM, 2013.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semioti* The social interpretation of language and meaning. London, Edward Arnold, 1978.
- HAUGH, M. Disentangling face, facework and im/politeness. *Sociocultural Pragmatics*, v. 1(1), p. 46-73, 2013.
- KRESS, G. . *Literacy in the new media age*. Psychology Press, 2003.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. La ironía como tropo. De la ironía a lo grotesco (en algunos textos literarios hispanoamericanos), p. 195-221, 1992.

KRESS, G. *Multimodality: A social semiotic approach to contemporary communication*. Routledge, 2009.

KRESS, G. Changing Text: A Social Semiotic Analysis of Textbooks. *Designs for Learning* 3 (2010).

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar: Theoretical prerequisites*. Vol. 1. Stanford university press, 1987.

MARCUSCHI, L. A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. *Revista Linguagem & Ensino*, v.4, n.1, p.79-111, 2012.

MILLER, C. R. Rhetorical Community: The Cultural Basis of Genre. In: Aviva FREEDMAN & Peter MEDWAY (eds.). *Genre and the New Rhetoric*. London, Taylos & Fracis, 1994. p. 67-78.

OLIVEIRA, A. L. A. M.; CUNHA, G. X.; MIRANDA, M. V. Nominalizations as complex strategies of politeness and face-work in scientific papers written in Brazilian Portuguese. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 59, n. 2, 2017. p. 361-374.

TSUR, O.; RAPPOPORT, A. What's in a hashtag?: content based prediction of the spread of ideas in microblogging communities. *Proceedings of the fifth ACM international conference on Web search and data mining*. ACM, 2012.

SEARLE, John R. *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Vol. 626. Cambridge university press, 1969.

WILKSTRÖM, P. #storynotfunny: Communicative functions of hashtags on Twitter. *SKY Journal of Liguistics*, v. 27, p. 127-152, 2014.

## 11. O uso de minimizadores nos diálogos do seriado *Friends*: um estudo à luz da Teoria da Polidez

Bárbara Malveira Orfanò  
Leonardo Pereira Nunes

### 0 Introdução

A obra *Ritual de interação*: ensaios sobre o comportamento face a face (2011 [1967]), do sociólogo Erving Goffman, pode ser considerada um arcabouço seminal para o desenvolvimento de teorias e de modelos teóricos na esfera dos estudos linguísticos que, sobretudo, tiveram a polidez como objeto de investigação. Definido enquanto mecanismos para manutenção da imagem social ante as interações entre os indivíduos, o trabalho de face proposto por Goffman na referida obra foi utilizado como ponto comum por diversas abordagens linguísticas.

No presente capítulo, buscamos investigar, sob uma ótica pragmática (cf. BROWN; LEVINSON, 1987; HOLMES, 1995; O'KEEFE; McCARTHY; CARTER, 2007), como o trabalho de face pode ser observado linguisticamente através do uso de elementos de polidez (minimizadores) em *corpus* oral composto por diálogos, em língua inglesa, da série de comédia para televisão *Friends*.

### 1 A Teoria da Polidez e a linguagem verbal

A Teoria da Polidez, proposta por Brown e Levinson em sua obra de 1987 *Politeness: some universals in language use*, adquiriu destaque por explicar, de forma linguística, a imagem pública (face) e suas dimensões positiva e negativa inicialmente propostas por Goffman. Segundo aqueles autores, o falante/autor busca, através do emprego de recursos da linguagem, a manutenção de uma imagem que esteja livre de repreensões e reprovações sociais (imagem negativa). Por outro lado, e pela mesma via linguística, o indivíduo tem por objetivo manter sua face aprovada e respeitada por outros indivíduos (imagem positiva). Assim, ele ativa, de forma articulada e justaposta, mecanismos estratégicos de polidez tanto para proteger sua fachada de ameaças quanto para mantê-la socialmente apreciada.

A polidez também é abordada por Holmes (1995), que a insere no âmbito do

trabalho de face e a define como um comportamento que exprime tanto um apreço positivo em relação ao outro (polidez positiva) quanto uma atitude de distanciamento não intrusivo (polidez negativa):

A polidez pode se materializar na forma de expressões de boa vontade e camaradagem, bem como no comportamento não-invasivo rotulado como “delicado” no uso [linguístico] corriqueiro<sup>79</sup> (HOLMES, 1995, p.5).

A autora exemplifica a polidez positiva num cartão de aniversário a um(a) amigo(a) e a polidez negativa num pedido de desculpas por interromper a fala de alguém. A partir do escrutínio de conversas casuais, Holmes (1995) também propõe várias dimensões sociais que se mostraram produtivas para a investigação da polidez linguística, sobretudo em seu aspecto negativo.

O presente capítulo se vale de uma das dimensões sociais (baseadas na obra de Holmes) que se mostrou relevante para a análise de elementos de polidez negativa (mais especificamente, os minimizadores) em interações comunicativas no *corpus* da pesquisa: a dimensão social-solidária (HOLMES, 1995, p.11). Tais elementos foram analisados a partir de um modelo proposto por O’Keeffe, McCarthy e Carter (2007).

A seção que se segue apresenta um breve histórico e algumas conceptualizações acerca dos minimizadores na língua inglesa, e também destaca sobre como o seu uso enquanto recursos linguísticos de polidez negativa puderam ser observados em interações dialógicas no seriado de comédia norte-americano *Friends*.

## 2 Os minimizadores na língua inglesa

### 2.1 Origens e conceitos

Na língua inglesa, os estudos linguísticos de base semântica sobre vagueza e imprecisão tiveram como ponto de partida o trabalho de Lakoff (1972). A autora é reconhecida por ter introduzido, nessa língua, os termos *hedge* e *hedging* para demonstrar que determinado ente possui maior ou menor grau de pertencimento a determinada esfera conceitual, em detrimento de categorizações taxativas. Ela exemplificou tais recursos com uma pesquisa conduzida por Heider (1971), na qual informantes produziram uma hierarquia de entes (no caso, de animais) de acordo com a

<sup>79</sup> Nossa tradução para: “*Politeness may take the form of an expression of goodwill or camaraderie, as well as the more familiar non-intrusive behaviour which is labelled polite in everyday usage*”.

ideia de *pássaro*: “pintarroxos” e “águias” estavam no topo da hierarquia, isto é, foram considerados os entes mais próximos ao conceito; em seguida, “frangos”, “patos” e “gansos”, que por sua vez foram seguidos por “pinguins” e “pelicanos”. Na base da hierarquia estavam os “morcegos”, estes praticamente não sendo considerados pássaros (LAKOFF, 1972, p. 184). A autora relata que os entes não classificados como pássaros propriamente ditos (por exemplo, frangos) foram considerados pelos informantes como uma “espécie de pássaro” (*sort of bird*). A expressão *sort of* (tipo de/espécie de) é, na língua inglesa e segundo Lakoff, rotulada de *hedge*. Para essa língua, a autora incluiu também as frases impessoais, o sistema modal, verbos como *appear*, *look* e *seem* e frases introdutórias como *I think* e *I believe* na categoria dos *hedges*.

Apesar de ter sua origem no trabalho seminal de Lakoff, o conceito de *hedge* adquiriu novos significados a partir de outros trabalhos que se seguiram.

Estendendo-se do âmbito dos estudos sobre semântica e lógica para a esfera dos estudos sobre discurso e pragmática, os *hedges* adquirem novas dimensões de significados que extrapolam a ideia de aproximação (de entes a determinadas categorias) e de eximção parcial de responsabilidade pelo que é dito/escrito por parte do falante/autor (MARKANNEN; SCHRÖDER, 1997, p. 15). Isso porque esses dispositivos linguísticos podem também ser utilizados como instrumentos minimizadores e mitigadores como parte constituinte de estratégias comunicacionais (cf. FRASER, 1980; HÜBLER, 1983).

Na língua inglesa, Brown e Levinson (1978, 1987) exemplificam tais instrumentos com os verbos auxiliares modais (*can*, *could*, *may*, *might*, *shall*, *should*, *will*, *would*, *must*, *ought to*, etc), verbos que expressam intenção (*have to*, *admit to*, *wish to*, *invite to*, etc.), estruturas impessoais (*one suggests*) e condicionais (*if this were...*). Segundo os autores, esses recursos são empregados pelo falante/autor no trabalho de face para atenuar sua produção linguística tanto com o intuito de se tornar socialmente aceito e prestigiado (polidez positiva) quanto para se esquivar de possíveis críticas em suas interações linguísticas (polidez negativa).

Como apontado na seção 1, os *hedges* minimizadores que explicitam a polidez negativa no *corpus* da pesquisa foram abordados sob a ótica pragmática através da dimensão social-solidária (cf. HOLMES, 1995), sucintamente apresentada a seguir.

## 2.2 Os minimizadores e a polidez na dimensão social-solidária

Ainda que Holmes (1995) tenha proposto essa dimensão, vários autores dissertaram sobre como o comportamento linguístico que corrobora a polidez varia de acordo com a distância social entre falante/autor e interlocutor/leitor (cf. GEERTZ, 1960; BROWN; GILMAN, 1960; LEECH, 1983; BELL, 1984; BROWN; LEVINSON, 1987; WOLFSON, 1988; HOLMES, 1992).

Leech (1983) enfatiza que a polidez varia em função dos papéis desempenhados pelos indivíduos numa determinada situação e do quanto estes se conhecem.

Já Wolfson (1988) defende que a polidez positiva é mais explicitada linguisticamente na medida em que o grau de amizade e intimidade for maior entre os interlocutores, e a polidez negativa quanto maior for a distância social entre eles.

Holmes (1995, p. 12) observa que o pertencimento (ou não) a determinados grupos sociais, profissionais, religiosos e de gênero são fatores relevantes e que diretamente impactam nas relações entre os indivíduos, gerando nestes atitudes tanto de solidariedade quanto de distanciamento. Nessa dimensão, a autora fornece como exemplos de polidez positiva a interação mais amigável entre mulheres que se reconhecem como parte de um grupo, e de polidez negativa a comunicação entre colegas de trabalho que competem por uma promoção.

Ainda que os personagens do seriado *Friends* sejam socialmente próximos (o que a princípio ensejaria uma predominância de recursos de polidez positiva), partiu-se do pressuposto de que a polidez negativa explicitada via minimizadores também seria proeminente, dado o contexto de audiência internacional ampla e heterogênea do programa. Assim sendo, apenas as instâncias de minimizadores como instrumentos de polidez negativa foram examinadas.

A subseção seguinte apresenta o modelo de análise dos minimizadores adotado no estudo.

## 2.3 A estrutura do modelo de investigação dos minimizadores

Inserida na dimensão social-solidária esboçada em Holmes (1995), esta pesquisa examinou o uso pragmático dos minimizadores enquanto recursos de polidez negativa a partir da adaptação de um modelo proposto por O’Keeffe, McCarthy e Carter (2007). A estrutura desse modelo (incluindo exemplos) pode ser visualizada no Quadro 1.

**Quadro 1** –Estrutura de análise dos minimizadores com base em O’Keeffe, McCarthy e Carter (2007, p. 175)

Forma	Exemplo <sup>80</sup>
Verbos modais e verbos com significado modalizador ( <i>believe, feel, guess, imagine, reckon, etc.</i> ), sobretudo em coocorrência com o pronome <i>I</i>	<i>I guess the bus service isn't too good, is it?</i>
Advérbios: . De gradação . De restrição . De posicionamento	. <i>Quite, really, relatively, necessarily.</i> . <i>Just, only.</i> . <i>Of course, actually, kind of, sort of, really, maybe</i>
Escolhas sintáticas . Modo interrogativo	. <i>And would you have thought you were very close to him?</i>
Reformulações (falso começo, repetições, etc)	<i>And will you... would you like to go sort of on a sun and sea holiday with him this year?</i>

A próxima seção tece uma breve descrição do corpus analisado nesta contribuição.

3 *Corpora* e metodologia

Conforme exposto anteriormente, os diálogos do seriado *Friends* figuraram como o principal material linguístico sob escrutínio no presente estudo. O *corpus* do *Friends* contém 40.000 palavras e, por questões metodológicas de representatividade, a frequência de minimizadores encontrados nesse *corpus* foi comparada com a frequência desses mesmos recursos em outros dois *corpora*: o *Santa Barbara Corpus of Spoken*

<sup>80</sup> Uma vez que o inglês compreende um sistema linguístico com elementos minimizadores que constroem significados específicos nessa língua, os exemplos do Quadro 1 e os diálogos reproduzidos dos *corpora* não foram traduzidos para o português.

English (SBCSE)<sup>81</sup> (variante dialetal norte-americana) e o *Limerick Corpus of Irish English* (L-CIE)<sup>82</sup> (variante dialetal irlandesa), cada um contendo 20.000 palavras.

Os *corpora* foram compilados com o intuito de comparar o discurso ficcional do seriado *Friends* com a conversa espontânea entre falantes de língua inglesa a fim de determinar se o seriado representa, de fato, um discurso entre amigos. Os dados foram analisados utilizando ferramentas básicas do *software WordSmith tools* versão 5.0<sup>83</sup>. Para este estudo utilizamos os recursos de geração de lista de frequência de palavras, lista de *n-grams* e linhas de concordância. Geralmente, as listas de frequência de palavras são o ponto de partida para a análise quantitativa de dados linguísticos. Porém, a análise de frequência deve ser acompanhada de outras ferramentas para que o pesquisador possa ter uma compreensão mais detalhada dos dados. No nosso estudo, optamos pelas linhas de concordância que permitem analisar um item dentro de seu contexto, possibilitando assim uma interpretação qualitativa.

Sempre que análises quantitativas são usadas para comparar *corpora* de diferentes tamanhos, os itens devem ser normalizados. Isso significa converter os resultados de frequência para um milhão de palavras. Por exemplo, a expressão *you know* ocorre 194 vezes em *Friends*, e se quisermos compará-la com outros dados, devemos “normalizá-la” por milhão de palavras. Ao dividir o número de ocorrências do item no *corpus* por 40 mil (a contagem total de palavras do *corpus*) e multiplicando-o por 1.000.000, obtemos o número normalizado no *corpus* do seriado *Friends*. Para o *corpora* de referência, basta dividir o número de ocorrências do item no *corpus* por 20 mil (total de palavras em cada *corpora*) e multiplicar por 1.000.000. Os achados da investigação estão descritos e discutidos na próxima seção.

#### 4 Resultados e discussões

A investigação consistiu na análise inicial da frequência de palavras e itens com função de minimizadores, conforme descrito na estrutura do modelo proposto por O’Keeffe, McCarthy e Carter (2007, p. 175). Nesta pesquisa de frequência, as seguintes formas foram identificadas: *just*, *well*, *like*, *maybe* e etc. Pacotes lexicais de 2, 3, 4, 5 e 6

<sup>81</sup> Página eletrônica do projeto: <http://www.linguistics.ucsb.edu/research/santa-barbara-corpus>

<sup>82</sup> Página eletrônica do projeto: <http://www.ivacs.mic.ul.ie/corpora/limerick-corpus-irish-english-l-cie/>

<sup>83</sup> *Software* que contém ferramentas que possibilitam análises linguísticas. Pode ser adquirido pelo site <http://www.lexically.net/wordsmith/version5/index.html>.

palavras também foram observados e, novamente, todas as formas com o potencial de funcionar como minimizadores foram identificadas. A partir dessas buscas, o maior número de itens minimizadores ocorreu nos pacotes lexicais de 2 palavras, como, por exemplo, *I mean*, *I think* e *I guess*. Posteriormente, esses itens foram classificados de acordo com suas classes de palavras.

As buscas de palavra simples e de pacotes lexicais de 2 palavras foram consideravelmente mais frutíferas do que os pacotes contendo 3 a 6 palavras.

A Tabela 1 e a Tabela 2, a seguir, mostram, respectivamente, as formas de advérbios com função de minimizadores e os pacotes lexicais de 2 palavras (também com tal função) nos 3 *corpora*.

**Tabela 1** – Formas adverbiais exercendo papel de minimizadores nos 3 *corpora* (normalizados por 1 milhão de palavras)

Advérbios	<i>Friends</i>	SBCSE	L-CIE
<i>Just</i>	6.725	5.150	1.950
<i>like</i>	950	1.700	5.600
<i>Kind a/ kind of</i>	700	1.400	450
<i>maybe</i>	825	500	50
<i>actually</i>	350	—	100
<i>probably</i>	550	700	500
<i>quite</i>	25	200	50
<b>Total</b>	10.125	9.650	8.700

**Tabela 2** – Pacotes lexicais de 2 palavras com função de minimizadores nos 3 corpora (normalizados por 1 milhão de palavras)

Formas	Friends	SBCSE	L-CIE
<i>I mean</i>	425	750	150
<i>I think</i>	200	800	400
<i>You know</i>	600	300	250
<i>I guess</i>	400	800	—
<i>I would</i>	400	200	200
<i>I could</i>	375	400	50
<i>I'd say</i>	50	50	950
<i>I suppose</i>	25	50	400
<b>Total</b>	2.475	3.350	2.400

Como pode ser observado em ambas as tabelas, o *corpus* do seriado *Friends* apresenta um número considerável de minimizadores se comparado aos *corpora* SBCSE e L-CIE. Neste ponto, podemos especular que os falantes do seriado estão tão atentos às questões de face do quanto os falantes dos *corpora* de referência, o que atende às expectativas da audiência ao conferir ao programa um senso de realidade e naturalidade (cf. ESPINOSA, 1982) ao inseri-lo numa dimensão social-solidária (cf. HOLMES, 1995).

Conforme também mostram as Tabelas 1 e 2, os 5 itens minimizadores mais usados em *Friends*, SBCSE e L-CIE são: *just*, *I think*, *you know* e *I mean*, respectivamente. Na próxima subseção, observamos esses itens detalhadamente através

da investigação de alguns excertos do material de análise.

#### 4.1 *Just*

Aijmer (2002, p. 158) afirma que o marcador pragmático *just* tem um significado processual na medida em que funciona como um sinal para que o ouvinte interprete a expressão dos falantes como uma expressão de atitude. Lee (1987) ressalta que *just* pertence ao domínio interpessoal proposto por Halliday (cf. HALLIDAY, 1985). Assim, em vez de se limitar com a estrutura ou gramática do significado proposicional, o marcador orienta a expressão do significado proposicional para os papéis e atitudes dos participantes no diálogo.

De acordo com Lindemann e Mauranen (2001), Aijmer (2002) e Carter e McCarthy (2006), o uso de *just* no discurso oral exerce diferentes funções: ênfase, particularizador, significado temporal, limitador e atenuador.

Aijmer (2002) sugere que *just* esteja associado a adjetivos extremos e informais, e, por extensão, à polidez positiva, na medida em que “cria um terreno comum e intensifica a adesão do grupo, contribuindo para uma atmosfera amigável” (AIJMER, 2002, p. 167). Do ponto de vista da polidez negativa, *just* funciona como um minimizador, modificando a ameaça à face carregada por atos de fala, como asserções, sugestões, críticas ou pedidos (AIJMER, 2002, p. 169). O Excerto 1 ilustra as afirmações acerca do item *just*.

#### Excerto 1

[O personagem Chandler conversa com Joey sobre sua vida íntima com a personagem Monica]

1- <Chandler> Uh, you've had a lot of sex right.

2- <Joey> When. Today. Some, not a lot.

3- <Chandler> Well, it's **just** the reason that I'm asking is because I **kind of** eh, uh, I was unable to **I mean** I really wanted to, but I couldn't. There huh hmm, there-there was an incident.

4- <Joey> don't worry about that man that happens.

5- <Chandler> it's happened to you.

6- <Joey> Yeah. Once.

7- <Chandler> Well, what did you do.

8- <Joey> I did it anyway.

(*Friends*)

Na linha 3, Chandler está muito envergonhado de falar sobre sua vida íntima com Monica. Ele tenta mitigar a força de sua pergunta anterior para Joey usando *just*. Existem outros marcadores atenuantes, tais como, *kind of* e *I mean*, o que reforça a tentativa de Chandler de diminuir o impacto de sua pergunta.

4.2 *I think*

Holmes (1984, 1990) identifica duas categorias semânticas relacionadas a *I think*: deliberativa e tentativa. A primeira é usada para expressar confiança pessoal na proposição afirmada e, portanto, intensifica o significado do ato de fala (HOLMES, 1985, p. 33). E a tentativa é utilizada para expressar incerteza.

Nos três *corpora* existem exemplos da expressão *I think* sendo usada como um minimizador. Entretanto, percebemos que *I guess* parece ser o item mais utilizado pelos falantes do seriado. Como mostra a Tabela 2, *I think* ocorre 4 vezes menos no seriado quando comparado ao *corpus* SBCES e 2 vezes menos que, em L-CIE, cumprindo a mesma função associada ao respeito a face do outro e a expressão de incerteza. O Excerto 2 traz um exemplo do *corpus* irlandês L-CIE e o Excerto 3 um exemplo do *corpus* *Friends*.

## Excerto 2

[Os interlocutores estão montando uma árvore de natal]

1-<\$1> Dee sellotape.

2-<\$4> I have it here in my hand.

3-<\$1> Have you?

4-<\$E> sound of wrapping paper being rustled in the background

5-<\$1> **I think** that side will hold up like that Marie .What do you think?

6-<\$4> **Just** stick it on. **Just** tape it on to something or another.

7-<\$1> Dee.

(L-CIE)

Na linha 5, o falante \$1 usa a expressão *I think* sinalizando não estar certo se o que ele/ela está fazendo vai funcionar, e isso é confirmado pela sua pergunta a Marie na mesma linha: *What do you think ?*

## Excerto 3

[Os personagens Ross e Phoebe estão tendo uma discussão no café *Central Perk*]

1-<Phoebe>So, how are things going with crazy. Has she cooked your rabbit yet.

2-<Ross> Listen, you are hearing one side of the story, okay and F.Y.I she **must've** shown Kyle over 30 paint samples before she painted that room. And his response to each one was, I don't give a tiny rat's ass.

3-<Phoebe> yeah well, **maybe** she **should've** spent a little less time decorating and a little more time in the bedroom.

4-<Ross> Well, **I don't think** we are gonna have that problem, but **maybe** that's **just** because I am not emotionally unavailable.

5-<Phoebe> you think he's emotionally unavailable.

6-<Ross> **I think** he can be.

7-<Phoebe> Well, **maybe** he **wouldn't** be if she didn't bring the office home every night.

(*Friends*)

Há vários minimizadores ocorrendo neste diálogo entre os personagens Ross e Phoebe. Como eles estão discutindo, é aparente que uma atenção especial é empregada para enfrentar problemas devido a características intrinsecamente inseridas em discussões entre amigos. Ross e Phoebe argumentam tendo como base as informações fornecidas pelo casal e, portanto, usam minimizadores para expressar incerteza sobre os fatos para não serem contestados no futuro. Além disso, como pode ser visto na linha 6, Ross usa a expressão *I think* protegendo a face de Phoebe, pois uma resposta mais direta seria considerada uma ato de ameaça de face.

Embora a expressão *I think* não seja o minimizador mais usado no seriado *Friends*, os roteiristas usam o marcador para tornar os personagens menos assertivos em seus enunciados, reduzindo a ameaça de face contra seus interlocutores. Podemos inferir que uma “rede de telespectadores global”, como é o caso *Friends*, exige um nível mais elevado de polidez negativa. Isso pode ser devido ao fato de o seriado ser transmitido em diferentes países (e, conseqüentemente, em diferentes contextos culturais) e o uso de dispositivos linguísticos atenuadores funcionariam como “neutralizadores” de declarações mais assertivas.

4.3 *You Know*

De acordo com Östman (1981) e Holmes (1986), *you know* pode exercer uma variedade de funções diferentes, embora estreitamente relacionadas no discurso. Particularmente importantes para a discussão proposta neste capítulo são as observações de Holmes (1986). A autora divide as funções de *you know* em 2 categorias: a categoria I compreende exemplos expressando a confiança ou certeza do falante (polidez positiva) e a categoria II envolve o uso do minimizador para expressar incerteza de vários tipos (polidez negativa). As ocorrências de *you know* apresentadas na Tabela 3 correspondem à frequência do *n-gram* antes da identificação dos minimizadores. O item ocorre 1075 vezes em *Friends*, 1450 em SBCSE e 750 em L-CIE. Se considerarmos o quadro teórico proposto por Holmes, obteremos os seguintes resultados, conforme a Tabela 3.

**Tabela 3** – Distribuição de *you know* nos 3 *corpora* seguindo o modelo proposto por Holmes (1986)

<b>Friends</b>		<b>SBCSE</b>		<b>L-CIE</b>	
cat goria I	cate goria II	cat goria I	cate goria II	cat goria I	cate goria II
475	600	900	550	500	250
<b>Total:1.075</b>		<b>Total:1.450</b>		<b>Total:750</b>	

Em *Friends*, 600 exemplos de *you know* pertencem à categoria II (polidez negativa). Clancy (2005), sobre o discurso familiar, observa que 77% das ocorrências de *you know* pertencem à categoria I (polidez positiva), que está associada ao compartilhamento do conhecimento de mundo que existe entre os participantes, característica predominante no discurso coletado em membros da mesma família. Apesar do seriado *Friends* simular uma relação familiar entre os participantes, aproximadamente 56% das ocorrências de *you know* indicam falta de certeza, confiança e precisão, atributos normalmente associados à função de minimizadores exercendo função de polidez negativa (cf. Holmes, 1986). Assim, esse dado reforça a afirmação de que, quando comparada com aos *corpora* de nativos, o *corpus* do seriado apresenta menos marcadores que indicam compartilhamento de conhecimento de mundo entre os participantes.

O Excerto 4 ilustra o uso de *you know* em *Friends*.

**Excerto 4**

[Os personagens Ross e Joey estão presos na laje do prédio onde moram. Eles começam a bater na porta]

- 1-<Ross> Rachel. Monica.
- 2-<Joey> Come on.
- 3-<Ross> I can't believe this.
- 4-<Joey> All right well, **you know**. I **guess** we know what we have to do to get down.
- 5-<Ross> Yeah, I **guess** we don't have a choice. Help us. Please help us. We're stuck up on the

roof and we can't get down.

6-<Joey> Ross. I was **thinking** we **could just** go down the fire escape.

(*Friends*)

Nesse excerto, Joey está tentando ajudar Ross a descer pela saída de incêndio. Ele sabe que Ross tem medo de altura e assim mitiga suas falas como estratégia de persuasão. Joey usa minimizadores, como *I guess, just*, verbos modais e a expressão *I was thinking* em conjunto com *you know*, sugerindo uma incerteza e imprecisão. Essa é a função mais comum que a expressão *you know* exerce no seriado *Friends*. Por outro lado, no *corpus* SBCSE, o uso mais comum de *you know* se enquadra na categoria I de Holmes (1986), reforçando o conhecimento compartilhado entre os falantes, referindo-se assim à polidez positiva.

**4.4 I mean**

*I mean* é um marcador discursivo bastante frequente na linguagem falada. O'Keefe, Carter e McCarthy (2007) afirmam que os marcadores discursivos são considerados parte de uma classe mais ampla de marcadores pragmáticos dentro da gramática do inglês falado. Segundo os autores, os marcadores pragmáticos são itens que marcam o significado pessoal do falante, suas escolhas organizacionais, atitudes e sentimentos (O'KEEFFE; McCARATHY; CARTER, 2007, p.174). Também são incluídos pelos autores os marcadores de posição, que expressam atitudes e posições do falante, além de interjeições comuns, que codificam suas reações afetivas. Particularmente importantes neste capítulo, os minimizadores permitem que os falantes tornem suas afirmações menos assertivas (cf. CARTER; McCARATHY, 2006). Coates (1988), que examina o uso de minimizadores na conversa feminina, observa uma alta frequência de *I mean* tanto respeitando a face dos participantes quanto na negociação de tópicos sensíveis.

O marcador *I mean* ocorre 425 vezes em *Friends*, 750 vezes no *corpus* SBCSE e 150 vezes no *corpus* L-CIE, como se pode averiguar na Tabela 2. Assim, pode-se formular a hipótese de que o item é mais comum no *corpus* oral de inglês norte-americano do que no *corpus* de *Friends* e no *corpus* L-CIE.

Os exemplos a seguir ilustram o uso de *I mean* com o intuito de diminuir a ameaça à face dos participantes do diálogo.



### Excerto 5

[A personagem Rachel e sua assistente Tag procuram documentos importantes que, segundo Rachel, deveriam estar em sua mesa de escritório]

1- <Tag> Okay. Feel free to look, but I'm telling you those contracts are not on this desk.  
2- <Rachel> Oh how can you possibly know. Look at this mess, Tag. **I mean**, this is what I'm talking about. You have to be organized. You've got newspapers. You've got magazines. You got oh. And who is this chippy. A little young for you Tag, but whatever.

3- <Tag>it's my sister.

(*Friends*)

Na linha 2, depois de dizer que a mesa de Tag está fora de ordem, Rachel recua suavizando o que ela pretendia dizer. Ela minimiza o uso da palavra *mess* (bagunça) usando a expressão *I mean*, que é seguida de explicações que tem como efeito proteger a face de seu interlocutor. Novamente um recurso de polidez negativa é empregado levando em consideração o domínio da solidariedade proposto por Holmes (1995).

### 5 Considerações finais

No presente capítulo pudemos, sobretudo, observar, no seriado *Friends*, a ocorrência de minimizadores que atestam a polidez negativa. Utilizando o aporte teórico-metodológico da Linguística de *Corpus* em conjunto com a Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987) e da dimensão social-solidária de Holmes (1995), os diálogos de *Friends* foram analisados tendo como *corpora* de referência o *Santa Barbara Corpus of Spoken English* e o *Limerick Corpus of Irish English*. Após submeter os dados a ferramentas básicas como lista de palavras, lista de *n-grams* e concordanciadores, identificamos que os itens *just*, *I think*, *you know* e *I mean* foram importantes na construção da polidez negativa no discurso do seriado.

Na observação dos dados, identificamos que, comparativamente, os minimizadores são tão comuns no seriado *Friends* quanto nos *corpora* de referência. Portanto, a análise mostrou-nos que, assim como os falantes no *corpus* SBCSE e no *corpus* L-CIE, os falantes de *Friends* estão igualmente preocupados com questões de face. Isso indica que a polidez negativa parece ser uma estratégia importante usada pelos roteiristas para tornar o programa compreensível a um grande número de espectadores que o assistem em diversos países com contextos culturais diversos. Os escritores escolhem os marcadores que minimizam explicitamente a força das reivindicações dos falantes, mostrando solidariedade para com seus interlocutores e evitando possíveis críticas. Todavia, tal constatação não é o que esperamos de um programa que visa representar a

vida de um grupo de amigos muito próximos. Podemos então concluir que a utilização de minimizadores nos diálogos do programa pode ser a estratégia de comunicação que permite que ele possa ser compreendido por uma comunidade global de telespectadores, e, conseqüentemente, ser um sucesso em diferentes países até a presente data.

### Referências

- AIJMER, K. *English Discourse Particles. Evidence from a Corpus*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.
- BELL, A. Language Style as Audience Design. *Language in Society*. v. 13, n. 2, p. 145-204, 1984.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of power and solidarity. In: SEBEEK, T. (Ed.) *Style in Language*. New York: John Wiley and Sons, 1960, p. 253-76.
- BROWN, P.; LEVINSON, S.C. Universals in language usage: Politeness phenomena. In GOODY, E. (Ed.) *Questions and politeness*. Cambridge University Press, 1978, p. 56-310.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CARTER, R. A.; MCCARTHY, M. *The Cambridge Grammar of English: spoken and written English Grammar and Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- CLANCY, B. You're fat. You'll eat them all. Politeness strategies in family discourse. In: BARRON, A.; SCHENEIDER, K.P. (Eds.) *The Pragmatics of Irish English*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005, p. 177-197.
- COATES, J. Gossip revisited: language in all-female groups In: COATES, J.; CAMERON, D. (Eds.) *Women in their speech communities*. London: Longman., 1988. p 94-121.
- ESPINOSA, P. The audience in the text: ethnographic observations of a Hollywood story conference. *Media, Culture and Society*, v. 4, p.77-86, 1982.
- FRASER, B. Conversational Mitigation. *Journal of Pragmatics*, v. 4, p.341-35, 1980.
- GEERTZ, C. *Linguistic etiquette*. In *The Religion of Java*. Glencoe: Free-Press, 1960, p. 286-290.
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 1 ed. London: Arnold, 1985.
- HEIDER, E.R. Focal color areas and the development of color names. *Developmental Psychology*, v.4, n.3, p. 447-455, 1971.

HOLMES, J. Hedging your bets and sitting on the fence: some evidence for hedges as support structures. *Te Reo*, v. 27, n. 1, p. 47-62; 1984.

HOLMES, J. Functions of you know in women's and men's speech. *Language in Society*, v. 15, n. 1, p. 1-21, 1986.

HOLMES, J. Hedges and Boosters in Women's and Men's Speech. *Language and Communication*, v. 10, n. 3, p. 185-205, 1990.

HOLMES, J. Women's talk in public contexts. *Discourse and Society*, v.3, p. 131-50, 1992.

HOLMES, J. *Women, Men and Politeness*. London: Longman, 1995.

HÜBLER, A. Understatement and Hedges in English. *Pragmatics and Beyond*, v.4, n. 6, 1983.

LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. In *Chicago Linguistic Society Papers*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1972

LEE, D. The semantics of just. *Journal of Pragmatics*, v.11, n.3, p. 377-398, 1987.

LEECH, G. *Principles of pragmatics*. London: Longman, 1983.

LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LINDEMANN, S.; MAURANEN, A. It's just real messy: the occurrence and function of just in a corpus of academic speech. *English for Specific Purposes*, v. 20, n.1, p. 459-475, 2001.

MARKKANEN, R.; SCHRÖDER, H. *Hedging and Discourse: Approaches to the Analysis of a Pragmatic Phenomenon in Academic Texts*. Berlin: Walter de Gruyter, 1997.

O'KEEFFE, A., McCARTHY, M.; CARTER, R. *From Corpus to Classroom: language use and language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ÖSTMAN, J.O. *You know: a discourse-functional approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.

WOLFSON, N. The bulge: a theory of speech behaviour and social distance In: FINE, J. (Ed.) *Second Language Discourse: A Textbook of Current Research*. Norwood, NJ: Ablex, 1988, p.21-38.

## 12. Estratégias discursivas de preservação de face em ofícios expedidos em ambiente militar

Edelvais Brígida Caldeira  
Fernanda Teixeira Avelar  
Raquel Rossini

### 0 Introdução

A língua é comumente associada a conceitos contemporâneos de cultura, a qual seria vista como conhecimento compartilhado e teria a linguagem como o seu meio de expressão (HALL; DU GAY *et al.*, 1997). Por sua vez, o conceito de cultura nos leva a uma compreensão maior do nosso comportamento e das relações que estabelecemos em sociedade. Ao assumirmos funções sociais, seguimos regras e conceitos firmados pela sociedade, para a convivência dos indivíduos em grupo (MICHLISZYN, 2012). Assim, estratégias discursivas parecem ser necessárias para uma comunicação eficiente entre membros de hierarquias e papéis sociais diferentes. Os conceitos de *polidez* e de *preservação de face* são relevantes para um estudo dessas estratégias de comunicação.

A polidez se relaciona ao modo de expressão, por meio da linguagem, da distância social entre indivíduos com papéis diferentes nas relações estabelecidas (RICHARDS; SCHMIDTS, 2002). Já a preservação de face seria uma estratégia de polidez (FRASER, 1990) em que a face, ou valores sociais positivos, dos indivíduos seria preservada, por exemplo, em interações.

Neste capítulo, almejamos analisar quais as estratégias linguísticas propostas por Scollon e Scollon (1995), relativas à preservação de face positiva e negativa, foram utilizadas em ofícios expedidos em ambiente militar. Por se tratar de um contexto discursivo bastante específico, em que há comunicação formal entre autoridades e indivíduos pertencentes a diferentes hierarquias no meio militar, partimos da hipótese de que haveria predominância de estratégias de preservação de face negativa nos documentos analisados. Tal hipótese se justifica, também, devido ao fato de a face positiva incluir estratégias tais como ser otimista, demonstrar reciprocidade, reivindicar pertencimento a um grupo, demonstrar atenção aos interesses e necessidades do interlocutor (SCOLLON; SCOLLON, 1995). Por sua vez, a face negativa engloba estratégias como dar ao interlocutor a opção de não atuar, preferir regras gerais,

desculpar-se, minimizar a ameaça de face (SCOLLON; SCOLLON, 1995). Essas últimas, presumimos, pareciam estar mais relacionadas às características e finalidades de ofícios.

Conforme apontado por Silveira (2003), o ofício desempenha papel relevante nos setores público e privado e na comunicação entre instituições. A autora acrescenta que, apesar de haver estruturas recorrentes nesse tipo de documento, há variações quanto aos aspectos discursivos apresentados. Tal fato se deve à variedade de objetivos comunicativos que possam ser atendidos por um ofício, tais como: solicitação de serviços, convites, fornecimento de informações, entre outros.

O enfoque deste trabalho é analisar como as estratégias de preservação de face são utilizadas em ofícios em ambiente militar. Assim, com relação às perguntas de pesquisa que guiaram os procedimentos de análise adotados, buscamos verificar se o estilo comunicativo se alteraria dependendo do *status* dos participantes; quais seriam as estratégias comunicativas de preservação de face utilizadas na confecção dos documentos tramitados em ambiente militar; e, finalmente, quais as estratégias de face predominariam nos ofícios: os de face positiva ou os de face negativa.

Os dados empíricos utilizados neste estudo são constituídos por 22 ofícios, expedidos na Força Aérea Brasileira entre os meses de janeiro e junho de 2017, e obtidos com autorização da Organização Militar consultada.

Na próxima seção, os conceitos de polidez e preservação de face serão abordados com maior cuidado. Em seguida, os procedimentos metodológicos serão apresentados, seguidos da análise dos ofícios obtidos realizada à luz dos referidos conceitos.

## 1 Polidez

De acordo com Richards e Schmidts (2002, p. 405), *polidez* pode ser definida da seguinte maneira: a) como a língua expressa a distância social entre falantes e seus diferentes papéis nas relações; b) como o trabalho de face, isto é, a tentativa de estabelecer, manter e salvar a face em uma conversa, é realizado em um discurso de uma comunidade. De uma maneira geral, os estudos acerca da noção de polidez têm conceitualizado o termo, especialmente como uma estratégia de evitação de conflito ou como uma estratégia de construção de interação social cooperativa (WATTS, 2003).

A visão de Scollon e Scollon (1995) também leva em consideração as relações sociais na formação do conceito de polidez, assim como a de Richards e Schmidts (2002) apresentada acima e, portanto, serão essenciais para este capítulo, uma vez que ele

retrata relações entre militares. Os primeiros autores se baseiam principalmente na diferença de poder e/ou na distância social entre os interlocutores e postulam sistemas com essa finalidade. Esses sistemas são descritos como: a) o sistema polidez de deferência; b) o sistema solidário de polidez; e c) o sistema hierárquico de polidez (OLIVEIRA; CUNHA; MIRANDA, 2017).

No sistema de polidez de deferência, os participantes são considerados iguais, ou quase iguais, mas tratam uns aos outros com certa distância social (por exemplo, colegas de trabalho). No sistema de polidez solidária, os falantes não identificam praticamente nenhuma diferença de poder profunda, ou de distância social entre eles (por exemplo, amigos, membros da família). No sistema hierárquico de polidez, os falantes tendem a usar diferentes estratégias de polidez para serem aceitos, uma vez que a distância social é predominante.

O sistema hierárquico é prevalente em organizações educacionais, empresas e órgãos governamentais, o que o torna importante para esta pesquisa, uma vez que ela se concentra em ofícios (de solicitação) expedidos em ambiente militar, ou seja, em textos produzidos em ambiente fortemente hierarquizado.

Quanto às estratégias de polidez, Fraser (1990) apresenta quatro tipos: a norma-social, a máxima conversacional, a preservação de face e o contrato conversacional. Daremos ênfase nessa pesquisa à preservação de face, tratada abaixo.

### 1.1 Preservação de face

Esta seção discorrerá sobre as ideias de Goffman (2011) acerca da noção de preservação de face. Segundo o autor, as pessoas vivem em um mundo de encontros sociais que as envolve, seja em contato face a face, ou em contato mediado com outros participantes, como neste caso iremos abordar, em ofícios impressos. Em cada um desses contatos, a pessoa tende a desempenhar o que, geralmente, é chamado de *linha* – isto é, um padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua opinião sobre a situação e, através disso, sua avaliação sobre os participantes, especialmente sobre ela própria. Não importa se a pessoa pretenda assumir uma linha ou não, ela sempre o fará na prática, voluntária ou involuntariamente.

Esse termo (*linha*), assim como *fachada*, são termos primordiais para esta pesquisa. O último pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma, através da linha que os outros pressupõem que

ela assumiu durante um contato particular. Em outras palavras, a fachada é uma imagem própria delineada em termos de atributos sociais aprovados, mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião ao fazer uma boa demonstração de si mesma.

Entretanto, a pessoa não terá sentimentos sobre sua fachada somente. Ela também os terá sobre a fachada mantida para os outros participantes e, apesar desses sentimentos poderem ser de quantidade e direção diferentes daqueles que ela tem para sua própria fachada, eles constituem um envolvimento com a fachada dos outros, o que pode ser tão imediato e espontâneo quanto o envolvimento que ela tem com a própria fachada. Dessa forma, a fachada pessoal e a fachada dos outros são constructos da mesma ordem; são regras do grupo e a definição da situação que determina quantos sentimentos devemos ter pela fachada e como esses sentimentos devem ser distribuídos pelas fachadas envolvidas.

Ainda de encontro com as ideias de Goffman (2011), apesar de a fachada social ser a posse mais pessoal e o centro de sua segurança e prazer de cada indivíduo, ela é apenas um empréstimo da sociedade e poderá ser retirada, a não ser que a pessoa se comporte de alguma forma digna dela. Assim, do mesmo modo que esperamos que um membro de qualquer grupo tenha respeito próprio, também esperamos que ele mantenha um padrão de consideração e que realize certos esforços para resguardar os sentimentos e a fachada dos outros presentes. Além disso, acreditamos que ele faça isso voluntária e espontaneamente, por haver uma identificação emocional com os outros e com os sentimentos deles. Como consequência, ele não estará inclinado a testemunhar a desfiguração dos outros.

O efeito combinado da regra do respeito próprio e da regra da consideração é que a pessoa tende a se conduzir durante um encontro de forma a manter tanto a sua própria fachada quanto a fachada dos outros participantes. Isso significa que normalmente permitimos que a linha assumida por cada participante prevaleça e que cada participante desempenhe o papel que aparentemente ele tenha escolhido para si. Estabelecemos um estado em que todos, temporariamente, aceitem a linha de todos os outros. Esse tipo de aceitação mútua parece ser uma característica estrutural básica da interação, especialmente da interação em conversas face a face.

Normalmente, a manutenção da fachada é uma condição da interação e não o seu objetivo. Objetivos comuns, como ganhar fachada, expressar livremente nossas crenças verdadeiras, introduzir informações depreciadoras sobre os outros, ou resolver problemas

e realizar tarefas, são tipicamente perseguidos de forma consistente com a manutenção da fachada. Estudar o salvamento da fachada é estudar as regras de tráfego da interação social.

A preservação da fachada é definida por Goffman (2011) como sendo as ações tomadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a fachada. A preservação da fachada serve para neutralizar “incidentes” – quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a fachada. Mesmo que um indivíduo que empregue ações para salvar sua fachada não conheça todas as suas consequências, estas frequentemente se tornam práticas habituais e padronizadas; elas são como jogadas tradicionais num jogo, ou passos tradicionais numa dança.

Cada pessoa, subcultura e sociedade parecem ter seu próprio repertório característico de práticas para salvar a fachada. Em parte, é a esse repertório que as pessoas se referem quando perguntam como uma pessoa ou cultura realmente “são”. É como se a fachada, por sua própria natureza, só pudesse ser salva por meio de um certo número de formas e como se cada agrupamento social precisasse fazer suas escolhas dentro de uma única matriz de possibilidades.

Podemos esperar que os membros de todo círculo social tenham algum conhecimento da preservação da fachada e alguma experiência no uso dela. Em nossa sociedade, esse tipo de capacidade é, algumas vezes, chamada de tato, *savoir-faire*, diplomacia ou habilidade social. Variações na habilidade social têm mais a ver com a eficácia da preservação da fachada do que com a frequência de sua aplicação, pois quase todos os atos que envolvem outras pessoas são modificados, prescritivos ou proscritivamente, por considerações sobre a fachada.

Se uma pessoa quiser empregar seu repertório de práticas para salvar a fachada, obviamente ela deve, em primeiro lugar, ter consciência das interpretações que os outros podem ter colocado sobre os seus atos e das interpretações que ela talvez deva colocar sobre os deles. Em outras palavras, ela precisa exercer a perceptividade.

Todavia, mesmo que ela perceba apropriadamente os juízos transmitidos simbolicamente e seja socialmente hábil, ela ainda precisa estar disposta a exercer sua perceptividade e habilidade; ela deve, resumindo, ser orgulhosa e considerada. É claro que, confessadamente, a posse de perceptividade e habilidade social leva com tanta frequência a sua aplicação que, em nossa sociedade, termos como “polidez” e “tato” acabam não distinguindo entre a inclinação para exercer tais capacidades e as próprias capacidades.

Goffman (2011) também postula que, supostamente, a habilidade social e a perceptividade serão altas em grupos cujos membros frequentemente ajam como representantes de unidades sociais mais amplas, como linhagens ou nações, pois o jogador, aqui, está apostando com uma fachada à qual os sentimentos de muitas pessoas estão ligados.

Da mesma forma, e em relação com este trabalho, Goffman (2011) defende que podemos esperar que a habilidade social seja bem desenvolvida entre aqueles de alta posição e aqueles com quem estes têm relações, como em um ambiente militar, pois quanto mais fachada um participante da interação tiver, maior será o número de eventos que podem ser inconsistentes com ela e, por isso, maior a necessidade de ter habilidade social para prevenir ou neutralizar essas inconsistências.

Conforme mencionado previamente, a pessoa terá dois pontos de vista: uma orientação defensiva para salvar sua própria fachada e uma orientação protetora para salvar a fachada dos outros. Algumas práticas serão primariamente defensivas e outras primariamente protetoras, ainda que, de modo geral, possamos esperar que as duas perspectivas sejam assumidas ao mesmo tempo. Ao tentar salvar a fachada dos outros, a pessoa precisa escolher um método que não levará à perda de sua própria fachada; ao tentar salvar sua própria fachada, ela precisa levar em consideração a perda de fachada dos outros que sua ação pode causar.

Quando uma pessoa realiza a preservação da fachada, junto com seu acordo tácito de ajudar as outras a realizar a delas, isto representa sua disposição em obedecer às regras básicas da interação social. Eis o símbolo de sua socialização como um participante da interação. Se os indivíduos não fossem socializados dessa forma, a interação na maioria das sociedades e na maioria das situações seria uma coisa muito mais perigosa para sentimentos e fachadas.

Não seria prático para a pessoa se orientar para avaliações comunicadas simbolicamente de valor social, nem possuir sentimentos, isto é, não seria prático para ela ser um objeto ritualmente delicado. E, como Goffman (2011) sugere, se a pessoa não fosse um objeto ritualmente delicado, as ocasiões de conversa não poderiam ser organizadas da forma como normalmente são. Não surpreende que uma pessoa em quem não se possa confiar para jogar o jogo de salvar a fachada cause problemas.

Muito do que foi dito até agora se aplica a encontros do tipo imediato e mediado, ainda que neste último a interação provavelmente seja mais atenuada, obtendo-se a linha

de cada participante, a partir de coisas como declarações escritas e registros profissionais, como o apresentado neste trabalho.

### 1.1.1 Fachada e relações sociais

Quando uma pessoa começa um encontro mediado ou imediato, ela já está em algum tipo de relação social com os outros em questão e espera estar numa dada relação com eles quando esse encontro em particular terminar.

Parece ser obrigação característica de muitas relações sociais que cada um dos membros garanta apoiar uma certa fachada para os outros membros em dadas situações. Assim, para prevenir uma perturbação dessas relações, é necessário que cada membro evite destruir a fachada dos outros. Uma relação social, então, pode ser vista como uma forma pela qual a pessoa é forçada, mais do que o normal, a confiar sua autoimagem e fachada à diplomacia e boa conduta dos outros.

A natureza humana não é algo muito humano. Ao adquiri-la, o indivíduo se torna uma espécie de construto, criado não a partir de propensões psíquicas internas, mas de regras morais carimbadas externamente. Essas regras, quando seguidas, determinam a avaliação que ele fará sobre si mesmo e sobre seus colegas participantes no encontro, a distribuição de seus sentimentos e os tipos de práticas que ele empregará para manter um tipo especificado e obrigatório de equilíbrio ritual. A capacidade geral de ser limitado por regras morais pode muito bem pertencer ao indivíduo, mas o conjunto particular de regras que o transforma num ser humano é derivado de requerimentos estabelecidos na organização ritual de encontros sociais.

### 1.2 Estratégias de preservação de face: face positiva e face negativa

De acordo com Scollon e Scollon (1995, p. 46), o conceito de face é paradoxal. Segundo esses autores, nas interações humanas é necessário que haja o *envolvimento* dos participantes no sentido de contribuir, acolher o ponto de vista do outro. Por envolvimento entende-se que os participantes demonstrem atração comum um pelo outro. Por outro lado, é também importante que a *independência* dos participantes seja respeitada e que sua individualidade seja enfatizada. A independência demonstra que os participantes em um evento comunicativo possuam algum grau de autonomia para agirem, além de liberdade de movimento e de escolha (SCOLLON; SCOLLON, 1995, p.

47). Assim, esses dois aspectos de face são conflituosos, pois precisam ser projetados no discurso de forma equilibrada. A não observância de um desses aspectos projeta uma ameaça ao outro: se o falante, por exemplo, enfatiza o envolvimento, o ouvinte pode entender tal procedimento como uma ameaça a sua independência. Por outro lado, se o falante demonstra muita independência, o falante pode presumir que seu envolvimento está sendo limitado (SCOLLON; SCOLLON, 1995, p. 48). De qualquer forma, em qualquer evento comunicativo existe um risco para a face dos participantes.

Os termos *envolvimento* e *independência*, utilizados por Scollon e Scollon (1995), equivalem aos conceitos de face positiva e de face negativa, respectivamente, utilizados por Brown e Levinson (1978, 1987). Segundo esses autores, face positiva corresponde ao desejo de todo participante de que suas necessidades e desejos também sejam almejados por pelo menos alguns outros membros. Já a face negativa é definida como o desejo dos participantes de não terem suas ações restringidas por outros<sup>84</sup>. Para preservar tanto a face positiva quanto a negativa, ou seja, para que haja equilíbrio no grau de envolvimento e independência, Scollon e Scollon (1995, p. 51-52) apresentam dez tipos de estratégias linguísticas para preservação de face positiva e dez para preservação de face negativa. Com respeito à face positiva, as estratégias linguísticas, comumente utilizadas no idioma inglês, são: 1) perceber e acolher os interesses, desejos e necessidades do ouvinte; 2) exagerar no interesse, na aprovação e na simpatia com o ouvinte; 3) reivindicar pertencimento a grupo com o ouvinte; 4) reivindicar pontos de vista, opiniões, atitudes, conhecimento e empatia comuns; 5) ser otimista; 6) indicar que o falante conhece os desejos do ouvinte e os considera; 7) presumir e reafirmar reciprocidade; 8) utilizar primeiros nomes e apelidos; 9) ser eloquente; 10) usar a língua materna ou dialeto do ouvinte. Já para preservar a face negativa, os autores propõem igualmente dez estratégias linguísticas: 1) presumir minimamente sobre os desejos do ouvinte; 2) dar ao ouvinte a opção de não atuar; 3) minimizar a ameaça de face; 4) desculpar-se; 5) ser pessimista; 6) dissociar os participantes (falante e ouvinte) do discurso; 7) proferir regras gerais; 8) utilizar sobrenomes e títulos; 9) ser silencioso; 10) usar a língua materna ou dialeto do falante.

Este trabalho baseia-se nessas estratégias de preservação de face positiva e negativa, assim como no construto teórico aqui desenvolvido, a fim de caracterizar este

<sup>84</sup> Do original:

**negative face:** *the want of every 'competent adult member' that his actions be unimpeded by others.*

**positive face:** *the want of every member that his wants be desirable to at least some others.* (BROWN; LEVINSON, 1978, 1987, p. 62)

domínio discursivo – ofício – e identificar que forma a preservação de face se dá a partir das estratégias utilizadas.

## 2 Metodologia

No presente estudo, foi realizada a análise do conteúdo apresentado por ofícios expedidos em ambiente militar. Em cada um dos 22 documentos obtidos, foram observadas as estratégias discursivas empregadas para preservação de face, conforme as estratégias de preservação de face apresentadas por Scollon e Scollon (1995). A análise dos dados foi realizada manualmente nas cópias digitalizadas de cada documento. A partir dos conceitos e exemplos fornecidos por Scollon e Scollon (1995), foram identificadas expressões que apresentassem as estratégias descritas pelos autores.

O domínio discursivo “ofício”, utilizado neste trabalho, caracteriza-se por ser um documento para comunicação oficial entre as diversas organizações militares e entre essas organizações e outras instituições públicas e privadas. Nesse ambiente discursivo, as escolhas linguísticas são, possivelmente, adequadas ao nível hierárquico dos participantes na comunicação. Estudos sobre preservação de face buscam entender de que forma os participantes avaliam e decidem sobre seu *status* nas relações sociais e de que forma se utilizam da linguagem para adequar e codificar suas suposições sobre as diferenças de *status* em tais relações (SCOLLON; SCOLLON, 1995, p. 45). Nesse sentido, é esperado que, devido à formalidade nesse modelo de evento comunicativo, assim como a diferença hierárquica e de poder estabelecida entre os participantes, estes façam pressuposições sobre como preservar a face um do outro. Nossa hipótese é, portanto, a de que as estratégias linguísticas de preservação de face negativa sejam priorizadas neste tipo de comunicação.

Assim, os principais procedimentos de coleta dos dados foram os seguintes:

- (1) Identificação de estruturas linguísticas nos ofícios obtidos, que expressassem o intuito de preservação de face.
- (2) Identificação manual dessas estruturas linguísticas e sua caracterização, relacionando-as com as estratégias de preservação de face positiva e negativa, conforme aquelas propostas por Scollon e Scollon (1995).

Após a realização desses procedimentos, uma análise manual das expressões encontradas foi conduzida, a fim de verificar se a estratégia utilizada era de preservação negativa ou positiva, conforme descrevemos na próxima seção.

### 3 Análise dos ofícios

Com relação às estratégias de preservação de face discutidas na seção 1.2 acima, verificou-se que algumas delas não seriam critérios passíveis de observação na presente análise, haja vista o domínio discursivo no qual se inserem estes documentos. Assim, para face positiva, as estratégias 8, 9 e 10, que equivalem, respectivamente, a utilizar primeiros nomes e apelidos, ser eloquente e usar a língua materna ou dialeto do ouvinte, não foram consideradas na análise. A exclusão desses itens deve-se aos seguintes fatores:

- Em relação ao item 8, os participantes não fazem uso do primeiro nome ou apelidos, pois o ambiente formal e hierárquico característico do meio militar não abre precedência para tal, nem mesmo em interações face a face.
- O item 9 não se aplica à modalidade escrita, uma vez que, para se comunicar por esse meio, não há como não expressar seu desejo ou solicitação senão por meio da linguagem escrita, ou seja, não haverá para o enunciador a opção de não se expressar através de estruturas linguísticas.
- Visto que os participantes do discurso nos ofícios analisados compartilham a mesma língua, o português brasileiro, não foi considerado o item 10 para análise nesta pesquisa.

Da mesma forma, para face negativa, não foram incluídas na análise as estratégias 8, 9 e 10, que correspondem aos seguintes critérios, respectivamente: utilizar sobrenomes e títulos, ser silencioso e usar a língua materna ou dialeto do falante. As razões para tal exclusão são:

- Os ofícios, por sua natureza formal, exigem que os participantes utilizem seus títulos e patentes na comunicação, portanto isso ocorrerá em todo o material pesquisado.
- De forma similar ao item b acima, não há como ser “silencioso” na modalidade escrita e, portanto, o item 9 foi eliminado como critério de observação.
- Finalmente, o item 10 não será levado em conta, uma vez que, do mesmo modo como para face positiva, os participantes compartilham a mesma língua materna e, assim, não precisam fazer escolhas sobre qual língua usar.

A análise buscou verificar, então, quais das estratégias linguísticas propostas por Scollon e Scollon (1995, p. 51-52) foram empregadas pelos participantes e se as diferentes identidades, com relação à sua posição hierárquica nas instituições refletiam diferenças de emprego dessas estratégias. Em relação às estratégias linguísticas utilizadas, o quadro abaixo mostra quais delas foram empregadas e alguns exemplos de estruturas utilizadas.

Para preservação de face positiva, dois tipos foram encontrados, conforme o Quadro 1, abaixo:

**QUADRO 1:** Tipos de face positiva encontrados

<p>Estratégia 2: Exagerar no interesse, na aprovação e na simpatia com o ouvinte</p>	<p>Exemplo A</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Ao cumprimentar V.Sa.</i></li> <li>• <i>Ao cumprimentar cordialmente V.Exa.</i></li> <li>• <i>Ao cumprimentar V.Sa., passo a tratar...</i></li> <li>• <i>Na oportunidade de cumprimentar V.Exa., passo a tratar...</i></li> </ul>
	<p>Exemplo B</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Antecipadamente agradeço a atenção</i></li> <li>• <i>Reitero os votos de elevada estima e distinta consideração</i></li> <li>• <i>Envio-lhe meus protestos de elevada estima e distinta consideração</i></li> <li>• <i>Por oportuno, aproveito o ensejo para reiterar meus votos de elevada estima e distinta consideração</i></li> <li>• <i>Aproveito a oportunidade para apresentar protestos da mais alta estima e consideração</i></li> </ul>
<p>Estratégia 4: Reivindicar pontos de vista, opiniões, atitudes, conhecimento e empatia comuns</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>A atenção que sempre nos é dispensada</i></li> </ul>

Estratégia 5: Ser otimista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Confiante no atendimento do nosso pleito.</i></li> <li>• <i>Na expectativa de atendimento desta solicitação</i></li> </ul>
-------------------------------	--

Nos ofícios analisados, verificou-se que é um padrão iniciar o texto utilizando a expressão “ao cumprimentar...” como forma de demonstrar apreço ao interlocutor (exemplo A, acima). Entretanto, consideramos um exagero o uso de tal forma linguística, uma vez que ao se dirigir ao seu interlocutor, o cumprimento formal é sempre necessário logo na abertura textual desse domínio discursivo. De igual modo, foram considerados exageros as expressões linguísticas de finalização do texto, como aquelas dadas no exemplo B, mas que de forma geral, aparecem na maioria dos ofícios de solicitação.

Em apenas um dos ofícios foi encontrada a estratégia 4: “reivindicar pontos de vista, opiniões, atitudes, conhecimento e empatia comuns”. No exemplo apresentado para essa estratégia, percebe-se que há uma tentativa de, além do simples agradecimento pela atenção, se estabelecer uma empatia com o enunciatário.

Ainda para preservação de face positiva, a estratégia “ser otimista” foi utilizada em dois momentos, quando o enunciador expressa sua confiança de que seu pedido será atendido, conforme se vê nos exemplos dados.

Para preservação de face negativa, os tipos mais comuns encontrados foram, conforme o Quadro 2:

**QUADRO 2:** Tipos de face negativa mais frequentemente encontrados

Estratégia 2: dar ao ouvinte a opção de não atuar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Caso seja possível o atendimento do pleito...</i></li> <li>• <i>Caso seja autorizada a retirada do material...</i></li> </ul>
Estratégia 3: minimizar a ameaça de face	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Venho solicitar-lhe a possibilidade de cessão dos mesmos na modalidade de doação simples</i></li> <li>• <i>Consulto Vossa Senhoria sobre a possibilidade</i></li> <li>• <i>Consulto Vossa Excelência sobre a possibilidade de remeter...</i></li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Consulto V.Sa., preliminarmente, sobre a disponibilidade de dependências...</i></li> <li>• <i>Consulto V.Sa. sobre o interesse dessa Universidade em envolver os espaço acadêmico...</i></li> </ul>
Estratégia 6: dissociar os participantes (falante e ouvinte) do discurso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>O (instituição) está à disposição para maiores esclarecimentos</i></li> <li>• <i>O (instituição) solicita a V.Sa.</i></li> <li>• <i>O (instituição) será o responsável pelos custos logísticos da operação...</i></li> </ul>
Estratégia 7: preferir regras gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>O cumprimento das atividades inerentes ao SIPAER dependem de uma atuação sinérgica com a subdivisão de saúde...</i></li> <li>• <i>Tal solicitação deve-se à regulamentação da documentação do Contrato apontada em relatório...</i></li> </ul>

Com relação à estratégia 2, quando o enunciador expressa uma condição por meio da estrutura “caso seja possível...”, ele dá ao outro a opção de não atuar, em uma atitude de preservação da face do outro, uma vez que lhe concede um certo grau de independência.

Outra forma de padronização dos ofícios de solicitação são estruturas como as dos exemplos identificados na estratégia 3 – minimizar a ameaça de face. O teor dos ofícios é um pedido formal, o que se configura como um risco à face de quem pede e a para quem o pedido é feito. Para minimizar a ameaça à face dos participantes, a modalização deontica é amplamente utilizada, como nas expressões “solicitar a possibilidade” ou “consultar sobre a possibilidade”.

Quanto à estratégia 6 – dissociar os participantes (falante e ouvinte) do discurso, esta foi também utilizada como forma de garantir a polidez negativa. De modo geral, porém, a dissociação do discurso é focada prioritariamente no enunciador e não no



enunciatório e é feita de tal forma que a instituição é representada como a responsável pelos processos.

Finalmente, a última estratégia observada para preservação de face negativa é a que se refere a proferir regras gerais. Muito comum neste domínio discursivo, essa estratégia parece ser utilizada como forma de justificar a solicitação por meio de demandas que não a do enunciador, preservando, assim, a ameaça à sua face e também à do enunciatório.

Outro ponto observado diz respeito à posição hierárquica dos enunciadores na organização militar e se essa posição, assim como suas relações de poder, é fator influenciável nas escolhas das estratégias discursivas de preservação de face. Com respeito ao tipo de interação, há três possíveis variáveis de comunicação: ofícios de militares para civis de outros órgãos ou instituições; ofícios de militares de posição superior para militares de posição inferior dentro da mesma organização ou outras organizações militares; e ofícios de militares de posição inferior para militares de posição superior dentro da mesma organização ou outras organizações militares. Detalhamos aqui quais foram as estratégias discursivas utilizadas em cada uma dessas interações.

### 3.1 Ofícios de militares para civis

Na maioria dos casos, os ofícios foram expedidos de uma organização militar para outros órgãos governamentais como, por exemplo, o Departamento de Trânsito de Minas Gerais ou a Universidade Federal de Minas Gerais. Em geral, eles são assinados pelo comandante da organização militar para representantes que possuem um alto cargo nas instituições civis. Por serem ofícios de solicitação, expedidos para um ambiente exterior ao meio militar, espera-se que sejam utilizadas diversas estratégias de preservação de face, e de preservação de face negativa, em sua maioria, o que diminuiria o peso da imposição e a ameaça de face dos interactantes. De fato, para este tipo de ofício, foram encontradas as seguintes estratégias discursivas:

- a) Preservação de face positiva
  - Exagerar no interesse, na aprovação e na simpatia com o ouvinte;
  - Ser otimista;
  - Reivindicar pontos de vista, opiniões, atitudes, conhecimento e empatia comuns.
- b) Preservação de face negativa
  - Minimizar a ameaça de face;

- Proferir regras gerais;
- Dar ao ouvinte a opção de não atuar;
- Dissociar os participantes (falante e ouvinte) do discurso.

Conforme observado, diversas foram as estratégias utilizadas para preservação de face. Embora o número para preservação de face negativa tenha sido maior, a quantidade de estratégias de preservação de face positiva é praticamente equivalente à de preservação de face negativa.

### 3.2 Ofícios de militares de posição superior para militares de posição inferior

No caso dos ofícios entre militares, verificou-se que foi utilizado um número inferior de estratégias de preservação de face:

- a) Face positiva:
  - Exagerar no interesse, na aprovação e na simpatia com o ouvinte.
- b) Face negativa:
  - Dar ao ouvinte a opção de não atuar;
  - Minimizar a ameaça de face.

É interessante notar que, em se tratando de ofícios cujo enunciador possui a patente superior ao enunciatório, a estratégia “dar ao ouvinte a opção de não atuar” não seria esperada nesses casos, uma vez que se entende que é a ordem de um superior a um subalterno. Entretanto, observou-se que a solicitação foi feita à organização militar que não a do solicitante e, portanto, a justificativa para a utilização dessa estratégia.

### 3.1 Ofícios de militares de posição inferior para militares de posição superior

As estratégias linguísticas utilizadas nos ofícios de militares de patente inferior para os de patente superior foram:

- a) Face positiva
  - Exagerar no interesse, na aprovação e na simpatia com o ouvinte;
  - Ser otimista.
- b) Face negativa
  - Minimizar a ameaça de face;

- Dissociar os participantes (falante e ouvinte) do discurso;
- Dar ao ouvinte a opção de não atuar;
- Preferir regras gerais.

A justificativa para a maior quantidade de estratégias linguísticas nesses ofícios está diretamente relacionada ao fato de que o militar, ao se dirigir a um militar de posição hierárquica superior, necessitará fazer usos de estratégias que amenizem a ameaça de face, tanto para si quanto para o outro.

Em suma, os dados mostram que há diferenças nas escolhas e na quantidade de estratégias linguísticas utilizadas na preservação de face em ofícios expedidos em ambiente militar, no que tange aos tipos de estratégia, positiva ou negativa, assim como à posição hierárquica do militar em sua organização.

#### 4 Considerações finais

À luz de conceitos como o de *polidez* (RICHARDS; SCHMIDT, 2002) e o de *preservação de face* (GOFFMAN, 2011), buscamos analisar as estratégias discursivas empregadas em ofícios expedidos em ambiente militar para diminuir a ameaça de face dos interlocutores e de preservação de fachada. Nesse sentido, foi possível observar que, apesar dos ofícios apresentarem estruturas recorrentes, no que diz respeito ao formato e estruturação do texto, inerentes ao próprio gênero textual, bem como ao ambiente profissional em que ele é escrito e veiculado, há variação na adoção de estratégias de preservação de face nos documentos analisados.

Baseando-nos nas estratégias linguísticas de *envolvimento* (face positiva) e de *independência* (face negativa) propostas por Scollon e Scollon (1995, p. 51-52), identificamos quais eram as estratégias mais recorrentes nos documentos e as relacionamos com as estratégias apresentadas por estes autores. Como exemplificação, algumas das estratégias linguísticas mais utilizadas nos ofícios foram as de “exagerar na simpatia com o ouvinte” e “ser otimista” (face positiva), além de “minimizar a ameaça de face” e “dissociar os participantes do discurso” (face negativa).

Dessa forma, nos ofícios militares cujos destinatários eram organizações civis; nos ofícios enviados por militares de patente superior para militares de patente inferior; e, ainda, nos ofícios de militares em posição hierárquica inferior para um militar em posição hierárquica superior, foram usadas tanto estratégias de preservação de face positiva (por exemplo, empatia) quanto estratégias de preservação de face negativa (por exemplo, de

não imposição). Esperava-se que em todos os documentos houvesse uma prevalência de estratégias de preservação de face negativa. Entretanto, observou-se que no primeiro tipo de ofício (militares para civis) tanto os recursos de *independência* (face negativa) quanto os de *envolvimento* (face positiva) foram utilizados em quantidade equivalente. No segundo tipo de ofício, os resultados demonstraram o pouco uso de estratégias de preservação de face positiva, uma vez que se tratava de ofícios enviados a militares de patente inferior, havendo, portanto, uma minimização da ameaça de face por meio de estratégias linguísticas de *independência* (face negativa). No terceiro tipo, em que ofícios são expedidos para oficiais de patente superior, o resultado comprovou nossa hipótese de que um número maior de estratégias discursivas de preservação de face negativa seria utilizado.

Em outras palavras, a análise pôde demonstrar que parece haver uma correlação entre os tipos de estratégias utilizadas, sejam elas negativas ou positivas, e a posição do militar que expediu o documento, na hierarquia da organização militar.

#### Referências

- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Universals in language usage: Politeness phenomena. Questions and politeness: Strategies in social interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 56-311.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- DU GAY, Paul; HALL, Stuart et al. *Doing cultural studies: The story of the Sony Walkman*. London: SAGE Publications, 1997.
- FRASER, B. Perspectives on Politeness: *Journal of Pragmatics*, 1990.
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 13-50.
- MICHLISZYN, M. S. *Educação e diversidade*. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- OLIVEIRA, A. L. A. M.; CUNHA, G. X. ; MIRANDA, M. V. Nominalizations as Complex Strategies of Politeness and Face-work in Scientific Papers written in Brazilian Portuguese: *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), v. 58, p. 361-374, 2017.
- RICHARD, J. C.; SCHMIDT, R. *Dictionary of language teaching & applied linguistics*. Longman: Pearson Education, 1985.

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. *Intercultural communication: A discourse approach*. Oxford: Blackwell, 1995.

SILVEIRA, M. I. M. A organização retórica do ofício de solicitação. In: *Anais [do] Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino em João Pessoa, no ano de 2003*. João Pessoa: Idéia, 2003. Disponível em: <[http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ECLAE\\_II/indexfichatecnica.htm](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ECLAE_II/indexfichatecnica.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

WATTS, Richard J. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SADEGHOGHLI, H; NIROOMAND, M. Theories on Politeness by Focusing On Brown and Levinson's Politeness Theory. In: *International Journal of Educational Investigations*, 2016, Vol 3, No 2: 26-39. Available at: <http://www.ijeonline.com/attachments/article/51/IJEI.Vol.3.No.2.03.pdf> .

### 13. A nominalização deverbal como estratégia complexa de polidez em artigos científicos brasileiros<sup>85</sup>

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira  
Gustavo Ximenes Cunha  
Monique Vieira Miranda

#### 1 Panorama geral do estudo

A escrita acadêmica é lexicalmente densa, e o fato de que instâncias de nominalização sejam pervasivas é bem aceito na literatura (HALLIDAY; MARTIN, 1993; MARTIN, 2008). Do ponto de vista da Linguística Sistêmico-Funcional, as instâncias de nominalização estão associadas ao fenômeno linguístico denominado por Halliday e Matthiessen (2014) de metáforas gramaticais ideacionais (MGI).

As MGI representam uma mudança da forma mais congruente de linguagem para um modo mais abstrato, ou “metafórico” (HALLIDAY; MARTIN, 1993; TAVERNIERS, 2003; 2006). Mais especificamente, as MGI possibilitam a substituição de uma categoria gramatical (ou estrutura) por outra; por exemplo, “pessoas comparam preços” em oposição a “a comparação de preços”. O termo nominalizado resultante é uma forma metafórica que apresenta uma contra-partida clausal. (MENDONÇA; OLIVEIRA, no prelo).

Neste trabalho, partimos da hipótese de que, em textos formais e, especificamente, em artigos científicos, o uso das instâncias de nominalizações na construção de um texto lexicalmente denso encontra uma explicação na dimensão interpessoal do discurso, ou na interação que se estabelece entre autor e leitor, interação mediada pelo artigo científico. A hipótese de uma relação entre o uso de nominalizações e o grau de formalidade dos textos já está colocada em Brown e Levinson (1987, p. 207), para os quais a nominalização de processos imprime maior formalidade a um enunciado. Estes três enunciados são usados pelos autores para ilustrar sua hipótese:

- (a) You performed well on the examinations and we were favourably impressed.
- (b) Your performing well on the examinations impressed us favourably.

<sup>85</sup> Uma versão preliminar e resumida deste trabalho foi publicada em Oliveira, Cunha e Miranda (2017).

(c) Your good performance on the examinations impressed us favourably.

Para Brown e Levinson (1987), (c) é o enunciado mais formal e se assemelha a enunciados de textos escritos, como cartas, o que se deve à nominalização de *performed*. Na explicação dos autores, a nominalização torna um enunciado mais formal, porque “Quanto mais ‘nominal’ for uma expressão, mais removido o ator é de fazer, sentir ou ser algo; em vez do verbo ser algo atribuído a um ator, o ator torna-se atributo (i. e. adjetivo) da ação” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 208). Ainda segundo os autores, o emprego da nominalização evita um confronto direto entre os interlocutores e, por isso, funciona como uma estratégia de polidez negativa.

Assim, embora, tal como apontado por Goffman (1967), o trabalho de face (*face-work*) que ocorre em interações mediadas por textos escritos esteja atenuado e seja menos intenso do que aquele que ocorre em interações face a face, a negociação de imagens identitárias é uma dimensão importante da construção do discurso, independentemente da modalidade (oral ou escrita). Como revelam os exemplos de Brown e Levinson (1987), propriedades lexicais, sintáticas e semânticas, mesmo de textos escritos, podem encontrar uma explicação na dimensão interpessoal pragmática do discurso.

Diante disso, neste artigo, defendemos que as instâncias de nominalização podem também atuar como estratégias de polidez, no sentido de que elas permitem, por um lado, proceder à omissão do agente/ator de um determinado evento verbal e, por outro, contribuem para estabelecer as fronteiras da distância social e das relações de poder presentes em textos formais.

Nessa perspectiva, focalizaremos as nominalizações cujo agente é o produtor do discurso, ou seja, o autor/pesquisador do artigo. Enquanto estratégia de polidez negativa, a omissão do pesquisador contribui para criar o efeito de não imposição ao leitor das informações (hipóteses, aporte teórico, resultados, etc.) expostas no artigo, liberando-o de aceitar essas informações como sendo verdadeiras e irrefutáveis. Assim, essas nominalizações atuam como um recurso de evitação (GOFFMAN, 1967), já que, com seu emprego, o produtor do discurso evita invadir o território do leitor. Entretanto, como verificaremos a partir da análise de um *corpus* formado por artigos científicos, a atuação das nominalizações é mais complexa, na medida em que podem funcionar também como estratégia de polidez positiva. Nessa perspectiva, as nominalizações atuam como *hedges* (termos indicadores de postura ou atitude, cf. FRASER, 2010).

Desse modo, o interesse deste trabalho estará em revelar, por meio do estudo de nominalizações de cuja contraparte verbal o agente é o pesquisador, que a co-construção de faces e territórios (faces positiva e negativa, respectivamente) caracteriza não só textos dialogais, tradicionalmente estudados pelas teorias da polidez, mas também textos monológicos, como os artigos científicos, já que também estão envolvidas as faces dos interlocutores nos textos monológicos.

Os dados empíricos analisados neste estudo compreendem artigos acadêmicos retirados do *Corpus* Acadêmico do Português Brasileiro (CAPB, OLIVEIRA; MIRANDA, 2017), que possui, atualmente, cerca de 4,8 milhões de palavras. Esse *corpus* foi coletado entre 2015 e 2016 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Na próxima seção, discutiremos brevemente as noções de polidez e de trabalho de face que sustentam nosso estudo. Em seguida, revisitaremos a teoria relativa à atuação das *hedges* na tentativa de relacioná-las ao domínio acadêmico. Mais adiante no texto, as cinco instâncias de nominalização mais frequentes em nosso *corpus* (*avaliação, construção, formação, organização, relação*) serão analisadas, na perspectiva da construção de estratégias de polidez.

## 2 Trabalho de face e estratégias de polidez

Em 1967, Goffman define o conceito de *face* nos seguintes termos: “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesmo pela linha que outros assumem que ele tomou durante um contato particular” (GOFFMAN, 1967, p. 213). No trabalho do autor, o termo *face-work* é usado para se referir às ações praticadas pelas pessoas na tentativa de preservarem suas faces (orientação defensiva), bem como as faces dos outros (orientação protetiva). Mais especificamente, a noção de *face-work* diz respeito às “ações praticadas por uma pessoa para tornar tudo o que ela faz consistente com a sua face. O trabalho de face serve para neutralizar ‘incidentes’ – ou seja, eventos cujas efetivas implicações simbólicas ameaçam a face” (GOFFMAN, 1967, p. 12). Na perspectiva do autor, o trabalho de face trata das ações languageiras e não languageiras realizadas pelos participantes da interação para reivindicar valores sociais positivos ou manter uma imagem do *self* (face) considerada satisfatória para o encontro (HAUGH, 2013).

Complementar à noção de face, a de território se refere tanto ao território físico, à “porção de espaço que cerca um indivíduo” (GOFFMAN, 1973, p. 44), quanto a partes do

corpo, vestimentas e objetos de uso pessoal. O território engloba ainda os domínios reservados da conversação, ou seja, o direito de o indivíduo controlar quem pode lhe endereçar a fala ou o direito de um grupo de pessoas de proteger-se da intromissão e da indiscrição de outros (GOFFMAN, 1973).

Na Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987, p. 61), as noções de face e território de Goffman são reinterpretadas em termos de face positiva e face negativa, respectivamente:

(a) face negativa: a reivindicação básica aos territórios, às reservas pessoais, aos direitos à não-distração, isto é, à liberdade de ação e à liberdade de agir sem imposições.

(b) face positiva: a auto-imagem consistente positiva ou "personalidade" (o que inclui o forte desejo de que essa auto-imagem seja apreciada e aprovada), reivindicada pelos interactantes.

Nessa teoria, entende-se que os atos de fala que ameaçam a face negativa dos interactantes incluem algum grau de pressão para aceitar ou rejeitar um ato futuro, o que implica a diminuição da autonomia do locutor ou do interlocutor, como ocorre, por exemplo, em ofertas, pedidos, convites, promessas e no reconhecimento da gratidão. Já os atos ameaçadores da face positiva dizem respeito ao apoio (ou à falta de apoio) do falante à autoimagem do destinatário, o que, em geral, pode ocorrer em reclamações, críticas, acusações.

Ao sistematizarem a abordagem de Goffman no campo dos estudos da linguagem, Brown e Levinson (1987) reelaboram o conceito de face, dando a ele um sentido aproximado, mas distinto daquele proposto originalmente por Goffman. Para os autores, o trabalho de face corresponde ao conjunto das estratégias linguísticas que o falante realiza para evitar ou mitigar as ameaças que os atos de fala (*Face-Threatening Acts* – FTA) representam para as faces positiva (face) e negativa (território) do ouvinte.

Assim, em Brown e Levinson (1987), a noção sofre um deslizamento conceitual importante. Por um lado, é restringida, já que passa a corresponder apenas ao uso dos procedimentos linguísticos (e não de quaisquer procedimentos) que atenuam a ameaça apenas de atos de fala. Por outro, a noção é ampliada, já que passa a abarcar as estratégias empregadas na mitigação de ataques à face negativa e não mais apenas de ataques à face positiva.

É com base nesse modo de conceber o trabalho de face que, mais recentemente, Brown (2015, p. 326) conceitua a polidez nestes termos:

A polidez é essencialmente uma questão de levar em conta os sentimentos dos outros sobre como estes devem ser tratados do ponto de vista interacional, o que inclui comportar-se de uma maneira que demonstre preocupação com o *status* social dos interlocutores e sua relação social. A polidez - nesse sentido conversacional amplo, voltado para a imagem pública, ou para a 'face' dos interlocutores - é onipresente no uso da linguagem. (BROWN, 2015, p. 326).

Dito de outro modo, a polidez restringe o comportamento comunicativo humano, como forma de evitar desarmonia e conflito conversacional. Esse aspecto, na perspectiva de Leech (2014), refere-se ao fato de que, nas interações verbais, os interlocutores procuram gerenciar suas faces negativas e positivas, de modo que suas imagens públicas, reivindicadas nas trocas comunicativas, possam ser mantidas.

Nas últimas décadas, diversas críticas têm sido endereçadas ao modelo de Brown e Levinson (1987). As principais são:

(a) O tratamento da polidez teria um viés ocidental e, mais especificamente, anglófono, não podendo ser aplicado a todas as línguas e a todas as culturas (BRAVO, 2004). Rebatendo essa crítica, que é endereçada ao seu próprio modelo, Leech (2014, p. 83) observa que: "um modelo de polidez poderia ser generalizável a várias culturas, e poderia fornecer a base para pesquisas sobre (im)polidez em diferentes línguas e sociedades".

(b) A definição de polidez de Brown e Levinson em termos de face negativa e positiva refletiria uma visão individualista e igualitária anglo-ocidental, centrada na supremacia dos desejos e direitos do indivíduo para liberdade, e corresponderia, de modo mais redutor, aos valores típicos da classe média americana (SPENCER-OATEY, 2002; WATTS, 2005).

Vale destacar que essa visão, inapropriada para o estudo de culturas como as orientais, em que predominaria uma orientação coletivista ou grupal (LEECH, 2005), é reforçada pela noção de pessoa adotada por Brown e Levinson (1987). Brown e Levinson definem a noção de pessoa nestes termos: "Todo o nosso modelo de pessoa consiste em um falante fluente de uma linguagem natural, dotado ainda de duas propriedades especiais – racionalidade e face" (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 58). O falante é, assim, concebido como um sujeito que utiliza a linguagem de modo individual, consciente e estratégico para alcançar determinados fins, como se depreende da definição de racionalidade proposta pelos autores: "Por 'racionalidade' queremos dizer algo muito específico – a disponibilidade, para o nosso *Model Person* (MP), de um modo de

raciocínio definido, precisamente, como um recurso partindo dos fins para os meios que levarão ao alcance desses fins” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 58).

(c) O modelo de Brown e Levinson (1987) enfatiza os Atos Ameaçadores de Face. Essa ênfase reforça a crítica do viés ocidental da teoria, na medida em que é centrada no *self* e nos perigos que os atos de fala podem causar a ele. Não se faz menção aos atos que seriam lisonjeiros, ou valorizantes para as faces dos interlocutores. Opondo-se à concepção de Brown e Levinson (1987) de que todos os atos de fala seriam ameaçadores, Kerbrat-Orecchioni (1992; 2006) e Leech (2014) defendem que atos como *agradecimento, oferta, convite, elogio* seriam lisonjeiros para a face de quem os recebe e teriam, desse modo, um caráter antiameaçador. Para esses autores, os atos de fala seriam, assim, divididos em dois grandes grupos: o dos *Face Threatening Acts* e o dos *Face Flattering Acts*.

(d) A releitura da noção de face por Brown e Levinson (1987) teria negligenciado muito da riqueza dessa noção tal como formulada inicialmente por Goffman (1967). De acordo com Haugh (2013), essa crítica tem levado muitos pesquisadores a adotarem dois caminhos. O primeiro é um retorno à noção original de Goffman (1967), com o abandono da noção de face de Brown e Levinson (1987) (FILLIETTAZ, 2000; BARGIELA-CHIAPPINI, 2003). O segundo caminho é o estudo da noção de trabalho de face, considerando que a polidez seria apenas um dos aspectos dessa noção mais ampla, que inclui diferentes tipos de fenômenos interpessoais, como a impolidez, a falsa (im)polidez, a reivindicação de valores sociais positivos ou negativos, o uso de recursos que expressam tato, porte e deferência etc. (CULPEPER, 1996; CULPEPER; BOUSFIELD; WICHMANN, 2003).

De modo geral, as críticas apontam para a necessidade de uma abordagem da polidez que seja mais sensível às diferenças culturais, bem como aos contextos de interação (FRASER, 1999; BRAVO, 2004).

Devido ao fato de que este estudo tem como objetivo analisar o impacto de instâncias de nominalizações no domínio acadêmico, o marco teórico proposto por Scollon e Scollon (1995) também é relevante, uma vez que os sistemas de polidez postulados por esses autores se baseiam principalmente na diferença de poder e/ou na distância social entre os interlocutores. Esses sistemas são descritos como: a) o sistema polidez de deferência; b) o sistema solidário de polidez e c) o sistema hierárquico de polidez.

No sistema de polidez de deferência, os participantes são considerados iguais, ou

quase iguais, mas tratam uns aos outros com certa distância social (por exemplo, colegas de trabalho). No sistema de polidez solidária, os falantes não identificam praticamente nenhuma diferença de poder profunda, ou de distância social entre eles (por exemplo, amigos, membros da família). No sistema hierárquico de polidez, os falantes tendem a usar diferentes estratégias de polidez para serem aceitos, uma vez que a distância social é predominante. O sistema hierárquico é prevalente em organizações educacionais, empresas e órgãos governamentais, o que o torna importante para esta pesquisa, uma vez que ela se concentra na escrita acadêmica, ou seja, em textos produzidos em ambiente fortemente institucionalizado e, em geral, bastante hierarquizado.

À luz das proposições colocadas neste item, o próximo discute o papel das nominalizações no trabalho de face.

### 3 Hedges e termos nominalizados no domínio acadêmico escrito

Como uma forma de escrita especializada, a escrita acadêmica desenvolveu suas próprias convenções. É bastante corrente a ideia de que a objetividade e a neutralidade estão no cerne do domínio acadêmico (CORACINI, 1991; MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). Apesar dessa característica, alguns autores chamam a atenção para o uso de *hedges* (termos que expressam postura, ou atitude) na escrita acadêmica/científica (LAKOFF, 1973; HYLAND, 1998; MYERS, 1989). De acordo com essa visão, os textos científicos não são exclusivamente constituídos de conteúdo especializado, havendo também espaço para a expressão de postura.

As *hedges* podem ser analisadas com base na visão sistêmico-funcional da linguagem, em que a função interpessoal desempenha um papel crucial. De acordo com essa perspectiva, a linguagem é o meio pelo qual as pessoas “reconhecem a função comunicativa do enunciado, o tipo de oferta, a declaração de comando ou a pergunta, as atitudes e julgamentos nela incorporados, bem como as características retóricas que constituem a fala como um ato simbólico” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 45). Nessa visão, o uso de *hedges* pode ser concebido como estratégia linguística por meio da qual os falantes procuram proteger suas imagens públicas, bem como a imagem pública de seus interlocutores (MUSA, 2014).

Neste trabalho, entendemos que as nominalizações podem funcionar como *hedges*, na medida em que constituem uma estratégia eficaz com a qual o autor pode atenuar seu grau de compromisso com os processos verbais nominalizados. Na literatura

sobre polidez, já apontada na seção anterior, a nominalização é compreendida como uma estratégia por meio da qual o locutor evita limitar a liberdade de ação ao ouvinte. Nesse sentido, a nominalização seria uma estratégia de polidez negativa. É o que ocorre quando, num diálogo entre patrão e empregado, o primeiro diz ao segundo “A *entrega* do relatório deve ser feita ainda hoje”. O valor ilocucionário do enunciado é o de ordem. Por esse motivo, o empregado tem sua face negativa atacada, na medida em que, estando obrigado a atender a uma ordem feita por seu superior, tem sua liberdade futura de ação limitada. Porém, a nominalização *entrega*, possibilitando a omissão de quem deve entregar o relatório e de quem deve recebê-lo, constitui uma estratégia com a qual o patrão tenta amenizar o ataque à face negativa ou a invasão ao território do empregado. Com isso, o enunciado revela a existência de uma distância social entre os interlocutores, bem como a formalidade da situação. Em linhas gerais, essa é a maneira como Brown e Levinson (1987) entendem o papel da nominalização enquanto estratégia de polidez negativa.

Porém, consideramos que a atuação das nominalizações enquanto estratégia de polidez é mais complexa, o que, no entanto, só se verifica quando as consideramos em outros contextos, como o da escrita de textos acadêmicos. Nesse âmbito, a nominalização, tal como será discutido nas análises, parece ter uma dupla função, cada uma das quais ligada à mitigação de ataques às faces (positiva e negativa) do leitor e do autor.

De um lado, seu uso pode permitir ao autor amenizar o ataque à face negativa do leitor. Embora em textos acadêmicos não se verifiquem ataques tão diretos como o que ocorre na ordem do patrão ao empregado, há, no entanto, um pesquisador exigindo do leitor que dedique determinado intervalo de tempo à leitura do trabalho e, mais ainda, impondo ao leitor a (suposta) verdade e a pertinência das hipóteses de sua pesquisa, do arcabouço teórico em que se baseou, dos passos metodológicos que seguiu, bem como dos resultados a que chegou. Nessa perspectiva, a função de uma nominalização pode ser a de fazer parecer que os processos nominalizados (*avaliação, construção, organização, seleção, comparação*, etc) se apresentam ao leitor sem a interferência (ou a agência) de um pesquisador, que é quem, ao longo do processo de realização de uma pesquisa, avalia, constrói, organiza, seleciona, compara etc. Com a nominalização, atenua-se, assim, a presença de um locutor (o pesquisador) impondo a seu interlocutor (o leitor) a pertinência das ações realizadas durante a pesquisa.

De outro lado, o uso das nominalizações em textos acadêmicos pode constituir

uma estratégia que permite ao autor proteger suas faces positiva e negativa. Empregando uma nominalização de cuja contraparte verbal o autor seja o agente, esse autor omite o agente responsável pela ação, ocultando-se. Esse anonimato do pesquisador pode ser explicado por sua recusa em receber os méritos pela condução da pesquisa. Assim como ocorre na nossa sociedade, em muitas a humildade constitui um valor social positivo, o que faz Kerbrat-Orecchioni (1992, 2006) dizer que nossas interações sociais seriam pautadas por uma *lei de modéstia*, lei comprovável pelo tabu que cerca o autoelogio. É também o valor atribuído à humildade que fez Leech (1983, 2014) incluir a *máxima da modéstia* entre suas máximas de polidez<sup>86</sup>. Seguindo essa lei, o autor de um texto acadêmico, ao empregar uma nominalização, colocaria a pesquisa em primeiro plano, subordinando-se a ela. Nesse sentido, por funcionar como um recurso com o qual o pesquisador reivindica um valor social positivo para si (*humildade, abnegação ou desinteresse*), a nominalização funcionaria como estratégia de polidez positiva. Vale destacar, no entanto, que esse anonimato do pesquisador não é efetivo, dada a autoria explícita do trabalho. Ao mesmo tempo, o uso da nominalização pode constituir uma estratégia com a qual o autor tenta proteger sua face negativa, já que lhe permite não assumir ostensivamente as eventuais fragilidades do trabalho ou os problemas que podem ter ocorrido ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

O trecho (1), em que há duas ocorrências da nominalização *avaliação*, ilustra nossas observações:

- (1) A **avaliação** da mudança genética que ocorre nos rebanhos mostra-se importante para mensurar o grau de eficiência do processo de seleção usado, tanto com base em uma, ou, em várias características de interesse. Com a **avaliação**, é possível verificar se está em processo o melhoramento genético no rebanho, e se a taxa de ganho se apresenta satisfatória. (Trecho retirado da área de Ciências Biológicas I)

O trecho chama a atenção para a importância da avaliação da mudança genética realizada pelos pesquisadores e relatada no artigo. Nesse sentido, os autores enaltecem sua atuação ao longo da pesquisa, já que eles são os agentes que avaliam a mudança genética. O autoelogio é um FTA, uma vez que ameaça a face positiva do interlocutor

<sup>86</sup> Leech (1983) concebe o Princípio da Polidez como uma restrição verificada no comportamento humano que nos faz, de um lado, evitar discordância ou ofensa comunicativa e, de outro, manter ou aumentar concordância ou cortesia comunicativa. Assim como ocorre com o Princípio de Cooperação de Grice, o Princípio de Polidez está ligado a máximas. Leech (1983, p. 132) propõe seis máximas: *tact, generosity, approbation, modesty, agreement* e *sympathy*. Mais recentemente, Leech (2014, p. 91) acrescenta quatro máximas às anteriores: *obligation (of speaker to other), obligation (of other to speaker), opinion reticence* e *feeling reticence*.

(vangloriar-se é rebaixar o outro), bem como sua face negativa, por impor a ele a necessidade de aceitar a pertinência da ação realizada, a avaliação. Mas o autoelogio feito no trecho é também um ato ameaçador para a face positiva do próprio locutor, que pode ser acusado de arrogante ou presunçoso, por violar a *lei da modéstia*. Na busca por mitigar a agressividade para as faces envolvidas na interação, os pesquisadores se valem da nominalização *avaliação*. Com essa estratégia de polidez, os autores conseguem chamar a atenção para o processo da avaliação e para sua importância e não para quem o realizou.

Esse exemplo mostra bem que um mesmo recurso linguístico, como uma nominalização, pode funcionar como uma estratégia complexa de polidez, atuando na mitigação ao ataque não só da face negativa do interlocutor, como previsto na abordagem de Brown e Levinson (1987), mas também das faces positiva e negativa do próprio locutor.

Tendo em vista o arcabouço teórico exposto até aqui, na seção seguinte serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

#### 4 Procedimentos metodológicos

Neste trabalho, analisamos as unidades lexicais conhecidas como nomes deverbais. Essas unidades se originam do processo de nominalização, pela adição do sufixo -ÇÃO. Para isso, foram identificados os deverbais com essa terminação encontrados em textos acadêmicos escritos em Português Brasileiro.

O *corpus* faz parte do projeto CAPB (mencionado anteriormente), contabilizando aproximadamente 4,8 milhões de palavras distribuídas em 1.265 artigos de todas as áreas de conhecimento determinadas pela CAPES<sup>87</sup>, sendo cada área um *subcorpus*. Para este trabalho, foi considerado apenas o *corpus* principal, que engloba todas as áreas de conhecimento, pois pretendeu-se observar o fenômeno sem distinção de área de saber. Essa opção não afetou de forma alguma os dados, já que nominalizações são igualmente produtivas em todas as disciplinas.

Para lidar com os dados de forma quantitativa e qualitativa, foram utilizados o programa Kitconco© (MOREIRA FILHO, 2008) e suas ferramentas. Esse *software* fornece listas organizadas de acordo com a frequência das palavras, linhas de concordâncias e

<sup>87</sup> A página com informações sobre classificação das diferentes áreas de conhecimento pode ser encontrada em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>>. Acesso em: 01 mai 2017.

colocados, permitindo a visualização do contexto de cada *token*. Também calcula a dispersão de palavras no *corpus*, o que é um recurso fundamental para verificarmos se a nominalização teve distribuição similar nos diferentes *subcorpora*.

Primeiramente, para determinação dos nomes deverbais terminados em -ÇÃO, uma lista das palavras mais frequentes do corpus foi elaborada com auxílio do *software* Kitconco© (MOREIRA FILHO, 2008). Dessa lista, foram identificados os 20 lemas mais frequentes terminados em -ÇÃO. Em seguida, cinquenta ocorrências de cada um dos lemas mais frequentes (“relação”, “organização”, “construção”, “avaliação” e “formação”) foram selecionadas aleatoriamente para serem analisadas. A confirmação desses itens como nomes deverbais (que, portanto, apresentariam argumentos) foi feita por meio de consulta a um dicionário *online*<sup>88</sup>. O Quadro 1, a seguir, ilustra esses dados, registrando, na coluna “posição”, a ordem em que o substantivo aparece na lista de palavras mais frequentes do *corpus*:

**Quadro 1** – Deverbais mais frequentes no corpus analisado

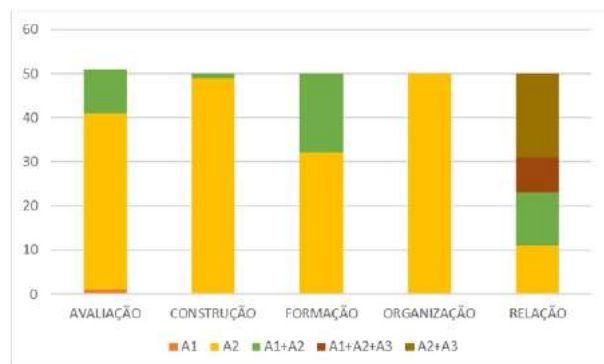
Ocorrências	Nominalização de verbal	Posição
7.299	RELAÇÃO	46
2.855	AVALIAÇÃO	138
2.415	FORMAÇÃO	175
1.928	CONSTRUÇÃO	234
1.392	ORGANIZAÇÃO	364

O Gráfico 1 abaixo ilustra a distribuição dos argumentos dos cinco deverbais mais frequentes nos textos analisados, conforme sua expressão sintática: A1 (sujeito do verbo *input*), A2 (objeto direto do verbo *input*) e A3 (objeto indireto do verbo *input*).

<sup>88</sup> Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>>.



**Gráfico 1** – Distribuição dos cinco deverbais mais frequentes no corpus e seus argumentos sintaticamente expressos.



A análise do Gráfico 1 confirma que argumentos A2 (correspondentes ao objeto direto do verbo *input*) apresentaram-se como os mais frequentemente expressos nos deverbais dos textos analisados. Esse resultado pode estar associado à tendência dos objetos de representarem, em geral, informação nova e, portanto, sintaticamente mais complexa e manipulável. Adicionalmente, no texto acadêmico escrito, a necessidade de manipulação e explicitação de informação é maior. Os trechos de (2) e (3) a seguir, retirados do *corpus* desta pesquisa, demonstram tal tendência à explicitação da informação manipulável.

- (2) A fabricação de cimento responde por cerca de 2% do consumo global de energia e por cerca de 5% do consumo global industrial de energia, principalmente porque a reação  $\text{CaCO}_3 \rightarrow \text{CaO} + \text{CO}_2$ , presente na **formação** de sua principal matéria-prima, o clínquer, é altamente endotérmica. (Trecho retirado da área de Ciências Ambientais)
- (3) A **organização** dos dados foi realizada pelo Software Microsoft Office Excel 2003(r) e posteriormente foram exportados para a ferramenta computacional on-line SestatNet - Ambiente de Ensino e Aprendizagem de Estatística na web. (Trecho retirado da área de Enfermagem)

É importante notar que, nos excertos (2) e (3), o artigo definido também retoma a base do deverbal, que vem acompanhado de outro complemento. Apothélos e Chanet (2013) sistematizam esse processo da seguinte forma: “Artigo + deverbal + complemento nominal, especificando a identidade de um complemento: A publicação desta obra” (APOTHÉLOS; CHANET, 2013, p. 143).

No que se refere à análise dos dados, a pesquisa seguiu duas etapas maiores. A

primeira procedeu à identificação das nominalizações mais frequentes do *corpus*, bem como daquelas cujos A1 e A2 são o autor e o leitor do artigo. A segunda etapa teve caráter explicativo, na medida em que buscou explicar os resultados da etapa descritiva à luz das noções de face e polidez, revelando o papel de *hedges* que as nominalizações exercem. No próximo item, apresentaremos, inicialmente, os resultados da etapa descritiva, para, em seguida, explicarmos o papel das nominalizações na elaboração de textos acadêmicos.

## 5 Estudo das nominalizações em artigos científicos

### 5.1 Etapa descritiva do estudo das nominalizações

A análise do *corpus* revelou que em nenhuma das nominalizações estudadas (*avaliação*, *construção*, *formação*, *organização* e *relação*) houve menção ao próprio autor do texto em que ocorrem as nominalizações<sup>89</sup> ou ao leitor. Além disso, o leitor não é o A1, o A2 ou o A3 de nenhuma das ocorrências. Já o autor, quando é um participante da estrutura argumental das nominalizações, é sempre A1. Mas, apesar de o autor não ser verbalizado, em todas as ocorrências de nominalizações cujo A1 é o autor, este pode ser inferido. Por exemplo:

- (4) Foram utilizadas 30 fêmeas não gestantes de preás para **formação** de cinco grupos experimentais contendo seis fêmeas cada. (Trecho retirado da área de Zoologia)

Nesse exemplo, o agente do processo de *formar cinco grupos de animais* são os pesquisadores, que, embora sejam ocultados na sentença em que ocorre a nominalização, podem ser inferidos. O mesmo processo ocorre neste trecho:

- (5) Para o processo de **organização** dos dados se utilizou três figuras metodológicas do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): Expressão-chave (ECH), ou seja, trechos que revelam a essência do conteúdo dos depoimentos individuais, fundamentais para a construção do DSC. (Trecho retirado da área de Enfermagem)

<sup>89</sup> Neste trabalho, entendemos como *autor* a instância que é explicitamente indicada, geralmente na parte inicial do texto, como aquela que assume a responsabilidade pelas informações expressas no texto acadêmico. Assim, a instância *autor* tanto pode ser um único pesquisador, nos casos de trabalhos realizados individualmente, como pode ser o conjunto dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa e que, por isso, assinam o trabalho.

Os agentes responsáveis por organizarem os dados são os pesquisadores, que, entanto, não são referidos no texto, quando o processo *organizar* é nominalizado. Mas esses agentes podem ser inferidos, uma vez que quem organizou os dados foram os pesquisadores.

Identificamos ocorrências de nominalizações em que o A1 se refere ao autor de outro estudo e não ao autor que emprega a nominalização, como neste exemplo:

- (6) O estudo clínico de Cohn et al., 23 que avaliou a **relação** entre o consumo desse mineral com a pressão sanguínea em idosos, constatou a associação de que, para cada 1 g/dia de potássio acima do preconizado, tem-se a diminuição de 0,9 mmHg da pressão arterial sistólica e 0,8 mmHg da pressão arterial diastólica.

No trecho, podemos inferir que o A1 da contraparte verbal da nominalização *relação* são os autores “Cohn et al”. De qualquer forma, mesmo sendo feita menção aos autores, a agência é atribuída ao estudo clínico e não aos seus responsáveis, uma vez que o núcleo do A1 do predicado é *estudo clínico* e não Cohn et al.: “O estudo clínico de Cohn et al., 23 que avaliou a relação(...), constatou a associação”. Assim, quem constata e avalia é o estudo e não os seus autores, que ocorrem como determinantes do núcleo. A seleção do núcleo do A1 constitui, dessa forma, uma estratégia que, ao lado da nominalização presente na sentença subordinada, pode ser usada para enfraquecer a responsabilidade dos autores pela constatação que fazem em sua pesquisa, mesmo quando se trata dos autores de outro trabalho.

Em muitos casos, é difícil identificar com precisão se o A1 de uma nominalização é o autor ou um terceiro, considerando apenas a sentença em que a nominalização ocorre. Contudo, em todos esses casos, o contexto linguístico (cotexto) se encarrega de esclarecer qual é o argumento externo, como neste trecho:

- (7) A rede comercial foi representada pela troca de informações de conteúdo comercial, como a **avaliação** de fornecedores comuns (...). Esses entrevistados também foram responsáveis por fornecer duas informações. (Trecho retirado da área de Engenharia II)

Nesse trecho, o A1 de *avaliação* não é expresso na sentença em que a nominalização ocorre. Se considerarmos apenas essa sentença, é possível inferir que quem avalia os fornecedores comuns é o autor do estudo: *a avaliação de fornecedores comuns realizada pelos pesquisadores*. No entanto, o enunciado seguinte esclarece que quem avaliou os fornecedores foram os entrevistados. Essa interpretação é sustentada pela presença do conector *também* (*Esses entrevistados também*), que indica que os

entrevistados não só avaliaram os fornecedores, como *também* forneceram duas informações.

## 5.2 Etapa explicativa do estudo das nominalizações

Constatada a ausência de menção explícita ao autor do artigo, quando este constitui o A1 das nominalizações *avaliação, construção, formação, organização e relação*, podemos, à luz do aporte teórico exposto nos itens iniciais deste trabalho, verificar em que medida o emprego dessas nominalizações se explica pelo *face-work* mediado pelos artigos científicos do *corpus*. Para maior clareza, a discussão a seguir, que resume os resultados da segunda etapa da pesquisa, abordará separadamente cada uma das nominalizações investigadas. Por motivo de espaço, será analisada uma ocorrência de cada nominalização.

## AVALIAÇÃO

- (8) O aspecto principal de interesse dessa pesquisa é que a resistência à compressão do concreto é determinante no comportamento da aderência aço-concreto. (...) Somado a esse fato, avaliar o comportamento dos concretos com incorporação de resíduos na substituição parcial ou total dos agregados convencionais se justifica, pela necessidade de **avaliação** desse novo tipo de concreto para fins estruturais. (Trecho retirado da área de Materiais)

A nominalização possui como A1 o autor, por ser ele o agente que deve avaliar o novo tipo de concreto, e como A2 o próprio concreto. No trecho, apenas o autor é omitido (*avaliação desse novo tipo de concreto*). Ao empregar a nominalização acompanhada da omissão do autor, este a utiliza como estratégia que ameniza o ataque à face negativa do leitor, portanto polidez negativa. Isso porque, com o termo *avaliação*, o autor torna menos impositiva ao leitor (e, assim, mais fácil de ser aceita por este) a afirmação de que é necessário avaliar o novo tipo de concreto.

Ao mesmo tempo, a nominalização funciona como estratégia que ameniza o ataque à face positiva do próprio autor, portanto polidez positiva. Afinal, um autor que se apresenta como certo da necessidade de avaliar algo, no caso o novo tipo de concreto, poderia reivindicar para si valores sociais negativos (presunção, arrogância) ou fazer com que o leitor atribuísse a ele esses valores. A nominalização com omissão do A1 suaviza a agressividade que um ato explícito de autoelogio constituiria para a face positiva do autor. Desse modo, o termo nominalizado atua como *hedges*, indicando atitude ou postura e

contribuindo para a manutenção da imagem pública positiva do autor do texto.

## CONSTRUÇÃO

- (9) Quando da execução da AC, 26 pacientes foram desconsiderados pelo próprio procedimento estatístico, que excluiu casos com valores missing para qualquer variável utilizada na **construção** dos clusters. (Trecho retirado da área de Medicina II)

O interesse por esse exemplo está em revelar que, como exposto neste trabalho, o uso da nominalização com omissão do autor pode constituir uma estratégia com a qual este tenta proteger sua face negativa. Empregada com essa função, uma nominalização permite ao autor não assumir ostensivamente a responsabilidade por acontecimentos que o leitor possa vir a considerar problemáticos para a pesquisa. Tratando da metodologia de seu trabalho, o autor do trecho informa que desconsiderou determinados pacientes na construção dos *clusters*. Assim, quem construiu os *clusters*, decidindo quais pacientes deveriam ou não entrar em sua composição, foi o autor. Diminuindo sua responsabilidade por essas decisões, que podem vir a ser questionadas por leitores, o autor emprega a nominalização *construção* com omissão do A1.

Nesse caso, a nominalização atua como uma estratégia de polidez negativa. Mas, diferente da conceituação proposta por Brown e Levinson (1987), no exemplo a face negativa que se protege é a do autor e não a do leitor. É o território do autor (problemas que possam ter ocorrido na pesquisa ou que possam vir a ser detectados por leitores e, conseqüentemente, a reputação do pesquisador) que o uso da nominalização resguarda da intromissão de terceiros. Desse modo, a nominalização torna o território menos exposto a ataques.

## FORMAÇÃO

- (10) O gás de síntese é aplicado na **formação** do metanol e nos processos de Fischer - Tropsch, visando à produção de combustíveis líquidos, olefinas e compostos oxigenados. (Trecho retirado da área de Química)

No trecho, o substantivo *formação* nominaliza um processo que tem como A1 o autor do artigo e como A2 o metanol, ou seja, é o pesquisador que, usando o gás de síntese, *forma* o metanol. Com a nominalização acompanhada da omissão de A1, coloca-

se em primeiro plano o processo e não quem o realizou, o que pode ser entendido como estratégia de mitigação de ataque à face negativa do leitor. Isso porque, sem a nominalização, o autor seria levado a reconstruir um encadeamento causal de diversas etapas da pesquisa, em que o pesquisador selecionou o gás de síntese, aplicou esse gás e, com essa aplicação, formou o metanol. Com a nominalização, o autor condensa um processo complexo e poupa esforço cognitivo e tempo do leitor, amenizando, conseqüentemente, a invasão ao seu território. Ao mesmo, usando *formação* como estratégia de polidez negativa, o autor impõe de modo menos direto e, portanto, agressivo a pertinência de um dos resultados da pesquisa.

Vale observar, porém, que a nominalização nesse trecho produz, como efeito suplementar, a ideia de que qualquer outro pesquisador, usando o gás de síntese, pode formar o metanol (*O gás de síntese é [pode ser] aplicado [por qualquer um] na formação do metanol*). Esse efeito suplementar está diretamente relacionado à valorização da face positiva do leitor, já que o autor atribui a ele uma habilidade ou capacidade técnica que, caso A1 tivesse sido verbalizado, apenas o autor teria. Nesse sentido, a nominalização atuaria não só na mitigação de FTAs, como defendemos neste trabalho, mas também na construção de atos lisonjeiros ou de *Face Flattering Acts*, tal como conceituados por Kerbrat-Orecchioni (1992, 2006) e Leech (2014).

## ORGANIZAÇÃO

- (11) Há que se conhecer em profundidade determinada área para que se possa efetivamente colaborar para com a solução interdisciplinar de problemas complexos. Mais do que considerar a interdisciplinaridade como princípio de **organização** do trabalho científico, o que se afirma é a "necessidade real de encontrar novas explicações para as quais as disciplinas isoladamente são insuficientes" (Epstein, 2003). (Trecho retirado da área Interdisciplinar)

No primeiro enunciado do trecho, o autor demonstra querer reivindicar para si o conhecimento dos processos envolvidos no fazer científico, apresentando-se ao leitor como alguém que conhece "em profundidade determinada área para que se possa efetivamente colaborar para com a solução interdisciplinar de problemas complexos". Ainda que não faça menção explícita a si, o autor, nesse enunciado, reivindica valores considerados positivos no domínio acadêmico: competência, conhecimento avançado, capacidade de avaliar/criticar o próprio fazer científico, interesse por assuntos complexos, etc. Como argumento para defender e reivindicar esses valores, o autor informa, no segundo enunciado, que, para encontrar respostas para os problemas de sua pesquisa,

organizou um trabalho científico que não toma a interdisciplinaridade como princípio, mas articula os saberes de disciplinas, que são insuficientes quando considerados isoladamente. O valor ilocucionário que se pode atribuir a todo o trecho é, portanto, o do autoelogio e não o da asserção.

Sendo o autoelogio um tabu em nossa sociedade (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, 2006), pelos valores negativos que associamos a ele (pretensão, arrogância), o autor se vale de uma série de estratégias de polidez que mitigam a agressão que o ato constitui para sua própria face positiva. Todas essas estratégias, como o uso do argumento de autoridade (*Epstein*), sentenças impessoais (*há que se conhecer*), voz passiva sintética (*o que se afirma*), têm como fim ocultar o autor e colocar a pesquisa e não quem a fez em primeiro plano, diminuindo a possibilidade de o autor ser visto pelo leitor como arrogante ou excessivamente orgulhoso de si. Como parte dessas estratégias, a nominalização *organização* com omissão de A1 contribui para criar o efeito de que o foco do trecho não é o pesquisador, mas sim sua pesquisa ou o desenvolvimento da área dos conhecimentos em que se insere. O interesse desse exemplo está, dessa forma, em revelar que é comum um mesmo enunciado acumular diferentes estratégias de polidez (BROWN; LEVINSON, 1987; ROULET, 1999).

## RELAÇÃO

- (12) A análise da **relação** entre o ambiente, o saneamento básico e as doenças de veiculação hídrica nas localidades da Tapera de Base e do Alto Ribeirão, Distrito do Ribeirão da Ilha, possibilitou identificar situações que expõem a população a riscos de contrair doenças de veiculação hídrica. (Trecho retirado da área de Geografia)

Nesse trecho, o substantivo *relação* nominaliza o processo por meio do qual o autor, em sua pesquisa, *relacionou* o ambiente, o saneamento básico e as doenças de veiculação hídrica, o que lhe possibilitou identificar situações que expõem a população das localidades estudadas a riscos de contrair doenças. Ao nominalizar esse processo, o autor consegue se ocultar, fazendo parecer que a relação se fez sem sua interferência ou que ele não é o agente responsável pelo processo. No trecho, o efeito de apagamento do autor é reforçado pelo fato de que o termo *relação* não é o núcleo do sujeito do predicado *possibilitou identificar*, mas funciona como adjunto adnominal de outra nominalização, *análise* (“a análise da relação”).

Assim como no trecho analisado anteriormente, o uso dessas diferentes instâncias

de nominalização contribui para mitigar a agressão que poderia constituir para a face positiva do próprio autor apresentar-se como o responsável por possibilitar que a população de determinadas cidades não contraia doenças. Nesse caso, a nominalização funciona como estratégia de polidez positiva. Mas, ao mesmo tempo, o uso de *relação* impõe de modo menos direto e, conseqüentemente, menos agressivo para o leitor a pertinência dos resultados da pesquisa, amenizando a invasão ao seu território. Desse ponto de vista, a mesma nominalização atua como estratégia de polidez negativa.

## 6 Considerações finais

No estudo das nominalizações aqui proposto, foi possível observar que as estruturas nominalizadas atuam como estratégias para omitir o autor e evidenciar a pesquisa por ele realizada. Essa estratégia discursiva atenua a possibilidade de o autor ser visto pelo leitor como vaidoso, ou excessivamente seguro de si. Verificamos que as nominalizações podem contribuir ainda para ocultar possíveis fragilidades da pesquisa, o que constitui parte do território do pesquisador ou de sua reserva pessoal de informações que ele não deseja expor.

Do ponto de vista sintático-semântico, o argumento A1 do verbo *input* das estruturas nominalizadas aqui estudadas estava não implícito. Quando essas instâncias nominalizadas com a omissão do A1 amenizam a potencial agressividade de um ato explícito de autoelogio, elas constituem estratégia de polidez positiva, já que evitam a ofensa ao leitor e permitem ao autor reivindicar valores sociais positivos para si. Mas, quando as nominalizações são empregadas para ocultar fragilidades da pesquisa, elas atuam como estratégia de polidez negativa, uma vez que contribuem para preservar o território do autor/pesquisador.

Diante disso, nos textos acadêmicos aqui pesquisados, a nominalização funciona como uma estratégia de polidez bastante complexa, por poder atuar na mitigação de ataques não só à face negativa do leitor, como já previsto por Brown e Levinson (1987), mas também à face negativa do próprio autor e à face positiva do leitor. As nominalizações exercem também o papel de *hedges*, ou seja, funcionam como um recurso discursivo para a expressão de postura, ou de atitude. Nesse sentido, sugerimos, finalmente, que o uso de *hedges*, instanciadas por meio dos termos nominalizados, resulta da necessidade de forjar estratégias para preservação da imagem pública do pesquisador.

## Referências

- APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Definido e Demonstrativo nas Nomeações. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A (orgs). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 131-176.
- BARGIELA-CHIAPPINI, F. Face and politeness: new (insights) for old (concepts). *Journal of Pragmatics*, v. 35, p. 1453-1469, 2003.
- BRAVO, D. Tensión entre universalidad y relatividad en las teorías de la cortesía. In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (Orgs.). *Pragmática sociocultural: studios sobre el discurso de cortesía em español*. Barcelona: Ariel, 2004, p. 15-37.
- BROWN, P. Politeness and language. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, v. 18, p. 326-330, 2015.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Universals in language usage: Politeness phenomena. Questions and politeness: Strategies in social interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 56-311.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Pontes, 1991.
- CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, 25, p. 349-367, 1996.
- CULPEPER, J. Politeness and impoliteness. In: K. Aijmer & G. Andersen (Eds.), *Handbooks of Pragmatics: Sociopragmatics*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 391-436, 2011.
- CULPEPER, J., BOUSFIELD, D. & WICHMANN, A. Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, v. 35, p. 1545-1579, 2003.
- EELLEN, G. *A critique of politeness theories*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.
- FILLIETTAZ, L. *Actions, activités et discours*. 2000. 403 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2000.
- FRASER, B. An approach to discourse markers. *Journal of pragmatics*, 14.3, p. 383-398. 1990.
- FRASER, B. Pragmatic competence: The case of hedging. *New approaches to hedging*. 2010, p. 15-34.

- GOFFMAN, E. (1967). *Interaction Ritual*. New York: Pantheon. Crismore, A., & Vande Kopple, W., 1988.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne: les relations em public*. v. 2. Paris: Les éditions de minuit, 1973.
- GRICE, H. P. *Logic and conversation*. 1975 (1975). p. 41-58.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Hodder Arnold Publication, 2014.
- HALLIDAY, M. A. K.; MARTIN, J. R. *Writing science. Literacy and Discourse Power*. London: Flamer Press, 1993.
- HALLIDAY, M.; HASAN, H. *Language, context, and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective*. 1989.
- HAUGH, M. Disentangling face, facework and im/politeness. *Sociocultural Pragmatics*, v. 1(1), 2013, p. 46-73.
- HYLAND, K. *Hedging in Scientific Research Articles*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1998.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Paris: Colin, 1992.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- LAKOFF, R. What you can do with words: politeness, pragmatics and performatives. In: ROGERS, A.; WALL, B; MURPHY, J. P. (Orgs.) *Proceedings of the Texas Conference on performatives, presuppositions and implicatues*. Arlington: Center for Applied Linguistics, 1977, p. 94-120.
- LAKOFF, R. *Talking Power: The Politics of Language in our Lives*. New York: Basic Books, 1990.
- LEECH, G. *Principles of pragmatics*. Londres: Longman, 1983.
- LEECH, G. Politeness: is there an East-West divide? *Journal of Foreign Languages*. n. 6, p. 1-29, 2010.
- LEECH, G. *The pragmatics of politeness*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- MARTIN, James R. Incongruent and proud: de-vilifying 'nominalization'. *Discourse & Society*, 19.6, p. 801-810, 2008.
- MOTTA-ROTH; D.; HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo Parábola Editorial, 2010.

MYERS, G. The pragmatics of politeness in scientific articles. *Applied linguistics*, 10.1, p. 1-35, 1989.

MENDONÇA, M. C.; OLIVEIRA, A.L.A.M. From the production of abstracts to instances of grammatical metaphors: some research insights to uncover the academic domains. *Revista Raído*, no prelo.

MOREIRA FILHO, J. L. *Kitconc 4.0*. 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=394>> Acesso em 8 ago. 2013.

MUSA, A. Hedging In Academic Writing: A Pragmatic Analysis Of English And Chemistry Masters' Theses In A Ghanaian University. *English for Specific Purposes*, 42, p. 1-26, 2014.

OLIVEIRA, A. L. A. M.; MIRANDA, M. A. *Corpus Acadêmico do Português Brasileiro (CAPB)*. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

OLIVEIRA, A. L. A. M.; CUNHA, G. X.; MIRANDA, M. A. Nominalizations as complex strategies of politeness and face-work in scientific papers written in brazilian portuguese. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 59, p. 361-374, 2017.

ROULET, E. *La description de l'organisation du discours*. Paris: Didier, 1999.

SCOLLON, R.; SCOLONG, W. *Intercultural communication*. 1995.

SPENCER-OATEY, H. Managing rapport in talk: using rapport sensitive incidents to explore the motivational concerns underlying the management of relations. *Journal of Pragmatics*, 34, p. 529-545, 2002.

TAVERNIERS, M. Grammatical metaphor and lexical metaphor: Different perspectives on semantic variation. 2006 [Online] Disponível em: <http://users.ugent.be/~mtaverni/publications.html>. Acesso em 15 ago. 2016.

WATTS, R. J. Linguistic politeness research: Quo vadis? In: R. J. WATTS, I. SACHIKO & K. EHLICH (Eds.) *Politeness in Language: studies in its History, Theory and Practice*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 11-47.

## AUTORES

**Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira** tem graduação em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1993), mestrado em Educação e Linguagens pela UFMT (1997) e doutorado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2006). É professora da pós-graduação (Poslin) da FALE/UFMG. Coordena a Área de Língua Inglesa na FALE/UFMG. Coordena o Projeto Idiomas sem Fronteiras na UFMG. Coordena a Projeto *English Teaching Assistants* na FALE/UFMG. Tem experiência na área de Linguística e de Linguística Aplicada, com ênfase em Linguística. Atua principalmente nas seguintes áreas: língua em uso e abordagens cognitivo-funcionais para os estudos linguísticos. É membro do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEAD). É membro do GT de Descrição do Português da ANPOLL.

**Bárbara Malveira Orfanò** possui doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade de Limerick, Irlanda. Atualmente é professora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG. É coordenadora do Núcleo de Estudos de Línguas para Fins Acadêmicos (NELFA) e membro dos grupos de pesquisa: *Corpora de Aprendizizes* e *Inter-Varietal-Applied-Corpus-Studies* (IVACS). Atua principalmente nos seguintes temas: Linguística de *Corpus*, *Corpora de Aprendizizes*, Análise da Fala Espontânea em Língua Inglesa, Discurso Acadêmico Oral e Escrito da Língua Inglesa, Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa com Foco no Contexto Acadêmico e na formação de professores de Língua Inglesa.

**Daniel Mazzaro** é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG na linha de Análise do Discurso e mestre na linha de Textualidade e Textualização em Língua Portuguesa pelo mesmo programa. É licenciado em Português e Espanhol e bacharel em Português pela UFMG. Atualmente é Professor Adjunto na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), onde atua como professor de língua espanhola, ministra disciplinas sobre Estudos do Discurso, orienta trabalhos principalmente a respeito da gramática do espanhol e sua abordagem nos livros didáticos, e lidera o grupo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas de Gênero e Sexualidade (NIEPGeS). Seus

principais interesses são: Ensino/Aprendizagem de Gramática do Espanhol, Marcadores Discursivos, Linguística Aplicada, Análise do Discurso e Estudos *Queer*.

**Dominique Trébert** é *professeur associé* da *École d'études sociales et pédagogiques (EESP)* em Lausanne no contexto da *Haute École Spécialisée de Suisse occidentale (HES-SO)*, desde 2016. Nesse domínio, interessa-se particularmente pela engenharia da alternância, pelo desenvolvimento de metodologias de análise das práticas profissionais e para o acompanhamento de trabalhos de *bachelor* sobre a análise das interações no campo empírico do trabalho social. Antes disso, e durante quatro anos, desenvolveu sua tese de doutorado no interior da equipe *Interaction & Formation* (Interação & Formação), sob a orientação de Laurent Fillietaz, na *Université de Genève*. Sua tese, defendida em junho de 2016, se intitula “Le tutorat dans l’alternance en éducation de l’enfance: de l’analyse des interactions à ses usages en formation” (“A tutoria na alternância em educação da infância: da análise das interações aos seus usos em formação”). Baseando-se em uma perspectiva situada, interacional e multimodal, seus trabalhos permitem, de um lado, obter uma compreensão aprofundada das práticas tutoriais no contexto da formação profissional dos educadores da pequena infância. De outro lado, seus interesses pela formação dos adultos e pela formação de tutores o levam a conceber e a conduzir dispositivos de formação tanto “no local de trabalho” quanto no interior de instituições de formação. Dominique Trébert é autor ou coautor de vários artigos sobre a interação tutorial e seus usos em formação.

**Edelvais Brígida Caldeira** é doutoranda pela UFMG. Atua na área de Linguística Teórica e Descritiva. Possui graduação em Letras Língua Inglesa pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993); Especialização no Ensino de Inglês (CEI - 2005) e Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Atualmente é professora de inglês no Comando da Aeronáutica. Tem experiência na área de Linguística Cognitiva, atuando principalmente nos seguintes temas: fictividade, esquemas imagéticos e metáfora.

**Fernanda Teixeira Avelar** possui graduação em Letras-Inglês pela FALE/UFMG. Tem experiência profissional na área de ensino da língua inglesa em cursos livres e em escolas regulares da rede particular. Tem experiência acadêmica na área de Linguística, mais especificamente estudos da língua em uso com iniciação científica voluntária e,

atualmente, bolsista CAPES no mestrado na área de Linguística Teórica e Descritiva (estudos da língua em uso).

**Gustavo Ximenes Cunha** é Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor da Faculdade de Letras da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN/UFMG), onde desenvolveu pesquisa de Pós-Doutorado. De 2013 a 2015, foi professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), atuando na graduação e na pós-graduação. É líder do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEAD/UFMG, <<http://www.letras.ufmg.br/gead/>>) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU/UFMG), do Núcleo de Análise do Discurso (NAD/UFMG), do Grupo de Estudos da Oralidade e da Escrita (GEOE/UFMG) e do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É membro do GT “Descrição do Português”, da ANPOLL. É Editor-Associado (área de Linguística do Texto e do Discurso) da “Revista de Estudos da Linguagem”. Seus interesses de pesquisa são, em especial, a organização estratégica de discursos midiáticos e o papel da articulação textual e de suas marcas (conectores e estruturas sintáticas) como estratégias discursivas.

**Helcira Lima** é Doutora (2006) em Estudos Linguísticos (Poslin-FALE/UFMG). Realizou duas pesquisas de pós-doutorado (2006-2008 (FALE/UFMG) e 2016-2017 (UBA)). Professora associada da Faculdade de Letras da UFMG, onde atua na graduação e na pós-graduação. É atual presidente da *Sociedade Brasileira de Retórica* (SBR) e coordena o grupo de pesquisa “Retórica e argumentação” (CNPq). Atua, com pesquisas e orientação de alunos de pós-graduação, nos seguintes domínios: retórica e argumentação, discurso jurídico, gênero social, emoções e cinema.

**Isabelle Durand** é *assistante post-doctorante* na *Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation* (FPSE) da *Université de Genève* no domínio Formação de adultos, linguagem e trabalho. Depois de iniciar a carreira na engenharia e condução de dispositivos de formação de adultos, ela passa a integrar a equipe Interação & Formação (*Interaction & Formation*), em 2012, e inicia, sob a orientação de Laurent Fillietaz, um percurso de pesquisa sobre as questões relacionais nas interações tutoriais. Sua tese, defendida em janeiro de 2017, se intitula “Le positionnement du stagiaire dans la relation tutorale: une analyse interactionnelle des pratiques d’aide dans la formation à l’éducation

de l'enfance" ("O posicionamento do estagiário na relação tutorial: uma análise interacional das práticas de ajuda na formação em educação da infância"). Seus trabalhos abordam as atividades coletivas conduzidas no local de trabalho e visam a uma melhor compreensão dos elos entre processos relacionais e formação dos aprendizes. Paralelamente, ela se interessa pelas condições nas quais os métodos de análise das interações podem constituir ferramentas para a formação de adultos. Nesse quadro, ela participa da engenharia e condução de dispositivos que constituem também bases empíricas para a pesquisa sobre a formação de adultos. Isabelle Durand é autora ou coautora de vários artigos sobre a interação tutorial e sobre o posicionamento relacional dos aprendizes.

**Janice Helena Chaves Marinho** é professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui pós-doutorado pela Université de Fribourg/Suíça, doutorado em Linguística e mestrado em Letras: língua portuguesa, ambos pela UFMG. Atualmente atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, na área de Linguística do texto e do discurso. É membro do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq, *Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso*, e desenvolve pesquisa voltada para o estudo de expressões conectivas da língua portuguesa.

**Laurent Filliettaz** é *professeur ordinaire* da *Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation* (FPSE) da *Université de Genève* no domínio Formação de adultos, linguagem e trabalho. Linguista de formação, ele dirige a equipe *Interaction & Formation* (Interação & Formação) no interior do Laboratório *Recherche, Intervention, Formation et Travail* – RIFT (Pesquisa, Intervenção, Formação e Trabalho). Seus interesses de pesquisa incluem os métodos de análise do discurso e das interações verbais, o estudo das relações entre linguagem e trabalho e os processos de aprendizagem e de formação no domínio da formação profissional inicial, superior e contínua. Os trabalhos que conduz colaboram para o desenvolvimento de dispositivos de ensino e formação voltados para formadores de adultos e formadores do ensino profissional. A partir de sua nomeação como professor da *Université de Genève*, em 2005, Laurent Filliettaz conduziu muitos projetos de pesquisa financiados pelo *Fonds national suisse pour la recherche scientifique*. Publicou diversas obras abordando as relações entre linguagem e trabalho e as dimensões verbais e interacionais da formação de adultos. Foi coordenador da coleção *Raisons*

*Educatives* (de Boeck) e exerce atualmente a função de editor associado da revista *Vocations & Learning* (Springer).

**Leonardo Pereira Nunes** é Professor Adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. É doutor e mestre em Estudos Linguísticos, e bacharel em Inglês pela mesma instituição. Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão na área de Letras, com ênfase nos Estudos da Tradução e na Língua Inglesa, atuando principalmente nos seguintes temas: tradução, estudos de *corpora*, descrição linguística e inglês para fins acadêmicos. Integra o seguinte grupo de pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq: Modelagem sistêmico-funcional da tradução e da produção textual multilíngue. É subcoordenador do Núcleo de Línguas para Fins Acadêmicos (NELFA) da Faculdade de Letras (FALE) da UFMG.

**Marisa Mendonça Carneiro** possui especialização em ensino de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da UFMG (2008) e doutorado em Linguística pelo POSLIN da UFMG (2011). Realizou estágio pós doutoral com bolsa CNPQ na Universidade Federal de Minas Gerais em ensino de inglês a distância. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: psicolinguística, aprendizagem a distância e bilinguismo. Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Letras da UFMG, membro do Laboratório de Psicolinguística da UFMG, professora do curso de especialização em ensino de Língua Inglesa pela UFMG e supervisora dos cursos de leitura em inglês do CENEX da FALE/UFMG.

**Micheline Mattedi Tomazi** é doutora em Linguística pela Universidade Federal Fluminense (UFF), realizou o Mestrado em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), concluiu seu pós-doutorado em Linguística, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Professora Associada do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL), da mesma instituição. É líder do Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (GEDIM/UFES/CNPq), pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (UFMG/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Análise Textual dos Discursos



(UFRN/CNPq). Dedicar-se à área de Linguística, com pesquisas voltadas para a orientação sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso. Suas produções recentes têm envolvido os seguintes temas: violência de gênero, ideologia e poder na mídia jornalística, representação identitária e construção de faces em gêneros do domínio jurídico e jornalístico.

**Monique Vieira Miranda** é doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Estudos Linguísticos (Análise da Língua em Uso) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Federal de Viçosa (2014).

**Paula da Costa Souza** atualmente é professora de ensino superior na Universidade Federal de Alfenas e membro do Grupo de Pesquisa de Estudos Hispânicos. Possui graduação em Letras Português/Espanhol pela Universidade de São Paulo (2006). É Mestre e Doutora em Letras na área de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Também é especialista em língua catalã e possui titulação pela *Universitat de Girona*, Espanha, referente ao curso superior *Màster en Iniciació a la Recerca en Humanitats*.

**Raquel Rossini** é graduada em Letras-Licenciatura/ Português e Inglês, especialista em ensino de Inglês, mestre em Linguística Cognitivo-Funcional e é doutoranda em Linguística Cognitiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi supervisora pedagógica do Centro de Extensão da Faculdade de Letras da UFMG, professora do Programa Inglês Sem Fronteiras (IsF - CNPq / CAPES). Participa do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEAD) / UFMG e do projeto *Potencial semântico e pragmático de e-mojis e hashtags na comunicação digital*, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira, da Faculdade de Letras da UFMG. Participou do Grupo de Pesquisa Estudos Gramaticais da Língua em Uso: descrição e comparação nas abordagens funcional e cognitiva (GRAMALU), da UFMG. Atuou na área de memória cultural com o livro *Memórias de Rio Casca: marcas de um tempo que não se apagou* (ROSSINI, 2017). Tem experiência na área de Linguística Aplicada (edição de textos, tradução e ensino) e Prefixo Editorial: 923084.

**Raquelli Natale** é doutoranda e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Comunicação Social (Publicidade de Propaganda) pela Faculdade Novo Milênio. Atualmente é professora no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). É membro do Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (GEDIM/UFES) e membro do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEAD/UFMG).

**Rodrigo Seixas Pereira Barbosa** é analista do discurso, doutorando e mestre (2015) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (PosLin/UFMG), com estágio doutoral (2018) pela *Université du Québec à Montréal* (UQAM). É bacharel (2012) em Línguas Estrangeiras aplicadas às Negociações Internacionais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), com estágio na *Université de La Rochelle* (2010). É também graduando em Letras/Português. Pesquisa retórica e argumentação, debruçando-se sobre questões de discurso político e de cognição social. É membro do grupo Retórica e Argumentação da UFMG, como também membro da Sociedade Brasileira de Retórica (SBR), da ALED e da FRIANDIS.

**Solange Maria de Barros** é docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/CUR). Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Realizou pós-doutorado no Instituto de Educação (IOE) da Universidade de Londres, sob supervisão de Roy Bhaskar.

**Ulrike Agathe Schröder** possui livre docência em Ciências de Comunicação pela Universidade Duisburg-Essen (2012), doutorado em Ciências de Comunicação pela *Universität Essen* (2003) e mestrado em Ciências de Comunicação, Germanística, Psicologia pela *Universität Essen* (1998). Atua como Professora Associada II na área de Alemão do curso de Graduação e na área dos Estudos Linguísticos na Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. Tem experiência nas áreas de Linguística e Comunicação, com ênfase em Linguística Cognitiva, Linguística Antropológica, Semântica e Pragmática, Análise da Conversa, Língua Alemã e Comunicação Intercultural. Ela coordena o projeto *Conceitos (Inter-)Culturais Chave na Interface entre Interação, Cognição e Variação*, junto à Universidade de Potsdam, apoiado pelo programa *Research Group Linkage Programme da Fundação Humboldt* (2017-2020) e pela FAPEMIG-PPM (2017-2019). É líder do Grupo de Pesquisa inter-institucional do

CNPq *Linguística (Inter-)Cultural* e coordenadora do *Núcleo de Estudos de Comunicação (Inter-)Cultural em Interação*, NUCOI, cujo objetivo principal é a compilação de um *corpus* de transcrições de interações interculturais filmadas ([www.lettras.ufmg/nucleos/nucoi](http://www.lettras.ufmg/nucleos/nucoi)).

**Valéria Schmid Queiroz** é formada em Letras Português-Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e possui mestrado em Estudos Linguísticos com ênfase em Análise do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Seu maior foco de pesquisa é na área de AD, Linguística Aplicada e Português como Língua Adicional (PLA). Trabalhou como professora de português na *University of North Carolina at Charlotte* pelo programa *Fulbright*, nos Estados Unidos, o que a impulsionou a pesquisar mais a fundo na área de PLA. Atualmente, faz um segundo mestrado na *Karl-Franzens Universität* (Graz, Áustria) na área de *Global Studies* e ocupa um cargo de *Prae Doc* no departamento de *Teacher Education* da *Universität Wien* (Viena, Áustria).

**Wander Emediato** é Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade de Paris XIII (2000) e pós-doutor (2010-2011/2017-2018) pela Universidade de Lyon - Lumière (*Laboratoire ICAR/CNRS*). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Língua Portuguesa, Estudos Textuais e Discursivos. Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Fale-UFMG, área de concentração Linguística do texto e do discurso, atuando nos seguintes projetos e temas (Gêneros, comunicação e sociedade; Argumentação; Discurso das mídias; Discurso Político, Discurso e Ensino). Líder do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso do CNPq. Coordenador do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG. Delegado regional da ALED no Brasil (Associação Latino-americana de Estudos do Discurso) por dois mandatos - período 2009-2013. Possui livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Página institucional: <<http://lettras.ufmg.br/profs/wanderemediato>>.

